

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

MULHERES, VIOLÊNCIA, REDE DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E
SUPORTE PSICOSSOCIAL

FLORIANÓPOLIS

2009

ANA CLÁUDIA WENDT DOS SANTOS

**MULHERES, VIOLÊNCIA, REDE DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E
SUPORTE PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Leontina Ojeda
Ocampo Moré.

FLORIANÓPOLIS

2009

AGRADECIMENTOS

Às mulheres entrevistadas para esta pesquisa, que gentilmente aceitaram compartilhar suas dores, alegrias, esperanças e um pedaço de suas histórias de vida, possibilitando-me vislumbrar várias perspectivas acerca do fenômeno estudado.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Carmen L. O. Ocampo Moré, pela disposição em me ensinar a ser uma pesquisadora, mas, principalmente, por sua parceria incondicional ao longo de todo o processo de pesquisa.

À minha família, pelo apoio emocional e de conselhos oferecidos, e, especialmente, pelo incentivo constante para eu nunca desistir de meu projeto de vida.

À minha tia Luciana (tia Lú), pela imensa disponibilidade e preocupação em me auxiliar a respeito dos termos jurídicos que foram necessários para este trabalho.

À colega Marina, pelo material bibliográfico oferecido e que foram fundamentais para minha compreensão do fenômeno pesquisado.

Às colegas Maria Isabel e Fernanda, por serem tão acessíveis e terem me auxiliado a manejar os instrumentos utilizados neste estudo.

Ao psicólogo Luiz Fernando, por ter me proporcionado o acesso à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, mas, principalmente, pela imensa disposição em ajudar a contatar as participantes para esta pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Jadete Rodrigues Gonçalves, pela disponibilidade em contribuir como banca de defesa da dissertação.

Ao Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos e a Prof^a. Dr^a. Daniela Ribeiro Schneider, por aceitarem prontamente o convite para participar da banca.

À Capes, pelo apoio financeiro que me possibilitou oferecer a dedicação necessária para a realização e conclusão deste estudo.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE QUADROS	iii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
GLOSSÁRIO	iv
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	5
2.1 Objetivo Geral	5
2.2. Objetivos Específicos	5
3. REVISÃO DE LITERATURA	6
3.1 Delineamento Epistemológico	6
3.2 Violência Contra a Mulher	7
3.2.1 Fatores que Sustentam as Desigualdades de Gênero	15
3.2.2 As Sequelas da Violência Exercida Contra a Mulher	18
3.3 A Rede de Serviços de Atendimento à Mulher Vítima de Violência	22
3.4 As Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	26
3.5 As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	31
3.5.1 Perfil das Usuárias das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	38
3.5.2 Pesquisas Referentes às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	39
3.6 Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	45
3.7 A Legislação Acerca dos Crimes de Violência Contra a mulher – A Lei Maria da Penha	50
3.8 Sistema Familiar e o Ciclo Vital	53
3.9 Suporte Social e a Rede Social de Apoio	55
3.10 Estratégias de Enfrentamento e Vulnerabilidade	58
4. MÉTODO	63
4.1 Caracterização da Pesquisa	63
4.2 Caracterização do Campo de Pesquisa	63
4.3 Participantes	64
4.4 Instrumentos para Coleta de Dados	64
4.4.1 Entrevista Semi-Estruturada	65
4.4.2 Mapa de Redes	65
4.4.3 Genograma	67
4.5 Procedimentos	68
4.5.1 Coleta de Dados	68
4.6 Análise dos Dados	70
5. RESULTADOS	72
5.1 Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise das entrevistas	72
5.2 Caracterização das Participantes	73
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
1. ASPECTOS QUE CARACTERIZAM A VIOLÊNCIA SOFRIDA E QUE MOTIVARAM O PEDIDO DE AJUDA	83
1.1 Tipos de violência perpetrada	83
1.2 Justificativas para ter sofrido violência	85
2. REPERCUSSÃO PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA SOFRIDA	88

2.1 Situação limite.....	88
2.2 Reações comportamentais e emocionais diversas.....	90
2.3 Relação do agressor com a mulher agredida.....	93
2.4 Sentimentos da mulher em relação ao agressor.....	95
2.5 Estratégias de enfrentamento bem sucedidas e mal sucedidas.....	97
2.6 A saída do agressor de casa.....	101
3. IMPACTO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA NA DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR.....	103
3.1 Ciclo de repetição da violência.....	103
3.2 Fragilização da relação parental.....	111
4. TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA FAMILIAR.....	117
4.1 Padrão relacional das famílias de origem materna.....	117
4.2 Padrão relacional das famílias de origem paterna.....	118
4.3 Estressores da história de vida das mulheres agredidas.....	122
5. PERSPECTIVA DAS USUÁRIAS ACERCA DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.....	124
5.1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.....	124
5.2 Características do processo de atendimento na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.....	130
5.3 Outras Delegacias de Polícia.....	140
5.4 Características do processo de atendimento nas outras Delegacias de Polícia.....	142
5.5 Serviço de Medicina.....	145
5.6 Instituição jurídica.....	148
5.7 Instituição prestadora de serviço jurídico, psicológico e social.....	150
5.8 Atuação do psicólogo.....	151
6. NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS E DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.....	154
6.1 Acesso à informação sobre a rede de serviços.....	154
6.2 Conhecimento dos direitos e dos procedimentos institucionais.....	155
6.3 Desconhecimento dos direitos e dos procedimentos institucionais.....	160
6.4 Conselhos a outras mulheres agredidas.....	163
7. AS REDES DE SUPORTE SOCIAL.....	164
7.1 Rede de suporte familiar.....	164
7.2 Rede de suporte de amigos.....	172
7.3 Rede de suporte no trabalho.....	173
7.4 Rede de suporte comunitário.....	175
7.5 Rede de suporte institucional.....	177
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188
9. ANEXOS.....	197
Anexo 1. Roteiro de Entrevistas Semi-Estruturada.....	198
Anexo 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	201
Anexo 3. Símbolos do Genograma.....	202
Anexo 4. Genogramas das Entrevistadas.....	203
Anexo 5. Mapas de Redes das Entrevistadas.....	213
Anexo 6. Transcrição de Entrevista.....	223

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos. **Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial**. Florianópolis, 2009. 248 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carmen L. O. Ocampo Moré

Defesa: 13/03/09

RESUMO

Esta pesquisa objetivou caracterizar a violência sofrida por mulheres e o suporte psicossocial oferecido pela rede de serviços de referência no atendimento a vítimas de violência, na perspectiva das usuárias destes serviços. O estudo foi de natureza exploratório-descritivo e adotou a perspectiva da metodologia qualitativa. As participantes foram 10 mulheres que haviam sido fisicamente agredidas e que prestaram queixa em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada, que subsidiou a construção do Genograma Familiar e do Mapa de Redes das participantes. Para a análise dos dados, utilizou-se a Teoria Fundamentada Empiricamente (Grounded Theory) e se fez uso do *software* Atlas/ti 5.0 para auxiliar na categorização dos relatos obtidos. Constatou-se que a ameaça, agressão verbal e a agressão física foram as configurações que a violência assumiu entre as entrevistadas, sendo que seus maridos/companheiros foram os principais agressores. Foram observadas tentativas de justificar as agressões sofridas, bem como se identificou seqüelas geradas por este agravo, em termos físicos (dores pelo corpo, hematomas), psicológicos (depressão, tentativas de suicídio) e sociais (afastamento do trabalho, isolamento social). Para suportar essas seqüelas, as entrevistadas utilizaram estratégias de enfrentamento que já conheciam e outras que incorporaram ao próprio repertório. Com a construção do Genograma, evidenciou-se a transgeracionalidade da violência, sendo que os integrantes de suas famílias de origem apresentaram um padrão de relação familiar semelhante ao vivido por elas. Sobre o atendimento oferecido pela rede de serviços de referência, as participantes alegaram terem recebido pouca informação e orientação sobre seus direitos e sobre o funcionamento dos órgãos que compõem a rede, assim como se observou a falta dos devidos encaminhamentos aos serviços mencionados. Além disso, também foram relatados atendimentos que proporcionaram sentimento de segurança e proteção às entrevistadas. Com a confecção do Mapa de Redes, verificou-se que as redes de suporte familiar, do trabalho e das amigas proporcionaram apoio emocional e conselhos a elas, ao passo que os profissionais das instituições de referência se constituíram em fonte de ajuda material e de serviços. Considera-se que os dados resultantes deste estudo fornecem subsídios para que os serviços de referência aumentem a qualidade do atendimento às suas usuárias, assim como demonstra a importância da capacitação e aperfeiçoamento constante dos recursos humanos disponíveis nesses órgãos e justifica a solicitação de outros profissionais que possam contribuir com esse olhar, entre eles o psicólogo, no sentido de favorecer o acolhimento integral da mulher vítima.

Palavras-chave: violência contra a mulher; serviços de referência no atendimento à mulher vítima; transgeracionalidade da violência; redes de suporte psicossocial.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos. **Women, violence, reference service and psychosocial support networks.** Florianópolis, 2009. 248 p. MA Thesis – Psychology, Postgraduate Program in Psychology, Universidade Federal de Santa Catarina.

Advisor: Prof^a. Dr^a. Carmen L. O. Ocampo Moré

ABSTRACT

This present study was aimed at characterizing the violence against women and the psychosocial support offered by the reference service networks in the assistance given to women who were victims of such violence through their perspective. This study was based on an exploratory-descriptive approach and adopted a qualitative methodology. The participants were 10 women who were physically attacked and filed charges in a *Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher* (Women's Police Station). Data collection was carried out through semi-structured interviews, which based the construction of the participants' Genogram and Network Maps. In the data analysis, Ground Theory was used, as well as the software Atlas/ti 5.0 to help with the categorization of the accounts from the interviews. It was possible to observe that the threats, the verbal aggression, and the physical attack were the configurations that the violence had and the main aggressors were their husbands/partners. Attempts to justify the aggression were noticed and sequels from the injury, be they physical (pain all over the body, hematomas), psychological (depression, suicide attempts), and social (dismissal from work, social isolation). In order to bear these sequels, the interviewees used some confrontation strategies that they already knew and some others that they eventually embodied. With the Genogram, it was possible to observe the violence transgenerationality. Additionally, it became clear that the members of each family presented a pattern in terms of family relationship that was similar to the pattern lived by the victims. With regards to the assistance, the participants declared that they received little information and orientation about their rights and the organs part of the reference service network. Moreover, lack of guiding to the services was mentioned. Some of the victims stated that the assistance received made them feel safe and protected. With the Network Maps, it was possible to perceive that the family, work, and friendship support networks provided them with emotional strength and advice, whereas the professionals from the reference services were more of a material and service support. It is possible to consider that the findings from this study present subsidies so that the reference services may improve their quality. The findings have also shown the importance of human resources qualification in these organs and also call for other professionals to contribute, such as psychologists, in the sense of encouraging the victim.

Keywords: violence against women; reference services in the assistance to victims; violence transgenerationality; psychosocial support networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997).....	66
Figura 2 – Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997) com acréscimo da figura da entrevistada e de seu marido/companheiro no centro do mapa.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária das participantes.....	73
Gráfico 2 – Estado civil das entrevistadas.....	73
Gráfico 3 – Grau de escolaridade das participantes.....	74
Gráfico 4 – Principal trabalho das entrevistadas.....	74
Gráfico 5 – Renda familiar das participantes.....	75
Gráfico 6 – Principal agressor.....	75
Gráfico 7 – Número de filhos das participantes.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro referente às categorias, subcategorias e elementos de análise.....	76
---	----

GLOSSÁRIO

Agressor – “Agente de uma agressão, que dizer, a pessoa que agride uma outra, seja por palavras ou por fatos. Se a agressão é injusta, estruturando, assim, crime previsto e qualificado em lei penal, o agressor é o autor ou o agente do crime, que resulta da agressão. Se a agressão é consequente de uma agressão injusta, tendo seu agente a executado em desforço próprio, isto é, para livrar-se da agressão atual e iminente contra ele, beneficia-se da justificativa de legítima defesa, e o agressor tem atenuante para o ato cometido. Em regra geral, entende-se como agressor aquele que começa ou provoca a rixa” (Silva, 2004, p. 84).

Boletim de Ocorrência – “determina o art. 6, do Código Penal Processual, que a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, deverá, entre outras, tomar as providências do item V, que diz: ‘ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no capítulo III do título VII deste livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura’. O capítulo a que se refere o artigo supra, trata do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196). Da oitiva do indiciado resultará um Boletim de Ocorrência” (Acquaviva, 2006, p. 151).

Medida Protetiva de Urgência – “A concessão desta medida visa acelerar a solução dos problemas da mulher agredida, servindo como meio de proteção e garantia aos seus direitos. As medidas protetivas de urgência estão regulamentadas no capítulo II da Lei “Maria da Penha”, onde prevê taxativamente à sua concessão pela autoridade judiciária a requerimento do representante do Ministério Público ou a pedido da ofendida. Dispõe o artigo 22 da legislação em testilha que o juiz poderá aplicar em conjunto ou separadamente as seguintes medidas protetivas de urgência: suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, entre as quais: aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; e prestação de

alimentos provisionais ou provisórios, além de outras medidas previstas sempre que a segurança da ofendida exigir.

A medida cautelar em comento possui caráter cível, com abrangência no âmbito do direito de família e administrativo, até porque o seu cumprimento, após a concessão judicial é de responsabilidade da justiça, devendo ser cumprida pelos seus serventuários. Ademais, nos casos onde o juiz entender necessário, deverá requisitar força policial. Vale ressaltar que o descumprimento de medida protetiva de urgência deferida, ensejará nova atuação da autoridade policial em decorrência da prática do delito de desobediência pelo agressor” (Sumariva, 2007).

Termo Circunstanciado – “Breve registro, circunstanciado, de uma ocorrência policial de competência dos Juizados Especiais Criminais, elaborado por delegado de polícia ou policial militar. Neste sentido, dispõe o art. 69 da Lei 9.099, de 26.09.1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais): Art. 69 - A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários” (Acquaviva, 2006, p. 833-834).

Vítima – “Do latim, *victima*, geralmente entende-se toda pessoa que é sacrificada em seus interesses, que sofre um dano ou é atingida por qualquer mal. E sem fugir ao sentido comum, na linguagem penal, designa o sujeito passivo de um delito ou de uma contravenção. É, assim, o ofendido, o ferido, o assassinado, o prejudicado, o burlado” (Silva, 2004, p. 1493).

1. INTRODUÇÃO

A violência foi perpetrada ao longo da história humana como forma de subjugar e exercer poder sobre o outro, para com isso alcançar uma finalidade específica, sendo que os grupos identificados como os mais afetados pela violência também eram os mais frágeis e vulneráveis tanto socialmente, quanto na vida privada, ou seja, as crianças, as mulheres, os idosos, os deficientes físicos e/ou mentais.

Com o transcorrer dos séculos, atos violentos que antigamente eram tolerados e muitas vezes permitidos por lei, como o pai torturar os filhos, ou o marido matar a esposa em nome da própria honra, atualmente são combatidos e punidos. Entretanto, apesar do avanço no reconhecimento dos direitos humanos, da organização de movimentos sociais, da criação de novas leis e da produção de pesquisas sobre o tema, entre outras ações voltadas ao enfrentamento da violência nas suas mais diversas configurações e para oferecer suporte aos grupos mais atingidos pela mesma, certos atos violentos ainda são admitidos e tolerados socialmente (Barcellos, 2006; Azevedo, 1985).

A violência exercida contra a mulher, por exemplo, pode ser encontrada em qualquer tipo de cultura e classe social, e ocorre de várias formas, seja através da negligência, do uso da violência psicológica, da violência física e também pela violência sexual. Não obstante, a violência física perpetrada pelo próprio marido/companheiro ou por algum outro membro da família (pai, irmão), é considerada como a principal configuração que a violência assume quando é praticada contra as mesmas. Sendo assim, o uso do poder do homem sobre as mulheres encontra-se na base da violência que é exercida contra elas, e ocorre como um modo de dominá-las e controlá-las, especialmente se a vítima¹ for sua parceira numa relação conjugal (Azevedo, 1985; Carneiro & Oliveira, 2008; Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006; Ministério da Saúde, 2002; Porto, 2006).

Além disso, é elevado o número de seqüelas que são produzidas pela violência física à mulher vítima, que englobam desde seqüelas físicas (fraturas, feridas), até seqüelas psicológicas (depressão, tentativas de suicídio), reprodutivas (aborto, DSTs) e sociais (desemprego, isolamento social), bem como contribui com a geração de conflitos com a própria família e com a elevação do grau de vulnerabilidade daquelas que sofrem este tipo de agravo.

¹ Em função de o termo vítima ser controverso na literatura e de haver posições distintas entre diversos autores a este respeito, esta pesquisa adotará a definição de vítima da área do Direito, conforme expresso no Glossário deste estudo.

A violência física também é freqüentemente acompanhada ou precedida de severa violência psicológica ou verbal, sendo que ambas provocam marcas e dores que extrapolam o momento em que é perpetrada, podendo tornar-se um problema crônico e prolongado, ou seja, suas conseqüências podem ser vividas mesmo depois de anos que tal ato foi exercido (Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006; Ministério da Saúde, 2002).

Ao mesmo tempo, a violência contra a mulher dentro da família gera repercussão em crianças e adolescentes, principalmente se estes possuem vínculo emocional com o agressor e/ou com a vítima, como é o caso de filhos de casais que se relacionam através da violência. Nesse sentido, o que se constata é que a violência ocorrida entre os pais pode gerar seqüelas psicológicas e sociais nas crianças, semelhantes às produzidas nas próprias vítimas de agressão, assim como contribui para que elas eventualmente repitam essas agressões em suas relações, por aprenderem que o uso da violência é uma forma de interação normal entre as pessoas, constituindo, com isso, a transgeracionalidade da violência (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Ferrari & Vecina, 2002; Narvaz & Koller, 2006).

No intuito de enfrentar e prevenir esse tipo de agravo, não apenas em função das diversas seqüelas e dos graves desdobramentos que provoca, mas também pelo seu alto índice de ocorrência, organizações não governamentais (ONGs), movimentos feministas e publicações de pesquisas realizadas sobre o assunto passaram a reivindicar melhores condições de atendimento a estas mulheres tanto nas unidades de saúde, quanto nas Delegacias.

Como forma de cumprir essas reivindicações, no Brasil, durante a década de 80, foram construídas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, bem como serviços públicos de saúde e de referência no atendimento a vítimas de violência sexual. Nessa mesma época, ocorreu o reconhecimento por parte de diversas convenções e organizações internacionais de que a violência contra a mulher se configura como uma afronta aos direitos humanos. Convenções tais como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção dos Direitos da Mulher), dos quais o Brasil é signatário (Souza & Adesse, 2005).

Como desdobramento disso, atualmente as mulheres vítimas de violência podem contar com uma rede de serviços de referência no atendimento a este tipo de agravo, como: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; serviços em hospitais e universidades; organizações de combate à violência contra a mulher; Defensorias Públicas; Juizados Especiais; Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres e Casas-Abrigo.

Somadas a essas iniciativas, o Governo Federal editou políticas públicas, como a Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação à Violência contra as Mulheres (2003), o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2005) e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007), que prevêm, no conjunto de seus dispositivos, ações que vão ao encontro da eliminação da violência contra a mulher, tanto através da devida assistência social, à saúde e à segurança da mesma, quanto da garantia de seus direitos e, inclusive, de propostas que realizem uma mudança cultural e dos valores partilhados pela sociedade.

Nesse sentido, a rede de serviços de referência no atendimento às mulheres vítimas de violência devem suprir as necessidades imediatas de suas usuárias, bem como protegê-las das consequências físicas e psicológicas que tal agravo gera, além de realizar o devido encaminhamento jurídico e social de sua situação, constituindo, desse modo, uma ação integrada entre as diversas instituições que fazem parte desta rede.

Além disso, para a realização de um atendimento humanizado, com acolhimento a essas mulheres, e conforme preconiza as políticas públicas editadas pelo Governo Federal, é preciso oferecer suporte psicossocial a elas, ou seja, que os profissionais sejam capazes de estabelecer um relacionamento de modo tal, que as mulheres se sintam protegidas e apoiadas para enfrentar o seu problema. Em consonância com Campos (2005), entende-se por suporte psicossocial o conjunto de recursos humanos e materiais que os serviços oferecem, numa perspectiva que transcende o trabalho burocrático realizado pelos mesmos.

Cabe destacar que, embora a atual estrutura e organização dos serviços de referência no atendimento às mulheres vítimas de violência estejam ancoradas nas diretrizes propostas pelo Governo Federal, estudos (Pasinato & Santos, 2008; Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007) apontam que os mesmos não suprem adequadamente as necessidades desta demanda, mesmo em se tratando do primeiro acolhimento, pois não possuem estrutura física e recursos materiais adequados, nem profissionais especializados para esse tipo de atendimento. É comum mulheres que foram agredidas relatarem, por exemplo, que foram mal atendidas nas Delegacias e até mesmo culpabilizadas pela agressão gerada contra elas.

Do mesmo modo, os estudos mencionados acima constataram a ausência de articulação e interlocução entre os vários serviços que compõe a rede de atendimento, principalmente entre os da área jurídica e os da saúde, além de ONGs, Casas-Abrigo, etc. Acredita-se, dessa forma, que o suporte psicossocial, embora pregado pelas cartilhas editadas pelo Governo Federal, não é concretizado quando a vítima chega nessas instituições.

Portanto, é nesse horizonte que se fez a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as características da violência sofrida por mulheres e do suporte psicossocial oferecido pela rede de serviços de referência no atendimento a vítimas de violência, na perspectiva das usuárias destes serviços? Entende-se que a relevância de pesquisar a relação existente entre esses serviços de referência e sua demanda, a partir da perspectiva de suas usuárias, reside no fato de se tratar de uma temática atual e que vai ao encontro das políticas públicas relacionadas à saúde, à segurança e aos aspectos psicossociais das mulheres.

Considera-se que os dados resultantes desta pesquisa fornecem subsídios importantes para que os serviços de referência aumentem a qualidade do atendimento oferecido às mulheres, bem como justifiquem a importância do aperfeiçoamento continuado dos recursos humanos existentes nestas instituições, e a solicitação da presença de outros profissionais nos mencionados serviços que possam contribuir com esse olhar, entre eles o psicólogo, no sentido de favorecer o acolhimento integral da mulher vítima de violência.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Caracterizar a violência sofrida por mulheres e o suporte psicossocial oferecido pela rede de serviços de referência no atendimento a vítimas de violência, na perspectiva das usuárias destes serviços.

Objetivos Específicos

- Identificar o tipo de violência sofrida pelas mulheres e os desdobramentos psicológicos e familiares após a situação;
- Mapear a transgeracionalidade da violência nas famílias das mulheres vítimas de violência;
- Descrever o funcionamento da rede de serviços de referência no atendimento a mulheres vítimas de violência, em termos de recursos e de ações de suporte psicossocial;
- Analisar a perspectiva das usuárias sobre o atendimento oferecido pelos serviços de referência no atendimento a mulheres vítimas de violência;
- Identificar as redes de suporte familiar e social recorridas após a situação de violência sofrida.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Delineamento Epistemológico

A temática central desta pesquisa é entendida sob a perspectiva da complexidade (Morin, 1991), no sentido dos múltiplos aspectos que convergem na mesma e que se afetam mutuamente. Compreende-se por complexidade um fenômeno que está sempre inserido em um contexto maior que interfere sobre o mesmo, assim como tal fenômeno pode interferir sobre tal contexto, ou seja, trata-se de um conjunto onde todas as suas partes estão integradas, associadas e em constante interação umas com as outras, sendo que é nesta interação que as mesmas adquirem sentido (Vasconcellos, 2002). Portanto, complexidade “refere-se a um conjunto, cujos constituintes heterogêneos estão inseparavelmente associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo” (Vasconcellos, 2002, p. 110).

Deste modo, o foco de atenção se concentra, necessariamente, na rede de relações entre os elementos constitutivos de um determinado sistema e a relação deste sistema com os demais, e não sobre suas partes isoladamente. O indivíduo é considerado, mas sempre dentro do contexto no qual está inserido, entendendo-se que o contexto não se reduz ao ambiente em que ele se encontra, mas às relações que todos os elementos que constituem o contexto estabelecem entre si. Vale ressaltar que o próprio observador pertence ao sistema que observa e, assim sendo, deve ser incluído na compreensão do mesmo (Vasconcellos, 1995, 2002).

Todo sistema complexo é também aberto e está em constante interação com outros sistemas que existem em seu meio, sendo que esta interação pode levar à sua modificação ou à manutenção de sua estrutura (Dabas & Najmanovich, 1995; Najmanovich, 2001). A partir de tais concepções, buscar-se-á abranger o objeto a ser pesquisado em suas várias perspectivas, formas e organizações, reconhecendo a estreita relação que existe entre estes elementos, já que se entrelaçam e se afetam recursivamente, de modo a alcançar a compreensão do fenômeno em sua plenitude. Desse modo, é preciso compreender os dados obtidos em seu conjunto e não isoladamente, pois é a partir de sua totalidade que ganham sentido e que a inter-relação entre suas variáveis se faz evidente.

3.2 A Violência Contra a Mulher

Os mais antigos registros históricos mostram que o uso da violência foi exercido sob todas as suas formas (física, psicológica, sexual e através da negligência) e, comumente, contra os grupos que possuíam menor poder dentro da família, sociedade e cultura, ou seja, as crianças, as mulheres, os idosos e os deficientes físicos e/ou mentais.

A violência sempre foi uma forma das pessoas se relacionarem entre si para oprimir, dominar e subjugar o outro sobre quem tal ato era exercido, assim como para alcançar determinado fim (Barcellos, 2006; Ferrari & Vecina, 2002). Na Roma Antiga, por exemplo, era possível ao pai agredir, mutilar e vender os próprios filhos. Já na Idade Média, era permitido ao marido, tanto pelo tribunal civil quanto pelo poder religioso, torturar, bater e matar a própria esposa (Alberdi, 2005; Aldrighi, 2006; Azevedo, 1985; Ferrari & Vecina, 2002).

Assim, conforme definição da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) violência é:

o uso intencional de força física ou poder, sob a forma de ameaça ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande possibilidade de resultar em dano, morte, prejuízo psicológico, mau desenvolvimento, ou privação (p.5).

Já segundo Ferrari e Vecina (2002), os tipos de violência se caracterizam da seguinte forma:

- a) Violência Física – toda lesão física ou corporal que deixa marcas visíveis, como bofetadas, empurrões, golpes, fratura de ossos, queimaduras, etc.
- b) Violência Psicológica - agressão verbal, descréditos, humilhações, manipulação afetiva.
- c) Violência Sexual – imposição de ato de cunho sexual por parte de uma pessoa com outra, através do nudismo, da penetração vaginal ou anal (estupro), entre outros.
- d) Negligência – falta de proteção e cuidados físicos, falta de respeito a necessidades de contato, afeto e estimulação cognitiva, descuido com alimentação, etc.

Com o passar dos séculos, porém, atos violentos que eram considerados legais e lícitos numa determinada época, passaram a ser punidos pela mesma justiça que antes os toleravam, e foram sendo banidos da sociedade através da promulgação de leis, de movimentos populares e de investigações e publicações de estudos a respeito dos malefícios que tais atitudes geravam tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade (Azevedo, 1985; Barcellos, 2006; Fuster, 2002).

No que tange à violência contra a mulher e sobre os movimentos sociais formados em prol das mesmas, na maior parte dos países ocidentais, especialmente nos desenvolvidos, a

década de 60 foi marcada pela eclosão do movimento feminista, que expôs os problemas gerados em função das desigualdades entre os gêneros e tornaram públicas questões até então consideradas do foro íntimo, tais como: a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a dupla jornada de trabalho da mulher, as suas condições de vida precária em relação aos homens, etc. Além disso, reivindicou maior liberdade sexual para elas, exigiu o combate à violência praticada contra as mesmas, em suas diversas formas, entre outros fatores que afetavam diretamente a qualidade de vida da mulher e que, por isso, precisavam ser contemplados pelas políticas públicas (Azevedo, 1985; Costa, 2005; Ministério da Saúde, 2004b; Villela & Lago, 2007).

Na América Latina, o movimento feminista ocorreu a partir dos anos 70, como forma de resistências às ditaduras existentes na época e reivindicou os mesmos pontos dos movimentos feministas que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos na década anterior, com a diferença que nos países latinos buscou-se ampliar os direitos das mulheres em articulação com uma reforma social mais abrangente (Azevedo, 1985; Costa, 2005).

Com relação às investigações e publicações de estudos sobre a violência exercida contra a mulher, vale destacar o nome de Erin Pizzey que, na década de 70, publicou um livro intitulado “Scream Quietly or the Neighbors Will Hear” sobre esposas que eram agredidas por seus maridos, que provocou grande repercussão na época e alertou para a obscuridade com que tal tema era revestido na sociedade (Aldrichi, 2006; Fuster, 2002).

Junto com o lançamento do livro, a referida autora também realizou um documentário sobre a mesma temática que foi transmitido na televisão e que causou forte impacto tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, aumentando assim o interesse do público pelo assunto. Em consequência disso, houve o crescimento das investigações a respeito dessa problemática e passou-se a exigir que o governo incluísse o enfrentamento a esse agravo no planejamento das políticas públicas (Fuster, 2002).

Como se não bastasse todas essas iniciativas, Erin Pizzey ainda fundou o primeiro abrigo para mulheres vítimas de agressão de seus maridos em 1971, na Inglaterra, que desencadeou a abertura de outros centros pela Europa e pelos Estados Unidos com o mesmo intuito (Azevedo, 1985).

Somadas à explosão dos movimentos feministas e às publicações de investigações realizadas, as seqüelas geradas devido à violência contra a mulher, que vão desde a ocorrência de seqüelas físicas (fraturas, feridas), até a ocorrência de problemas psicológicos (depressão, pânico, tentativa de suicídio), familiares (briga com os pais, separação) e com a rede social

ampliada (perda do emprego, afastamento da comunidade e amigos), bem como a situação de vulnerabilidade que tal ato imputa à mulher e seu alto índice de ocorrência, foram todos fatores importantes para que qualquer tipo de violência praticado contra ela deixasse de ser considerado uma questão da vida privada para tornar-se um problema de saúde pública (Mattar e cols., 2007; Oliveira e cols., 2005; Porto, 2006; Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007).

Em termos de política internacional, foi apenas em 1993, em Viena, Áustria, que a Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, reconheceu a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos. A partir disso, todos os países membros da ONU deveriam se valer dos recursos necessários para combater este tipo de agravo. Nessa mesma direção, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) declarou, em 1991, a violência contra a mulher como um problema de saúde pública (Souza & Adesse, 2005).

O Brasil, por sua vez, assinou no ano de 1994 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que estabeleceu a necessidade de se combater qualquer forma de violência contra a mesma, bem como do acolhimento as vítimas, e também ratificou a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Convenção dos Direitos da Mulher), em 1º de fevereiro de 1984 (Souza & Adesse, 2005).

Apesar de tantos avanços, é possível encontrar ainda hoje o uso da violência sendo exercido contra as mulheres, pois existem certas formas de violência que são permitidas e, inclusive, toleradas pela sociedade (Aldrighi, 2006; Barcellos, 2006). O uso da violência física perpetrada pelo marido/companheiro ou outro familiar, mais do que por um desconhecido, tem sido apontada como a principal agressão exercida contra a mulher, o que não implica que esse tipo de violência ocorra sem articulação com as demais – psicológica, sexual, negligência. (Azevedo, 1985; Marcos, 2005; OMS, 2002).

Conforme estimativa divulgada pelo Instituto Perseu Abramo (2001), a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil, e de acordo com dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1989, 63% das vítimas de violência no espaço doméstico foram mulheres e 70% dos agressores foram os próprios maridos ou companheiros (Ministério da Saúde, 2002).

Dados semelhantes foram obtidos por um estudo realizado por Carneiro e Oliveira (2008) na Casa Abrigo Maria Haydeé, do Rio de Janeiro, que verificou que de 600 mulheres

atendidas e registradas nesta instituição, 70% delas corriam risco de morte por ameaça de violência severa por parte do marido/companheiro, do pai ou do irmão. Do mesmo modo, em um estudo realizado em Delegacias de Polícia de Campinas, São Paulo, constatou-se que 70% das mulheres que sofreram violência sexual foram violentadas dentro de casa e pelo próprio marido (Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005).

Assim, “uma vez que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também uma forma de violência de gênero” (Narvaz & Koller, 2006, p. 8). Entendo-se por gênero uma “construção cultural coletiva dos atributos da masculinidade e feminilidade” (Ministério da Saúde, 2002, p.13). Portanto, o conceito de violência contra a mulher adotado por esta pesquisa foi aquele definido pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), também adotado em 1994 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que determina:

Artigo 1º – Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 2º – Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica que: a) Tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação inter pessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e compreenda, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual.

Embora as estatísticas referentes à violência exercida contra a mulher sejam alarmantes, sabe-se que dificilmente é possível obter o número real de mulheres que são diariamente agredidas. No Brasil, por exemplo, há a estimativa de que os casos denunciados equivalham a no máximo 20% da totalidade dos que realmente acontecem (Drezett, Baldacini, Nisida, Nassif & Nápoli, 1999; Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005). Mesmo após a publicação da Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, considera-se que é ainda elevado o número de mulheres que não querem denunciar seus companheiros, o que resulta na impunidade dos mesmos e na perpetuação da violência contra elas.

Tal fato ocorre justamente por que muitas mulheres são agredidas dentro das próprias casas, começando pelo pai e pelo irmão, e posteriormente pelo marido ou namorado (Bedone & Faundes, 2007; Porto, 2006; Richardson e cols., 2002; Villela & Lago, 2007). Em função disso, elas se calam, uma vez que temem sofrer um ato ainda mais severo do agressor, pois a probabilidade disso acontecer, incluindo o homicídio, aumenta significativamente depois que a mulher decide abandonar a relação conjugal (Ferrari & Vecina, 2002).

Da mesma forma, mulheres agredidas dentro da própria família tendem a minimizar o problema, desejando acreditar que o marido/companheiro, pai ou irmão não é tão violento como parece. Elas também sentem vergonha, culpa e têm baixa auto-estima por viverem esse tipo de situação, além do medo de ficarem sozinhas. Como consequência disso, acabam se isolando de seus contatos sociais, restringindo-se ao ambiente doméstico e, desse modo, afastando-se de uma possível rede de apoio, o que contribui para tornarem-se ainda mais prisioneiras de uma relação baseada na violência (Bedone & Faundes, 2007; Monteiro & Souza, 2007; Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005; Villela & Lago, 2007).

Muitas mulheres casadas ou que têm um companheiro igualmente acham natural terem que fazer sexo sem vontade ou sob a coerção de seu parceiro, por considerarem que essa seria uma de suas obrigações dentro de uma relação amorosa, o que as fazem aceitar o uso da violência contra elas (Azevedo, 1985; Monteiro & Souza, 2007; Saffioti, 2002).

Outro motivo apontado por Souza e Adesse (2005) e Bedone e Faúndes (2007) para a mulher não denunciar as agressões padecidas, é o seu descrédito que uma investigação e futura punição do agressor serão realmente efetivadas. Tal descrédito é corroborado por dados obtidos pela Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, que constatou que de cada 105 denúncias registradas nas instituições jurídicas, apenas 25 tornam-se inquérito policial e somente uma chega aos tribunais, ou seja, é ínfimo o número de processos em que o agressor é juridicamente condenado (Alberdi, 2005; Debert, 2002; Ferrari & Vecina, 2002).

Além disso, a agressão exercida pelo homem contra a mulher comumente é registrada como lesão corporal leve, isto é, como um crime de “menor potencial ofensivo”. Dessa forma, a punição aplicada nesses casos geralmente é desproporcional se comparada à agressão sofrida por elas (Azevedo, 1985; Debert, 2002). Existem também poucas testemunhas que tenham realmente presenciado o fato, já que ele ocorre normalmente no interior da residência, assim como existem poucas testemunhas dispostas a prestar depoimento, tanto nos casos em que tenham estado presentes no momento da agressão, como nas situações em que tenham meios de constatar que a violência ocorreu – como no caso de médicos e enfermeiros (Azevedo, 1985).

No Brasil, por exemplo, os profissionais da saúde são obrigados por lei a notificar os casos atendidos de agressão sexual contra a mulher. Contudo, são raros os que assim procedem em função, muitas vezes, do modo como concebem o papel que cabe aos homens e às mulheres exercer. Nesse sentido, uma pesquisa realizada por Cavalcanti, Gomes e Minayo (2006) sobre as representações sociais da violência sexual entre profissionais da saúde (médicos(as); odontólogos(as); enfermeiro(as); psicóloga; assistente social e nutricionista) de três

maternidades públicas do Rio de Janeiro, apontou para uma visão dos mesmos que legitima o domínio do homem sobre a mulher.

Segundo esses profissionais, há um impulso biológico no homem para o sexo que é quase impossível de reprimir, e caso este impulso seja contido, há o risco do homem tornar-se irritável e nervoso. Tal entendimento é condizente ao do senso comum e contribui para que a violência sexual contra a mulher seja tolerada, principalmente quando ocorre dentro da relação conjugal (Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006; Villela & Lago, 2007).

Outro elemento que faz com que mulheres não denunciem seus agressores é o fato de que muitas delas consideram que é preciso primeiro prestar queixa na polícia, antes de procurar uma unidade de saúde, o que elas geralmente não fazem por se sentirem constrangidas, humilhadas e fragilizadas com o ocorrido (Azevedo, 1985; Bedone & Faúndes, 2007; Oliveira, 2007; Souza & Adesse, 2005).

Por outro lado, Azevedo (1985) afirma que alguns policiais ainda agem de forma a ridicularizar e culpabilizar a vítima pela violência que sofreram, além de não incentivarem o registro da queixa, pois isso implicaria no término da relação e na desarticulação de uma suposta unidade familiar. Para a referida autora, “a proteção policial corre muito mais na linha de defesa da estabilidade da instituição do casamento, do que na defesa da vida das pessoas que compõem a família” (p. 33).

Há, também, o receio acerca de como as outras pessoas lidarão com a situação, ou seja, se não irão culpá-la de ter provocado a violência exercida contra ela, já que é ainda comum se acreditar que a mulher deva ter feito algo para merecer a agressão sofrida. Tal crença é compartilhada tanto por profissionais da saúde e da justiça, por exemplo, quanto pela população e, inclusive, pela própria vítima, o que a deixa ainda mais insegura de denunciar os maus tratos a que é submetida, já que não sabe se terá o apoio necessário de outras pessoas para sair dessa relação (Alberdi, 2005; Azevedo, 1985; Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006; Marcos, 2005; Villela & Lago, 2007).

Em um estudo realizado pela Comissão Européia, em 1999, a respeito do que os europeus pensavam sobre a violência cometida contra as mulheres, 46% afirmaram que considerava a atitude provocativa da mulher uma das causas de terem sido vítimas de violência sexual (Fuster, 2002). Já no estudo realizado por Cavalcanti, Gomes e Minayo (2006), houve igualmente por parte dos profissionais da saúde pesquisados a imputação de culpa à mulher pela agressão sexual sofrida, pois segundo estes profissionais declararam, elas não mostraram que

mereciam respeito pelo modo como se vestiam, pelos lugares que freqüentavam e pelos horários inadequados que circulavam pela cidade.

Sendo assim, de uma forma ou de outra a mulher é sempre responsável pela agressão sofrida, já que não cabe a ela ser independente, nem almejar qualquer tipo de liberdade, seja para vestir o que bem quiser, ou para sair em qualquer lugar e em qualquer horário. Dentro dessa visão, “o castigo aparece como alternativa de controle da sexualidade, recolocando a mulher no seu espaço de origem, ou seja, o âmbito privado, ao qual deveria se resignar e nele se circunscrever” (Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006, p. 37).

Outro aspecto que deve ser considerado, diz respeito à condição social e econômica das mulheres. Apesar da atual Constituição brasileira (1988) estabelecer que quando duas pessoas exercem a mesma função no trabalho, devem também receber salários iguais, verifica-se que tal determinação não ocorre na prática, pois ainda há mulheres que recebem menos do que os homens, apesar de realizarem as mesmas tarefas que os mesmos (Azevedo, 1985). Somado a isso, é muito maior o número de mulheres que vivem em situação de pobreza do que os homens. Elas também trabalham mais horas e muitas vezes em atividades não-remuneradas, como é o caso dos afazeres domésticos (Carneiro & Oliveira, 2008; Ministério da Saúde, 2004).

A referida desigualdade ocorre até mesmo em países desenvolvidos e é mais profunda em mulheres trabalhadoras rurais, negras e índias, o que amplia sua discriminação e seu sofrimento. Ao mesmo tempo, essa situação faz com que as mulheres adoçam em maior número do que os homens, embora vivam muito mais do que eles (Carneiro & Oliveira, 2008; Ministério da Saúde, 2004).

As desigualdades financeiras existentes entre homens e mulheres servem, ainda, para gerar pontos de conflito entre o casal e dão maior poder de controle a quem possui a melhor condição sócio-econômica, dando motivos para que a violência ocorra (Aldrichi, 2006; Ministério da Saúde, 2004; Monteiro & Souza, 2007). Dependendo economicamente do marido/companheiro ou ganhar menos do que ele, apesar de exercer a mesma função, também serve para aumentar a fragilidade, a vulnerabilidade e a desvalorização na qual a mulher se encontra, uma vez que, com isto, ela não se vê em condições de sustentar a família por si própria. Desse modo, resta a ela, muitas vezes, continuar na relação conjugal, ou voltar para o agressor como meio de conseguir se manter e manter seus filhos (Alberdi, 2005; Carneiro & Oliveira, 2008).

É também possível constatar que o grau de instrução das mulheres que são agredidas normalmente é muito baixo. O estudo realizado por Carneiro e Oliveira (2008) em uma Casa

Abrigo do Rio de Janeiro, por exemplo, apontou que das 600 mulheres atendidas nesta instituição, 46,2% cursaram até o Ensino Fundamental e apenas 1,2% o Ensino Superior.

Da mesma forma, uma pesquisa conduzida por Schaiber e cols. (2003) com 322 mulheres usuárias do serviço de atenção primária da rede pública de São Paulo verificou que, 69,6% haviam sofrido agressão física, psicológica ou sexual, em grande parte, dentro de casa, e que destas, 32,3% tinham o Ensino Fundamental Incompleto e somente 33,8% tinham o Ensino Fundamental Completo. Dado esse que se confirma em diversos outros estudos sobre o tema e que foram realizados nas mais variadas culturas (Avdibegovic & Sinanovic, 2006; Diniz, Lopes, Gesteira, Alves & Gomes, 2003; Xu e cols., 2005).

O nível de escolaridade baixo limita as possibilidades de escolhas profissionais das mulheres, além de fazer com que optem por profissões pouco valorizadas socialmente e de baixa remuneração, tais como as de empregada doméstica, faxineira ou cozinheira, quando não resta a elas ficar relegadas ao trabalho da própria casa, tornando-se completamente dependente do marido/companheiro para sobreviver. Assim, trata-se de mais um elemento que converge na direção de manter a mulher inferiorizada diante dos homens e, destarte, na condição de subalterna a eles (Alberdi, 2005). Já o grau de instrução elevado é considerado um fator de proteção² em casos de violência, pois além de possibilitar à mulher encontrar melhores empregos e ganhar melhores salários, permite o maior acesso a informações sobre o tema, especialmente acerca de suas formas de prevenção (Carneiro & Oliveira, 2008; Marinheiro, Vieira & Souza, 2006).

Somado a tudo isso existe outros fatores listados pelas pesquisas (Ministério da Saúde, 2002; Silva, Coelho & Caponi, 2007) como possíveis motivos para as mulheres continuarem em uma relação onde há violência, que são:

- história familiar onde havia agressão entre os pais ou pessoas próximas a elas, o que propicia com que repitam esse modelo na sua própria relação conjugal;
- ela mesma ter sido vítima de violência física, negligência, abuso sexual, entre outros, quando criança ou adolescente;
- uso do casamento como meio de sair de casa, sendo o parceiro e a relação conjugal idealizados;
- desejo de proteção, dependência e estabilidade no casamento;
- crença na mudança de atitude do marido/companheiro;

² Fatores de risco – características ou circunstâncias pessoais, ambientais, sociais de indivíduos ou grupos que aumentam a possibilidade de sofrerem dano à saúde.

Fatores de proteção – características potenciais que protegem o indivíduo ou grupo, atenuando ou neutralizando os efeitos negativos dos riscos, além de promoverem a resiliência (Pedro, 2007).

- crença na incapacidade de viver sem o marido/companheiro e sem um pai para os filhos;
- desresponsabilização do marido/companheiro ao atribuir a fatores externos (como desemprego, uso de drogas, etc.) o comportamento agressivo exibido por ele;
- exagerada valorização de atributos apresentados pelo marido/companheiro, como o fato de ser trabalhador e bom pai, como forma de amenizar a violência que ele exerce contra ela;
- medo de que, com a separação, perca a guarda dos filhos ou tenha que sair de casa;
- falta de apoio da família e de uma rede social.

Já com relação às características encontradas em homens que agredem suas esposas/companheiras, estudos (Acosta, 2005; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Marcos, 2005; Reichenheim, Dias & Moraes, 2006) apontam que geralmente eles apresentam: hostilidade às mulheres; pouca socialização e responsabilidade; comportamento agressivo; tendências narcisistas; sentimento de inferioridade; ciúmes; baixa tolerância à frustração; baixa auto-estima; possessividade; visão estereotipada sobre papéis de gênero; histórico de violência na infância; depressão e ansiedade; tendência a minimizar a agressão perpetrada ou mesmo de negar o que tenham cometido tal ato, culpando a vítima pela conduta que tiveram.

Pesquisas (Azevedo, 1985; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Reichenheim, Dias & Moraes, 2006) destacam, ainda, as variáveis que comumente servem como precipitadoras da agressão do homem contra a mulher, tais como: estar em dificuldades financeiras; estar desempregado; ter conflitos intrafamiliares; usar abusivamente de álcool e drogas, e ter problemas com a lei.

Desse modo, como a violência contra a mulher é frequentemente exercida pelo homem, reforçam-se as relações de gênero como um ponto fundamental a ser levado em consideração no momento de se pensar e implementar ações acerca das políticas de proteção à população feminina (Azevedo, 1985; Ministério da Saúde, 2004b).

3.2.1 Fatores que Sustentam as Desigualdades de Gênero

Existem certos fatores que servem de base de sustentação para a ocorrência das desigualdades entre os gêneros e para a sua perpetuação, até os dias de hoje. Entre esses fatores, Azevedo (1985) aponta para o machismo como um dos componentes que fazem parte de nossa sociedade, que contribui para a prevalência da compreensão de que o homem é mais forte e

mais competente do que a mulher, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente mais bem preparado do que a mesma. Conforme definição da própria autora,

o machismo enquanto ideologia constitui um sistema de crenças e valores elaborado pelo homem com a finalidade de garantir sua própria supremacia através de dois artifícios básicos; afirmar a superioridade masculina e reforçar a inferioridade correlata da mulher (p. 47).

Tal concepção permeia o entendimento de como as relações entre homens e mulheres devem se estruturar e naturaliza uma situação que, na verdade, é socialmente construída, mas que por muitos séculos foi corroborada por estudos ditos “científicos”, além de filosóficos e religiosos (Alberdi, 2005; Azevedo, 1985).

Assim, no momento em que o machismo não surte o efeito esperado, isto é, quando a mulher quer libertar-se da opressão que a relação com o homem lhe inflige, é a ocasião em que a violência física ocorre, no intuito de manter a situação conforme estava definida (Alberdi, 2005; Azevedo, 1985).

Portanto, o espancamento de mulheres pode ser entendido como o “braço forte do machismo”, mantendo para com ele uma relação de duplo sentido: ao mesmo tempo que o reforça é legitimado por ele (Azevedo, 1985, p. 56).

Embora essa ideologia atualmente esteja se enfraquecendo, ela ainda serve como pano de fundo no qual se estabelecem às relações entre homens e mulheres (Alberdi, 2005; Azevedo, 1985). A própria mulher crê em sua inferioridade, pois ela também “encarna” a ideologia machista, o que faz com que suporte com paciência e resignação as agressões direcionadas contra ela, e que, algumas vezes, não se solidarize com aquelas que decidiram romper com uma relação baseada na violência. Além disso, ser boa mãe e boa esposa é saber suportar todas as adversidades para não romper com a unidade familiar. Dessa forma, a submissão da mulher contribui para manter a paz no interior da família (Alberdi, 2005).

Outro elemento que constitui a base sobre a qual se sustentam as desigualdades de gênero, diz respeito ao advento do patriarcado que, segundo Azevedo (1985) e Alberdi (2005), é a forma institucionalizada que o machismo assumiu, já que legitima o homem como único chefe da família. Dessa forma, o pai é o dono de sua esposa e de seus filhos e cabe a ele manter a ordem familiar, mesmo que para isso tenha que recorrer ao uso da violência.

De igual modo que o machismo, o patriarcado não é mais tão dominante em nossa sociedade, mas também não desapareceu completamente, pois como afirma Alberdi (2005) “o

uso da força como método para resolução de conflitos se legitima quando exercem os homens em um modelo social que se apóia na supremacia masculina”³ (p. 23).

Narvaz e Koller (2006) também constataram, com base em seus estudos, que as famílias de hoje em dia ainda tentam alcançar o modelo de família patriarcal, nuclear, monogâmica e burguesa, procurando valorizar a tradição, a hierarquia e, conseqüentemente, a obediência da mulher em relação ao homem, e das crianças e jovens em relação ao homem adulto, por considerarem este o padrão “correto” de se estruturar um ambiente familiar.

Contudo, tal constituição familiar e social não teria condições de se formar, nem de se manter, se não fosse a educação diferenciada oferecida às crianças. Desde a mais tenra idade elas aprendem dentro da família e durante o processo de socialização, quais são as brincadeiras adequadas para os meninos e as meninas; qual o modo aceitável de meninos e meninas se vestirem; que sentimentos cabem aos meninos expressar, como a agressividade, e quais os que cabem às meninas, como a docilidade, etc. (Azevedo, 1985). Sendo assim, desde cedo se aprende a ser homem e a ser mulher, de modo à pessoa se tornar tanto um orgulho para a família, quanto socialmente aceita, ou seja, a criança aprende a ter um gênero (Acosta, 2005; Alberdi, 2005; Azevedo, 1985; Marcos, 2005). Dessa maneira,

A ideologia de gênero legitima uma forma de poder que justifica a dominação masculina naturalizando diferenças que, na verdade, são socialmente construídas. Ainda mais grave, converte as diferenças em desigualdades, justificando, assim, os contextos de dominação (Narvaz & Koller, n.d., p. 9).

Dentro desta perspectiva, a violência física exercida contra as mulheres constitui-se em um “efeito perverso desse processo de dupla mutilação do ser humano, na medida em que acaba sendo vista – por homens e mulheres – como uma manifestação normal da *virilidade* do homem, para impedir a perda da *feminilidade* da mulher” (Azevedo, 1985, p. 72). Feminilidade entendida como ser obediente, frágil, doce, tranqüila, conciliadora e passiva, enquanto ser viril é ser forte, ativo e agressivo. Desse modo, a violência física igualmente ocorre por parte do homem como forma de afirmação da própria masculinidade (Alberdi, 2005).

Além disso, a violência psicológica a qual muitas mulheres são submetidas dentro da família e na relação conjugal, através de xingamentos, humilhações, depreciação de seu modo de vestir, desqualificação de seu corpo, entre outros, só faz aumentar sua insegurança e aprofundar sua baixa auto-estima, tornando-a cada vez menos capaz de reagir às agressões sofridas. De acordo com Azevedo (1985):

³ Citações em língua estrangeira serão colocadas conforme livre tradução da pesquisadora.

a ‘crueldade mental’ constitui, portanto, uma estratégia para fazer com que a mulher ‘reconheça seu lugar’. O espancamento, por sua vez, é uma forma de garantir eficácia à estratégia de crueldade mental enquanto *cerceamento* ou enquanto *degradação* da mulher (p. 145) (grifos da autora).

Ainda em consonância com referida autora,

sem força econômica, sem força psicológica (a mulher) viverá uma condição de permanente *desamparo aprendido*, credencial adequado para desempenhar o papel de vítima nos episódios de *violência física*, enquanto exacerbação de um padrão não-igualitário de relações sociais de gênero (Azevedo, 1985, p. 76) (grifos da autora).

Como é possível verificar, são vários os elementos que articulados constituem a violência contra a mulher e ajudam a perpetuá-la, bem como contribuem para criar e alimentar a vulnerabilidade feminina. Tais elementos vão desde a tolerância social a certos atos violentos exercidos contra a mulher, até as diferenças sócio-econômicas existentes entre os gêneros, somadas às características do agressor e a existência do machismo e de valores patriarcais em nossa sociedade que, conseqüentemente, interferem no modo como homens e mulheres são educados, e que os fazem encarar as desigualdades entre eles como algo natural e legítimo.

Não obstante, o objetivo dessa revisão teórica não é esgotar todas as razões pelas quais a violência contra a mulher ocorre, mas sim chamar a atenção para a complexidade de sua constituição e dinâmica. Conforme Azevedo (1985) destaca, o que é preciso é sempre levar em consideração que se trata de um fenômeno “de múltiplas determinações, sofrendo o efeito de inúmeras mediações que não se pode ignorar se quiser compreendê-lo em toda sua plenitude” (p.18).

3.2.2 As Sequelas da Violência Exercida Contra a Mulher

Conforme visto, estudos (Azevedo, 1985; Marcos, 2005; OMS, 2002) apontam para o uso da violência física como a principal forma de agressão perpetrada contra a mulher. Pode-se definir que a violência física:

ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas (Ministério da Saúde, 2002, p.17).

Esse tipo de violência pode ser perpetrado de diferentes maneiras (tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos) e gera seqüelas que compreendem desde transtornos digestivos e infecções, até falta de apetite, perda de peso, dores de cabeça, dores musculares generalizadas que podem durar semanas ou até meses após a agressão sofrida (Ministério da Saúde, 2002). Nos Estados Unidos, por exemplo, verificou-se que 25% das vítimas de estupro ainda apresentavam sintomas disfuncionais devido à violência sofrida, mesmo depois de quatro a seis anos do ocorrido (Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006).

No entanto, as conseqüências da violência física não se limitam a deixar marcas ou alterar algumas funções no corpo da vítima. Um estudo patrocinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) entre os anos de 2000 e 2001 sobre a violência exercida contra a mulher por seus parceiros íntimos, entrevistou, no Brasil, 1172 mulheres da cidade de São Paulo e 1473 da região da Zona da Mata, em Pernambuco, que tinham entre 15 e 49 anos de idade e eram representantes de todos os níveis sócio-econômicos do país. Dessas, 27% das entrevistadas em São Paulo e 34% das entrevistadas em Pernambuco afirmaram terem sofrido violência física de seus companheiros íntimos, sendo que em 9% das mulheres agredidas de São Paulo e 28% das de Pernambuco a saúde geral foi qualificada como ruim, assim como haviam sofrido aborto provocado ou espontâneo em maior número em comparação com as mulheres que não haviam sofrido violência, e tinham o dobro de possibilidade de haver pensado em suicídio.

Acrescenta-se, desse modo, dentre as seqüelas resultantes da violência física, as de cunho psicossomático, que vão desde insônia, até falta de concentração, irritabilidade, ansiedade, culpa, insegurança, depressão, tentativas de suicídio, e que igualmente podem se tornar crônicas e prolongadas (Ministério da Saúde, 2002).

Já entre as seqüelas sociais que a agressão contra a mulher provoca, encontra-se o isolamento social a que a vítima se submete por vergonha de que outras pessoas descubram o que ocorreu, ou por medo de provocar o agressor e a violência volte a acontecer. Essas mulheres também mudam constantemente de trabalho e de endereço residencial, bem como perdem o emprego com maior freqüência e têm a renda mensal diminuída (Ministério da Saúde, 2002).

Segundo a OMS (2000), pesquisas realizadas em diversos países, como o Canadá, verificaram que uma parte das mulheres que foram agredidas por seus maridos diminuiu suas atividades regulares devido à violência sofrida, sendo que muitas, inclusive, deixaram o próprio emprego. Já no estudo realizado em Manágua, Nicarágua, mostrou que mulheres que são agredidas ganham até 46% menos do que aquelas que não sofreram violência.

Do mesmo modo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento constatou, em estudo realizado em 1997, que as mulheres perdem até 25% dos seus dias de trabalho em função das agressões sofridas, o que acarreta a elas por volta de 3 a 20% de perda financeira (Ministério da Saúde, 2002). Portanto, a violência física, além de deixar marcas no corpo, contribui para aumentar ainda mais a desigualdade econômica e social enfrentadas pelas mulheres.

Contudo, a violência física raramente é a única a ser perpetrada contra a mulher. De acordo com a OMS (2000), esse tipo de violência é frequentemente acompanhado ou precedido de severa violência psicológica ou verbal, ou seja, geralmente quando a mulher sofre agressão física, ela já havia sofrido anteriormente constantes ameaças, desqualificações, coerções, entre outras formas de violência psicológica que são difíceis de serem verificadas, já que não deixam marcas visualmente acessíveis (Ministério da Saúde, 2002).

Apesar de ser considerada “invisível”, tal tipo de violência é capaz de provocar feridas tão dolorosas ou até mais profundas do que as geradas pelas agressões físicas recebidas, assim como pode levar a mulher ao suicídio, ou a desenvolver distúrbios psicológicos (Ministério da Saúde, 2002; Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Desse modo, pode-se dizer que a violência afeta todos os perfis da vida de uma mulher: sua condição de trabalho, para o lazer, para fazer novos amigos, manter antigos contatos, para ter relações com a comunidade (vizinhos, clube, igreja, etc.), e, inclusive, interfere na manutenção dos seus vínculos familiares.

Além disso, a violência exercida contra a mulher por seu marido/companheiro, transcende os limites da relação estabelecida entre os dois e afeta também crianças e adolescentes próximos a eles, mesmo antes de nascerem. Estudos (Ferri e cols., 2007; Tiwari e cols., 2008) mostram que há uma associação significativa entre sofrer abuso físico, sexual e emocional durante a gravidez e o baixo peso do recém-nascido, sendo que o diagnóstico psicológico de depressão é o mais comum entre mulheres que são agredidas durante a gravidez.

Outras pesquisas (Aldrighi, 2006; Carneiro, & Oliveira, 2008; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Ferrari & Vecina, 2002; Silva, Coelho & Caponi, 2007; Tiwari e cols., 2008) evidenciam, ainda, que a violência ocorrida entre os pais pode gerar crianças agressivas e delinquentes, uma vez que a agressão exercida dentro da relação conjugal é aprendida pelas crianças como sendo uma forma normal de interação entre as pessoas, o que aumenta a probabilidade desse comportamento ser repetido em suas relações presentes e futuras. Assim,

Estudos que se aproximam do núcleo familiar têm demonstrado como os vínculos iniciais estão correlacionados com os comportamentos na vida adulta diante dos amigos, pais, parceiros, comunidade, no envolvimento com as regras e normas culturais, e tanto na

capacidade de amar quanto na de desenvolver atos de crueldade contra as pessoas mais próximas (Aldrighi, 2006, p. 214).

O grupo familiar é o primeiro com que a criança interage, e sua principal função é servir de ponte para o desenvolvimento físico e psicológico sadio de seus dependentes, além de transmitir hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento. É na família que o indivíduo começa a aprender os papéis sociais e as primeiras idéias sobre gênero (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Ferrari & Vecina, 2002; Narvaz & Koller, n.d.). Desse modo,

A experiência de conviver com a violência desde tenra idade faz com que esta seja percebida como algo natural e esperado nas relações. Essa aprendizagem acontece a partir da vivência de relações abusivas, como ator, vítima e testemunha da violência nas relações familiares e sociais (Narvaz & Koller, n.d., p. 11).

Schmickler (n.d.) afirma, em acréscimo, que é amplamente aceito por profissionais das ciências humanas e da educação que a violência exercida contra a mulher e contra a criança, constitui-se em um fator chave para se entender a formação destes sujeitos.

O que ficou evidente é uma forma particular de legado: a violência, herdada num cotidiano de violação sistemática dos direitos de uma criança e de conflituosas relações de gênero. Como consequência, não há a instauração de uma cultura de respeito à criança o que pode levar a repetições na geração seguinte (Schmickler, n.d., p. 5).

As poucas oportunidades de conhecer outras formas de casais relacionarem-se, tendo assim possibilidades limitadas de identificação, contribuem, segundo tal autora, para que as crianças absolutizem um modo de relacionamento baseado na agressão e no desrespeito ao outro. Segundo Schmickler (n.d.) mesma destaca, “quando não há alternativas no horizonte, parece que resta repetir o traumático já conhecido” (p. 5).

Nesses casos, a família passa a ser um fator de risco, já que é no seu interior que as crianças e adolescentes aprendem como ser violentas (Narvaz & Koller, n.d.). Vale lembrar que um dos elementos apontados pelos estudos (Ministério da Saúde, 2002; Silva, Coelho & Caponi, 2007) como responsável pela permanência da mulher em uma relação conjugal violenta e também para o homem tornar-se agressor, é o fato de ambos terem vivido uma história familiar onde havia agressão entre os pais e/ou terem sido vítimas de violência quando criança.

Outro ponto que se destaca a esse respeito, de acordo com Miller (citado por Silva, Coelho e Caponi, 2007), é o fato de que crianças e adolescentes que presenciam a violência exercida contra a mulher, igualmente sofrem seqüelas físicas e psicológicas semelhantes as da própria vítima de agressão, que vão desde a ocorrência de ansiedade, dores de cabeça, úlceras,

sentimentos de culpa, depressão, até as relacionadas ao processo de desenvolvimento infantil, tais como problemas na fala, dificuldades de aprendizagem e de concentração.

Nesse sentido, o estudo do Banco Interamericano do Desenvolvimento (1997) constatou que filhos de mulheres que sofrem violência têm 3 vezes mais possibilidade de ficarem doentes, sendo que 63% deles repetem ao menos um ano da escola e normalmente abandonam os estudos aos nove anos de idade (Ministério da Saúde, 2002).

Assim, a violência perpetrada contra a mulher pelo seu parceiro na relação conjugal repercute tanto em crianças quanto em adolescentes, podendo transformá-los em adultos que irão se relacionar com os demais também através da violência. Com isso, forma-se um ciclo contínuo do problema, ou o que se chama de transgeracionalidade da violência, que nada mais é que uma herança transmitida de uma geração a outra com o amparo social e cultural (Narvaz & Koller, n.d.; 2006).

3.3 A Rede de Serviços de Atendimento a Mulher Vítima de Violência

Com o objetivo de enfrentar a violência contra a mulher, organizações não governamentais (ONGs), serviços de saúde, movimentos feministas e outras instituições passaram a reivindicar melhores condições de atendimento a estas mulheres, tanto nas unidades de saúde, quanto nas Delegacias.

Entretanto, no Brasil, foi apenas na década de 80 que surgiram as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, ou também conhecidas como Delegacias da Mulher, assim como o primeiro serviço público de saúde e de referência no atendimento a vítimas de violência sexual. Além disso, o Estado, através de seus órgãos públicos de saúde, segurança e justiça e várias instituições da sociedade civil, abraçou a causa do enfrentamento à violência contra a mulher e tem tratado de suas seqüelas físicas, bem como da sua assistência social e psicológica, além de trabalhar com afinco na prevenção deste tipo de agravo (Souza & Adesse, 2006; Villela & Lago, 2007).

Como desdobramento dessas ações, atualmente existe uma rede de serviços de referência no atendimento a mulheres vítimas de agressão que, além dos já mencionados, também incluem: Defensorias Públicas; Juizados Especiais; Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres; Casas-Abrigo, etc. (Souza & Adesse, 2006; Villela & Lago, 2007). Alguns desses serviços serão brevemente apresentados a seguir para melhor compreensão da dimensão de suas ações:

- **Centros de Referência ou de Atendimento** – oferecem serviço de psicologia, assistência social e serviço jurídico, além de orientações e informações às mulheres que foram agredidas (SPM, 2006).
- **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)** – caracterizada como porta de entrada das mulheres que foram agredidas na rede de serviços de atendimento a esse agravo, as Delegacias Especializadas tem a função de “investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher” (SPM, 2006, p.13).
- **Defensorias Públicas da Mulher** – criadas para ampliar o acesso das mulheres à justiça, bem como para fornecer as orientações jurídicas necessárias e realizar o acompanhamento dos processos instaurados (SPM, 2006).
- **Casas-Abrigo** – com a função de receber mulheres em situações de elevado risco de morte, as Casas-Abrigo contam com o apoio financeiro da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) tanto para sua criação, quanto para seu reaparelhamento e manutenção (SPM, 2006).
- **Serviços de Saúde** – trata-se de hospitais que realizam atendimento principalmente a vítimas de violência sexual, onde é realizada a contracepção de emergência, o abortamento nos casos previstos em lei, a profilaxia contra DSTs/Aids, etc. (SPM, 2006).
- **Ouvidoria** – criada em 2003, realiza seu trabalho em articulação com outros serviços, de modo a encaminhar os casos que lá chegam, assim como atende alguns diretamente (SPM, 2006).
- **Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)** - instaurada em 25 de novembro de 2005, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), a Central de Atendimento a Mulher funciona durante 24 horas por dia, sem intervalos. A ligação é gratuita e, através dele, a mulher (ou qualquer outra pessoa) pode realizar denúncias sobre casos de violência doméstica ou familiar, além de receber informações e orientações jurídicas e encaminhamentos a serviços de referência no atendimento às mulheres agredidas (SPM, 2007a).
- **Unidades de Apoio Psicossocial – Centro de Atendimento à Vítima do Crime (CEVIC)** – criado em 1997, o CEVIC é resultado da parceria entre o Governo Federal (Ministério da Justiça) e o Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania), e tem como objetivo prestar atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de crime contra a pessoa, o patrimônio e os costumes (Silva, Coelho & Caponi, 2007).

- **Instituto Médico Legal (IML)** – fundado em 1885, em São Paulo (SP), o IML é o órgão técnico mais antigo da polícia. Entre as atribuições deste serviço, a mais conhecida é a necropsia (exame de um indivíduo após a sua morte). Contudo, tal serviço corresponde a apenas 30% de sua demanda, enquanto os outros 70% dizem respeito a: prestar atendimento aos presos que adoecem nas Cadeias Públicas; fornecer elementos técnicos para o julgamento de causas criminais; prestar atendimento às vítimas (vivas) de acidentes de trânsito ou de trabalho; atender vítimas de agressões, etc.

O IML também realiza exames, tais como: de lesão corporal; de sanidade física; de constatação de embriaguez, bem como desenvolve pesquisas, promove estudos e divulga trabalhos dentro da área da Medicina Legal, realizando avaliações psicológicas das vítimas para conclusão de perícias e prestação de assistência social aos familiares e as vítimas (www.polcientifica.sp.gov.br).

De um modo geral, é possível encontrar em algumas cidades do país uma rede de atendimento a mulher agredida composta pelos referidos serviços. Levando-se em conta as seqüelas geradas à mulher vítima de violência e que interferem em todos os aspectos de sua vida, os serviços de referência tanto da área da segurança, quanto da justiça, da saúde e do desenvolvimento social, são estritamente necessários na prevenção desse agravo e para a melhora da qualidade de vida destas vítimas.

Além disso, o atendimento articulado, integrado, interdisciplinar e de qualidade entre as instituições de referência possibilitaria uma intervenção e um encaminhamento mais rápido e eficiente de suas usuárias, o que contribuiria para o devido acolhimento das mesmas (Ferrari & Vecina, 2002; Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007).

No entanto, constata-se que nem sempre esses serviços trabalham de forma integrada e articulada, assim como se verifica a desarticulação entre o programa Federal, Estadual e Municipal sobre o papel que cada um deve exercer. Souza e Adesse (2005) afirmam, entre outras coisas, que não há a prioridade no atendimento de mulheres vítimas de violência por parte de Estados e Municípios, por não conseguirem dimensionar o tamanho de sua incidência na população e também pela falta de familiaridade com as cartilhas editadas pelo Governo Federal.

Somado a isso, o Brasil não conta com um número ideal de serviços que atendam mulheres vítimas de violência, pois a maior parte deles está concentrada na região Sudeste do país, sendo que em alguns estados não existe sequer um serviço de referência no atendimento a este agravo (Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007). A criação de Casas-abrigo,

Conselhos dos Direitos da Mulher e Centros de Atendimento a mulher agredida igualmente tem favorecido no combate a este crime e na proteção da vítima. Entretanto, em 2003, o Brasil tinha apenas 40 Casas-Abrigo, quando o recomendado é existir ao menos uma nas cidades com mais de 200 mil habitantes (Souza & Adesse, 2005).

Embora a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher também tenha sido um avanço para o enfrentamento desse problema, há um descontentamento com relação à falta de recursos materiais nestes serviços, além de constatar-se a falta de capacitação dos profissionais que atuam nestas Delegacias, pontos que são focos de críticas por parte de movimentos de mulheres (Souza & Adesse, 2005).

De acordo com Souza e Adesse (2005), os fatores que interferem no sucesso do atendimento de mulheres vítimas de violência pela rede de serviços criada para acolhê-las, e que, de algum modo, sintetizam o que outros estudos sobre o assunto apontam, são:

A implantação de serviços de forma administrativa e burocrática, comprometendo a qualidade do mesmo e mascarando o problema; a violência institucional que as mulheres freqüentemente sofrem nas DEAMs e nos serviços de saúde; a ausência do recorte de gênero no atendimento e nas políticas públicas; a necessidade de implementação de leis, tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário; a necessidade do vínculo de programas e secretarias (e não aos gabinetes de prefeitos e governadores) e da garantia de continuidade dos mesmos; a ausência da violência sexual (e física) nos currículos universitários; a demanda por capacitação e sensibilização dos profissionais; a rotatividade dos profissionais em função da ausência de supervisão e de apoio e a falta de articulação de programas e iniciativas que isoladas não constituem políticas públicas (p. 135).

Já com respeito aos elementos que atuariam no enfrentamento da violência contra a mulher, Villela e Lago (2007) afirmam que é preciso intervir na racionalidade das pessoas, no sentido de desmistificar a crença de que o homem pode e deve exercer poder e controle sobre a mulher, especialmente se ela é sua companheira em uma relação amorosa. Sugere-se, nessa direção, que o tema violência seja abordado nos currículos das instituições de ensino e que continue sendo objeto de pesquisas, para que estas aprofundem cada vez mais o conhecimento acerca das variáveis que constituem e perpetuam este fenômeno (Bedone & Faúndes, 2007; Ferrari & Vecina, 2002; Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007). Já Ferrari e Vecina (2002) destacam a necessidade de uma ação preventiva, com discussões dentro e fora das escolas sobre valores de igualdade e respeito entre as pessoas, além de envolver a comunidade para estimular a denúncia do uso da violência.

A mídia é igualmente apontada como um espaço que deveria ser melhor aproveitado para a vinculação de debates, documentários, filmes, reportagens, enfim, para a divulgação de

materiais que fossem úteis para educar e esclarecer a população sobre o assunto (Ferrari & Vecina, 2002).

Há, ainda, a necessidade de se construírem cada vez mais Casas-Abrigo, para que as mulheres possam se refugiar pelo período de tempo que for preciso, bem como a elaboração de programas específicos para receber e trabalhar com os agressores. A constituição de grupos de auto-ajuda, assim como a formação de uma rede de apoio a essas famílias, composta por vizinhos ou outros familiares, por profissionais dos postos de saúde ou por pessoas do próprio trabalho, tem igualmente contribuído para tirar estas famílias do isolamento e da solidão, diminuindo a chance de um novo ato de violência ocorrer entre seus integrantes (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Ferrari & Vecina, 2002; Narvaz & Koller, n.d.).

Assim, existem várias alternativas para se modificar uma realidade permeada pelo uso da violência dentro das relações conjugais e familiares, mas para isso é necessária vontade política, recursos materiais e econômicos, bem como um esforço conjunto e permanente dos profissionais que compõe os serviços de referência mencionados para atender suas usuárias de forma humanizada, com acolhimento, e que cada camada da sociedade se comprometa e faça sua parte.

3.4 As Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

O governo brasileiro tem implementado ações e editado documentos com o objetivo de enfrentar e prevenir a violência exercida contra a mulher, além de buscar viabilizar o atendimento humanizado, com acolhimento, às vítimas que procuram pelos serviços de referência neste tipo de agravo.

Durante a administração do presidente José Sarney (1985-1989), por exemplo, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com a incumbência específica de “formular propostas de políticas para as mulheres” (Pasinato & Santos, 2008, p. 11). Entretanto, o referido Conselho foi desarticulado no período do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e apesar de posteriormente suas atividades terem sido retomadas, não voltaram a ter a mesma relevância que possuíam. Seu papel, contudo, foi fundamental, uma vez que ajudou a incluir na nova Constituição do país (1988) muitas das reivindicações das feministas da época.

Já em 2003, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também presidente do país naquele período, criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), que veio a

tornar-se um ministério com poderes de formular políticas públicas relacionadas aos direitos da mulher. A criação dessa secretaria foi um ato de grande relevância do governo federal em prol das mulheres, já que

adotou um novo paradigma calcado nas concepções de ‘rede’ e de ‘transversalidade’ de gênero. (...) A rede e transversalidade implicam dois eixos de articulação dos serviços: um eixo horizontal pelo qual os serviços devem fazer parte de uma rede intersetorial e devem ser bem articulados para assegurar o atendimento integral às mulheres; um eixo vertical no qual as políticas e serviços do município, do estado e do governo federal devem estar articulados de forma a otimizar os recursos existentes e potencializar os resultados que possam ser alcançados (Pasinato & Santos, 2008, p. 16).

Na direção de conquistar as propostas estabelecidas, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) tem promovido a reforma e reequipamento dos serviços que compõe a rede de atendimento às mulheres que foram agredidas, bem como a formação de docentes de quinta a oitava série sobre os temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, através do Programa Gênero e Diversidade na Escola (SPM, 2007a).

Vale destacar, ainda, o Programa Mulher e Ciência, implementado pela SPM, que é realizado todos os anos, desde 2005, e objetiva disseminar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre gênero, de modo a gerar debates nas universidades e escolas públicas. O referido programa também concede o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, que premia a redação de estudantes do Ensino Médio e artigos científicos de estudantes da graduação e já graduados sobre o assunto (SPM, 2007a).

Além disso, é igualmente de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) o lançamento da Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher (2003), do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2005) e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2007), que serão apresentados em síntese a seguir:

- **Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher** - em 2003, quando tal política foi implantada, buscou-se prevenir os casos de violência contra a mulher, assim como dar assistência a quem tinha sido agredida e garantir seus direitos, independentemente de sua situação de vida. Tal política também almejava integrar os serviços da área da saúde, segurança, assistência social, cultura e justiça em prol desses objetivos, sem esquecer que a sociedade constituía-se uma parte importante dessa mudança. Por isso as ações deveriam também contemplar a área da educação para incidir nos padrões e valores existentes (SPM, 2007a).

Para tanto, a referida Política previa: a estruturação e ampliação da rede de serviços de referência no atendimento à mulher como forma de garantir seu atendimento integral; a conscientização e capacitação dos agentes públicos para prestar atendimento humanizado e qualificado; o aumento do acesso das mulheres à justiça; a promoção da inserção das mulheres no mercado de trabalho para fortalecer sua autonomia, e o apoio a projetos educativos e culturais para alterar o modo como a sociedade tratava as mulheres (SPM, 2007).

- **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** - o I e II Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM) é produto da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) que foi realizado por milhares de mulheres provenientes de diversos estados do Brasil. Trata-se de um plano de governo que objetivava acabar com a desigualdade existente entre os gêneros e com isso melhorar a qualidade de vida de todos no país. O referido Plano tem como princípios básicos:

- igualdade e respeito à diversidade – de gênero, raça, cultura, inserção social e regional, etc;

- equidade – acesso de todos aos direitos universais;

- autonomia das mulheres – para decidir sobre sua vida e seu corpo;

- laicidade do estado – as políticas públicas devem ser construídas e aplicadas desvinculadas de princípios religiosos;

- universalidade das políticas – acesso de todas as mulheres aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais;

- justiça social – igualdade na distribuição de recursos e riquezas produzidas pela sociedade;

- transparências dos atos públicos;

- participação e controle social – às mulheres deve ser garantida sua participação na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas (SPM, 2008).

Entre as temáticas e áreas definidas como essenciais a serem alcançadas pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM, 2008), encontra-se o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, onde se buscará: que estereótipos, mitos e preconceitos a respeito desta temática sejam desconstruídos; que se garanta e proteja os direitos das mulheres em situação de violência; que se amplie o seu acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita; que se invista na integração e articulação dos serviços de referência no atendimento à mulher agredida, e que ações sejam realizadas com o objetivo de garantir a implementação da Lei Maria da Penha e a prevenção da violência contra a mulher.

• **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher** - a necessidade de editar este pacto ocorreu devido à elevada incidência que a violência contra a mulher ocorre no país e também pela sua repercussão tanto física, quanto afetiva na vida da vítima. O objetivo que se estabelece, segundo esse Pacto, é o de tentar alcançar uma sociedade mais igualitária, em que os valores machistas e patriarcais que ainda alimentam a violência praticada contra a mulher sejam revertidos, e que elas possam ascender a um posto mais elevado nas suas relações pessoais e sociais, além de ter garantido um atendimento qualificado e humanizado quando em situação de violência (SPM, 2007a).

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher pretende, portanto, prevenir e enfrentar qualquer configuração que a violência contra as mulheres assume, além de garantir seus direitos através de políticas públicas a serem implementadas entre os anos de 2008 e 2011. Já em termos de objetivos específicos, o mencionado pacto buscará reduzir os índices de violência contra a mulher, bem como incentivar atitudes igualitárias e valores que respeitem a diversidade de gênero e a valorização da paz (SPM, 2007).

Somado a isso, o mencionado pacto também estabelece ações que buscarão efetivar a Lei Maria da Penha por todo o Brasil, através da:

- criação de centros de educação e reabilitação do agressor;
- implementação e consolidação do Observatório da Lei Maria da Penha, com a função de monitorar a aplicação desta Lei em todo o país;
- construção do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Contra as Mulheres, para dar subsídios à formulação, monitoramento e avaliação das políticas implantadas;
- inclusão das mulheres atendidas nos serviços de referência nos programas sociais de transferência de renda, como Bolsa-Família, Pró-Jovem, entre outros;
- difusão da Lei Maria da Penha e dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres.

A prioridade ficará por conta do atendimento à mulher das áreas rurais, às negras e às índias, por serem consideradas em situação de maior vulnerabilidade social, e as ações abarcarão as áreas da educação, do trabalho, da saúde, da segurança pública, da assistência social, entre outras (SPM, 2007).

A implementação desse Pacto ficará ao encargo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em articulação com outros ministérios e secretarias especiais, sendo que para o primeiro ano de execução das ações, onze estados foram escolhidos como prioritários

para o início dos trabalhos, pelo tamanho da população feminina que comportam, pelos índices de violência contra a mulher que apresentam e pela quantidade de serviços de referência no atendimento à mulher agredida que possuem. Nos anos subseqüentes, outros estados serão visados, até que todos sejam contemplados com tais propostas (SPM, 2007).

Em termos concretos, as metas a serem alcançadas com o referido pacto são:

- construir, reformar ou equipar 764 serviços de atendimento à mulher agredida, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas-Abrigo, Defensorias Pública da Mulher;

- capacitar três mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), bem como seus respectivos profissionais para acolher e orientar as mulheres agredidas e, com isso, articularem-se com os demais serviços da rede de atendimento;

- ampliar os investimentos na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) para que a mesma comporte o aumento da demanda;

- capacitar 200 mil profissionais nas áreas de educação, assistência social, segurança, saúde e justiça sobre os temas gênero e violência;

- promover a formação continuada dos profissionais da educação para alterarem os valores e práticas que discriminam as mulheres;

- que a temática sobre a violência contra a mulher seja discutida em 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país;

- implementar a caravana “Siga Bem Mulher”, que levará informações sobre a violência contra a mulher aos caminhoneiros;

- providenciar a inserção desse tema como disciplina em cursos de pós-graduação das universidades e estimular pesquisas sobre o assunto, entre outros (SPM, 2007).

Para coordenar e monitorar a execução das ações previstas nesse documento, assim como para elaborar novas estratégias e avaliar os resultados alcançados, o Governo Federal instalou a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, composta por representantes dos órgãos federais que integram este Pacto. Aos Estados caberá monitorar e executar as metas que envolverem as áreas da Justiça e Segurança Pública, e aos Municípios, as áreas da educação, saúde e assistência social (SPM, 2007).

Nesse sentido, o objetivo é de que cada estado possua um conjunto de serviços considerados básicos, mas essenciais, ao atendimento às mulheres agredidas, formado por:

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs); Casas-Abrigo; Defensorias da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar (Brasil, 2007). Futuramente também devem ser incorporados a essa rede os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor (SPM, 2007a).

Compreende-se, assim, que é preciso que as ações aplicadas sejam integradas e organizadas. A perspectiva é de modificar o modo como os serviços estão funcionando atualmente, ou seja, de maneira isolada e desarticulada dos demais, e que esta integração se dê também entre as ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, somados a sociedade civil. Em suma, é possível afirmar que tanto a Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher (2003), quanto o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2005) e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2007) estabelecem

o princípio de que o atendimento às mulheres em situação de violência deve contemplar o *combate* à violência, mas também a *prevenção* e a *proteção* das mulheres, bem como garantir a atenção aos agressores com vistas à sua *punição* e *reeducação* para uma vida sem violência (Pasinato & Santos, 2008, p. 27) (grifos das autoras).

3.5 As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Como o presente estudo foi realizado a partir de entrevistas realizadas com mulheres que sofreram violência física e que procuraram uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), objetivou-se, neste momento, tornar compreensível a dinâmica dessas instituições, como foi o seu surgimento, seu desenvolvimento e como está a sua situação atualmente.

Segundo Pasinato e Santos (2008), as também intituladas Delegacias da Mulher foram implantadas no Brasil como resposta às reivindicações dos movimentos feministas que, por volta das décadas de 70 e 80, denunciavam os casos em que mulheres eram mortas por seus maridos/companheiros, mas estes se mantinham impunes sob o argumento de que estavam defendendo a própria honra. Não havia, no entanto, consenso entre as feministas sobre a forma como deveria ser enfrentada a violência contra a mulher, ou seja, se deveria ser compreendida como um problema policial e, com isto, eliminada através da repressão. Apesar disso, a criação dessas Delegacias foi bem acolhida pelas mulheres tanto vítimas de violência, quanto participantes de movimentos feministas, que inclusive solicitaram a criação destas instituições em outros estados e cidades do país.

A primeira Delegacia da Mulher foi construída em São Paulo, em 1985, com o objetivo de atender a mulher agredida sem julgá-la ou intimidá-la, e tanto a sua função como seu modo de funcionamento foram definidos a partir da discussão e articulação entre grupos de movimentos feministas, o governo e a Polícia Civil. As feministas também exigiram que os conselhos e entidades ao qual pertenciam ficassem responsáveis pela capacitação dos policiais que iriam receber essa demanda, e que igualmente se incumbissem de fiscalizar o trabalho realizado nessa instituição (Pasinato & Santos, 2008; Villela & Lago, 2007).

Assim, “o decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, que criou a primeira delegacia da mulher, estabeleceu que esta deveria investigar determinados ‘delitos contra a pessoa do sexo feminino’, previstos no Código Penal” (Pasinato & Santos, 2008, p. 11). Até o surgimento dessas Delegacias, a função da polícia era especificada apenas a respeito dos tipos de crimes a serem combatidos, como os homicídios e o tráfico de drogas, e não acerca da identidade da vítima. Com a criação das Delegacias da Mulher, houve o estímulo para o surgimento de outras Delegacias especializadas em atender grupos que possuíam pouco acesso à justiça, como ocorreu no caso da criação das Delegacias Especializadas no Atendimento ao Jovem Infrator, e também no caso daquelas de combate à agressão contra os idosos e referentes aos crimes raciais (Pasinato & Santos, 2008).

Segundo Pasinato e Santos (2008), o histórico da criação das Delegacias da Mulher em cada estado do país não é acessível, mas ressaltam que “as demandas feministas, como a capacitação das policiais a partir de uma perspectiva de gênero, encontraram resistência por parte dos governos estaduais em geral” (p. 12). Em função dessa resistência, os movimentos feministas passaram a focar o seu trabalho na reivindicação da criação de Casas-Abrigo e na multiplicação de outros serviços de atendimento à mulher agredida, tais como o serviço jurídico, hospitalar, de assistência social e de apoio psicológico. Entretanto, apesar de na década de 80 terem sido constituídas organizações como o SOS-Mulher e o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher (COJE),

as delegacias da mulher consolidaram-se como a principal política pública no enfrentamento à violência contra mulheres e atualmente são reconhecidas como a única política de extensão nacional cuja existência se deu de forma ininterrupta desde os anos 1980 (Pasinato & Santos, 2008, p. 12)

De acordo com referidas autoras, atualmente há no Brasil 403 Delegacias da Mulher que são subordinadas a Delegacia Geral de Polícia Civil ou órgãos afins, que, por sua vez, responde pela administração, distribuição de recursos materiais, humanos e financeiros àquelas

instituições. Já a Polícia Civil é subordinada aos governos dos Estados e do Distrito Federal e exerce atividades de polícia judiciária,

ou seja, atuam como órgão auxiliar do Sistema de Justiça Criminal no registro de ocorrências policiais, instauração de inquéritos policiais e outros procedimentos necessários para a apuração de responsabilidades no cometimento de ilícitos penais (Pasinato & Santos, 2008, p. 15).

Por se tratar de um órgão da Polícia Civil, as funções que cabem à Delegacia da Mulher vão desde registrar as ocorrências policiais, até a realização da investigação dos casos atendidos. Como resultado da investigação realizada, esses casos podem ou não se tornar inquéritos policiais ou termos circunstanciados, que então são enviados ao Ministério Público e ao Judiciário.

No início de sua implantação, quando havia ainda forte envolvimento dos movimentos feministas no planejamento de suas ações, era recomendado que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher funcionassem apenas com funcionárias do sexo feminino. Apesar das carreiras de delegado e policial serem predominantemente exercidas por homens, Pasinato e Santos (2008) afirmam que tem sido possível manter o quadro de funcionários das Delegacias da Mulher formado quase inteiramente por mulheres, mesmo nos cargos de delegado e investigadores de polícia. Conforme as mencionadas autoras, em uma pesquisa realizada em 2003, constatou-se que de 3.093 funcionários atuando nas Delegacias da Mulher, 2.138 eram mulheres e 955 homens. O que normalmente essas Delegacias não contam, na verdade, é com um número adequado de policiais para atender toda a demanda que procura por seus serviços, apesar de o número médio de funcionários ter aumentado entre os anos de 2003 e 2006.

De um modo geral, o cotidiano dentro de tais Delegacias Especializadas é o mesmo em vários Estados brasileiros, ou seja, compõe-se do atendimento na recepção, a posterior triagem dos casos e, em seguida, o atendimento policial, sendo que este, dependendo do caso, pode se tornar uma ocorrência policial. A diferença entre as Delegacias da Mulher que existem no país se dá sobre qual profissional estará exercendo cada uma das referidas funções dentro desta instituição. Assim, em algumas Delegacias, a recepção do público é realizada por estagiários sem qualquer qualificação para este tipo de atendimento, em outras são realizadas por psicólogas, ou até mesmo por policiais militares (Pasinato & Santos, 2008).

Embora exista um certo padrão sobre as funções que cabem à Delegacia da Mulher realizar, há discussões que são feitas desde a sua criação acerca do seu modo de funcionamento e do tipo de atendimento que deve prestar. Até o ano de 2005, ainda não havia sido definido se

essa instituição deveria apenas prestar serviço policial ou acrescentar ao seu quadro de profissionais o serviço psicológico, social e jurídico. Igualmente, não havia sido alcançado um consenso se o policial deveria, além de realizar os serviços que lhe concerniam, também educar, aconselhar e conciliar os casos atendidos. Havia, inclusive, dúvidas sobre a delimitação dos crimes que deveriam ser da competência desse profissional investigar, isto é, se deveriam atender somente casos de violência doméstica ou toda violência praticada contra a mulher (Pasinato & Santos, 2008).

Tais questionamentos surgiram em função das denúncias que começaram a chegar a essas Delegacias, e que ultrapassavam o que havia sido definido como seu espaço de atuação quando elas foram instituídas no Brasil. Em um estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, em 2003, por exemplo, constatou-se que das 290 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher que responderam à pesquisa (de 340 existentes na época), em somente 6% delas havia normas de procedimento; em mais de 50% as principais ações exercidas eram de conciliação, mediação de conflitos, orientação jurídica e assistência psicológica, e em 90% delas se atendiam crianças e adolescentes, além da mulher agredida (SPM, 2006).

No momento de se fazer o registro da queixa, não havia, igualmente, a preocupação de se buscar e incluir informações, tais como: a reincidência da agressão; o uso de álcool e entorpecentes pelo agressor; se os filhos estavam presentes quando a violência ocorreu, etc. Fazia-se apenas o registro da tipificação e classificação do caso, bem como sobre o horário de sua ocorrência. Tal procedimento acabava prejudicando a elaboração, a implementação e a avaliação das ações realizadas pela Delegacia, assim como acerca das políticas públicas estabelecidas (SPM, 2006).

Sendo assim, não havia um modelo único de atendimento, funcionamento e organização das Delegacias da Mulher no país. Mesmo com a edição pelo Governo Federal da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (SPM, 2006), muitas diferenças ainda podiam ser encontradas entre Delegacias localizadas em um mesmo estado do país. Em consonância com Pasinato e Santos (2008), o que se pode dizer é que

o modelo mais comum é aquele que inclui apenas serviços policiais; adota um papel de aconselhamento, mediação e investigação; e atende os crimes praticados por parceiros ou ex-companheiros da vítima, bem como os crimes sexuais (p. 13).

Além disso, Delegacias da Mulher existem em somente 10% dos municípios brasileiros e são desigualmente distribuídas, já que 49% delas estão localizadas somente na região Sudeste do país. Tal situação se deve ao fato de que,

embora a criação das delegacias da mulher seja regida por decretos e leis estaduais, muitas vezes sua instalação depende de acordos entre o governo do estado e dos municípios, que ficam responsáveis por ceder e administrar os espaços físicos necessários para o funcionamento das delegacias (Pasinato & Santos, 2008, p. 13).

Também não há unanimidade sobre como se deve dar a articulação dessas Delegacias com os outros serviços de referência no atendimento à mulher vítima. Algumas delegadas, por exemplo, gostariam que o trabalho do psicólogo ficasse disponível nas próprias Delegacias da Mulher para auxiliar nos atendimentos realizados na instituição. Nesse sentido, Pasinato e Santos (2008) relatam que em 2006, 30,4% das Delegacias da Mulher do país ofereciam atendimento social às suas usuárias, 37,2% ofereciam atendimento psicológico e 36% atendimento jurídico. Esse último, por sua vez, foi o único serviço oferecido que diminuiu nessas Delegacias ao longo dos anos, devido à oferta de atendimento de advogados que tem sido disponibilizada nas universidades e em função da criação de Defensorias Públicas.

Apesar de o serviço de psicologia, o serviço social e o serviço jurídico serem oferecidos em um número cada vez maior de Delegacias da Mulher, ainda é reduzida a quantidade de profissionais destas áreas que atuam nestas instituições e, em muitos casos, eles nem sequer compõem o seu quadro de funcionários. Para amenizar essa situação, alguns Estados optaram por firmar convênios e acordos com prefeituras e universidades para a realização de estágios supervisionados para os estudantes das mencionadas especialidades, assim como por abrir espaço para o trabalho voluntário para aqueles que possuem interesse em ingressar nessa área de atuação. Ainda assim, vale destacar que “a quantidade de serviços nem sempre se traduz em atendimento de qualidade e muitos funcionam em condições bastante precárias” (Pasinato & Santos, 2008, p. 28).

Os principais órgãos que trabalham em articulação direta com as Delegacias da Mulher e que recebem o encaminhamento das queixas e do inquérito policial são o Instituto Médico Legal (IML), os Juizados Especiais Criminais, as Varas Criminais e, desde a aprovação da Lei Maria da Penha, os Juizados Especiais para a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Com respeito à qualidade de interlocução entre tais instituições, e de acordo com Pasinato e Santos (2008), 60% das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher consideraram ótima ou boa a articulação estabelecida com referidos órgãos, e também com os

serviços de saúde pública e Conselhos Tutelares. Já os casos em que a interlocução entre as instituições foi considerada péssima ou inexistente, também para 60% das Delegacias foi com relação às Casas-Abrigo, aos Postos de Atendimento à Mulher, às organizações não governamentais (ONGs) e aos Conselhos de Direito da Mulher. Tal fato “pode indicar uma desvalorização do atendimento interdisciplinar e uma excessiva valorização dos meios legais enquanto estratégias de proteção e solução de conflitos” (SPM, 2006, p. 18).

Entretanto, e ainda conforme Pasinato e Santos (2008), não são apenas as Delegacias da Mulher que estão descontentes com o contato (ou a falta dele) estabelecido com as últimas instituições citadas. As referidas autoras afirmam que há igualmente dificuldades dessas instituições em se articular com tais Delegacias, e que entre os fatores mais relevantes para a desarticulação entre esses serviços estão:

o isolamento institucional em relação aos outros serviços; o desconhecimento sobre a missão institucional de cada serviço, o que leva a encaminhamentos equivocados; a falta de sensibilização de alguns(as) policiais e a persistência da dificuldade de informar com clareza as mulheres sobre seus direitos. Isso faz com que muitas mulheres peregrinem entre os serviços, repetindo suas histórias (p. 30).

Somado a isso, não há um protocolo de encaminhamento e de seguimento dos casos, assim como não há locais para discussão e compartilhamento de informações sobre as situações atendidas, e também faltam capacitação e treinamento permanente dos profissionais que atuam nessas instituições.

Como visto, as políticas públicas editadas pelo Governo Federal (SPM, 2008, 2007, 2007a) prevêem em seus dispositivos a realização da capacitação dos profissionais que atuam nas Delegacias da Mulher através de cursos, palestras, seminários, além da inserção de disciplinas sobre o tema em cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais, para que estes profissionais possam atender em melhores condições a demanda que chega àquela instituição. Porém, “seu alcance ainda é pequeno e seu impacto não foi ainda avaliado de forma satisfatória” (Pasinato & Santos, 2008).

Em uma pesquisa realizada em 2005 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), constatou-se que de 69.156 policiais da Polícia Civil, 65,2% não havia passado por qualquer curso de capacitação ou treinamento, sendo que, dos que passaram por algum curso, apenas 1,3% mencionou ter tido noções de violência doméstica e de gênero e somente 2,5% sobre mediação de conflitos. Já em 2006, os dados obtidos pela SENASP foram considerados ainda piores: cerca de 60% das Delegacias da Mulher não tiveram seus profissionais submetidos a algum curso ou treinamento acerca da temática referente à sua demanda de

trabalho. Nesse sentido, embora tenha havido algumas iniciativas para o aperfeiçoamento de profissionais da Polícia Civil e das Delegacias da Mulher em todo o país, elas foram ínfimas e os resultados sobre a vida prática destas instituições, principalmente no que diz respeito ao atendimento prestado a mulher, ainda não foram devidamente mensurados (Pasinato & Santos, 2008).

As pesquisas também apontam, de acordo com Pasinato e Santos (2008), para uma rotina permeada de muitas dificuldades para as delegadas e as policiais que trabalham em Delegacias da Mulher, já que elas igualmente sofrem violência de gênero em sua vida particular, assim como são discriminadas dentro do próprio trabalho, pois a função que exercem é composta em grande parte por homens. Há, ainda, o fato de a rotina do policial que atua nessas instituições não demandar ações como as de perseguir, atirar e prender. Dessa forma, o trabalho realizado por eles normalmente não é valorizado dentro da própria corporação, já que não atuam como um “verdadeiro policial”, ou seja, não são exigidos a encarar riscos, nem a enfrentar o perigo. Tal situação contribui para o descontentamento desses policiais com a sua função e, conseqüentemente, interfere no trabalho realizado por eles (Pasinato & Santos, 2008).

Com relação aos recursos financeiros e materiais disponíveis, verifica-se que há um “desamparo e isolamento institucional que caracterizam essas delegacias” (Pasinato & Santos, 2008, p. 25). A maior parte das Delegacias da Mulher depende de recursos disponibilizados pela Polícia Civil e pelas Prefeituras articuladas com o Governo Federal. Poucas possuem verba própria, e mesmo estas não conseguem recursos suficientes para sua manutenção. No ano de 2000, um estudo realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher verificou que 19,10% das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher do país não possuíam sequer viaturas, nem armamentos (32,58%), computadores (31,46%), e nem linhas telefônicas (20,6%), entre outros materiais imprescindíveis para o devido exercício profissional.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e com a sua articulação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), houve uma melhora neste quadro quando, em 2004, a SENASP adquiriu, além dos itens citados, algemas, coletes à prova de bala, impressoras, televisões, máquinas fotográficas, entre outros recursos que inicialmente foram distribuídos em 50 Delegacias da Mulher do país, sendo que outras 50 seriam contempladas no ano seguinte (Pasinato & Santos, 2008).

Apesar disso, levando-se em consideração que há 403 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Brasil, é inevitável constatar a falta de recursos para o funcionamento

mínimo de grande parte destas instituições, o que acaba afetando a qualidade dos serviços prestados pelas mesmas.

3.5.1 Perfil das Usuárias das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Segundo Pasinato e Santos (2008), não há estudos que tracem o perfil nacional das mulheres que geralmente procuram as Delegacias da Mulher. No entanto, ao analisarem diversas pesquisas sobre o assunto, realizadas em diferentes regiões do país e em épocas distintas, as mencionadas autoras chegaram às seguintes constatações:

- as lesões corporais e ameaças do marido/companheiro contra a esposa/companheira são as principais queixas prestadas;
- normalmente as mulheres são jovens, ou seja, têm entre 19 e 34 anos de idade;
- têm baixo nível de escolaridade;
- têm baixa qualificação profissional – comumente atuam no comércio ou setor de limpeza, enquanto outras são donas de casa, sendo que, entre estas, algumas se encontram no mercado informal de trabalho, e
- têm baixa remuneração.

Além disso, é pouco comum que as mulheres queiram efetivamente a punição do agressor através de sua detenção, ou que sigam até o fim no processo criminal produzido contra ele. Elas procuram mais por uma autoridade que as auxiliem a renegociar a relação conjugal e, desse modo, a manter a estrutura familiar, do que necessariamente por uma Lei, o que demonstra “uma elaboração distante da abordagem de autonomia individual proposta pelo feminismo ou do discurso de cidadania de direitos civis característico do Estado de direito” (Pasinato & Santos, 2008, p. 33).

As autoras recém-citadas igualmente dão conta de que faltam registros nacionais que demonstrem o caminho percorrido pelas mulheres na rede de serviços de referência, e sobre qual a avaliação delas sobre os mesmos. Sendo assim, não se sabe se a atual estrutura desses serviços contempla as suas necessidades, e nem se contribui para a diminuição da violência exercida contra elas.

3.5.2 Pesquisas Referentes às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Apresentar-se-á em continuação os resultados de duas pesquisas realizadas em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, uma efetuada no Brasil (Santos, 2001) e outra desenvolvida no Brasil e no Canadá (Rifiotis, 2003), para evidenciar o tipo de relação que se estabelece entre as mulheres que são agredidas e as Delegacias criadas para atender esta demanda.

A pesquisa realizada por Santos (2001) como parte de sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Universidade Federal de Santa Catarina), sobre as práticas policiais nas Delegacias de Proteção à Mulher de Joinville e Florianópolis (Santa Catarina - SC), verificou que em uma destas instituições, as ações eram voltadas principalmente para intervenção psicológica dos casos e pelo uso da intimação para agendar tais atendimentos, significando, neste caso, intimidação. As intervenções também eram feitas de forma repressiva e assistencial, e os policiais não possuíam formação continuada. Dessa forma, esses profissionais procuravam tomar atitudes baseadas no próprio bom senso e no senso comum (Rifiotis & Santos, 2006).

Como as Delegacias estudadas atendiam, além da mulher vitimada, crianças e adolescentes infratores, os policiais ouvidos reclamaram que este tipo de demanda requeria deles uma atuação diferenciada, assim como uma capacitação específica que não possuíam para agir em cada um desses casos.

De acordo com Santos (2001), o atendimento de clientela tão diversa é um ponto que precisaria ser repensado pelas instituições pesquisadas, pois exigia que em uma situação o profissional lidasse com um adulto que havia sido vítima de violência, e em outra com um menor de idade, agente de um crime. A forma de atender cada uma das referidas demandas, os encaminhamentos a serem realizados, os procedimentos a serem tomados e os órgãos a serem contatados, implicavam a implementação de ações bastante distintas entre si, além de exigir um grau de especialização que os profissionais dessas Delegacias muitas vezes não possuíam, afetando, inevitavelmente, o modo como recebiam essas pessoas.

Os profissionais entrevistados também consideravam o número de funcionários que trabalhavam nas Delegacias insuficiente para realizar os serviços necessários, além de haver problemas na divisão de tarefas e na distribuição das funções entre eles. O depoimento que deveria ser obtido apenas pela autoridade policial, por exemplo, freqüentemente era feito pelo escrivão ou pela escrivã. Houve, igualmente, reclamações com relação à carga horária, considerada excessiva, e alguns funcionários achavam que o espaço existente para atendimento

não permitia oferecer a privacidade adequada para ouvir e registrar as denúncias. Além disso, o volume de pessoas processadas era pequeno, ora por que a vítima retirava a queixa, ora por que a investigação não podia ser levada adiante, o que servia para gerar ainda mais frustração nesses profissionais (Santos, 2001).

Já com relação às usuárias dessas Delegacias, foi possível verificar que as mulheres que aprovavam o atendimento prestado nestas instituições eram normalmente as que queriam apenas dar um ‘susto’ nos parceiros para que eles parassem de agredi-las, ou seja, desejavam que eles recebessem uma intimação para prestar esclarecimentos na Delegacia e que fossem repreendidos verbalmente pela autoridade policial pelo que vinham fazendo a elas. Embora não seja função da polícia ameaçar os agressores com a punição, tal atitude era tomada em alguns casos, pois “para o policial, ‘o susto’ reforça o poder de polícia e tem uma intervenção graduada: da intimação à prisão” (Santos, 2001, p. 102). Todavia, esse tipo de intervenção não produzia um resultado previsível, já que quando tal demanda era atendida, alguns agressores até mudavam de comportamento, mas outros provocavam novas agressões nas companheiras de relação.

Algumas usuárias também desejavam encontrar na Delegacia um lugar para conversar, para conseguir orientações e descobrir pessoas que a auxiliassem a mediar seus conflitos com o homem que a agredia. A Delegacia da Mulher tornou-se, assim, um espaço no qual se buscava mais a escuta e uma intervenção informal na situação, do que a punição legal do agressor. Em outras palavras,

o primeiro ponto é o requerimento de soluções informais, pois, para as mulheres, a lei se cumpre ao ver em solucionadas suas reivindicações, nem sempre caracterizadas no âmbito jurídico formal, como é o caso do pedido tão conhecido de ‘dar um susto’ (Santos, 2001, p.73).

Havia a expectativa, por parte de algumas mulheres, que na Delegacia Especializada seria possível renegociar qualquer tipo de conflito doméstico, não apenas aqueles que resultavam em agressão física, mas que, no entanto, não se configuravam como crime e, assim, não eram passíveis de punição ou de intervenção policial. Com isso, “na prática, a delegacia participa como representante da lei na negociação de conflitos domésticos, sobretudo para mulheres que recorrem com todo tipo de conflito que as envolve em busca de ‘proteção’ para ‘seus direitos’” (Santos, 2001, p. 109).

Existiam, ainda, aquelas usuárias que desaprovavam o trabalho realizado nessa Delegacia, pois eram desejosas de uma ação policial mais rápida em termos de investigação e

de uma punição rigorosa ao agressor. Elas reclamavam, também, da falta de capacitação do policial para realizar esse tipo de atendimento. Nesses casos, a compreensão era de que “a polícia e seus agentes têm o poder para reprimir e punir e que assim o farão diante da denúncia de um crime” (Santos, 2001, p. 72).

Já os policiais acreditavam que o atendimento a essas mulheres deveria ser mais voltado à área da psicologia e assistência social. De fato, um dos procedimentos realizados na Delegacia pesquisada era o de mediação de conflito, já outros se configuravam em encaminhar a vítima ao IML, como seguimento ao registro da ocorrência, assim como realizar a intimação, o preenchimento do Boletim de Ocorrência e a instauração do Inquérito Policial, entre outros. O trabalho também não podia ficar remetido apenas ao relato das vítimas, era preciso uma postura do policial de querer investigar os fatos, ir atrás do que efetivamente ocorreu para então promover a instauração do processo contra o agressor. Como esse serviço era realizado com certa lentidão, isso provocava ansiedade nas mulheres e muitas vezes o desinteresse por parte delas de dar continuidade ao processo instaurado (Santos, 2001).

A história contada durante a realização da denúncia também era recortada pelo profissional de forma a caber na folha de registro, o que segundo Santos (2001) “empobrece e simplifica o interjogo das relações conjugais desde o momento de recepção/acolha. As propostas mais atuais indicam que a delegacia precisa ser mais efetiva na criminalização das queixas que recebe” (p. 76-77).

Assim, pode-se afirmar que “a intervenção policial na ‘violência doméstica’ se caracteriza por práticas repressivas, informativas, assistenciais e mediadoras de conflitos, indicando uma plasticidade do ‘fazer polícia’ na ‘delegacia da mulher’” (Santos, 2001, p.107). Desse modo, havia na instituição estudada e entre suas usuárias um entendimento equivocado acerca da função que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher deveria cumprir, que é o de investigar as ocorrências e, dependendo do encaminhamento do processo, usar a força policial.

Já com respeito ao outro estudo efetuado sobre Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Rifiotis (2003) buscou verificar se no Brasil, mais especificamente na Delegacia da Mulher de João Pessoa (Paraíba - PB), e no Canadá, em uma Delegacia de Polícia do Quebec, as políticas públicas eram voltadas exclusivamente para a “judicialização” da violência ocorrida do homem contra a mulher. Assim, o objetivo foi o de identificar se as Delegacias da Mulher estavam funcionando como locais que “privilegiam a leitura jurídica dos

conflitos interpessoais” (Rifiotis, 2003, p.7) em detrimento de outros modos possíveis e, muitas vezes, mais efetivos de resolver conflitos.

Tal preocupação deveu-se ao fato de que, segundo o referido autor, é comum em muitos países o uso do mecanismo judiciário para tentar resolver casos de violência conjugal. Rifiotis (2003) não nega, no entanto, o valor da justiça como um poder importante no enfrentamento da violência contra a mulher, mas ressalta que focar o problema apenas na sua criminalização não favorece a compreensão da situação, nem a sua intervenção.

Como resultado de sua pesquisa, Rifiotis (2003) constatou que na Delegacia de Polícia de João Pessoa (PB), era comum não encontrar os endereços das mulheres que foram atendidas, pois muitas delas não sabiam informar corretamente a localização de suas casas no momento da denúncia. Verificou, ainda, o incentivo a realização de pactos informais entre os envolvidos na situação de violência (agressor e vítima), além de uma freqüente conduta de orientação sobre como agir nestes casos, oferecida pela delegada às usuárias daquela instituição.

Existia, também, um número expressivamente maior de boletins de ocorrência registrados, relativamente ao número de inquéritos policiais que foram encaminhados à justiça. Dada a característica específica da Delegacia da Mulher, que é a de funcionar como polícia judiciária, cada boletim de ocorrência deveria gerar uma investigação do caso, o que possibilitaria a instauração de um inquérito policial e seu envio à justiça para abertura de processo contra o agressor (Rifiotis, 2003).

Identificou-se, nesse sentido, que grande parte das queixas registradas como boletim de ocorrência não se constituíam em crime e, desse modo, não implicavam o seu encaminhamento à justiça. Já aquelas que correspondiam a um crime não eram investigadas, ou em função da falta de pessoal para dar cabo de tal serviço, ou por não disporem de meios para proceder à investigação, ou, ainda, pela necessidade de atender os casos mais urgentes que freqüentemente surgiam na instituição. Além disso, os profissionais da Delegacia da Mulher de João Pessoa (PB) procuravam dar condições para que os conflitos fossem primeiro resolvidos informalmente, ao invés de efetuarem a sua imediata criminalização (Rifiotis, 2003).

A recorrência dos mesmos casos que chegavam à Delegacia provocava, também, muita frustração nos profissionais desta instituição. Alguns chegavam a considerar o trabalho realizado como morto ou perdido, especialmente quando a vítima retirava a queixa e, com isso, interrompia a investigação que estava sendo realizada no intuito de transformar a denúncia em inquérito policial (Rifiotis, 2003).

Com relação às usuárias da mencionada instituição, notou-se que elas relutavam em procurar a Delegacia da Mulher para fazer a denúncia, principalmente se tinham sido agredidas dentro de casa por um conhecido. Algumas não contavam com o apoio de familiares ou de amigos para enfrentar a situação, já outras tinham dúvidas se deveriam ou não realizar a denúncia, pois grande parte delas não sabia quais desdobramentos que uma queixa poderia acarretar a elas, sua família e ao agressor (Rifiotis, 2003).

A pesquisa realizada por Rifiotis (2003) igualmente verificou que a Delegacia da Mulher muitas vezes era utilizada pelas usuárias como uma estratégia para alcançar a reconfiguração da relação familiar ou do próprio casal em conflito. Conforme destaca o mencionado autor, as mulheres acabavam solicitando à delegada responsável que fizesse a intimação do marido/companheiro apenas para lhe dar “um susto”, de modo a fazê-lo mudar de atitude com relação a elas, assim como constatado por Santos (2001).

As usuárias dos serviços da referida Delegacia igualmente reclamavam do atendimento prestado nesta instituição, pois algumas gostariam que fosse dado um encaminhamento judicial para sua queixa, enquanto outras preferiam apenas receber conselhos. Assim,

de modo geral, pode-se afirmar que para a ‘clientela’, a Delegacia da Mulher é valorizada como espaço público informal de controvérsias no qual podem contar com a participação de uma autoridade policial, cujo papel é central para as ‘clientes’. Atuando como conselheira ou fazendo o que chamaria ‘mediação policial’, a delegada é certamente o eixo em torno do qual todas as atividades são realizadas (...) trata-se de uma questão de maior importância, pois a Delegacia da Mulher é instituição da polícia judiciária, criada para atuar como mecanismo de controle social, mas que vem sendo reorientada para atender demandas diversas, tornando-se recurso social tipicamente de controvérsias e regulação informal de conflitos interpessoais (Rifiotis, 2003, p. 18).

Todos esses trâmites e essas demandas por parte das mulheres agredidas refletiam no trabalho dos profissionais e os faziam questionar sobre a legitimidade e importância de seu papel. Havia, ainda, um desvio na função que caberia à Delegacia da Mulher cumprir, o que também afetava a condição dos profissionais realizarem seus serviços, pois estes ficavam confusos sobre o que e como fazer, além de comprometer o funcionamento da própria instituição que, assim, não alcançava os objetivos estabelecidos com a sua criação (Rifiotis, 2003).

Já na Delegacia de Polícia do Quebec, Canadá, onde esse mesmo estudo foi realizado, o modo encontrado para enfrentar a violência conjugal também se deu através da criação de uma polícia específica para atender esses casos, de modo a criminalizar a violência exercida dentro do âmbito familiar. De acordo com Rifiotis (2003), cabia a essa polícia prevenir a ocorrência

desse tipo de violência, bem como intervir nesses casos, sendo que tal intervenção realizava-se com o apoio psicossocial, judiciário e prisional.

O trabalho era realizado tendo como referência um protocolo de atendimento a essas mulheres, onde se encontravam demarcadas tanto as atividades que deveriam ser realizadas em conjunto com outras instituições, quanto por cada setor em particular. Conforme Rifiotis (2003) declara, tal Delegacia “define através de uma diretiva (ou manual de instruções) específica à atuação dos policiais em casos de ‘violência conjugal’, tipificando a matéria, definindo o papel do policial e suas responsabilidades e detalhando os modos de ação” (p. 19). Portanto, todo policial tinha conhecimento sobre as ações que deveria implementar quando recebia uma mulher vítima de violência, quais eram os encaminhamentos necessários ao caso, e assim por diante.

Somado a isso e com a finalidade de evitar ter que prender o agressor diversas vezes, criou-se um instrumento legal que permitia proibir judicialmente que o homem responsável pela agressão se aproximasse da vítima por um limite de espaço determinado, instrumento este que atualmente também pode ser encontrado no Brasil sob o nome de medida protetiva de urgência.

No entanto, no Canadá, a aplicação de tais políticas se deu posteriormente à realização de debates públicos que definiram os papéis e funções das instituições e dos profissionais que atuariam no enfrentamento da violência contra a mulher. Os policiais que iriam trabalhar nessa área também foram capacitados para realizarem esse tipo de atendimento, e o estudo sobre o tema violência foi incorporado ao currículo da formação dos policiais (Rifiotis, 2003).

Com alguns aspectos diferentes dos encontrados no Brasil, seria esperado que o resultado prático do caminho feito pela polícia do Canadá também seria distinto do constatado na Delegacia da Mulher de João Pessoa (PB). Contudo, os policiais no Canadá igualmente consideravam que não havia solução para a violência conjugal, e da mesma forma não estavam satisfeitos com o próprio trabalho, considerando-o inútil e perdido. Isso ocorria, pois havia o descontentamento com relação ao modo como a vítima reagia à situação de agressão, já que muitas vezes ela retirava a queixa realizada, o que era sentido pelos policiais como uma falta de apoio para punirem devidamente o agressor.

Como conclusão dessa pesquisa, Rifiotis (2003) apontou para a ocorrência de uma nova relação que se estabeleceu entre o público e o privado, com o público sendo requisitado a intervir no privado, de modo a mediar os conflitos existentes no interior da família ou da relação conjugal. Destacou, igualmente, que é preciso uma melhor formação dos policiais no Brasil, apesar de a experiência no Canadá não ter provado que tal variável é significativa para

melhorar a qualidade do atendimento a vítima, nem a satisfação do policial com o seu próprio serviço. Além disso, como forma de reelaborar o papel que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher possuem junto às suas usuárias, Rifiotis (2003) ressaltou que é preciso “pensar a valorização da família como interlocutor nos procedimentos policiais e seu papel como aliada para a execução de políticas sociais” (p. 23).

3.6 Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

A Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (NT) foi elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2005, juntamente com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, as Secretarias de Segurança Pública ou Defesa Social (Polícia Civil), estudiosos sobre violência de gênero e os integrantes de diversas organizações não governamentais (ONGs).

Tal obra veio ao encontro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, mas principalmente é um dos instrumentos que procura garantir os direitos das mulheres e os deveres atribuídos aos Estados prescritos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), e pela Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (A Declaração de Viena, 1993) sendo que esta declara que:

a violência contra a mulher infringe os direitos humanos de metade da humanidade e se realiza geralmente na esfera privada, muitas vezes doméstica (...) cabe, portanto, ao Estado e às sociedades em geral, lutar por sua eliminação no espaço público, no local de trabalho, nas práticas tradicionais e no âmbito da família (SPM, 2006, p. 14)

Convenções essas que o Brasil é signatário e que foram relevantes em termos históricos, já que procuraram eliminar a dicotomia entre o público e o privado, e, deste modo, ampliar o alcance do Direito para atuar na criminalização e punição da agressão cometida na esfera doméstica contra a mulher. Do mesmo modo, chamaram atenção para a necessidade de se igualarem os direitos entre homens e mulheres e para que se modificassem os papéis sociais que assumem, já que ainda é fonte de discriminação à mulher (SPM, 2006).

Nesse sentido, o Estado brasileiro, através de suas políticas públicas, teve como objetivo a implantação de “uma política de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher, assegurando as especificidades regionais” (Brasil, 2006, p. 13). As Delegacias

Especializadas de Atendimento à Mulher foram criadas justamente para alcançar tais objetivos. Como seu funcionamento e organização não tinham um padrão estabelecido no país e como acabaram “por realizar atividades não decorrentes da ação policial, com vistas ao atendimento de uma demanda que até então se encontrava reprimida” (SPM, 2006, p. 16), buscou-se com a Norma Técnica instituir um modo de atuação específico a ser cumprido por referidas Delegacias para o devido atendimento à mulher agredida.

Desse modo, a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher definiu, então, as funções e competências dessas instituições, além de suas condições mínimas de trabalho, como infra-estrutura, recursos humanos e materiais a serem disponibilizados pelos governos dos estados (Pasinato & Santos, 2008). Para tanto, os procedimentos básicos a serem executados no atendimento às mulheres agredidas foram divididos em 4 fases, a saber:

A primeira fase é caracterizada pelo atendimento com acolhimento, pois de acordo com referida Norma, “a interlocução entre agentes e usuárias é um momento crítico e sua forma definirá a possibilidade de real início de um eventual processo de queixa-crime” (SPM, 2006, p. 26). Sendo assim, cabe aos profissionais proporcionar acolhimento com escuta ativa a essa demanda. Para isso eles devem ser qualificados e sensibilizados sobre o tema ao qual terão de abordar, de modo a terem condições de quebrar o isolamento destas mulheres e pôr fim aos atos de violência aos quais elas se encontram expostas (SPM, 2006). Para alcançar essa finalidade, é necessário:

- que na Delegacia a mulher possa ficar em um ambiente separado do agressor;
- que o atendimento seja humanizado, ou seja, que o profissional não desconsidere o relato feito pela mulher e que o seu depoimento seja colhido num lugar que proporcione a privacidade das informações fornecidas;
- que o atendimento não contenha nenhuma forma de preconceito ou discriminação, independente da mulher que ali chegue (prostituta, homossexual);
- que os policiais que realizam o atendimento sejam preferencialmente do sexo feminino;
- que os profissionais conheçam as diretrizes e procedimentos da instituição que trabalham;
- que o acolhimento seja oferecido a todas as mulheres que chegam na Delegacia, mesmo que elas estejam em situações que não competem a esta instituição atuar;

- que se realize o devido encaminhamento do caso a outros serviços que compõe a rede de atendimento à mulher vítima de agressão, sendo que, de preferência, a autoridade policial deve fornecer o nome de um profissional ao qual a usuária possa se encaminhar como forma de dar mais segurança a mesma;

- que se verifique se a mulher vítima possui condições financeiras de se deslocar para os outros serviços que compõe a rede de atendimento, pois caso ela não tenha essa condição, pode ser solicitado o auxílio do serviço de assistência social para resolver o caso (SPM, 2006).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher também devem atuar em articulação com outras Delegacias que possuem uma demanda diferente de atendimento, para com isso aumentar o seu poder de ação, já que realizam atividades que são complementares. A mencionada Norma Técnica (SPM, 2006) sugere, ainda, a elaboração de um formulário padronizado para encaminhá-lo aos outros serviços de atendimento à mulher agredida, para assim que ela for atendida por estes serviços, os mesmos informarem a Delegacia da Mulher a respeito da recepção que foi oferecida a ela e dos outros encaminhamentos realizados sobre o caso.

Tal cartilha faz questão de enfatizar, no entanto, que as Delegacias da Mulher “não são o espaço de arbitragem de conflitos familiares e matrimoniais. As Delegacias são o espaço de registro e de apuração da violação de direitos das mulheres, que devem ser acolhidas e orientadas” (SPM, 2006, p. 41).

A segunda fase do atendimento prevê a orientação da mulher agredida. Para tanto, os profissionais devem estar munidos de informações referentes: aos procedimentos da Delegacia; aos direitos da mulher; às fases do processo criminal, e aos outros serviços de referência existentes. Nesse caso, os profissionais devem disponibilizar às usuárias materiais informativos e de orientação a respeito dos referidos temas para que, bem instruídas e esclarecidas, elas possam tomar qualquer atitude com propriedade e segurança (SPM, 2006).

Em relação à terceira fase do processo de atendimento à mulher agredida, são considerados os procedimentos criminais e a conclusão do inquérito policial. O Boletim de Ocorrência (BO) deve ser preenchido da forma mais completa possível, isto é, deve conter todos os dados necessários para o esclarecimento da situação, tais como: se houve agressões ou ameaças anteriores; a frequência com que ocorreram; as circunstâncias em que se deu o fato; se a vítima já havia prestado queixa anteriormente; etc., pois dependendo dos dados que forem registrados, poderá ser oferecida a imediata denúncia do caso pelo Ministério Público (SPM, 2006).

É importante destacar que a mulher agredida não tem como saber o que é importante ou não de ser relatado sobre o que lhe aconteceu. Dessa forma, cabe ao profissional que registra a queixa realizar as perguntas que levarão ao conhecimento de informações relevantes para o prosseguimento do caso. O profissional também pode recorrer à Central de Inteligência, ou a outro órgão de informação da Polícia, para conseguir mais dados sobre a denúncia apresentada, assim como pode pedir o depoimento de pessoas que considere que fornecerão detalhes importantes para o esclarecimento do fato. Portanto, é de responsabilidade do referido profissional coordenar e dar cabo às investigações para a devida elucidação da queixa (SPM, 2006).

Com base nas informações reunidas, a autoridade policial pode pedir, junto ao Sistema Judiciário, a prisão preventiva do agressor ou qualquer outro recurso que restrinja a liberdade dele, como a medida protetiva de urgência, nos casos que considerar esse recurso necessário.

Ao final do Inquérito Policial, o profissional deve confeccionar um relatório com todos os dados que foram apurados durante o processo de investigação, sem emitir valores, opiniões ou julgamentos, e enviá-lo ao Judiciário. O Inquérito Policial servirá, então, para a instauração da ação penal pública pelo Ministério Público, ou da ação penal privada, pelo advogado. Se os fatos provarem que houve crime e sobre quem o cometeu, o Juiz de Direito aceitará receber a denúncia e sujeitará o agressor às consequências da ação penal estabelecida. Caso a denúncia não se sustente, a ação penal poderá ser suspensa.

Para finalizar, a quarta fase refere-se ao monitoramento das ocorrências, o que implica na realização de acordos entre a Coordenação das Delegacias, o Ministério Público e o Poder Judiciário para construir um sistema de informações onde fique registrado o desenvolvimento do caso na fase judicial, para as Delegacias poderem monitorar seu percurso, bem como ter condições de informar à usuária sobre seu processo (SPM, 2006).

Para que isso se efetive, é necessário constituir um sistema de banco de dados on-line dos processos instaurados, que, por sua vez, estará ligado ao banco de dados da Coordenação das Delegacias. Tal sistema permitirá verificar se houve situações anteriores à atualmente processada, bem como avaliar a gravidade do caso, possibilitando uma maior agilidade no atendimento e no encaminhamento da mulher agredida a um Centro de Referência ou Casa Abrigo, por exemplo, para que ela receba orientação e apoio psicossocial (SPM, 2006).

Com os dados registrados nesse sistema de banco de dados, também será possível formular com maior precisão políticas preventivas e repressivas à violência contra a mulher,

assim como verificar como se deu o atendimento prestado nos outros serviços que compõe a rede de referência no atendimento a esse agravo.

Para a coordenação do conjunto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, o referido documento sugere que uma delegada de polícia assuma a função de gestora, juntamente com um grupo de outros profissionais que, além de auxiliarem nesse trabalho, assumirão atribuições tais como: assessoramento das políticas públicas voltadas a essa temática; orientação sobre a confecção dos Boletins de Ocorrência; realização da articulação com outros serviços, e coordenação e administração do sistema de banco de dados (SPM, 2006).

Em termos de recursos humanos, as mencionadas Delegacias devem possuir um quadro específico de funcionários, sendo que a quantidade e a especialidade dos mesmos ficará por conta dos atendimentos realizados. Entretanto, é preciso que no mínimo em cada Delegacia exista: delegado(a); escrivão(ã); investigador(a); apoio administrativo, e serviços gerais. A formação continuada e o aperfeiçoamento desses profissionais a respeito da questão da violência contra a mulher e de assuntos relativos aos direitos humanos, a cidadania, e até mesmo acerca da função policial, deve ser um investimento considerado prioritário por tal instituição. Além disso, esses profissionais devem permanecer trabalhando na Delegacia por pelo menos dois anos, justamente devido à formação e o aperfeiçoamento que recebem para prestar atendimento na área (SPM, 2006).

Os profissionais igualmente devem priorizar a realização de encontros periódicos como forma de aprimorar o atendimento prestado, de modo a criar um espaço para a estruturação de uma dinâmica própria, condizente com as solicitações que chegam às Delegacias diariamente. Deve haver, ainda, a promoção do trabalho em equipe, tanto dentro da Delegacia, quanto entre os demais serviços da rede, com vistas a melhorar a qualidade do atendimento oferecido (SPM, 2006).

A Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (SPM, 2006) também dispõe dos equipamentos mínimos que devem existir em cada uma dessas instituições, tais como: de comunicação (rádios, telefones, fax); meios de transporte (viaturas, camburão); armamentos (revólver, algemas, coletes balísticos); informática (computadores, impressoras); e para fins diversos (vídeo, máquina fotográfica, bebedouro, ventiladores, etc.).

Além disso, as Delegacias devem oferecer seus serviços durante 24 horas por dia e durante todos os dias da semana, independente de feriados e finais de semana, e devem ser construídas próximas a outros serviços da rede de atendimento, para que o acesso a eles seja

possível por meio de transporte urbano. Do mesmo modo, suas instalações devem ser amplas, iluminadas e bem sinalizadas (SPM, 2006).

A referida Norma Técnica alude, ainda, sobre como deve ser composta cada área que constitui as Delegacias Especializadas. A recepção, por exemplo, deve conter duas salas, uma para as vítimas e outras para os agressores. Já na área de registro deve haver um cartório, uma sala de espera e outra de registro de ocorrências, e os móveis devem ser funcionais e confortáveis.

Como parte da política de prevenção à violência contra a mulher, essa cartilha lista, entre outras coisas: a premiação de práticas eficientes de prevenção e atendimento às mulheres; a promoção de campanhas pela cultura da não violência; a construção de espaços para o atendimento do agressor e para o atendimento e oferta de suporte psicológico aos profissionais que compõe os serviços, dado o impacto e o estresse que tal temática produz; etc. (SPM, 2006).

Apesar de tal Norma Técnica ter sido criada para padronizar os serviços prestados pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, assim como para melhorar o atendimento oferecido nas mesmas, conforme visto anteriormente, em termos práticos essa política ainda não conseguiu produzir os efeitos que almejava. Portanto, é preciso que muitas atitudes sejam implementadas para que o atendimento humanizado e qualificado finalmente se concretize nas Delegacias da Mulher.

3.7 Legislação Acerca dos Crimes Contra a Mulher – A Lei Maria da Penha

Os alvos das ações das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher são aquelas condutas que se caracterizam como contravenções penais ou crimes que tenham sido perpetrados contra mulheres. Entre esses crimes e contravenções, existem os cometidos contra a vida; contra a liberdade; contra a honra; as lesões corporais; as torturas, etc. Em termos da legislação federal⁴ criada sobre os crimes de violência contra a mulher, Pasinato e Santos (2008) ressaltam algumas importantes modificações realizadas recentemente no Código Penal brasileiro (CP), a saber:

- aprovação da Lei 10.224/2001 que definiu o assédio sexual como um tipo penal;
- aprovação da Lei 10.445/2002 que previu o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local em que se encontra a vítima;

⁴ Segundo Pasinato e Santos (2008), a legislação estadual que cria as Delegacias da Mulher não é acessível para estudo e análise. Nos Estados, o que normalmente ocorre é a criação de leis e programas de combate à violência contra a mulher, que acabam repercutindo no atendimento que é prestado nessas Delegacias.

- aprovação da Lei 10.714/2003 que permitiu ao Poder Executivo disponibilizar um número de telefone gratuito (Ligue 180) para atender as denúncias de violência contra as mulheres;

- aprovação da Lei 10.778/2003 que estabeleceu a notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados dos casos atendidos em que houve violência contra a mulher;

- aprovação da Lei 10.886/2004 que definiu a violência doméstica também como um tipo penal.

No entanto, a modificação da legislação considerada de maior relevância foi aprovação da Lei 11.340, em 2006, ou também chamada de Lei Maria da Penha, pois veio ao encontro de antigas reivindicações feministas pela construção de uma legislação exclusiva sobre a violência doméstica, que ampliasse e integrasse o atendimento oferecido a mulher vítima de agressão, impedindo, desse modo, de mantê-lo restrito à esfera criminal (Pasinato & Santos, 2008).

A mencionada lei foi criada como resposta à responsabilização dada ao governo brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 2001, pela situação vivida por Maria da Penha, que durante seis anos foi agredida pelo marido, sofreu duas tentativas de assassinato perpetradas por ele, sendo que ficou paraplégica em decorrência de uma destas tentativas. A CIDH recomendava, entre outras coisas, “a elaboração de legislação especial e adequada para o enfrentamento de situações como aquela vivida por Penha e outras milhares de mulheres” (Pasinato & Santos, 2008, p. 19). Além disso, a Lei 11.340/2006 também abarcou as recomendações feitas pelo Comitê da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e pela Convenção de Belém do Pará (1994).

Dentre as inovações que a Lei Maria da Penha apresentou, destacam-se: o tratamento da violência doméstica e familiar contra a mulher dentro da perspectiva da proteção dos direitos humanos, a previsão de medidas de proteção à mulher vítima, bem como as ações preventivas e educativas para barrar a continuidade da violência e da discriminação exercidas contra a mulher. A mencionada lei também estabeleceu novos procedimentos a serem seguidos pelos policiais das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, tais como: a coleta de provas e evidências; a solicitação de exames médicos e de perícias legais; a efetivação de prisões preventivas ou em flagrante delito do agressor; a possibilidade de pedir a medida protetiva de urgência, resultando na saída do agressor de casa e na suspensão da visita aos filhos, entre outros (Pasinato & Santos, 2008).

Com essas e outras medidas, a Lei Maria da Penha pretendeu prestigiar todas aquelas queixas que chegavam às Delegacias da Mulher e que extrapolavam o seu espaço de atuação, já que não eram contempladas pela legislação anterior a sua aprovação. Contudo, segundo Pasinato e Santos (2008), para alguns profissionais que atuam nas Delegacias da Mulher, “trata-se de um novo procedimento que demanda novos conhecimentos e nova estrutura, uma vez que alguns deles exigem a presença policial para acompanhamento no deslocamento da vítima ou para afastamento do agressor da sua residência” (p. 29).

Está prevista, ainda, dentro da Lei Maria da Penha, a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com atendimento multidisciplinar, o que retira a competência dos Juizados Especiais Criminais, criados pela Lei 9.099/1995, de julgar esses delitos.

É importante destacar que os Juizados Especiais Criminais, no entanto, não foram concebidos para tratar especificamente das agressões exercidas contra a mulher, mas como foram criados para lidar com os crimes de “menor potencial ofensivo” (pena inferior a um ano de detenção), assim como para aplicar penas que não resultassem na detenção do réu (como o pagamento de cestas básicas e multas, por exemplo), e para tornar a resolução dos processos mais rápida, este se tornou o principal órgão para o qual eram encaminhados os casos de violência contra a mulher que chegavam às Delegacias (Pasinato & Santos, 2008).

O problema gerado com esse tipo de encaminhamento foi que, para os movimentos feministas e outros estudiosos do assunto (Azevedo, 1985; Debet, 2002), houve a banalização da agressão exercida contra a mulher, já que, via de regra, era considerado um delito de “menor potencial ofensivo” e as penas aplicadas entendidas como desproporcionais ao crime cometido. Espera-se que, com a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com as novas determinações de penas a serem aplicadas ao agressor, e com os encaminhamentos dos processos inscritos na Lei Maria da Penha, tal situação seja finalmente superada (Pasinato & Santos, 2008).

Alguns dados que já apontam nessa direção foram fornecidos pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (SPM, 2007), a partir de informações enviadas por 20 Juizados e Varas especializadas e por 184 Delegacias existentes no país. Os dados obtidos revelam que, após oito meses da aprovação da Lei Maria da Penha:

- foram instaurados 32.630 inquéritos policiais e 10.450 processos criminais,
- foram realizadas 864 prisões em flagrante e 77 preventivas, e

- foram solicitadas 16.121 medidas protetivas de urgência, sendo que 5.247 foram autorizadas.

Além disso, através da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), foram feitos 11,1 mil pedidos de informações sobre a Lei Maria da Penha e mais de 73 mil casos foram atendidos, sendo que 85% deles foram encaminhados para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e 10% para os Centros de Referência (SPM, 2007a).

A aprovação da Lei Maria da Penha também gerou o aumento da quantidade de serviços que constituem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, assim como deu maior importância à função do policial no combate a essa situação, principalmente os que trabalham nas Delegacias Especializadas, a partir do estabelecimento de tarefas a serem cumpridas por eles, conforme já descrito acima (SPM, 2007a; Pasinato & Santos, 2008).

A aprovação de referida Lei, da mesma forma, provocou discussões e debates entre estudiosos de várias áreas de conhecimento, bem como pela população sobre a questão da violência contra a mulher. Houve, igualmente, ampla divulgação pelos meios de comunicação das inovações embutidas na nova lei, trazendo à tona um tema que estava um tanto esquecido pela classe política e pela sociedade em geral.

Há de se considerar, entretanto, que um caminho longo ainda precisa ser percorrido para que tal legislação seja realmente incutida na dinâmica dos serviços de atendimento às mulheres agredidas de todo o país, e para que os valores e as práticas estabelecidas em relação às mulheres sejam modificados e finalmente superados.

3.8 Sistema Familiar e o Ciclo Vital

Carter e McGoldrick (1995) definem a família como um “sistema emocional de pelo menos três, e agora freqüentemente quatro gerações” (p. 9). Esse sistema é aberto e encontra-se em constante troca com o meio ao qual pertence e, portanto, em contínua transformação (Cerveny, 2002). Ainda segundo as autoras, a família tem uma estrutura e uma dinâmica próprias, onde é possível encontrar regras definidas acerca de como seus integrantes devem se comportar e as funções que cada um deve exercer tanto entre seus membros, quanto com outros sistemas que estão em interação.

Contudo, de acordo com Cerveny (2002) a família, assim como sofre mudanças, também se desenvolve ao longo do tempo. Em função disso, cada grupo familiar possui uma configuração, uma dinâmica e um tipo de funcionamento característico devido a diversos fatores, tais como: a entrada e saída de seus membros (nascimento de um filho, separação), a

alteração nas relações de poder entre seus integrantes, nos tipos de papéis que são assumidos, e na modificação da comunicação estabelecida entre eles. Portanto, o desenvolvimento da família ocorre ao longo do ciclo vital, entendendo-se por ciclo vital familiar como:

um conjunto de etapas ou fases definidas sob alguns critérios (idade dos pais, dos filhos, tempo de união de um casal entre outros) pelos quais as famílias passam, desde o início da sua constituição em uma geração até a morte do ou dos indivíduos que a iniciaram (Cervený, 2002, p. 21).

Em relação a essas fases, Carter e McGoldrick (1995) propõem uma classificação do ciclo de vida da família em seis estágios, a saber: 1) saindo de casa (o jovem solteiro); 2) o novo casal; 3) famílias com filhos pequenos; 4) famílias com adolescentes; 5) lançando os filhos e seguindo em frente, e 6) famílias no estágio tardio de vida.

Já para Cervený (2002), que se baseou na realidade das famílias brasileiras, as fases do ciclo vital são divididas em quatro estágios: 1) família na fase de aquisição; 2) família na fase adolescente; 3) família na fase madura, e 4) família na fase última. Cada uma dessas etapas impõe exigências e abre possibilidades aos integrantes de uma família, e, por sua vez, precisam ser transcendidas para se ascender à etapa seguinte do referido ciclo. Entretanto, tais fases não são rígidas e, desse modo, cada família focada deve ser devidamente contextualizada para tornar possível a compreensão do momento do ciclo vital ao qual está passando.

Carter e McGoldrick (1995) incluem, também, os elementos intergeracionais como aspectos importantes de serem levados em conta na hora de se tentar entender o desenvolvimento familiar, já que uma geração possui a capacidade de afetar o modo como se estabelecerá a dinâmica familiar da geração seguinte. Além disso, as sucessões de uma fase a outra do ciclo vital normalmente são os períodos em que se vive o maior estresse familiar, que pode ser tanto vertical (relacionado aos modelos de relacionamento e funcionamento familiar que são transmitidos de uma geração a outra), quanto horizontal (referente à ansiedade gerada ao longo de desenvolvimento de uma família). Com relação aos fatores que provocam o estresse horizontal, para Carter e McGoldrick (1995) eles podem ser definidos como previsíveis, ou seja, aqueles acontecimentos que são, de certa forma, esperados pela família, como a entrada dos filhos na adolescência, e como imprevisíveis, isto é, as ocorrências que não são esperadas pelo sistema familiar, como é o caso do divórcio e do desemprego.

Como consequência disso, cada uma das fases do ciclo vital provoca alterações na forma como os membros da família se constatarem e como intuem os demais, o que também gera a modificação no modo como eles vêm estabelecendo as relações uns com os outros. Sendo assim, são processos que promovem a reorganização não apenas do sistema familiar, mas

também dos indivíduos inseridos no mesmo. Portanto, é importante considerar que cada família possui uma dinâmica relacional própria e que diz respeito ao modo como seus membros agem uns com os outros, sobre como eles se afetam em função disso, e como irão se relacionar com o meio social do qual fazem parte, sendo que tal dinâmica relacional pode ocorrer há várias gerações.

3.9 Suporte Social e a Rede Social de Apoio

Constituído na Psicologia da Saúde e na Saúde Comunitária, o conceito de suporte social é considerado como um tipo de vínculo estabelecido entre as pessoas, seja dentro da família, instituição ou comunidade, capaz de amenizar os efeitos físicos e psicológicos de acontecimentos estressantes. Conforme apontado por Campos (2005), “suporte social designa formas de relacionamento interpessoal, grupal ou comunitário que dão ao indivíduo um sentimento de proteção e apoio capaz de propiciar redução do estresse e bem-estar psicológico” (p.30). Tal perspectiva acerca de como é possível se constituir um relacionamento interpessoal é relevante, pois o mesmo “parece aumentar a capacidade de o indivíduo lidar com o estresse, provavelmente modificando a forma de percebê-lo e enfrentá-lo” (Campos, 2005, p. 51).

Segundo Cobb (citado por Campos, 2005), para haver suporte social entre as pessoas, é preciso que se crie uma relação de cuidado, compreensão e reciprocidade, com comunicação aberta e papéis delimitados entre as mesmas, o que gera sentimento de proteção e apoio característico do referido suporte.

Assim, suporte social envolve tanto elementos psicológicos, quanto sociais e para que ele ocorra, por exemplo, entre profissionais de uma instituição, e entre estes e os usuários da mesma, é preciso que se dê atenção à qualidade e a forma sobre como se dará esse tipo de relacionamento, pois tais fatores determinarão o quanto o usuário se sentirá acolhido e cuidado pela pessoa que o atende, tornando possível a promoção da sua autonomia (Campos, 2005).

Somente na medida em que a pessoa é considerada, acolhida e protegida e seu problema tratado com competência, ela sentirá que encontrou um profissional com quem pode contar e na qual pode confiar, o que aumentará sua disposição de encarar a realidade e enfrentar suas dificuldades.

Articulado ao conceito de suporte social, é importante ressaltar o conceito de rede social de apoio. Vários foram os estudiosos que contribuíram para a construção desse conceito, tal como o encontramos hoje. Para esta pesquisa, entretanto, optou-se por trabalhar com as

definições elaboradas por Sluzki (1997), Speck (1989) e Dabas (1993), uma vez que os mesmos se complementam e auxiliam a compreender o fenômeno em sua totalidade.

Conforme aponta Sluzki (1997), a rede social de apoio de um sujeito é composta por todas aquelas relações consideradas significativas para ele e que o influenciam no próprio reconhecimento como indivíduo, assim como na sua auto-imagem.

Já segundo Speck (1989),

A rede social é um grupo de pessoas, membros da família, vizinhos, amigos e outras pessoas, capazes de proporcionar uma ajuda e um apoio tão reais como duradouros a um indivíduo ou uma família. É, em síntese, um casulo ao redor de uma unidade familiar que serve de amortecedor entre esta unidade e a sociedade (p. 24).

Nessa mesma direção, Dabas (1993) define rede social como uma ocorrência que:

Implica um processo de construção permanente tanto individual como coletivo. Neste ponto diríamos que é um sistema aberto, que através de outros grupos sociais, possibilita a potencialização dos recursos que possuem. Cada membro de uma família, de um grupo ou de uma instituição se enriquece através das múltiplas relações que cada um desenvolve (p. 21).

Segundo a vertente da terapia familiar, a rede social tem sido elemento importante no desenvolvimento da família e em relação às mudanças de seus integrantes, assim como para o enfrentamento de situações de crises, pois, conforme destaca Dabas (1993) “as diversas aprendizagens que uma pessoa realiza se potencializa quando são socialmente compartilhadas em busca de solucionar um problema comum” (p. 21).

A rede de pessoas que pertencem à família muitas vezes é uma das primeiras a ser acionada, principalmente quando se está passando por um momento difícil (Sluzki, 1997). Contudo, este não é o único sistema significativo de um indivíduo. Em realidade, conforme Speck (1989) destaca, os vínculos interpessoais de qualquer pessoa abrangem desde os amigos, até os membros da família ampliada, colegas de trabalho ou escola, profissionais da saúde, entre outros. Segundo Sluzki (1997), a verificação do conjunto dessas relações é relevante,

para uma compreensão mais inteira dos processos de integração psicossocial, de promoção do bem-estar, de desenvolvimento da identidade e de consolidação dos potenciais de mudança, e, conseqüentemente, também ilumina os processos psicossociais de desintegração, de mal-estar e de adoecer, de transtornos da identidade, e de perturbações dos processos de adaptação construtiva e de mudança (p. 37).

Próximo à pessoa, é possível dizer que existe uma micro rede social de apoio, ou seja, sua rede social significativa, e um pouco mais afastada a rede macro social, que abarca

determinantes históricas, culturais, políticas e sócio-econômicas, onde a mesma está inserida. Ainda de acordo com Sluzki (1997), a rede social pessoal de qualquer indivíduo

constitui uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em uma crise (p. 42).

Relações sociais estáveis e integradas dão sentido à vida e fazem com que o sujeito possa estabelecer as bases de sua identidade a partir dos outros. O apoio social baseia-se em prestar ajuda, dividir informações, dar suporte em momentos críticos da vida, ser ponte para eventos sociais, o que proporciona prazer de viver, aumenta a auto-estima e reforça a condição de a pessoa enfrentar adversidades, fazendo com que ela experimente, com isso, que pode ter o domínio da própria vida (Andrade & Vaitsman 2002).

De acordo com Sluzki (1997), há evidências, ainda, de que a presença de uma figura conhecida ameniza o impacto frente a uma situação de perigo ou que é desconhecida pela pessoa. Além disso, uma rede social bem estruturada atua no cuidado da saúde do sujeito, na medida em que comentários são tecidos a respeito de sua condição física e seu estado de ânimo, o que dá impulso para que ela realize atividades de cuidado com o próprio corpo e com o seu estado psicológico.

Assim,

Existe forte evidência de que uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e confiável protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura, e aumenta a sobrevida, ou seja, é geradora de saúde (Sluzki, 1997, p. 67).

Cabe ressaltar que as relações estabelecidas por uma pessoa e que formam a sua rede social são dinâmicas e também se alteram em função de fatores como: a migração; o falecimento de um ente querido; a mudança de trabalho; o divórcio; a incorporação de um novo membro na família (através do casamento), entre outros (Moré, 2005; Sluzki, 1997). Nesse sentido, quando a pessoa desenvolve alguma doença ou está passando por uma situação de crise, a interação entre as relações da rede pode diminuir, assim como pode reduzir o seu tamanho e as condições de acesso à mesma.

É imprescindível levar igualmente em consideração a forma como está constituída a rede macro social do sujeito e que influencia diretamente na dinâmica de sua rede micro social, lembrando-se, ainda, que todas as variáveis relatadas podem atuar tanto no fortalecimento de determinadas redes, como para desarticular e inviabilizar outras (Moré, 2005; Sluzki, 1997).

3.10 Estratégias de Enfrentamento e Vulnerabilidade

Coping, ou também conhecido como estratégia de enfrentamento, tem sido estudado há décadas pela Psicologia Social, Clínica e da Personalidade. Inicialmente, as estratégias de enfrentamento foram entendidas como ocorrendo mais em função das características particulares de uma pessoa, do que devido a interferências do ambiente. Sendo assim, *coping* foi associado a mecanismos de defesa e a motivações internas e inconscientes do indivíduo. Em seguida, uma segunda vertente de estudiosos passou a considerar os aspectos cognitivos, comportamentais e situacionais como relevantes para a compreensão das estratégias de enfrentamento. Assim, pessoa e ambiente passaram a ser vistos como estabelecendo um processo transacional entre si (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998).

Atualmente, o que se encontra sobre *coping* são estudos que procuram verificar as convergências existentes entre o ambiente e os traços de personalidade (principalmente o otimismo, rigidez, auto-estima e o controle), já que apenas as variáveis situacionais não têm sido suficientes para justificar por que existe grande variação no uso das estratégias de enfrentamento por um indivíduo (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998).

Dos autores mais conceituados sobre esse assunto, destacam-se os cognitivistas Folkman e Lazarus. De acordo com eles *coping*, ou estratégias de enfrentamento, pode ser explicado como:

Esforço cognitivo e comportamental de uma pessoa para administrar (reduzir, minimizar, controlar ou tolerar) demandas internas e externas da mudança do ambiente, que avalia como sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais (Folkman, Lazarus, Gruen & De Longis, 1986, p. 572).

Nessa mesma direção, Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998) apontam que “o conceito de *coping* tem sido descrito como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes” (p. 273). Trata-se, desse modo, das capacidades desenvolvidas por um indivíduo tanto de pensar, quanto de agir para lidar com situações desfavoráveis a ele, e também de sua condição de ajustar-se às mesmas. A partir do momento em que se consegue enfrentar um acontecimento aversivo, também se consegue diminuir o grau de estresse que ele tinha a capacidade de gerar (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998; Savoia, 1999).

Vale ressaltar que estresse, segundo Folkman e cols. (1986), refere-se à relação entre o indivíduo e o meio em que vive, onde tal meio é constatado pela pessoa como indo além de suas capacidades individuais e, desse modo, como uma ameaça ao seu bem-estar.

Conforme estabelecem os mencionados autores, as estratégias de enfrentamento utilizadas para lidar com acontecimentos estressantes possuem funções distintas, mas que se afetam mutuamente, a saber:

1. Estratégia de enfrentamento focada no problema – é o esforço centrado na modificação da situação provocadora de estresse. Tal estratégia muitas vezes é utilizada quando o problema é constatado como simples de ser alterado. Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998) citam como exemplo desse tipo de estratégia a negociação realizada entre as pessoas; o pedido de ajuda a outros; a disposição em sair à procura de informações, e a realização de ações que objetivam a solução dos problemas e que possam gerar satisfação a si mesmo.

2. Estratégia de enfrentamento focada na emoção – trata-se da energia direcionada à regulação da emoção vinculada à situação adversa, com o intuito de modificar o estado emocional gerado. Essa estratégia, ao contrário da primeira, é mobilizada justamente quando a pessoa não possui mais recursos para enfrentar a situação estressora. Nesse caso, Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998) destacam atitudes tais como o fumar, o tomar tranqüilizantes ou fazer alguma atividade física.

Normalmente, os comportamentos aprendidos e que se tornaram habituais para um indivíduo, ou seja, o que já é conhecido por ele e que sabe qual resultado esperar, são os recursos que o mesmo utiliza para enfrentar acontecimentos estressantes. Entretanto, algumas vezes, tais comportamentos demonstram não serem eficazes para solucionar problemas diferentes ou novos, e que geram agravos, pois não eram os adequados para se conseguir os efeitos desejados (Savoia, 1999; Seidl, 2005).

No entanto, estratégias de enfrentamento podem ser além de aprendidas, usadas e descartadas, o que significa que uma pessoa pode se desfazer dos recursos que utilizava, para trocar por outros mais eficientes no enfrentamento do seu problema. (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998).

Além dos comportamentos aprendidos ao longo da vida, aspectos relacionados à saúde e à disposição do sujeito; suas características psicológicas; suas crenças e seus valores existenciais; seus objetivos de vida; o auxílio que possui em termos de suporte social e recursos materiais, e até mesmo variáveis demográficas e ambientais, são todos elementos que influenciam na escolha da estratégia de enfrentamento a ser empregada e no modo como se fará uso da mesma (Folkman e cols. 1986; Savoia, 1999).

Folkman e cols. (1986) destacam, ainda, que as pessoas são mais variáveis na escolha das estratégias de enfrentamento do que estáveis, pois se verifica que, além dos elementos

citados acima, o próprio período de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra afeta o modo como ele avalia uma situação como estressora ou não – o que é adverso para uma criança, por exemplo, provavelmente não o será para um adulto – e na escolha dos recursos que irá utilizar para lidar com tal situação (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998).

Além disso, os referidos autores alertam para o fato de que o uso do *coping* pode interferir negativamente na saúde de um indivíduo, quando leva a pessoa a ter um comportamento de pouco cuidado em relação a si mesma, e até mesmo quando a conduz a se envolver em atividades que colocam em risco a própria vida, como no caso do consumo de álcool e drogas.

Conforme apontam Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998), o uso das estratégias de enfrentamento também tem sido associado à ideia de vulnerabilidade, “já que a vulnerabilidade aos efeitos do *stress* é mediada por recursos de *coping*” (p. 280), ou seja, quanto mais um indivíduo tem acesso a estratégias de enfrentamento, menos ele será vulnerável a situações estressoras.

De acordo com Feito (2007), vulnerabilidade:

implica fragilidade, uma situação de ameaça ou possibilidade de sofrer dano. Portanto, implica ser susceptível de receber ou padecer algum mal ou dor, como uma enfermidade, e também a possibilidade de ser ferido física ou emocionalmente. Pode-se entender por vulnerabilidade, ainda, poder ser persuadido ou tentado, poder ser receptor, não ser invencível, não ter absoluto controle da situação, não estar em posição de poder, ou ao menos ter a possibilidade de que dito poder se veja debilitado (p. 8-9).

O conceito de vulnerabilidade inicialmente inseriu-se na área da saúde em função das primeiras pesquisas realizadas a respeito da epidemia da Aids/Sida (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Com a disseminação dessa doença e a partir dos referidos estudos, foi possível identificar que existiam certos grupos que eram socialmente mais vulneráveis à contaminação do vírus HIV (vírus que provoca a Aids/Sida). Desse modo, o termo vulnerabilidade foi estabelecido para atender a necessidade de se identificar àqueles sujeitos ou grupo de indivíduos que, devido ao seu comportamento, possuíam uma suscetibilidade maior a sofrerem agravos à saúde (Sánchez & Bertolozzi, 2007).

Porém, a vulnerabilidade não é restrita ao indivíduo e ao modo como ele se comporta socialmente. Nesse sentido, Ayres, França Junior, Calazans e Salletti (citado por Sánchez & Bertolozzi, 2007) ampliaram a compreensão anterior que se tinha a respeito do referido conceito e incluíram outros aspectos que igualmente determinam o grau de vulnerabilidade a que uma pessoa está submetida. Segundo os autores mencionados, a vulnerabilidade além de

ser individual, é programática e social, destacando-se, com isso, a importância de se levar em consideração à articulação existente entre os fatores pessoais e os do meio em que o sujeito se encontra na determinação de sua suscetibilidade a certos agravos.

De acordo com Sánchez e Bertolozzi (2007), a vulnerabilidade individual implica nos meios que o indivíduo dispõe para se proteger, no tamanho da oferta de amparo social e de assistência à saúde que possui, e na possibilidade de ter acesso à informação e a formas eficazes de prevenção e de modificar seu comportamento de risco.

Já a vulnerabilidade programática diz respeito: às condições de acesso que os sujeitos possuem aos serviços de saúde; ao vínculo que os indivíduos têm com os profissionais das instituições pelos quais buscam auxílio; ao acolhimento oferecido pelos profissionais aos usuários desses serviços; às ações implementadas de prevenção e controle de agravos; aos recursos sociais oferecidos por tais instituições, e à avaliação dos programas de saúde para gerar controle de enfermidades.

Por fim, vulnerabilidade social relaciona-se às despesas que são realizadas com serviços sociais, de educação e saúde; ao índice de mortalidade de crianças menores de cinco anos; à situação em que se encontra a mulher; à possibilidade de participação da população nas decisões políticas e nas instituições, e ao índice de desenvolvimento humano (Sánchez & Bertolozzi, 2007).

Com referência aos itens relacionados acima, e de acordo com o apontado por Sánchez e Bertolozzi (2007), é então possível inferir que, associado ao comportamento adotado por um indivíduo, fatores como o seu nível sócio-econômico, sua profissão, o grupo social ao qual pertence e até mesmo o lugar onde reside, influenciam no grau de vulnerabilidade a que estará submetido, já que tais elementos interferem diretamente na possibilidade dele, por exemplo, ter ou não acesso à informação e a bons serviços de saúde, de realizar despesas com educação e, dessa forma, incluir-se ou não nos melhores índices de desenvolvimento humano.

Existem, dessa maneira, condições sociais, culturais, econômicas e morais às quais determinados indivíduos estão expostos que podem lhes ser desfavoráveis, e que, por esse motivo, podem levá-los a um maior potencial de vulnerabilidade, especialmente se não forem disponibilizados a eles os meios necessários para enfrentar tais situações de risco. Sendo assim, vulnerabilidade trata-se de “um conjunto de aspectos que vão além do individual, abrangendo aspectos coletivos, contextuais, que levam à suscetibilidade a doenças ou agravos” (Sánchez & Bertolozzi, 2007).

Portanto, considera-se importante a abordagem da vulnerabilidade nos planos individual, programático e social, pois tal entendimento pode gerar tanto reflexões relevantes para a formulação de políticas públicas condizentes com as necessidades expressas pela população, quanto pode ajudar a construir ações que impeçam o surgimento das condições favoráveis à vulnerabilidade em todas as suas formas.

4. MÉTODO

4.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo adotou os pressupostos da metodologia qualitativa que, segundo Krause (1993), é caracterizada pela ascensão ao conhecimento a partir da articulação entre sujeito e objeto de estudo, facilitando, com isso, a conjunção de diferentes perspectivas. Além disso, através dessa metodologia, e de acordo com Biasoli-Alves (1998), foi possível apreender os significados tanto dos discursos como dos comportamentos das participantes “interligados ao contexto em que se inserem e delimitados pela abordagem conceitual do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, sem a pretensão de atingir o limiar de representatividade” (p. 149).

Esta pesquisa também se caracterizou por ser exploratório-descritiva, pois objetivou descrever e caracterizar aspectos das situações vividas por mulheres que denunciaram a agressão sofrida em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, e teve como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e idéias presentes nos discursos das entrevistadas (Gil, 1991). O intuito foi trazer à tona o conjunto de sentidos e significados presentes nos relatos das participantes, para melhor acolher os objetivos propostos no presente estudo.

4.2 Caracterização do Campo de Pesquisa

O contato com os sujeitos da pesquisa foi a partir de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, localizada em uma cidade do Sul do país. Tal Delegacia tem a característica de atender além da mulher vitimada, crianças e adolescentes infratores, e conta em seu quadro de funcionários com uma Delegada, escrivões e um serviço de Psicologia criado um ano depois de sua inauguração, em 1986, e que se tornou a intervenção central de referida instituição. O serviço de Psicologia, no entanto, não é direcionado para o atendimento clínico dos casos, mas focado no modelo de Psicologia Jurídica, ou seja, atua como Psicologia Policial. Contudo, seu trabalho não se configura como sendo o mesmo que o de um policial, apesar de agendarem os atendimentos através de intimações (Rifiotis & Santos, 2006).

4.3 Participantes

As participantes desta pesquisa foram 10 mulheres que apresentaram queixa em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de terem sofrido violência física, sendo que 9 delas foram agredidas por seus maridos/companheiros, 2 também foram agredidas por seus filhos, e uma somente pelo cunhado.

O número de participantes foi definido a partir da saturação dos dados, ou seja, quando se observou que havia a repetição de regularidades das informações fornecidas pelas mesmas. Além disso, o número total de entrevistadas do presente estudo vai ao encontro de pesquisas similares produzidas pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia da Saúde, Família e Comunidade, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), como as de Barcellos (2006), Cardoso (2006), Marchi (2005) e Orth (2005), que igualmente utilizaram a metodologia descritivo-qualitativa.

Os critérios utilizados na seleção das entrevistadas foram:

- 1) a participante ser maior de 18 anos;
- 2) a situação de violência ter ocorrido a um mês do contato da pesquisadora com as entrevistadas, pois se acreditou que neste momento o abalo com a situação de violência sofrida teria diminuído, facilitando a sua participação nas entrevistas e, ao mesmo tempo, a recordação do que ocorreu e de como foi atendida nos serviços de referência à mulher vítima de violência;
- 3) apresentar condições de compreender os objetivos da pesquisa e de estabelecer uma comunicação razoavelmente clara com a pesquisadora. A observação destas condições foi feita no momento do encontro com a participante, a partir da constatação pela pesquisadora da possibilidade de dar seqüência a entrevista.

4.4 Instrumentos para Coleta de Dados

Para a realização da coleta de dados, os seguintes instrumentos de pesquisa foram utilizados: a) Entrevistas semi-estruturadas; b) Mapa de Redes; c) Genograma. Em termos metodológicos, cabe assinalar aqui que tanto o Mapa de Redes quanto o Genograma foram utilizados em função da potencialidade gráfica de registro de dados que ambos possuem. Assim, optou-se pelo uso dos mesmos, pois se considerou que eles auxiliariam na melhor integração das informações decorrentes da entrevista semi-estruturada.

É importante destacar que o uso de tais instrumentos de pesquisa foi apenas para integrar dados e não para se aprofundar na utilidade dos mesmos, em termos das dinâmicas possíveis de serem alcançadas através deles. Desse modo, quando se questionou, por exemplo, sobre os relacionamentos que as participantes tinham com a família de origem, buscou-se indagar sobre os padrões relacionais descritos por Wendt (2006), utilizando as idéias presentes nas definições dos mesmos, principalmente aqueles relacionados aos objetivos a serem alcançados com este estudo. Portanto, Mapa de Redes e Genograma se constituíram em coadjuvantes do instrumento principal desta pesquisa, ou seja, da entrevista semi-estruturada.

4.4.1 Entrevistas Semi-Estruturadas

A entrevista semi-estruturada foi utilizada para este estudo, pois este recurso permite o aprofundamento em determinado tema de pesquisa. Essa modalidade de coleta de dados implicou em compor um roteiro de perguntas elaboradas de forma tal, que foram abordadas por todas as entrevistadas, adotando uma formulação flexível, de modo que a sucessão das questões e os detalhes ficaram por conta do discurso das participantes e da dinâmica da entrevista (Biasoli-Alves, 1998).

O roteiro da entrevista semi-estruturada (Anexo 1) desta pesquisa foi constituído pelos seguintes temas: 1) Dados de identificação; 2) Dados da ocorrência; 3) Atendimento após a situação de violência; 4) Percepção da usuária sobre os atendimentos oferecidos pelos serviços; 5) Situação emocional da entrevistada; 6) A rede social da participante; 7) Rede de apoio após a situação de violência sofrida (Mapa de Redes); 8) A rede de suporte familiar, e 9) Genograma.

Esse tipo de entrevista, segundo Biasoli-Alves (1998), também foi uma ferramenta importante para contextualizar o comportamento das participantes, pois fez emergir seus sentimentos, atitudes, motivos, intenções e valores.

4.4.2 Mapa de Redes

Com o intuito de construir a rede social de um indivíduo, Sluzki (1997) representou esta rede social a partir de um mapa dividido em quatro quadrantes, relacionados: a) à família; b) às amizades; c) às relações de trabalho ou escola, e d) às relações comunitárias e às relações de serviço (de saúde, jurídico), conforme Figura 1 representada a seguir:

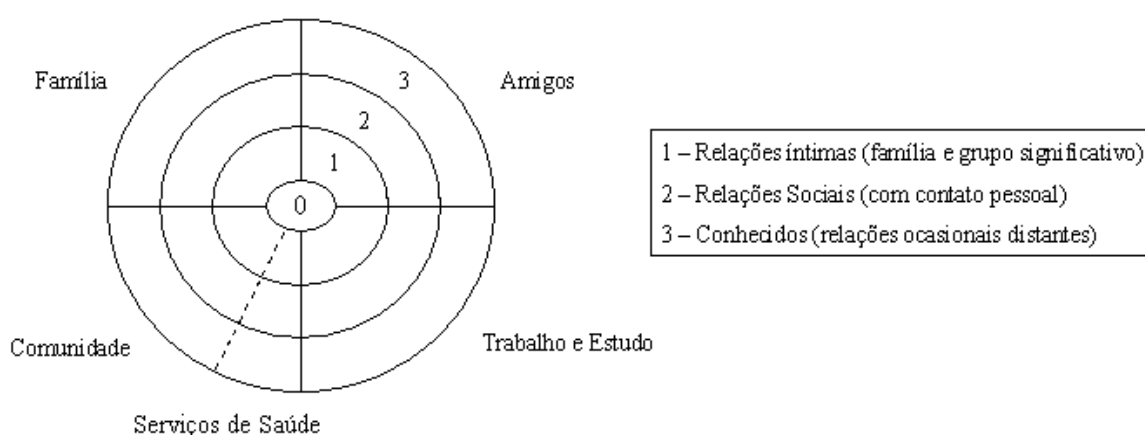


Figura 1: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997).

Para este estudo, a entrevista semi-estruturada serviu para a construção do Mapa de Redes das participantes, onde, no centro deste mapa, colocou-se a entrevistada e seu respectivo agressor, que na sua maioria foram seus maridos/companheiros, e no lugar dos serviços de saúde, conforme modelo sugerido por Sluzki (1997), foi colocada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. No momento de efetivar as entrevistas, a pesquisadora levou um desenho do referido mapa em folha A3, de acordo com a Figura 2 exposta abaixo:

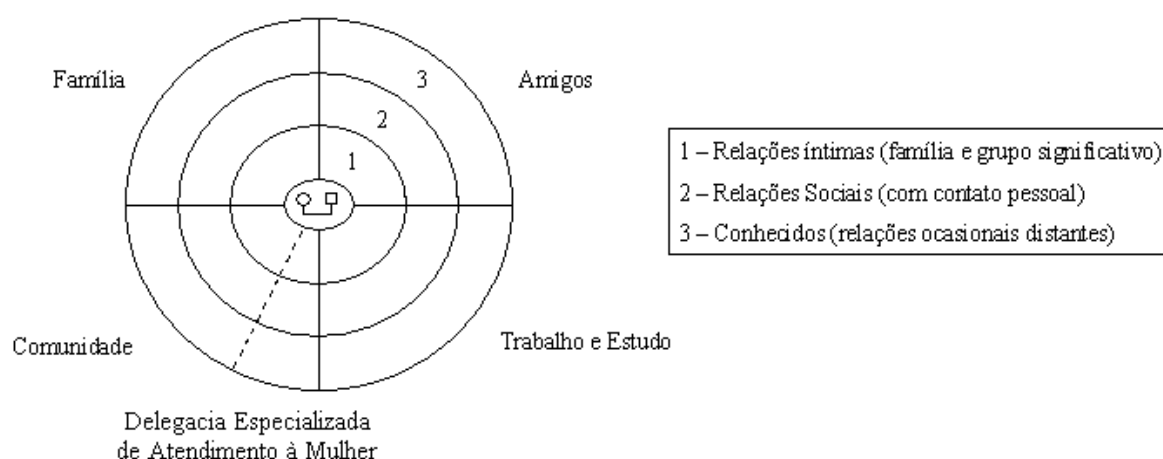


Figura 2: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997) com o acréscimo da figura da entrevistada e de seu marido/companheiro no centro do mapa.

Assim que os objetivos do preenchimento do Mapa de Redes e o seu funcionamento foram explicitados para as entrevistadas, ele foi construído junto com as próprias participantes, a partir de perguntas que foram feitas com o intuito de auxiliá-las na definição dos indivíduos que deveriam ser inseridos em cada um dos quadrantes. Todos os nomes mencionados pelas

participantes foram anotados, assim como foi identificado o nível de proximidade em que cada uma das pessoas referida por elas deveriam ser incluídas, possibilitando a verificação do vínculo existente entre todo indivíduo citado com a entrevistada em questão.

Como produto da elaboração final dos Mapas de Rede (Anexo 5), todos os nomes das pessoas citadas pelas participantes foram modificados pelo tipo de relação que possuíam com as mesmas (mãe, pai, amigo, vizinho, colega, etc.), sendo que o gênero de cada uma foi representado pelo símbolo do sexo masculino em verde (♂) e do sexo feminino em rosa (♀).

Construir o Mapa de Redes com as participantes equivaleu, de certo modo, a tirar uma radiografia das redes de relações que elas possuíam naquele momento, o que deixou explícito tanto para as entrevistadas, quanto para a pesquisadora, com quem elas podiam contar e quem se encontrava afastado delas naquele período de suas vidas (Sluzki, 1997).

A importância de utilizar referido instrumento de pesquisa residiu no fato de que, quando a entrevistada passou a conhecer a constituição da própria rede social, ela se tornou capaz de aproveitar os recursos disponíveis nesta rede de forma mais eficaz e construtiva, bem como de modificar relações que não contribuíam para o enfrentamento e a superação de seus problemas (Klefbeck, 1995).

4.4.3 Genograma

O padrão de relação e os mitos existentes dentro de uma família são ensinamentos seguidos pela maior parte de seus integrantes. Muitas vezes, no entanto, tenta-se corrigir o que se acredita que não deu certo, assim como se procura repetir o que desde tempos imemoriais foi bem sucedido e transmitido de uma geração a outra. Desse modo, constitui-se uma certa maneira de mover-se no mundo que é específica de cada família e que, através da construção do Genograma, é possível concretizar.

Como afirmam Asen e Tomson (1997), o Genograma “é uma maneira de explorar os esquemas familiares que podem ter se desenvolvido ao longo de muitas gerações” (p. 40). Por esse motivo, ele tem sido um instrumento que tem servido como freqüente recurso a pesquisas de vertente qualitativa, pois é capaz de agregar vários tipos de informações, tais como: da área biomédica e psicossocial; referente aos padrões de enfermidade e de comportamento problemático; sobre os acontecimentos atuais da família; além de possibilitar a alteração dos padrões familiares que não estão sendo adequados naquele momento, evidenciando, assim, seu alto valor terapêutico (Asen & Tomson, 1997).

No âmbito deste estudo, optou-se em utilizar o Genograma como uma forma de verificar a partir do relato de três gerações das informantes (seus pais, ela mesma e seus filhos) se havia ou não um padrão de violência no interior de suas famílias de origem.

4.5 Procedimentos

A presente pesquisa foi submetida à aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Parecer Consubstanciado Projeto nº 393/2007), bem como por todos os níveis decisórios da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, para que houvesse o consentimento da entrada e incursão da pesquisadora no campo de estudo.

Concomitantemente, foi disponibilizado o projeto de pesquisa ao psicólogo da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, já que ele foi o principal contato neste serviço, para que o mesmo se inteirasse da totalidade deste estudo, tornando propício, com isso, o acesso da pesquisadora aos dados registrados na instituição acerca das mulheres que foram atendidas e que futuramente seriam convidadas a realizarem as entrevistas.

4.5.1 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu durante os meses de julho a outubro de 2008, e iniciou-se com o contato da orientadora desta pesquisa com um profissional da Psicologia que trabalhava na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Esse diálogo possibilitou que a pesquisadora estabelecesse os primeiros contatos com o mencionado profissional e com o referido serviço de referência, além de possibilitar a familiarização com a dinâmica do campo de pesquisa onde seria feito o contato com as participantes deste estudo.

Após várias reuniões realizadas com o psicólogo da Delegacia, a pesquisadora, em acordo com o mesmo, teve acesso ao livro de registro com os números dos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados feitos naquela instituição durante o ano de 2008, visando realizar a triagem das mulheres que tivessem o perfil requerido para serem entrevistadas, a saber: serem maiores de idade; terem sido agredidas fisicamente a um mês do contato da pesquisadora com as mesmas, e apresentarem condições de compreender os objetivos da pesquisa e de estabelecer uma comunicação razoavelmente clara com a entrevistadora.

Cada número inscrito no Boletim de Ocorrência ou no Termo Circunstanciado que era incluído no livro de registro da Delegacia, correspondia a uma determinada violação cometida, ou seja, certo número era referente à violência sexual praticada através do estupro, outro ao atentado violento ao pudor, e assim por diante, sendo que um destes números correspondia à violência praticada através da agressão física. Desse modo, anotou-se, num primeiro momento, os números que diziam respeito ao delito que preenchia os critérios da pesquisa, para em seguida a pesquisadora acessar os respectivos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados.

Num segundo momento, o psicólogo da mencionada instituição procurou os Boletins de Ocorrência e os Termos Circunstanciados referentes aos números anotados nos arquivos da Delegacia, e disponibilizou-os à pesquisadora para que fosse possível acessar o nome e o número de telefone das mulheres que haviam sido fisicamente agredidas para a realização do futuro contato com as mesmas.

Logo depois de realizado esse procedimento, a pesquisadora iniciou o contato via telefone com as usuárias da Delegacia, convidando-as a participar deste estudo através da realização de entrevistas semi-estruturadas, em horário e local por elas indicados, sendo sugerido, no entanto, o SAPSI (Serviço de Atendimento Psicológico da UFSC) como um possível lugar para o encontro, no intuito de favorecer que o contexto, em função da temática enfocada, fosse o mais tranquilo e seguro para as mesmas.

De 40 mulheres convidadas a participar desta pesquisa, 10 aceitaram realizar a entrevista, sendo que 7 solicitaram que o encontro ocorresse na própria casa delas e 3 pediram que fosse feito no SAPSI, como havia sido sugerido.

Antes de começar a entrevista, cada participante recebia esclarecimentos orais e escritos, este através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3), acerca da totalidade da pesquisa, ou seja, sobre os objetivos, o método, a responsabilidade ética da pesquisadora com os dados obtidos e a possibilidade de desistência da entrevistada a qualquer momento do processo de coleta de dados, sendo que a entrevista era iniciada somente após a autorização da participante e sua assinatura, em duas vias, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Vale ressaltar que tanto os dados de identificação quanto os dados da ocorrência da situação de violência foram obtidos com as próprias participantes através das entrevistas, sempre com o cuidado e a ponderação que tal temática exige. Aponta-se, ainda, que nos casos em que houve a mobilização emocional da participante, a pesquisadora ofereceu o apoio

necessário e orientou a entrevistada a procurar atendimento de outro profissional da psicologia, ou de uma clínica particular, caso fosse possível, ou do próprio SAPSI, sendo disponibilizado a elas o telefone de contato com o serviço de psicologia da universidade, bem como as informações sobre o período de triagem para os atendimentos a serem realizados no mesmo.

O Mapa de Redes e o Genograma, respectivamente nesta ordem, foram construídos junto com as participantes, sendo que inicialmente era explicado a elas do que se tratava cada instrumento de coleta de dados, qual o objetivo de sua aplicação e como se daria a confecção dos mesmos.

Ao término das entrevistas, a pesquisadora agradecia a disponibilidade das participantes de estarem expondo uma situação tão delicada e difícil quanto à vivida por elas. Também era explicado que os dados obtidos seriam apresentados à instituição envolvida na pesquisa, e que o presente trabalho seria exposto numa data a ser agendada. Além disso, as entrevistadas receberam o Mapa de Redes e o Genograma produzidos durante a entrevista, após eles serem inseridos no computador pela pesquisadora deste estudo.

4.6 Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada com base na “Grounded Theory” (Teoria Fundamentada Empiricamente), proposta por Strauss e Corbin (1990), pois permite trabalhar, comparar, integrar e categorizar dados obtidos de diferentes origens (entrevistas, documentos escritos, relatos de observações). Neste estudo, o desafio foi integrar os dados obtidos através das entrevistas semi-estruturadas, do Mapa de Redes e do Genograma em torno dos objetivos propostos.

Os passos seguidos para a realização da análise dos dados e de acordo com a “Grounded Theory” (1990) foram:

- 1) Realização de leituras sucessivas do material textual obtido com as entrevistas e com a confecção do Mapa de Redes e do Genograma, para compreender e ampliar o significado do discurso apresentado pelas participantes da pesquisa;
- 2) Identificação dos aspectos em comum ou semelhantes, bem como das características diferenciais e dos pontos inéditos entre todos os dados obtidos através dos vários instrumentos de pesquisa;

3) A partir desse trabalho, emergiram pontos nucleares que se mantiveram na diversidade e na complexidade das informações recolhidas. Tais pontos se constituíram como base de referência para o estabelecimento e a nomeação das categorias principais de análise;

4) A partir das categorias principais, foram relacionadas subcategorias e seus respectivos elementos de análise, que auxiliaram na devida descrição, compreensão e sustentação das referidas categorias.

Para auxiliar em todo esse processo, também foi utilizado o software Atlas/ti 5.0, que se trata de um programa de análise de dados qualitativos, útil para a organização de grande quantidade de textos, gráficos, dados de áudio ou vídeo, e para a estruturação das informações armazenadas, ajudando a estabelecer relações e conexões, e a construir categorias de análise (Muhr, 2004). A escolha de tal instrumento ocorreu em função de sua eficácia comprovada por inúmeros trabalhos de mestrado e doutorado, tanto em termos nacionais como internacionais.

5. RESULTADOS

5.1 Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise das entrevistas

A análise dos dados foi realizada com o intuito de verificar as experiências, as emoções e os dilemas enfrentados por mulheres que foram agredidas fisicamente por homens, sendo estes na sua maioria seus maridos/companheiros. Para alcançar tal objetivo, fez-se uso do conteúdo obtido com os discursos advindos das entrevistadas, a partir do qual se estabeleceram sete categorias de análise. A nomeação dessas categorias resultou da triangulação de elementos constituídos por: a) regularidades temáticas presentes no depoimento das participantes; b) conceitos teóricos da literatura pesquisada, e c) termos específicos oriundos dos instrumentos utilizados (Mapa de Redes e Genograma).

Por sua vez, a construção de cada categoria contemplou um conjunto de subcategorias e de seus respectivos elementos de análise, no intuito de realizar a devida descrição do fenômeno estudado, e para favorecer a compreensão e sustentação das mesmas (Strauss & Corbin, 1990).

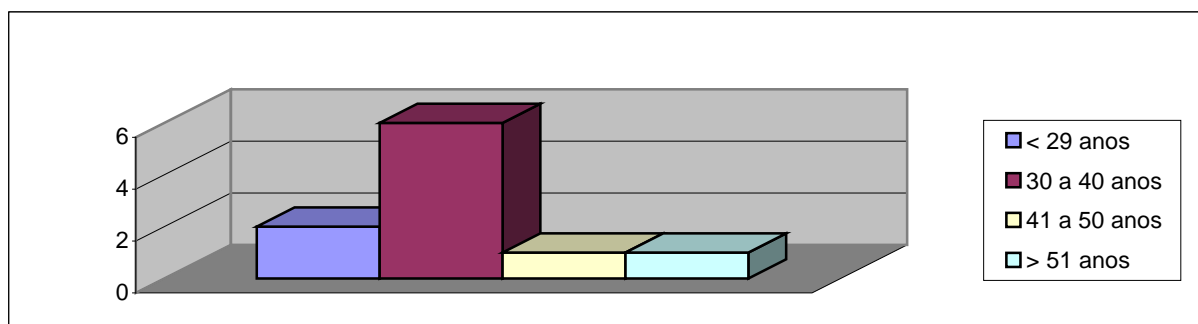
É mister apontar que os dados alcançados inserem-se em um contexto complexo, constituído por uma trama de conexões, destacando-se dentro delas: as entrevistadas; suas famílias; os aspectos socioculturais; os serviços de referência, e as políticas públicas. Portanto, a real compreensão dos dados passa por vê-los na sua totalidade e não isoladamente, já que se afetam mutuamente, demonstrando o processo dinâmico de relação que se estabelece entre os mesmos e dentro do qual adquirem sentidos (Moré, 2000; Morin, 1996).

Com a finalidade de uma melhor visualização dos resultados obtidos, apresentar-se-á em continuação: 1) a caracterização das entrevistadas através de gráficos que evidenciam o perfil das mesmas, e 2) um quadro geral do conjunto de categorias construídas e suas respectivas subcategorias e elementos de análise.

5.2 Caracterização das Participantes

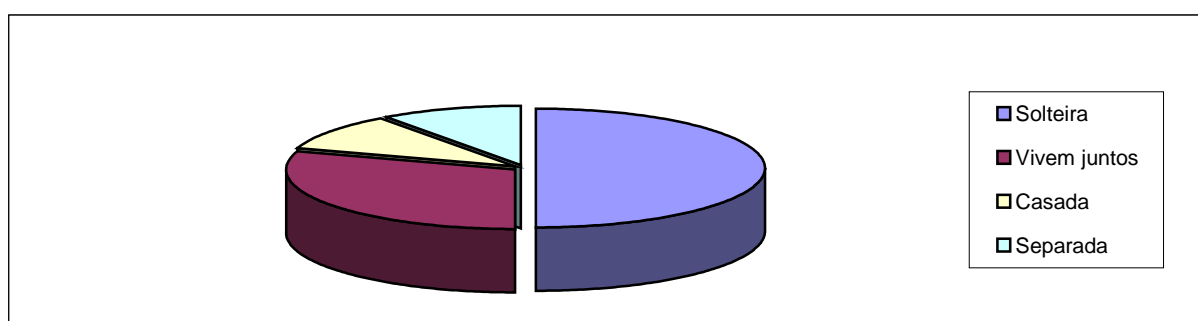
Para apresentação e devida visualização do perfil das entrevistadas, construiu-se os gráficos exibidos abaixo:

Gráfico 1: Faixa etária das participantes.



Com base no gráfico acima, observa-se que a maior parte das mulheres que foram agredidas encontrava-se na faixa etária entre os 30 e 40 anos, ou seja, na fase do auge de sua produtividade profissional.

Gráfico 2: Estado civil das entrevistadas.



A respeito do estado civil, cinco entrevistadas declararam-se solteiras (embora vivessem junto com seus parceiros, com exceção da que foi agredida pelo cunhado) e três declararam que viviam junto com seus companheiros. Apenas uma declarou-se casada e outra separada, mostrando o predomínio de relações não oficiais entre as participantes deste estudo.

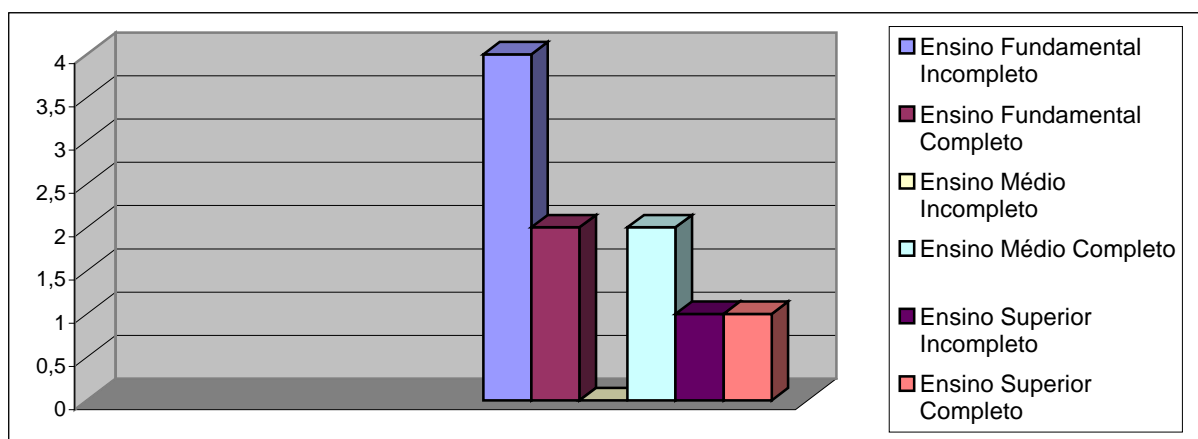
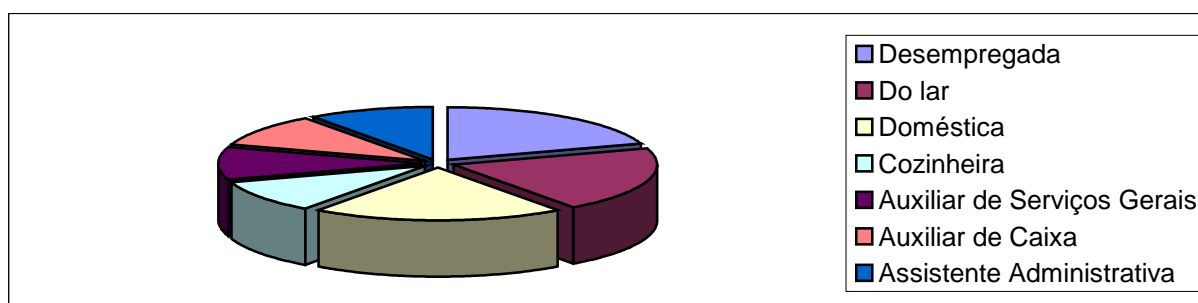


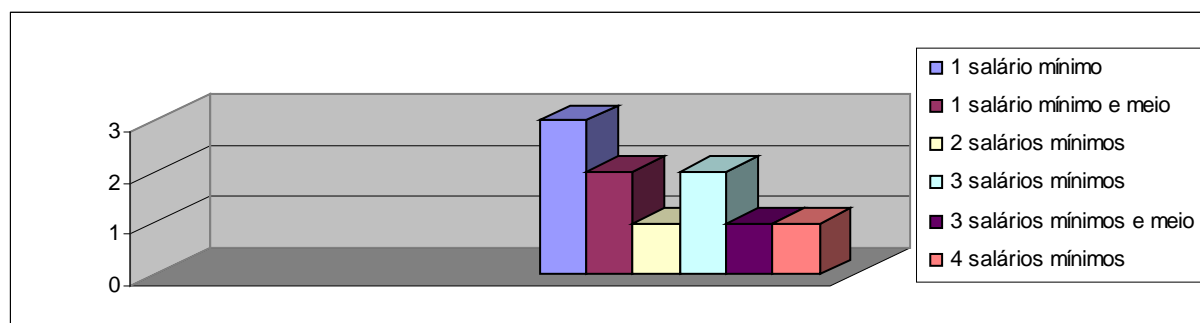
Gráfico 3: Grau de escolaridade das participantes.

Quanto ao grau de escolaridade, destaca-se a pouca formação escolar das participantes, principalmente se forem consideradas as que possuem o Ensino Fundamental Incompleto com as que possuem o Ensino Fundamental Completo.

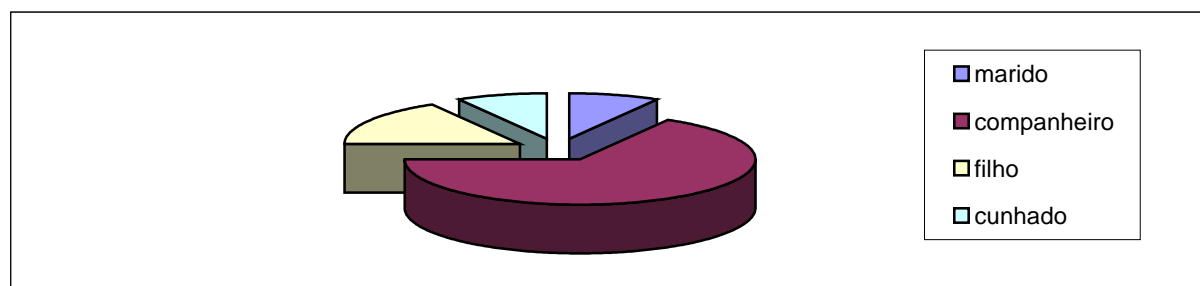
Gráfico 4: Principal trabalho das entrevistadas.



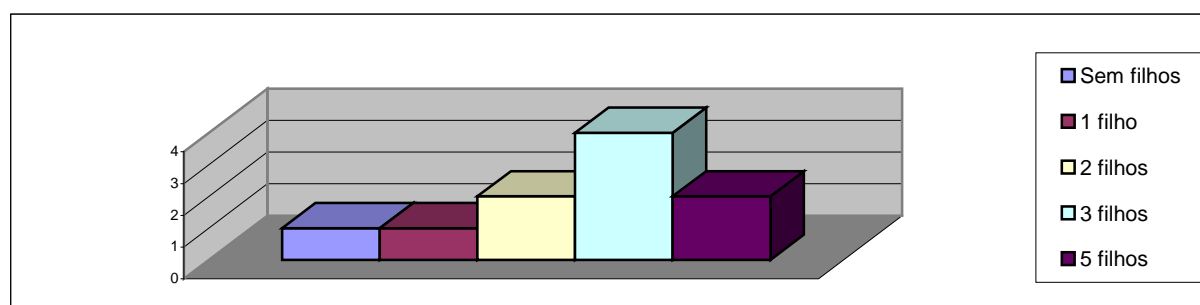
Os principais trabalhos citados pelas entrevistadas foram as de doméstica e do lar, sendo que outras duas encontravam-se desempregadas. Dados que se mostraram condizentes com o grau de escolaridade apresentado pelas mesmas.

Gráfico 5: Renda familiar das participantes.

Em conformidade com o grau de escolaridade e o tipo de trabalho das participantes, a maior parte da renda familiar declarada ficou entre 1 e 2 salários mínimos mensais.

Gráfico 6: Principal agressor.

O principal agressor de nove das dez entrevistadas foi o próprio marido/companheiro. Vale destacar que duas dessas mulheres foram agredidas tanto pelo marido/companheiro, quanto pelo filho. Uma foi agredida apenas pelo cunhado.

Gráfico 7: Número de filhos das participantes.

Conforme se verifica no gráfico acima, a maior parte das participantes tinha entre 2 a 5 filhos.

Quadro 1 – Quadro referente às categorias, subcategorias e elementos de análise.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1. Aspectos que caracterizam a violência sofrida e que motivaram o pedido de ajuda: Descreve as circunstâncias em que ocorreu a situação de violência e os possíveis motivos para tal fato ter ocorrido.	1.1 Tipo de violência perpetrada	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças e agressões verbais • Contato físico agressivo • Utilização de armas e objetos • Com seqüelas físicas
	1.2 Justificativas para ter sofrido violência	<ul style="list-style-type: none"> • Ciúme do agressor • Desavenças e discussões • Problema psicológico • Como forma de revide • Como forma de impedir de trabalhar • Presença de conduta adicta a substâncias químicas e jogos
2. Repercussão psicológica da violência sofrida: Descreve a situação comportamental e emocional da mulher após a agressão, sua relação com o agressor e que meios utilizou para enfrentar a situação de violência.	2.1 Situação limite	<ul style="list-style-type: none"> • Com relação à gravidade da agressão sofrida • Com relação ao longo tempo que foram agredidas • Com relação à agressão contra o filho
	2.2 Reações comportamentais e emocionais diversas	<ul style="list-style-type: none"> • Depressão; insônia; falta de apetite; instabilidade de humor; tentativa de suicídio
	2.3 Relação do agressor com a mulher agredida	<ul style="list-style-type: none"> • Fundida e conflituosa • Humilhação e descaso
	2.4 Sentimentos da mulher em relação ao agressor	<ul style="list-style-type: none"> • Vingança • Compaixão • Mágoa • Indefinição

	2.5 Estratégias de enfrentamento: bem sucedidas e mal sucedidas	<ul style="list-style-type: none"> • Busca de pessoas para conversar • Rotina focada no trabalho • Sair para passear, encontrar amigos e familiares • Disposição para solucionar os problemas do dia-a-dia • Capacidade de superar dificuldades • Uso de medidas drásticas • Busca de emprego • Tentativa de separação • Perspectivas de um novo projeto de vida
	2.6 A saída do agressor da casa	<ul style="list-style-type: none"> • Tranquilidade • Alívio • Pavor
3. Impacto da violência sofrida na dinâmica relacional familiar: Caracteriza os fatores que contribuíram para a perpetuação da relação violenta e de que modo essa relação afetou os descendentes.	3.1 Ciclo de repetição da violência	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira relação conjugal com agressão • Agressões sofridas em diversos momentos • Motivos dados para continuar com o agressor • Tentativa de amenizar a situação do agressor • Retirada da queixa policial e interrupção do processo • Complô do silêncio • Agressão física como resposta à violência sofrida

	3.2 Fragilização da relação parental	<ul style="list-style-type: none"> • Os filhos como vítimas indiretas de uma relação conjugal/familiar onde há violência • Os filhos como vítimas diretas de agressões verbais e físicas • Os filhos como instrumentos do “jogo familiar violento” • Os filhos como coadjuvantes da violência familiar • Preocupação com os filhos • Tentativas de ajudar os filhos
4. Transgeracionalidade da violência familiar: Descreve a perspectiva das mulheres agredidas sobre a violência perpetrada em suas famílias de origem.	4.1 Padrão relacional das famílias de origem materna	• Abusiva e violenta
	4.2 Padrão relacional das famílias de origem paterna	• Abusiva e violenta
	4.3 Estressores da história de vida das mulheres agredidas	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto de necessidade/escassez • Falecimento do pai • Abandono da casa dos pais na adolescência • Falecimento do irmão • Conduta adicta a substâncias químicas e prisão do filho • Abuso de álcool pela filha
5. Perspectiva das usuárias acerca dos serviços de referência no atendimento à mulher vítima de violência: Descreve o que ocorreu durante e após o contato da mulher vítima com o atendimento prestado pelos serviços de referência.	5.1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Motivos para ter procurado a Delegacia em detrimento de outras instituições • Forma como o atendimento foi realizado • Inexistência de encaminhamento entre os serviços • Postura dos profissionais diante das mulheres agredidas • Receio de pedir ajuda policial • Efeito da intervenção dos profissionais na situação de violência

	5.2 Características do processo de atendimento na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Com relação ao atendimento oferecido • Acompanhamento dos policiais para a mulher retirar os pertences do lar • Demonstração de firmeza e solicitude nos serviços prestados • Demonstração de indiferença quanto ao problema apresentado • Falta de punição do agressor • Demora na resolução do caso • Falta de divulgação de informações: sobre os direitos da mulher, sobre as consequências da queixa e sobre a rede de serviços • Falta de capacitação dos profissionais • Falta de humanização e acolhimento pelo atendimento ser realizado por homens • Descrição incompleta no Boletim de Ocorrência sobre a situação de agressão sofrida • Distância da Delegacia em relação aos outros bairros da cidade
	5.3 Outras Delegacias de Polícia	<ul style="list-style-type: none"> • Postura dos profissionais diante das mulheres agredidas • Receio de pedir ajuda policial • Repercussão da intervenção policial
	5.4 Características do processo de atendimento nas outras Delegacias de Polícia	<ul style="list-style-type: none"> • Descaso com a usuária • Ineficiência dos serviços prestados • Demora no atendimento do pedido de ajuda • Abuso de poder • Instituição apontada como tendo oferecido o atendimento ideal à mulher agredida

	5.5 Serviço de Medicina	<ul style="list-style-type: none"> • O contato com os médicos • Frieza no atendimento X Atendimento humanizado • Demora no atendimento • Psiquiatrização da violência
	5.6 Instituição jurídica	<ul style="list-style-type: none"> • Demora no encaminhamento do processo • Falta de resolução do processo • Rapidez na concessão da medida protetiva de urgência • Falta de contato prévio com os promotores de justiça
	5.7 Instituição prestadora de serviço jurídico, psicológico e social	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de atenção do profissional
	5.8 Atuação do psicólogo	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio no desenvolvimento de novas estratégias de enfrentamento • Demora no atendimento • Ineficiência das intervenções realizadas • Falta de devolução acerca dos atendimentos realizados • Falta de compreensão da situação vivida
6. Nível de conhecimento dos direitos e do funcionamento dos serviços de referência no atendimento à mulher vítima de violência: Descreve a que informações a mulher vítima teve ou não acesso e como a informação devidamente oferecida contribuiu para o enfrentamento da situação de violência.	6.1 Acesso à informação sobre a rede de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • A televisão como principal difusora de notícias
	6.2 Conhecimento dos direitos e dos procedimentos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à informação através dos profissionais consultados • Acesso à informação interferindo na condição da mulher enfrentar a situação de violência • Efeitos da Lei Maria da Penha e do ECA
	6.3 Desconhecimentos dos direitos e dos procedimentos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Acerca da separação judicial • Sobre manter o agressor afastado: a medida protetiva de urgência

		<ul style="list-style-type: none"> • Sobre os procedimentos e funcionamento institucionais • Sobre a organização da rede: encaminhamentos equivocados entre os serviços
	6.4 Conselhos a outras mulheres agredidas	<ul style="list-style-type: none"> • Encarar as dificuldades e procurar ajuda
7. As Redes de Suporte Social: Define o conjunto de relações consideradas significativas pela mulher vítima e que lhe serviram de apoio após a agressão sofrida.	7.1 Rede de suporte familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação e apoio de familiares devido à violência sofrida • Distanciamento de pessoas da rede familiar devido à situação de violência • Justificativas para o afastamento e a falta de apoio de pessoas da família • Expectativas acerca da possibilidade da reconstrução de redes
	7.2 Rede de suporte de amigos	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de escuta e de conselhos • Afastamento de amigos devido à situação de violência
	7.3 Rede de suporte do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de escuta e de conselhos
	7.4 Rede de suporte comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de escuta e de conselhos • Religião como fonte parcial de apoio • Isolamento social
	7.5 Rede de suporte institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de profissionais: das Delegacias de Polícia; do serviço de Medicina; da Psicologia; e de outras instituições

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados foram construídas à luz dos objetivos propostos e sob a base epistemológica na qual se ancorou este estudo, ou seja, sob o pressuposto da complexidade (Morin, 1996). Desse modo, ao analisar a trajetória percorrida pelas entrevistadas em função da violência sofrida, foi possível descobrir diversas concepções e experiências acerca de um agravo ao qual todas estavam expostas. No entanto, tais concepções e experiências se entrelaçam e se afetam recursivamente, o que possibilitou integrá-las num conjunto e procurar alcançar o fenômeno em sua totalidade. Além disso, entende-se a violência contra a mulher como um acontecimento multideterminado por uma combinação de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos, que, portanto, não podem ser ignorados quando se pretende compreendê-lo em sua plenitude.

Em continuação, será apresentado o conjunto de categorias principais de análise, conforme Quadro 1 exposto acima.

1. ASPECTOS QUE CARACTERIZAM A VIOLÊNCIA SOFRIDA E QUE MOTIVARAM O PEDIDO DE AJUDA

Nessa categoria foram apresentados o conjunto de aspectos e as circunstâncias em que ocorreu a situação de violência, bem como as razões listadas pelas entrevistadas para justificar a atitude violenta do agressor.

1.1 Tipo de violência perpetrada

Esta subcategoria de análise evidenciou as diferentes formas de violência exercida contra as participantes deste estudo. Observou-se que uma das maneiras apontadas foi através de ameaças e agressões verbais proferidas pelo agressor, como fica explícito nos depoimentos a seguir:

“(...) verbalmente é palavrão (...) me chamava, quando chegava aqui, de vaca, “p...”, vagabunda, de tudo (...) ele ameaça a guria também, né, a minha filha”. (Hortência⁵)

“(...) ele tava ameaçando (...) de um ano pra cá tava tendo violência, mais emocional do que física (...) É tipo assim, eu vou pegar uma faca, eu vou te matar! Ameaça psicológica mesmo, pra meter medo”. (Margarida)

“(...) ele disse que se eu viesse na Delegacia dar queixa, eu ia me arrepender, porque ele ia preso, mas depois ele voltava e ia pra penitenciária. Então, quer dizer, ele me ameaçou de morte”. (Violeta)

“Começava a me humilhar dizendo que eu era uma imprestável, que eu mal comecei a trabalhar, nove meses só de serviço, já tava com a mão lascada”. (Jasmim)

Constata-se que a agressão ou ameaça verbal foi utilizada pelo homem como forma de inferiorizar a mulher, a fim de diminuir sua auto-estima e também como um meio de causar medo e terror, aumentando sua insegurança e fazendo com que ela tolerasse as agressões sofridas, sendo isso já evidenciado em trabalhos como os de Alberdi (2005) e Azevedo (1985).

Cabe apontar que esse processo de violência contra a mulher é caracterizado eminentemente pela humilhação, desqualificação, coerção e por diferentes formas de violência psicológica que precedem ou ocorrem ao mesmo tempo em que outros tipos de violências são

⁵ Todos os nomes citados são fictícios, com vistas a preservar a identidade das participantes deste estudo.

dirigidos contra ela, como destacaram Azevedo (1985), Ministério da Saúde (2002) e Silvia, Coelho e Caponi (2007).

Embora considerada uma violência “invisível”, tais ameaças e agressões verbais podem gerar sequelas tão penosas e profundas quanto às causadas por outros tipos de violência sofrida, como destaca o depoimento abaixo:

“(companheiro) Falou as palavras feias, que ele disse pra mim: já que eu não tava fazendo nada dentro de casa, que ele tinha outra na rua, que ia comer, que ia pegar doença, que ia me passar de propósito. Essas palavras baixa, de gente baixa, entendeu? E eu acho que dói mais que uma pancada, né? (...) É mais fácil pegar uma faca, te cortar um pedaço do que te falar umas palavras dessa.”. (Jasmim)

Evidenciou-se, ainda, entre as entrevistadas, que a violência física exercida através do contato físico agressivo era utilizada como complemento à ameaça e agressão verbal proferidas, conforme expresso nas seguintes falas:

“O meu marido me bateu (...) me deu vários soco na cabeça, me jogou na cama, me fez ameaça”. (Rosa)

“(...) teve agressão física de empurrar (...) ele tinha me pegado pelo braço, me jogado e eu caí no chão e machuquei meus joelhos”. (Margarida)

“(...) ele me deu um tapa que eu voei com cadeira e tudo”. (Violeta)

E também através de armas e objetos:

“(...) ele veio correndo com uma pá e deu com a pá”. (Violeta)

“Ele pegou o cabo de vassoura e me deu. Acertou aqui na testa”. (Magnólia).

“(...) ele me agrediu, aí veio cá faca pra cima de mim”. (Jasmim)

A violência pode assumir diferentes configurações, mas entre as participantes ela ocorreu principalmente através da violência física associada às ameaças e agressões verbais, sendo que a agressão física parece ter ocorrido no sentido de garantir a eficácia das ameaças verbais anteriormente dirigidas a elas. Nota-se que os objetos e armas descritos também foram utilizados para reforçar tais ameaças, assim como para causar ferimentos físicos às entrevistadas, sendo este fato apontado por outros trabalhos pesquisados (Azevedo, 1985; Acosta, 2005).

Todos esses dados igualmente vão ao encontro de constatações feitas por estudos (Aldrichi, 2006; Ferrari & Vecina, 2002; OMS, 2005, 2000) que mostram que a violência física

é tanto uma das principais agressões sofridas pelas mulheres, como raramente é a primeira e única a ser exercida contra elas.

Como consequência das situações em que houve contato físico agressivo e também daquelas em que houve a utilização de armas e objetos, as entrevistadas relataram terem sofrido seqüelas físicas:

*“(...) na sexta eu nem dormi (...) porque **a minha cabeça tava muito inchada e eu tava com muita dor desse lado.** (...) Eu fui pro médico e ele disse que se eu tivesse ido na sexta, eu tinha ficado internada”. (Rosa)*

*“Marca roxa (...) **Estava com o braço todo roxo**”. (Hortência)*

*“**Dor em tudo que “cê” possa imaginar, eu tenho (...)** daí agora me saiu um caroço aqui também. E a minha vista, essa daqui, eu não sei por quê, mas eu não tô conseguindo enxergar, sabe? Tá bem embaçado”. (Dália)*

As principais seqüelas físicas apresentadas pelas entrevistadas foram hematomas, contusões, dores musculares e dores de cabeça, o que gerou uma grande demanda pelos serviços prestados por hospitais e postos de saúde.

Além disso, as participantes padeciam de muitos desses sintomas no momento da realização da entrevista, que se deu, no mínimo, um mês após a última agressão sofrida por elas. Dados semelhantes podem ser encontrados nos resultados obtidos por um vasto número de pesquisas (Mattar e cols., 2007; Ministério da Saúde, 2002; Oliveira e cols., 2005; OMS, 2000; Porto, 2006; Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007), que igualmente relatam as diversas seqüelas físicas que sofrem as mulheres que foram agredidas e que podem perdurar por meses e até anos depois da situação de agressão ter ocorrido.

1.2 Justificativas para ter sofrido a violência

A subcategoria em questão tratou dos diversos motivos elencados pelas entrevistadas para o fato de os homens terem exercido agressão contra elas. Entre os motivos mais citados, aparece o ciúme do agressor:

*“(...) esse meu ex, tá (...) **ele tinha ciúme da minha sombra, ele não queria meus amigos perto de mim**”. (Acácia)*

*“(...) **por ciúmes mesmo.** Porque aonde eu tava trabalhando tinha mais de uns onze rapaz que são padeiros, e só três, quatro mulher na firma. Então, aí toda vez que eu saia do serviço, ele (companheiro) ia ver onde é que eu tava. (...) **Porque todas as***

minhas amigas, ele diz que não presta, entende? Acho que é porque ele sempre aprontou com os amigos e acha que eu vou fazer a mesma coisa”. (Jasmim)

Outra razão apontada foram as desavenças e discussões:

“(...) foi porque eu fui, eu fui rebater o que ele (marido) tava falando. Eu disse pra ele assim: quer matar, mata! Ai ele me empurrou, teve agressão física de empurrar”. (Margarida)

Além disso, para uma das participantes o agressor sofria de problemas psicológicos, o que foi apontado por ela como uma possível razão para ele ter lhe agredido:

*“(...) ele (companheiro) começou a me bater (...) depois que a ex-mulher dele voltou (...) e **ele tem muito problema psicológico** com isso, porque ele pegou ela traindo ele na cama dele e tal. Então assim, ele não se separou dela porque acabou o amor, ou por outro motivo (...) Mas, pro “cê” vê, se você parar pra pensar e analisar, ele tem essa frustração com ele”. (Dália)*

A agressão também ocorreu como forma de revide:

*“(...) ele (companheiro) **trancou a porta**. Eu disse pra ele: abre a porta. Ele disse: não, hoje tu não entra dentro de casa. (...) **Naquilo que ele disse não, eu dei um pontapé na porta dos fundos, que é só com tranca por dentro, a porta pegou nele. Ele pegou o cabo de vassoura e me deu**”. (Magnólia)*

E para impedir a entrevistada de trabalhar:

*“(...) eu vivia sozinha. **Eu só comecei ter contato com pessoas quando eu fui trabalhar de novo, que aí eu tomei uma decisão, entendeu? Aí onde houve...gerou essa violência maior**”. (Iris)*

É interessante observar, a partir dos relatos descritos acima, que as razões apresentadas pelas entrevistadas para terem sido agredidas foram no sentido de legitimar a atitude tomada pelo agressor contra elas: “foi por ciúmes”, “por reação a uma discussão” ou “por problema psicológico”, quando, na verdade, todos os motivos dados foram claramente desproporcionais à reação violenta exercida por eles: socos, empurrões, tapa na cara, etc.

Apenas uma delas (justamente a que foi agredida pelo cunhado) não encontrou nenhuma razão para ter sido agredida e, em consequência disso, expressou forte indignação e incompreensão acerca do ato praticado pelo agressor, conforme relato da própria participante:

*“(...) **essa coisa de não entender, né? Não entender como é que esse homem, ele (cunhado) não pensou antes de fazer isso? (...) Como é que um homem desse me faz um troço desse sabendo que tudo o que eu faço é pela criança (sobrinho)?**” (Camélia).*

Pode-se inferir, com base nisso, que houve a preocupação por parte das outras entrevistadas (agredidas por seus maridos/companheiros) em encontrar uma justificativa para a violência sofrida. Vale ressaltar que mulheres que sofrem agressão de conhecidos, principalmente de um familiar, tendem a minimizar a situação, para tentar acreditar que os agressores não são tão violentos quanto parecem.

Além disso, a vergonha, a culpa e a baixa auto-estima sentida por serem agredidas pelo próprio parceiro são fatores considerados pela literatura pesquisada (Bedone & Faúndes, 2007; Fuster, 2002; Monteiro & Souza, 2007; Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005; Villela & Lago, 2007), que fazem com que as mulheres não denunciem as agressões padecidas, nem peçam ajuda de outros para sair do problema no qual se envolveram. Há, em parte, o anseio dessas mulheres de acreditar que conseguiram construir uma unidade familiar e uma relação amorosa bem sucedida em sua vida, e denunciar o contrário, portanto, é ter que assumir o próprio fracasso ao tentar concretizar tais projetos.

Por outro lado, esses mesmos dados demonstram as tentativas dos homens manterem o controle e domínio sobre as mulheres através do uso da violência física, ou seja, quando outros recursos não surtiram efeito, como as ameaças verbais, por exemplo, a agressão física foi utilizada como forma de tentar conservar a situação anteriormente estabelecida entre eles.

A presença de conduta adicta a substâncias químicas e a jogos entre os agressores também foi relatada pelas entrevistadas, de acordo com os depoimentos abaixo:

“(...) porque eu achei aqui dentro de casa, não tem? Aqueles... não tem aqueles negócio de fazer cigarro, aquelas folhinha” (Hortência)

“(...) o meu casamento de seis anos pra cá não vem vindo muito bem por causa do álcool”. (Margarida)

“(...) ele (companheiro) tem vício com jogo, né? (...) Aquele caça níquel que tinha antes, ele perdia tudo, me deixou sem nada dentro de casa, de comer. (...) Eu chorava que nem criança quando ele dizia que tinha perdido tudo no jogo e me prometia dizendo que não ia fazer mais, que não ia fazer mais. Que nem ontem ele tava querendo me passar mentira, que tem uma casa de jogo não sei aonde, sei que é (cita o nome do bairro). Mas aí ele passou lá pra jogar ontem...”. (Jasmim)

Contudo, as participantes não descreveram tais condutas para tentar justificar uma determinada violência sofrida por elas, mas sim para explicar um jeito de ser característico do agressor. Entende-se que tais depoimentos confirmam o uso do álcool, drogas e outras condutas adictas como precipitadoras de uma ação violenta, conforme afirma Azevedo (1985), assim como expressam uma das características comuns encontradas em boa parte dos homens que

agredem mulheres, como constatado por Acosta (2005), Cortez, Padovani e Williams (2005), e Ferrari e Vecina (2002).

Como conclusão desta categoria, verifica-se o uso da ameaça e agressão verbal e, como complemento destas, da violência física como forma de submeter às mulheres e mantê-las sob o julgo dos homens que as agrediram. As entrevistadas, por sua vez, ao invés de se indignarem com tais atitudes exercidas em função de motivos tão pouco relevantes, em comparação com a violência sofrida, preocuparam-se em justificar referidos atos, possivelmente para minimizá-los, ou por vergonha, ou culpa, enfim, por não quererem admitir que não conseguiram efetivar um projeto de vida conjugal e familiar idealizado.

Chama-se atenção, ainda, para a falta de um processo de compreensão ou entendimento por parte das entrevistadas do papel das mesmas na sustentação do ciclo da violência, pois, ao procurarem desculpas para as atitudes tomadas pelos agressores, apenas contribuíam para que a violência permanecesse mediando a relação entre eles, já que a tentativa de dar algum sentido ou razão ao que eles fizeram, não fez com que os mesmos mudassem a forma de tratá-las.

2. REPERCUSSÃO PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

Descreveu-se nesta categoria a situação comportamental e emocional das entrevistadas após a agressão física, bem como sua relação com o agressor e os meios utilizados para enfrentar a situação de violência perpetrada pelo mesmo.

2.1 Situação limite

A subcategoria a ser apresentada mostrou as atitudes tomadas pelos agressores que foram consideradas intoleráveis pelas entrevistadas e que, por essa razão, as motivaram a procurar a polícia. Dentre essas atitudes encontram-se, principalmente, as que dizem respeito à gravidade da agressão sofrida:

“Não podia ficar assim. Ele (companheiro) fez muita coisa pra mim, me deu um monte de soco na cabeça. Não, não pensei em outra coisa, fui direto pra Delegacia (...) dessa vez foi à gota. Ele nunca tinha feito isso da forma que ele fez. (...) Me dava empurrão, essas coisas assim, mas do jeito que ele fez foi bem diferente”. (Rosa)

“(...) ele (companheiro) veio, eu tava dormindo, era uma e pouco da manhã, quando ele veio com a machadinha pra fazer ameaça pra mim. Então me levou a medo. (...) Então o que me levou a levar (dar queixa na Delegacia)”. (Violeta)

“(...) ele (companheiro) pegou o cabo de vassoura e me deu. Acertou aqui na testa (...) Daí quando esquentou assim, que eu passei a mão, tinha sangue, eu disse: ah, não, agora chega. Aí peguei e chamei a polícia”. (Magnólia)

É possível verificar nesses relatos que no processo da violência conjugal no qual as entrevistadas estavam imersas, as agressões anteriormente recebidas foram, de certo modo, naturalizadas por elas, no sentido de não haver um movimento na direção de parar com as mesmas. A agressão que motivou o pedido de ajuda à polícia constituiu-se como uma ação que ultrapassou os próprios limites das entrevistadas, ou seja, *“foi a gota”* d’água para uma tomada de posição frente ao agressor.

Considera-se que as atitudes caracterizadas como intoleráveis pelas participantes citadas, foram aquelas ameaças verbais e agressões físicas perpetradas de uma maneira que elas não puderam mais suportar, tanto em termos de frequência quanto de intensidade. Tal fato corrobora o estudo realizado por Schraiber e cols. (2003), que mostrou que, embora as mulheres tenham admitido terem sido agredidas verbalmente e até fisicamente pelo marido/companheiro, muitas delas não identificavam alguns desses atos como uma violência, mas como uma ação válida de ser utilizada no momento de resolver um conflito.

Existe, também, a situação limite com relação ao longo tempo em que foram agredidas, associada ao fato de constatarem que caberia a si mesmas tomar uma decisão acerca do que estava acontecendo entre os dois:

“Porque eu já tava cansada de me programar de fazer alguma coisa e quando eu estava na minha reta, na minha meta, (ele - companheiro) vinha e me atrapalhava, entendeu? (...) Pra estruturação, acho que se não for agora, acabou, cabou, cabou. Foi muito anos, né? Acabou. São, basicamente, oito anos (...) que eu já queria separar e ficou nessa coisa”. (Iris)

“(...) ele (companheiro) entrou, pediu desculpas, disse que não ia fazer nada, mas eu com uma mosca atrás da orelha, né? (...) Aí no outro dia ele tava calminho, só que eu falei: não posso deixar passar batido, porque senão vai ser mais um dia, entende? Como esses dez anos, toda vez é isso. (...) Eu mesmo vi que já pra mim bastava, foi chega, entendeu? (...) dessa vez eu não vou ter mais pena também não, sabe, que já chegou já ao meu limite...”. (Jasmim)

Nesses casos, parece que as entrevistadas perceberam a quantidade de anos que suportaram as agressões, e que ao vislumbrarem o futuro da relação, este apareceu povoado dos mesmos atos violentos anteriormente sofridos, caso elas não tomassem nenhuma atitude para interromper o processo que estavam vivendo. Tal constatação parece ter sido suficiente para

tornar as agressões intoleráveis e para provocar uma ação por parte delas no intuito de mudar a história que, afinal, estavam ajudando a escrever.

A agressão perpetrada pelo companheiro contra o filho também fez com que uma entrevistada se decidisse por cessar a violência provocada por ele:

“(...) eu sempre disse pra ele (companheiro): eu vou até agüentar, mas o dia que você por a mão no meu filho acabou. Daí aquele dia eu fui, falei: não, hoje eu vou (para a Delegacia). (...) Daí eu fui, naquele dia eu não pensei duas vezes, eu peguei e entrei no carro. (...) Falei pra ele: hoje eu vou”. (Dália)

Os limites impostos por essa participante para “agüentar” a relação com o companheiro que lhe agredia foram ultrapassados, somente quando as agressões físicas e verbais que eram desferidas contra ela, em vários graus de intensidade e de diversas maneiras, passaram a ser também dirigidas ao seu filho, que, por sua vez, não era descendente do agressor.

Entretanto, tal atitude não é o que se verifica entre mulheres que são agredidas por seus maridos/companheiros. Comumente o que ocorre é a tolerância tanto à violência sofrida, quanto àquelas geradas contra os próprios filhos, inclusive quando se trata de violência sexual, para que se possa manter uma suposta e almejada unidade familiar, conforme verificado por Narvaz e Koller (2006) e Ferrari e Vecina (2002).

Sendo assim, pode-se inferir a respeito desse caso que como essa participante, seu filho e seu companheiro ainda não haviam constituído uma unidade familiar, já que a criança foi morar com a entrevistada muitos meses depois de o companheiro ter ido morar com ela, ficou ainda mais intolerável o fato de o parceiro ter agredido seu filho.

2.2 Reações comportamentais e emocionais diversas

Com relação a esta subcategoria, foram relatadas as diversas reações comportamentais e emocionais que ocorreram com as entrevistadas em função da violência sofrida. Entre essas reações, foram citadas a ocorrência de “depressão”, dores de cabeça, insônia, angústia, ansiedade, choro freqüente e instabilidade de humor:

“(...) tô com “depressão”, tô tomando remédio. (...) O sono, só o sono já tava ruim, né? (...) E dor de cabeça, assim, dá bastante dor de cabeça”. (Hortência)

“Tá me dando insônia. (...) Me dá angústia, porque eu tô sem saída. Eu não tenho como trabalhar, tá, por causa da minhas duas pequenas (filhas). (...) Eu não tava fumando, eu tô fumando feito uma louca (...) eu tava querendo parar, né? Já tinha até conversado com o médico sobre isso, pra conseguir”. (Acácia)

“(...) não tenho vontade de me arrumar, não tenho vontade de sair de casa, tenho vontade de ficar trancada num quarto escuro (...) Eu não tenho vontade de conversar com ninguém (...) eu não tenho paciência com meus filho (...) Eu perdi a vontade de trabalhar”. (Violeta)

“(...) eu chorava muito, assim, sabe, muito, muito, muito mesmo. Todos os dias, quase todas as noites, direto”. (Margarida)

“Tem dia que eu tô bem, outro dia não tô. Um dia eu choro, outro dia não choro (...) ainda não consigo fazer nada que me deixe melhor”. (Dália)

Além das reações descritas, ocorreram também repercussões físicas em função do abalo emocional com a situação vivida, como queda de cabelo, falta de apetite, perda acentuada de peso e o aparecimento de hematomas pelo corpo:

“O meu cabelo tá caindo, ainda tá caindo. Eu perdi doze quilos, é... tive problemas com roxo no corpo. Não de pancadaria, do sistema nervoso, fiquei com vários hematomas. Agora tô saindo, tenho exame na bolsa, tô indo no médico, e...por causa dos nervo, né? Tô tomando remédio, calmante também”. (Margarida)

Houve, ainda, uma entrevistada que relatou a sensação de um grande vazio com relação à agressão que sofreu do próprio filho:

“Vazio, um vazio. Sobre o meu filho foi vazio. É como se ele tivesse fincado uma faca no meu peito (...) cada canto da casa tem uma lembrança dele, isso é o que mais me magoa”. (Acácia)

Além de uma que confessou ter pensado em suicídio e outra que pensou e tentou realizar tal ato:

“(...) eu pensei até em suicídio, assim, sabe? No começo, assim (...) a gente vive por viver, né? Trabalha, vai pra casa, cuida dos filho, não sente nada pelo marido, porque ele mesmo acabou com o sentimento. E daí tu fica analisando assim que não, pra que viver? Só pra cuidar dos filhos, os filhos crescerem e ter a vida deles, né?”. (Margarida)

“(...) eu também tô fazendo tratamento, tô tomando antidepressivo. Eu fui afastada do serviço (...) tem hora, assim, que me dá, assim, aquela palpitação, assim, parece que o coração vai disparar pela boca. (...) Então eu tô, assim, num estado, assim, lastimável, nervosa mesmo, assim, eu posso te dizer, né? (...) eu tenho muita vontade de fazer besteira. Já peguei várias vezes remédio pra tomar tudo. Um sábado, antes do oficial (de justiça) vir aqui, eu peguei um punhado de remédio, enfiei na boca. Ele (companheiro) veio: pela mor de Deus, não faz isso. Fez eu tirar tudo da boca. (...) E assim, minha vontade é sumir”. (Violeta)

Apenas uma entrevistada não conseguiu definir exatamente o que estava sentindo, mas que estava sofrendo com a dificuldade de reagir e de se concentrar no trabalho:

“Eu tô assim um bagaço (...) não sei, não tenho como explicar. É muito estranho, sabe, é muito...não sei (...) eu até fui no médico a semana passada e ele disse pra mim que é tudo emocional. Ele falou: não tem remédio, não tem nada, tens que procurar uma terapia, uma ajuda psicológica, porque isso não vai melhorar (...) eu tô com muito serviço atrasado, porque eu não sei, eu paro assim e não consigo voltar, sabe? Eu não sei, eu não consigo, eu não sei o quê que tá acontecendo comigo ainda, sabe?”. (Dália)

Também houve o depoimento de uma entrevistada que constatou a própria mudança de atitude e de postura diante da vida em função das várias agressões suportadas:

“(...) eu, tipo, fiquei com o coração mais duro. Eu fiquei uma pessoa...eu me transformei uma pessoa diferente, entende? Até eu, às vezes, me espanto com as minhas atitudes, entende? Parece que eu amadureci mais, entendeu? Parece que eu não sou mais aquela menina sempre que aturava tudo, que engolia tudo pra empurrar o casamento com a barriga, entende? E não é mais assim que eu vejo”. (Jasmim)

Todas as repercussões emocionais e comportamentais descritas acima foram exaustivamente constatadas por outras pesquisas (Avdibegovic & Sinanovic, 2006; Ferrari & Vecina, 2002; Ministério da Saúde, 2002; Wenzel, Monson & Johnson, 2004), que da mesma forma verificaram as seqüelas psicológicas e sociais de mulheres que sofreram agressões físicas.

É igualmente possível avaliar o grande dano causado pelas violências perpetradas contra as entrevistadas, tanto em termos de saúde (*perda de peso, insônia, palpitação*), como para a vida social delas (*falta de vontade de sair, de se arrumar, de conversar*). Além disso, pode-se observar as conseqüências geradas em relação ao convívio familiar (*falta de paciência com os filhos*) e profissional das mesmas (*perda de concentração no trabalho*), apesar de terem transcorrido semanas após a última agressão exercida contra elas.

Verificou-se, em acréscimo, que o uso de medicação psiquiátrica foi relatado por três participantes, sendo que duas utilizavam antidepressivos e uma ansiolítico, o que demonstrou o grau do prejuízo psicológico que elas tiveram, somado ao fato de que uma destas mulheres pensou em suicídio e outra tentou alcançar tal objetivo. Entretanto, esse dado difere de estudos (Peralta & Fleming, 2003; Wenzel, Monson & Johnson, 2004) que apontam que, após sofrerem agressões frequentes, muitas mulheres se refugiam no álcool e também começam a usar drogas ilícitas, ao invés de fazerem uso de medicação psiquiátrica.

Outro dado relevante a ser destacados dos depoimentos apresentados é o de que quase todas as entrevistadas tiveram prejuízos em seus trabalhos em função das agressões sofridas. Uma não conseguia mais se concentrar no serviço, enquanto outra perdeu a vontade de trabalhar e, inclusive, foi afastada do emprego devido ao estado de “depressão” que passou a enfrentar, fatos que confirmam os estudos (Ministério da Saúde, 2002) que apontam que mulheres que são agredidas igualmente têm prejuízos no serviço, pois perdem mais dias de trabalho, sendo que muitas chegam a ganhar menos do que as mulheres que nunca sofreram agressão.

2.3 Relação do agressor com a mulher agredida

Nesta subcategoria foram expostas as formas de relação que o agressor estabelecia com as entrevistadas e que se mostraram bastante diversas umas das outras. Para algumas participantes, esta relação se estabeleceu de forma fundida e conflituosa⁶, conforme relato abaixo:

“Falava que eu era vagabunda, que eu era isso, que eu era aquilo. (...) Ele (companheiro) tava comigo, e isso ele falou com todas as letras pra minha mãe: eu estava com a sua filha por conveniência, eu nunca gostei da sua filha (...) ele nunca me tratou bem, desde quando eu fui morar com ele, ele nunca...olha, eu não posso te falar que ele me tratava com amor, com carinho, com nada”. (Dália)

Embora esse relato apresente muito mais o desprezo por parte do agressor com relação a essa participante, havia uma forte dependência emocional entre ambos, tanto que em uma das vezes que a entrevistada tentou separar-se dele, o mesmo não deixou que ela fosse morar sozinha.

Do mesmo modo, com as entrevistadas citadas a seguir, a relação entre os agressores e elas se deu de forma fundida e conflituosa, mas nesses casos ocorreu a clássica mistura do amor com o ciúme:

“Ele (companheiro) ainda tá muito preocupado comigo, porque ele disse mesmo pro psiquiatra: apesar de tudo isso, eu gosto, eu amo essa mulher e eu tenho ciúme, saber que ela se arruma e sai pros lugar, que eu amo muito ela”. (Violeta)

“(...) ele (companheiro) tem ciúmes de eu andar com qualquer pessoa, até de eu na casa das irmã fazer as unhas delas eles acham...ele acha que eu tenho que fazer a dele também, e coisa que eu sempre fiz (...) ele pedia pra mim passar cotonete, eu passava, como se ele fosse um neném, sabe? Pra chamar a atenção. (...) E eu fazia, entende?”

⁶ Relacionamento fundido e conflitual – caracterizado por estreita dependência emocional e presença de conflitos constantes entre os integrantes de uma família (Wendt, 2006).

Porque se não fizer é motivo de dizer que eu não gosto mais, que eu tenho outro”.
(Jasmim)

Assim como houve a ocorrência de humilhação e descaso:

“(...) ele (companheiro) jogou na minha cara dizendo que eu ia correr atrás dele pelos cento e cinquenta reais que ele ia me dar, que eu iria passar fome (...) porque antigamente, quando eu morava em (cita o nome do estado) e aqui também (...) ah, amor, me dá dez reais? Ah, pra tu comprar tuas besterinhas, tuas guloseimas? (...) É! Lava minha moto que eu te dou. Então nunca foi de graça, eu sempre tinha que tar me humilhando, ali lavando moto pra ele, sendo que eu nem ando com o rabo em cima da moto, entendeu? Pra ganhar dez reais”. (Jasmim)

“Ele (companheiro) ia pra (cita o nome da cidade) e não me dizia nada. Trabalhava no shopping de (cita o nome da cidade). (...) Ficava cinco, seis dias sem me dizer nada. Eu acho que isso não é vida de marido e mulher, tem que dizer. Ele sabia onde é que eu trabalhava, o horário que eu trabalho, ele sabe, quanto que eu ganho, ele sabe, tudo, e eu não sei nada dele, porque ele não diz nada. (...) Ele não comenta nada. Ele guarda tudo pra ele. Ele não conversa comigo”. (Hortência)

A partir desses depoimentos é possível constatar que não existiu um padrão de relação estabelecida pelos homens que agrediam com as participantes deste estudo. Pode-se dizer que as atitudes tomadas foram extremas, umas caracterizadas por puro desprezo, humilhação e descaso, assim como outras que demonstraram amor e cuidado, embora permeadas pelo ciúme. Apesar de contrastantes, as formas desses agressores agirem não se diferenciam dos padrões de comportamento documentados por Acosta (2005), Cortez, Padovani e Williams (2005), e Ferrari e Vecina (2002), que de igual modo verificaram que os homens que agredem suas companheiras costumam ser inseguros, ciumentos, possessivos, narcisistas, além de apresentarem comportamentos agressivos e de darem demonstrações de hostilidade às mulheres.

Através da humilhação, do desprezo e do descaso provavelmente esses homens queriam mostrar que não dependiam dessas mulheres, o que diminuía a auto-estima delas e, com isso, as mantinham presas à relação, conforme já verificado na categoria anterior a respeito das agressões dirigidas a elas. Já com as demonstrações de amor e carinho, ficava expressa a vontade dos companheiros em afirmar, ao contrário, que não podiam viver sem elas, nem mesmo para realizar cuidados tão básicos como o “passar o cotonete”. Com medo de perdê-las, eis que surge o ciúme e a insegurança que, como visto, são fatores que, associado a outros, contribuem para que uma ação violenta por parte do agressor aconteça.

2.4 Sentimentos da mulher em relação ao agressor

A presente subcategoria congregou os sentimentos que as mulheres agredidas viviam diante das atitudes do agressor. Quando a relação estabelecida entre os dois foi fundida e conflituosa com demonstrações de desprezo, o sentimento expressado pela entrevistada foi de vingança:

*“Não é mágoa que eu tenho assim, mas **eu queria que ele (companheiro) pagasse pelo que ele fez.** Ele foi lá dentro da minha casa, ele tirou os brinquedos do meu filho, coisa que nunca foi comprado com o dinheiro dele, nunca foi porque ele nunca me ajudou dentro de casa, nada, nada, nada, sabe?” (Dália)*

Nesse caso é interessante observar que, embora esboçando o desejo de que o agressor “pagasse pelo que fez”, a entrevistada não se colocou como uma possível agente dessa atitude, nem em hipótese. Ela queria que, de algum modo, algo acontecesse com ele e que o fizesse expiar pelo seu comportamento, como se não estivesse nas mãos dela providenciar, por exemplo, meios legais e jurídicos que o obrigassem a devolver o que ele tinha retirado de dentro de sua casa.

Por outro lado, quando a relação estabelecida pelo agressor foi de amor e cuidado, mas com demonstrações de ciúmes, a reação da entrevistada foi de compaixão, afinal tratava-se do pai de seus filhos:

*“**Eu não amo mais ele (companheiro), mas eu gosto muito dele como homem, como pessoa, como amigo, como pai, ele é o melhor pai que eu possa te dizer. Então ele tá sofrendo muito com toda a situação.** Hoje mesmo ele chorou bastante, porque ele tem muito medo de perder a guarda das crianças. Eu disse pra ele que jamais, eu jamais vou tirar a guarda das crianças dele”. (Violeta)*

Mas também houve sentimento de mágoa e vontade de vingança:

*“(...) **porque eu tenho mágoas, entendeu?** Eu vivo com ele (companheiro), eu vou falar com sinceridade, que eu já conversei com ele, já falei pra ele: amor não é mais, entende? **Eu tenho é pena, cara, porque é pai dos meus filhos, entende?** Você não quer nada de mal, entende? **Só que eu queria que ele levasse a lição que ele merece, “cê” tá entendendo? É só isso, mais nada, só queria que Deus, como eu tenho os meus castigo pra pagar, que ele pagasse o dele**”. (Jasmim)*

No entanto, o fato de esses homens serem ou não um bom pai não anula o fato de eles terem agredido fisicamente e em várias situações as entrevistadas citadas acima. Entretanto, parece que nessas situações, a paternidade assumiu um peso muito maior do que o terem sido agredidas por eles. Da mesma forma, não se pode esquecer que esses mesmos homens

igualmente demonstraram certa dose de carinho e vontade de ter essas mulheres ao lado deles, o que também deve ter influenciado nos sentimentos provocados nelas.

Com relação à vontade de vingança, pode-se deduzir aqui o mesmo que foi exposto com relação à primeira entrevistada referida nesta subcategoria. Houve, de igual modo, a expressão do desejo de que algo ou alguém fizesse com que o agressor pagasse pela atitude que ele tomou, tirando das próprias mãos a responsabilidade de ser sujeito de tal ação. Não se está dizendo, com isso, que a vingança ou o revide seja a melhor saída para esse tipo de situação, mas apenas enfatizar o fato de que essas mulheres não consideraram a possibilidade de elas próprias reivindicarem uma forma de reparo pelo dano que as agressões lhes causaram.

Mesmo a participante agredida pelo cunhado expressou sentir pena dele:

*“(...) eu sinto uma pena, né? Como é que um homem desse não teve...pô, meu Deus do céu, né? Se não gostasse de mim que falasse assim: meu Deus, eu, olha, essa cunhada eu não quero por nada nesse mundo. Mas **tinha que me engolir, né? Como é que um homem desse fez isso? Botou tudo a perder**”. (Camélia)*

Nesse caso, o que se lamentou foi o cunhado ter modificado as relações familiares em função do soco desferido contra a entrevistada, pois, depois disso, ele foi proibido de frequentar a residência em que moravam essa participante e seus pais. Em outras palavras, ele até poderia não gostar dela, mas não deveria ter expressado essa aversão através de uma agressão física, o que destruiu toda a rotina familiar que a entrevistada tinha anterior a esse acontecimento.

Já na situação em que houve o descaso do agressor, a entrevistada não conseguiu nomear o que ela sentia por ele, apenas sabia que não era mais amor:

*“(...) **agora eu não amo mais, já disse pra ele (companheiro). (...) Sinto alguma coisa, mas não é amor, porque ele não me respeita. Ele não tem respeito e nem amor, as duas coisas não tem mais**”. (Hortência)*

Apesar de constatar que o companheiro, além de ter lhe agredido verbalmente e fisicamente, não a respeitava e nem a amava mais, essa participante não conseguiu sequer esboçar ira, mágoa, revolta, ou qualquer outro sentimento que seria esperado que uma pessoa sentisse diante de uma situação como a apresentada.

É possível que o medo de ficar sozinha a estivesse assombrando nesse momento, já que apenas um de seus filhos ainda não havia saído de casa, ou seja, ela se encontrava na fase do ciclo vital correspondente ao das famílias no meio da vida, época de lançar os filhos e seguir em frente, o que, conforme Carter e McGoldrick (1995), gera muitas dificuldades neste momento de transição, principalmente para as mulheres que são mais dedicadas aos cuidados com os

filhos. Além disso, este é um período do ciclo de vida familiar que exige a reestruturação da relação conjugal, o que poderia estar causando a falta de condição dessa entrevistada em nomear o que sentia pelo companheiro.

2.5 Estratégias de enfrentamento: bem sucedidas e mal sucedidas

A subcategoria em questão descreveu as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas entrevistadas que foram bem sucedidas e mal sucedidas, ao enfrentarem as agressões sofridas e seus desdobramentos.

Das estratégias de enfrentamento que foram bem sucedidas, destaca-se o ir à busca de outras pessoas para conversar, como colegas de trabalho, amigos, vizinhos e familiares, assim como profissionais da psicologia e do serviço social, e doutrinadores de uma determinada religião, como recurso para tentar elaborar o que lhes aconteceu:

“Eu trabalho, converso com meus colegas lá do trabalho, minhas colega, né? (...) Cá minha filha, às vezes, né? (...) Eu converso com vizinhos, essas coisa”. (Hortência)

“Conversando bastante. (...) Com o (assistente social). Ele assim, né? ele trabalha o dia inteiro. Mas, assim, se eu preciso conversar, basta eu ligar que ele atende”. (Margarida)

“(...) a minha conversa com a psicóloga lá no IML (deu) um eixo de tudo aquilo que eu queria fazer, mas eu não tinha... e da reorganização dos meus sentimentos (...) eu consegui... é isso, assim, é colocar minhas metas em ordem de verdade, entendeu? E partir pra ação”. (Iris)

“(...) eu conversava com elas (testemunhas de Jeová) (...) que elas me passavam uma coisa boa”. (Jasmim)

Com referência aos dados expostos, pode-se dizer que as entrevistadas se dispuseram a ir atrás de pessoas que as ajudassem a diminuir o estresse e o sofrimento provocados pelas agressões sofridas, e que contribuíssem para elas encontrar uma solução para o problema enfrentado. Essa atitude tomada pelas participantes caracteriza o que se denomina de estratégia de enfrentamento focada no problema, conforme encontrado na literatura sobre o assunto (Antoniuzzi, Dell’Aglia & Bandeira, 1998; Folkman e cols., 1996).

A rotina absorvida no trabalho, mesmo que focada no serviço da casa, também foi uma estratégia bastante utilizada por elas, pois contribuía para que o pensamento não ficasse retido na situação:

“(...) eu tenho tentado reagir. (...) A minha comadre faz caixinha, (...) que é umas coisa que eu tô pintando (...) tô pintando pra ela, ajudando ela. Tô começando a arrumar a casa, que se fosse semana passada, se tu viesse aqui, tu ia ver um monte de coisa pelo chão, a casa toda suja, tudo. Então tô tentando reagir, entendeu? Tendo mais paciência com as criança. Tô tentando...” (Violeta)

“(...) eu tô trabalhando bastante, muito mesmo, sabe?” (Dália)

“Trabalho muito, faço esquecer”. (Magnólia)

“(...) eu saio pra trabalhar, não tenho tempo de ficar pensando. Cara, eu não tenho nem tempo mais...Deus que me perdoe, mas eu não tenho nem tempo mais de pensar em Deus”. (Jasmim)

Já nas horas em que elas não podiam fazer uso do trabalho para “fazer esquecer”, outras estratégias foram postas em prática, como sair para visitar os parentes, sair com as amigas, passear no shopping e até mesmo sair para correr:

“(...) eu saio bastante (...) eu fui pra (outro estado) semana passada. (...) Vou pra casa de parentes, durmo na casa de parentes”. (Rosa)

“(...) eu faço corrida, não tem? Eu corro. Então eu chego em casa, tomo café, já ponho a minha roupa da caminhada e vou pra Beira-Mar. Então eu tô correndo bastante, chego cansada, tomo banho, tomo um chá e vou dormir, sabe? (...) Domingo eu fui pra (cita o nome do bairro), fiquei o dia inteiro, andei de barco. Então tô procurando, assim, fazer coisas que eu nunca fiz em dezessete anos. Tô enchendo bem a minha cabeça”. (Margarida)

“(...) sair “cás” minhas amigas mais, ontem eu saí de novo (...) porque daí eu tô com amigas eu vejo bastante gente, movimento, é onde que eu esqueço o que aconteceu. (...) Eu saio mesmo, eu saio “cas” minhas amigas pra distrair, né? (...) mudar o pensamento”. (Violeta)

“(...) dia de domingo que eu vou na minha cunhada passear cás criança. Uma vez ou outra que a gente tira pra ir no shopping”. (Jasmim)

Diante desses depoimentos, é possível constatar que um dos principais objetivos buscados pelas entrevistadas com as estratégias de enfrentamento utilizados foi o de tentar esquecer o que aconteceu e que as estavam atormentando. Para tanto, a melhor estratégia conhecida foi a de se absorverem completamente no trabalho e, nas horas de folga, sair com as amigas, passear, correr, enfim, realizar qualquer atividade avaliada como eficiente para tirar o foco da violência sofrida.

Também se mostraram “mulheres batalhadoras” que, quando se dispunham, conseguiam resolver questões práticas como pagar dívidas, planejar as despesas mensais e mudar de residência, conforme os relatos transcritos abaixo:

“(...) dificuldade financeira eu corri atrás. Eu sempre corri atrás. Desde que o pai do meu filho morreu, eu sempre fui sozinha (...) os cartões eu tô pagando...” (Dália)

“(...) eu recebi uma proposta da venda da casa. Aí teve questão do IPTU que tava tudo atrasado, aí tive que correr atrás, aí fui ver escola (...) agora eu não me permito mais nem ser incomodada”. (Iris)

“E tô aí, na batalha, tô batalhando, entende? Eu consigo pagar minhas conta (...) Esse um mês e pouco que ele ficou fora, eu paguei minha água e minha luz, eu coloquei comida dentro de casa, entende? Esse cento e cinquenta eu joguei no mercado e coloquei mais um pouco no meu bolso...” (Jasmim)

Apenas uma das participantes atribuiu a si mesma, como característica de sua personalidade, a capacidade de superar suas dificuldades:

“(...) graças a Deus eu sou alegre. (...) É um dom que eu tenho comigo. (...) É tipo assim, ó, eu saio na rua, sei fazer amizade fácil, entendesse? Se eu puder ajudar o próximo, eu ajudo. Então não tem aquela palavra não comigo, tá sempre sim. (...) É curtir o cachorro, curtir o terreno, a casa, o som, entendesse? Então eu sou assim”. (Acácia)

Os relatos selecionados indicam que tanto os traços de personalidade das entrevistadas, quanto as variáveis do ambiente a sua volta possibilitaram a elas tentar superar a situação ocorrida, ou seja, ter disposição de “ir atrás” de soluções, ser “batalhadora” e “alegre”, ter um serviço que dava condições financeiras a algumas delas de pagar suas contas, bem como ter amigos que lhes serviram de suporte, foram elementos que, em conjunto, se constituíram em meios para elas darem um outro rumo a própria vida, aspecto este igualmente ressaltado por autores como Folkman e cols. (1996) e Savoia (1999).

O medo de sofrer novas agressões também fez com que duas participantes apelassem para o uso de recursos de enfrentamento mais drásticos e que ainda não haviam sido utilizados por elas, como passar a dormir com uma marreta ao lado da cama, andar com spray de pimenta na bolsa e usar a chantagem para enfrentar os agressores:

“(...) tô dormindo até com uma marreta do meu lado. Ó que sonho! Ah, claro, a gente tem que ter segurança, né? Deus me livre. (...) Aí ela (psicóloga do IML) me passou a... como é que é? Spray de pimenta (...) ela passou uma receita. Aí eu já fiz, né? Se eu encontrasse ele na estrada, se ele me incomodar assim eu tchi, tchi, tchi na vista e pronto”. (Acácia)

“(...) eu falei pra ele (companheiro) que eu tenho tudo gravado (...) as ameaça que ele fez pra mim, as calúnia que ele inventou, que eu gravei tudo (...) eu tive que inventar pra poder ser o...tipo assim, mudar o pensamento dele, pra ele tentar fazer um acordo e dividir a casa comigo. Pode se dizer assim que é tipo uma chantagem, mas não é, é as armas que eu posso usar contra ele”. (Violeta)

Nesse sentido, Antoniazzi, Dell’Aglia e Bandeira (1998) destacam que o uso de novas estratégias de enfrentamento normalmente é realizado, quando outras que foram aprendidas e anteriormente postas em prática não alcançaram o efeito almejado. As antigas estratégias então são descartadas e outras compreendidas como mais eficazes são colocadas em ação, como foi o caso das entrevistadas citadas acima.

Agora, como exemplo de estratégias de enfrentamento que foram mal sucedidas, pode-se citar o caso da entrevistada que tentou, através da busca de um emprego, melhorar a relação estabelecida com o companheiro, conforme relato da própria participante:

“(...) porque eu ficava muito em casa, aí isso aí gerava briga. Porque daí ele (companheiro) trabalhava à noite, no outro dia ele tava em casa, aí naquele dia não trabalhava. Então era um dia sim, um dia não. Então ele tava todo dia em casa, que era só à noite, né? Então eu pensei que eu tinha que trabalhar pra gente se afastar um pouco”. (Rosa)

Entretanto, o fato de ter ido à procura de um trabalho foi justamente o que acabou provocando a agressão física mais severa do companheiro contra essa participante, o que a fez ir atrás da ajuda da polícia.

Outra estratégia de enfrentamento mal sucedida foi a tentativa de uma entrevistada de se separar do companheiro e de impor um limite a ele:

“Cheguei em casa (...) e disse pra ele (companheiro): o (filho) voltou, o (filho) vai morar comigo, eu arrumei uma casa pra nós no (cita o nome do bairro) e a gente vai embora, tá? “Cê” fica aqui, não sei o que e tal, depois “cê” resolve.(...) Daí ele disse bem assim, ele chegou bem perto de mim assim e falou assim: “cês” não vão, eu vou junto, “cês” não vão. Sabe? Falou bem assim e pegou e realmente e veio. Aí eu conversei com ele, disse assim: não vai me bater perto do meu filho, eu não vou aceitar essa palhaçada com a (ex-esposa dele), porque eu quero respeito, sabe? Aí não mudou nada. Daí na primeira semana que eu mudei aqui, daí ele já me bateu”. (Dália)

Sendo assim, avaliadas como atitudes que modificariam a situação estressante vivida com o companheiro, tais iniciativas resultaram em insucesso para a participante em questão, já que voltou a ser fisicamente agredida pelo mesmo.

Apesar das dificuldades enfrentadas e que possivelmente continuariam a enfrentar, algumas entrevistadas cultivavam a perspectiva de construir um novo projeto de vida, principalmente acerca da chance de conseguir um emprego, ou de arranjar outro, mas em outro estado do país, como ficou expresso nos seguintes relatos:

“Ó, por enquanto o que eu tô pensando é assim, começar a trabalhar e alugar uma casinha (...) pra mim e pra minha filha. É o que eu tô pensando no momento, porque aqui (na casa dos pais) realmente não dá mais”. (Rosa)

“(...) eu tava pensando de ir embora pra lá (estado onde moram os avós), sabe? (...) É um lugar bem bom, assim (...) tô procurando (emprego), tô mandando currículo pra lá, porque se eu conseguir, daí eu vou embora pra lá”. (Dália)

Para outra participante, a possibilidade que ela vislumbrava referia-se ao elevar seu grau de instrução e com isso ascender a um novo tipo de trabalho:

“(...) vou fazer o 2º grau. (...) E depois vou fazer estudo social”. (Margarida)

Já de acordo com outra entrevistada, apenas a chance de poder viver com segurança e liberdade com suas filhas seria o suficiente para tornar sua vida melhor:

“Eu quero a segurança, porque eu tenho duas pequininhas (filhas), né? Quero ter minha liberdade. Não devo nada pra ninguém, quero viver”. (Acácia)

É interessante observar a partir destes depoimentos que nenhuma delas expressou o desejo de conquistar uma nova relação amorosa e, desta vez, acertar na escolha do parceiro e na forma de conduzir o relacionamento entre os dois. Todos os projetos giraram em torno de investir no crescimento profissional e de ter condições de viver com tranquilidade. É possível que, como no momento da entrevista não havia passado sequer dois meses desde a última agressão sofrida, ainda era muito doloroso para elas sequer ter que pensar nesse assunto, como ficou expresso nas estratégias de enfrentamento utilizadas, que na maior parte das vezes foram para desviar o foco do que havia acontecido.

2.6 A saída do agressor de casa

No que diz respeito a esta subcategoria, foram descritas as repercussões emocionais e comportamentais gerados nas entrevistadas em função da saída do agressor de casa, devido a denúncia realizada. Uma das repercussões citadas foi a calma que pairou na residência depois que ele teve que deixá-la:

“(...) a casa ta mais calma, né? Só tô eu e ela (filha), né? Não tem barulho...”
(Hortência)

Outras duas entrevistadas expressaram alívio por não terem mais que prestar contas de sua rotina de vida a ninguém, além de uma delas ter tido a sensação de ter finalmente conquistado a *“liberdade e a felicidade”* que sempre almejou, e outra de *“ter vivido nos céus”*:

“Eu sei que eu não tenho que chegar em casa agora, não vou ter que dar explicação da onde eu tava, sabe? A minha cabeça tá mais concentrada. É como se eu tivesse começando a viver agora, sabe? É até...eu sempre disse isso, assim, isso não é de agora, já há muito anos essa palavra é minha, eu sempre quis ter duas coisas: liberdade e felicidade. Então agora eu tô andando junto com as duas (...) o fato de eu não ter que tar justificando...eu às vezes... se um ônibus quebrava, alguma coisa, se eu chegasse em casa depois do horário, eu tinha que escutar um monte de coisa assim que... então agora eu não tenho mais isso. A minha mãe sabe, eu vim na psicóloga hoje, vou chegar mais tarde em casa, se eu quiser eu dou uma caminhada na Beira-Mar. Não tenho problema, assim, de ter horário, sabe? Então hoje eu tenho liberdade”. (Margarida)

“(...) olha, te juro, eu vivi esse um mês e pouco que a gente viveu separado, eu vivi nos céus. Porque eu chegava em casa, tomava meu banho, não tinha ninguém pra reclamar, pra mim dar satisfação (...) Chegava em casa, aí eu trago comida do serviço, essas coisa, as criança comem. (...) Dormia todo mundo lá no meu quarto, entende? Na hora de assistir televisão eles iam assistir na sala e eu pedia pra deixar bem baixinho, eles deixavam. Lá em casa se eu pedisse pra deixar baixinho era motivo de bate boca e eles não, eles como são criança abaixavam e eu ia dormir. (...) Então eu tinha a minha privacidade, entendeu? E antigamente não...” (Jasmim)

Os relatos transcritos parecem demonstrar que a repercussão da saída do agressor de casa foi tão satisfatória para as entrevistadas, que seria impossível para elas aceitá-los de volta. No entanto, a última participante citada permitiu que o companheiro voltasse a morar com ela e os filhos, e a primeira referida nesta subcategoria ainda não havia decidido o que fazer caso ele pedisse para retornar para casa. A participante com o nome fictício de Margarida foi a única que se manteve firme na decisão de continuar separada do marido que a agredia, pelo menos enquanto esta pesquisadora esteve em contato com ela.

Contudo, nem todas as entrevistadas conseguiram suportar com tranquilidade a separação do companheiro. Para uma delas a saída do agressor de casa foi vivida com pavor, em função de ele ter levado consigo os filhos:

“(...) quando eu cheguei em casa, ele (companheiro) já não tava mais em casa, nem ele, nem as coisa dele, nem as criança, nada. Aí fiquei apavorada (...) foi um baque pra mim, né? (...) mudou totalmente minha rotina. (...) Eu era mais tranqüilo, assim,

né? Eu ia trabalhar com vontade e tudo (...) Agora não tenho vontade de nada (...) Então tá muito difícil...” (Violeta)

Tal acontecimento foi possível, pois somente o companheiro dessa entrevistada possuía a guarda dos filhos, devido a um acordo judicial estabelecido entre os dois há alguns anos. Portanto, quando ele pediu para voltar para casa, a solicitação foi prontamente atendida por ela.

De um modo geral, pôde-se observar, nesta categoria, um redemoinho de situações que envolveram as participantes deste estudo, como o fato de o marido/companheiro ter extrapolado nas agressões perpetradas contra elas, as repercussões físicas e emocionais que resultaram das violências sofridas e a maneira como eles relacionavam-se com elas, culminando na saída desses homens de casa. No meio de todo esse “turbilhão”, o uso de estratégias de enfrentamento que conheciam e outras que procuraram incorporar ao seu repertório, de algum modo proporcionaram às entrevistadas alívio do estresse e do sofrimento com os quais estavam tendo que lidar, com exceção dos casos em que os recursos utilizados resultaram em insucesso para as mesmas.

3. IMPACTO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA NA DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR

A referida categoria descreveu os fatores que contribuíram para a perpetuação da relação violenta entre as entrevistadas e os homens que as agrediam, bem como o modo como esta relação afetou crianças e adolescentes que viviam próximos a eles.

3.1 Ciclo de repetição da violência

Esta subcategoria apresentou os elementos de como se estabeleceu o ciclo de repetição da violência entre as entrevistadas. Para a maior parte das participantes, foi a primeira relação conjugal em que foram agredidas. Ao serem questionadas se já haviam passado por esse tipo de situação com algum outro homem, elas responderam:

“É a primeira vez”. (Rosa)

“(...) com nenhum deles (outros namorados) aconteceu”. (Hortência)

“Eu nunca tive numa situação dessa (...) foi a primeira vez que aconteceu assim de fato...” (Margarida)

Somente duas entrevistadas já haviam sofrido violência física e psicológica em outras relações conjugais, sendo que para uma delas foi a segunda relação em que isto ocorreu, e para outra foi a terceira, conforme ela mesma destacou:

“(...) porque antes de eu “tar” com esse meu ex, que é o pai da (filha mais nova), tá, eu já tive outros relacionamentos (...) eu sofria agressão pelo (cita o nome do ex-companheiro), pelo pai do meu filho que é o (cita o nome), né? E quem mais? Deixa eu lembrar aqui...ah, e o (cita o nome do ex-companheiro). Só os três”. (Acácia)

Para a participante que foi agredida fisicamente pelo cunhado, também foi a primeira vez que isso lhe ocorreu e que alguém foi agredido dentro de sua família:

“(...) foi a primeira vez foi comigo. (...) Nunca tiveram situações com ninguém (da família)”. (Camélia)

Embora para a grande maioria das entrevistadas tenha sido a primeira relação conjugal em que sofreram violência, houve vários outros momentos da vida do casal em que elas foram agredidas, inclusive com o pedido de intervenção policial, como fica exposto nas falas a seguir:

“(...) essa não era a primeira vez que eu tinha feito a ocorrência dele, né? (...) Eu tinha registrado queixa, já. (...) Ali mesmo (na Delegacia). (...) Me dava empurrão, essas coisas assim...” (Rosa)

“Ah, já vem acontecendo há muito tempo, né? É que meu marido me ameaça direto, né? (...) Ele foi (...) umas dez vezes embora, voltou (...) na gravidez já que eu comecei a me incomodar com ele, né? (...) Ai já começou a me bater, a me dar soco e ele era bem agressivo. (...) Sempre quando ele me deixava roxa e essas coisas, eu fiz um monte de Corpo de Delito e deixo os BOs tudo ali (na Delegacia) (...) cheguemos até ir no Fórum”. (Hortência)

“(...) há uns três anos atrás teve a primeira agressão física. Aí eu fui numa Delegacia, registrei o boletim, ele (marido) foi preso na hora. (...) Aí chegando lá (na Delegacia) ele, né, fez a declaração, tudo, foi liberado. Só que quando chegou em casa, daí ele voltou pra casa, né? Onde eu também tava e começaram ali as ameaças, e ele começou a me ameaçar, se eu não tirasse ia me matar. Eu fiquei com medo, há três anos atrás, e eu realmente tirei o boletim de ocorrência, não dei mais procedência nisso, e fiquei esse tempo todo nessa vivência assim de psicológico, assim, com medo”. (Margarida)

“(...) Era comum (companheiro agredir) (...) uma vez eu levei cinco ponto aqui (...) por dentro, aqui, no lábio superior. (...) Eu já levei soco aqui (na testa), que criou um galo aqui, depois murchou, desceu pros dois olhos, ficou preto (...) A primeira vez (...) só dei queixa e não levei adiante, não fui fazer nada e deixei por isso mesmo (...) essa foi a segunda vez que eu dei queixa e levei adiante, assim, né?” (Jasmim)

Vale destacar o papel do sistema judiciário nessas situações, pois quando houve várias queixas por parte dessas mulheres à polícia, inclusive com a realização do exame de corpo de delito e com o encaminhamento do processo ao Fórum, os agressores não foram presos, nem sequer sofreram qualquer outra penalidade. Em alguns casos foi possível verificar que isso ocorreu, pois a própria participante retirou a queixa contra ele e não levou o processo adiante, mas quando elas deixaram para a justiça decidir a questão, não se sabe o porquê não foi aplicada alguma coerção a esses agressores, conforme a lei determina.

Já os motivos dados pelas participantes para continuar a relação com o agressor foram os seguintes:

“(...) antes ele (companheiro) pedia pra voltar, conversava comigo e dizia que tava na pior, que ele queria voltar, porque não sei o que, né? Que ele tava dormindo na rua, que tava dormindo nas pensão, ele vivia fazendo esse drama, né? Daí eu ficava com pena e deixava volta”. (Hortência)

O sofrimento esboçado pelo companheiro dessa entrevistada parece ter feito ela acreditar que talvez ele pudesse mudar e, em função disso, não voltar a cometer agressões verbais e físicas contra ela, apesar dessa mesma entrevistada ter relatado que esse companheiro já tinha “*ido e voltado umas dez vezes*”, e nem por isso ele interrompeu as agressões dirigidas a ela. Tal atitude, entretanto, confirma o que foi também constatado por Ministério da Saúde (2002) e Silva, Coelho e Caponi (2007), ou seja, que uma das razões pelas quais as mulheres voltam para o agressor é justamente por acreditar que ele mudará de atitude e, assim, não voltará a ser violento como antigamente.

Com respeito a participante a seguir, a possibilidade de novamente constituir uma família foi decisiva no momento de escolher continuar ou não o envolvimento com o companheiro:

“(...) na hora, assim, eu queria me livrar dele (companheiro), queria me separar, queria me livrar de tudo que é jeito, eu concordei com todos os termos. (...) Ele ficou com a guarda das crianças, eu concordei, tudo pra me livrar. Daí acabei não me livrando, porque eu descobri a gravidez, aí tentamo de novo”. (Violeta)

Esse depoimento vai ao encontro das constatações feitas por Narvaz e Koller (2006), que verificaram que, ainda hoje, é importante para as mulheres manter a unidade familiar, sendo que o modelo a ser alcançando continua sendo o da família nuclear e burguesa, que implica, entre outras coisas, na dependência da mulher em relação ao homem.

Com relação às demais entrevistadas, houve a tentativa por parte delas de amenizar a situação dos agressores a partir do destaque das qualidades que eles possuíam, como forma de justificar o fato de não terem prestado queixa anteriormente, ou de não terem levado o processo contra eles adiante:

“Eu não posso reclamar, porque ele (companheiro) me dava tudo que eu queria, assim. (...) De passar necessidade, assim, não, querer minhas coisas...o que eu pedia, ele dava. Ele não era um monstro, assim, também, sabe? Só questão mesmo de parar de brigar um pouco”. (Rosa)

“Eu lembro de várias atitudes boas dentro da relação dele (cunhado). Inclusive quando a minha irmã engravidou pela primeira vez, ele engravidou junto. Eu acho isso bacana, eu acho isso legal, né, companheiro...” (Camélia)

“Ele (companheiro) não é drogado, ele não bebe, não fuma, não joga, não é nada disso, mas só que nunca se sabe, né? Perder ele... nem todo pai é que nem ele, querer a guarda do filho. O pai quer mais quer é se livrar, e ele não, ele prefere perder tudo, menos os filho”. (Violeta)

Assim como visto na categoria 1, novamente aparece aqui a tentativa das entrevistadas em minimizar a violência sofrida, ao destacarem o perfil de “bons maridos e bons pais” dos agressores, para se convencerem de que eles não eram tão violentos quanto pareciam.

Ainda no que tange aos motivos que deram para a retirada da queixa policial, ou para não terem dado seguimento ao processo contra os agressores, uma das entrevistadas alegou que “já estava cansada” e que, caso conseguisse um emprego, ficaria sem tempo para comparecer às audiências do Fórum, talvez por antecipar que levaria um longo tempo até que o caso fosse concluído:

“(...) a audiência (no Fórum) era só pra ver se eu queria continuar ou parar com a medida protetiva (...) eu pedi pra parar, mas a minha mãe não sabe. Aí já é outra briga, porque ela quer que continue, mas eu já “tou” cansada. Também agora se eu conseguir um emprego, daí se eles ficar me chamando lá, como é que eu vou ter meu emprego?” (Rosa)

Para outra participante, o motivo apresentado foi o de “dar uma chance”, possivelmente por que o elemento de maior peso, novamente, tenha sido a necessidade de preservar a harmonia familiar, já que o agressor era seu cunhado. Além disso, a decisão foi tomada pela entrevistada juntamente com seus pais, que exerceram certa pressão para que o processo não fosse levado adiante. Contudo, essa entrevistada não deixou de expressar sua contrariedade em relação à escolha feita, como declarou no trecho abaixo:

“(...) porque tá sendo conversado entre nós (ela e os pais) aqui que a gente vai dar uma chance pra ele (cunhado), mas não que eu esteja ignorando uma coisa que eu sei que aconteceu (...) eu de postura e de pessoa, eu teria que seguir. (...) Eu tô negando um direito que depois vai me surtir efeito, até pro profissional, mas eu deixei bem claro assim, ó, eu não quero que isso prejudique a minha irmã”. (Camélia)

Nessa situação, também se pode verificar que o valor da família sobressaiu ao valor do indivíduo, assim como o preservar a imagem do homem em detrimento da reivindicação de justiça à mulher, o que serve para alimentar as desigualdades de gênero.

Mas a razão levantada em maior número de vezes pelas participantes para não terem seguido adiante com as denúncias feitas contra os agressores foi, outra vez, o fato de eles serem o pai de seus filhos. Para uma das entrevistadas, a preocupação foi em preservar a relação paterna e também em não ser acusada futuramente pelo filho de ter colocado o pai dele na cadeia:

“Eu não queria fazer (a queixa), tanto que eu não quero. Eu tive ontem com meu advogado pedindo pra gente fazer um acordo, tudo. Porque eu não quero nada, eu não quero que ele (companheiro) vai preso. Eu não quero que ele responda processo (...) porque ele é pai dos meus filho. Eu não quero o pior, eu não quero que mais tarde o meu filho (...) ele chega pra mim e diga: mãe, meu pai tá preso por tua culpa, não tem? Ele fica ainda mais revoltado do que ele já tá com essa situação que a gente tá convivendo, entendeu? Então eu não quero”. (Violeta)

Outra participante, além de justificar ter aceitado o pedido do filho para trazer o pai de volta para casa, não tinha com quem deixar a criança quando precisava sair para o trabalho:

“(...) por “mode” de meu filho, meu filho só pede, né? (...) porque também é assim, ó, quem cuida do guri pra mim trabalhar é ele (companheiro), né? Que daí lá na (Delegacia) eu perdi dois dias de serviço que eu não podia deixar o guri sozinho, e é ele que cuida o guri pra mim, né?” (Magnólia)

Já a entrevistada citada em continuação, alegou ter conseguido chegar a um acordo com o parceiro, mas também afirmou que se comovia com a reação de alegria da filha quando seu companheiro ia visitá-los:

“(...) a gente chegou num bom senso, porque a gente tava discutindo demais (...) Claro que quando ele (companheiro) ia visitar as criança, a neném pulava de alegria, a pequena. O menino (filho) até não sofreu tanto com a separação, mas a neném, toda vez que ela via o pai dela, ela ficava feliz da vida, entende?” (Jasmim)

Outro elemento que se destaca a partir desses relatos é a perspectiva das participantes de terem que criar os filhos, ainda pequenos, sozinhas, o que foi apontado por alguns estudos

(Ministério da Saúde, 2002; Silvia, Coelho & Caponi, 2007) como um dos motivos pelos quais as mulheres não denunciam os maridos/companheiros que lhes agredem. Além disso, todas as últimas três entrevistadas citadas acima trabalhavam fora, e apenas uma delas podia contar com o auxílio de parentes que moravam próximo a ela, mas com os quais ela não se sentia à vontade para pedir para cuidar de seu filho por um longo tempo.

Não se pode perder de vista, ainda, o contexto de necessidade/escassez no qual algumas participantes estavam inseridas e que não lhes permitia ter uma estrutura ampla de escolha a respeito da criação dos filhos. Sendo assim, embora seus maridos/companheiros as agredissem, algumas vezes eles as únicas pessoas com quem elas podiam contar para cuidar dos filhos.

Outro fator que pode auxiliar na compreensão dos motivos que levaram essas mulheres a terem optado em continuar na relação com os agressores, pode ser observado a partir das dificuldades que elas passaram a enfrentar com a saída deles de casa. Levando-se novamente em conta o contexto de necessidade/escassez que algumas delas viviam, a dificuldade financeira foi uma variável que inevitavelmente acabou surgindo em seus relatos, como expresso nos depoimentos a seguir:

“(...) é essas conta aí pra pagar, né? Ele (companheiro) não quer ajudar, né? Já liguei e ele não atende. E ainda não... e ele me deu uma televisão de presente que quando eu fiz aniversário, né? (...) E ele diz que ele não me deu pra mim a televisão. (...) ele não quer ajudar a pagar e diz que não vai dar o dinheiro. E ele ganha bastante, da onde é que ele tá botando dinheiro?” (Hortência)

“(...) na questão financeira, foi porque ali a casa que eu moro o aluguel é muito caro (...) também porque ele (companheiro) usou muito meu cartão de crédito. Eu tô assim, meu Deus, tô devendo mil e quinhentos reais no cartão. Tô pagando, graças a Deus”. (Dália)

A maior parte das entrevistadas tem um rendimento mensal pequeno para se sustentar e também sustentar seus filhos, como pode ser verificado no gráfico 5 apresentado nos resultados deste trabalho. O fato de ganharem pouco, ou de terem que depender do companheiro para sobreviver, são elementos que apenas favorecem para o aumento da vulnerabilidade e do desamparo dessas mulheres, bem como contribui para a diminuição de sua baixa auto-estima, como apontado por Azevedo (1985) e Carneiro e Oliveira (2008).

De acordo com Aldrighi (2006), Ministério da Saúde (2004) e Monteiro e Souza (2007), a diferença de rendimento entre o casal tem, ainda, a função de possibilitar que novas agressões sejam cometidas contra a mulher, já que seu marido/companheiro sabe que ela não

tem como se sustentar sem o provento dele. Portanto, com a auto-estima em baixa e sem poder viver por si própria, resta à mulher se submeter às regras do parceiro.

O caminho tortuoso e sofrido que precisa ser percorrido em qualquer separação conjugal, principalmente se um dos integrantes da relação não aceita tal decisão, também foi citado por uma participante como uma dificuldade enfrentada para poder se afastar do agressor:

“A separação, né? Pior de tudo, e ainda tá sendo, né? Porque ele (marido) não aceita (...) e a pior parte é, desculpe a expressão, mas é se livrar dele, assim, sabe? Da perseguição, porque ainda vive perseguindo”. (Margarida)

Contudo, para continuar na relação com o agressor, é preciso que essas mulheres de alguma forma compactuem com o complô do silêncio, ou seja, é preciso que consentam em viver sem poder falar das agressões sofridas, apesar de elas serem vistas pelos integrantes de sua rede pessoal significativa (Sluzki, 1997), como se verifica nos relatos abaixo:

“Meu filho mais velho me perguntava (sobre a marca no corpo), eu dizia que tinha batido a roupa no... ele disse: é, não acredito”. (Hortência)

“(...) tá aí um assunto que a gente tá evitando, sabe? Ninguém conversa mais, né? (...) imagina um pai sabendo disso aí? Meu pai se sentiu traído, entendeu? Tudo aconteceu nas bochas dele e na casa dele. Como é que eu vou chegar e tar falando pra esse homem essas coisa aí? Então eu evito o máximo pra gente superar, entendeu?” (Camélia)

“Esses dias ela (filha do companheiro) ligou e ninguém perguntou nada, ninguém tocou no assunto (...) a minha mãe acho que sabe, mas a minha mãe não toca no assunto (...) e eu também não toco (...) tem assunto que eu não conto pra ela, né, já pra não incomodar ela”. (Magnólia)

Parece que ao não falarem com os familiares sobre as agressões sofridas, as entrevistadas acreditaram que os estavam poupando de terem que lidar com algo tão delicado e difícil que é a violência física e verbal exercida dentro da própria família. Além disso, ao silenciarem sobre esse assunto, elas também evitaram sentir vergonha por estarem passando por esse tipo de situação.

No entanto, essas mulheres não perceberam que ao se aliarem ao complô do silêncio, acabaram contribuindo para ficarem sozinhas e, principalmente, para aprofundar sua solidão, já que não podiam contar com os outros para vencer suas dificuldades. Por sua vez, quanto mais ficaram sozinhas e solitárias, mais reforçaram sua dependência do agressor, pois não tinham acesso a uma possível rede de apoio para conseguir enfrentar o mesmo, conforme alertado por Bedone e Faúndes (2007) e Villela e Lago (2007).

Desse modo, referido complô serve apenas de incentivo para que novas agressões aconteçam, já que o agressor sabe que ninguém terá conhecimento sobre o que realmente ocorreu e que, inclusive, uma nova denúncia dificilmente será realizada contra ele, como os estudos de Fuster (2002) e Ferrari e Vecina (2002) destacaram.

Apesar de suportarem as agressões caladas, algumas entrevistadas acabaram reagindo às violências perpetradas contra as mesmas, através de agressões físicas igualmente dirigidas aos seus companheiros. Uma dessas agressões foi, inclusive, denunciada na Delegacia de Polícia:

“(...) pior que ficou foi quando eu dei a surra de varinha nele (companheiro), de amora. Ele me levou na Delegacia, ele deu queixa de mim e da minha filha”. (Hortência)

Na realidade, essa fala não deixou evidente se a “surra de varinha” foi uma resposta da entrevistada a uma agressão sofrida, ou uma livre iniciativa dela contra o companheiro. No entanto, como seu parceiro lhe agredia verbalmente e fisicamente há vários anos, e a participante afirmou ter sido apenas nessa situação que o agrediu fisicamente, pode-se deduzir que tal surra foi uma forma de reação dela às violências anteriormente toleradas.

Já outra participante, além de estar cansada das agressões desferidas pelo companheiro, também alegou falta de estrutura financeira e emocional para suportar todo o processo movido contra o mesmo, o que a levou a agredí-lo fisicamente:

“(...) muita gente desiste na metade do caminho por causa disso, porque não tem, assim, estrutura financeira, nem emocional, né? (...) E aí às vezes pode chegar até num ponto que você vai deixar de ser vítima. (...) Eu tive umas três, quatro vezes assim (...) que eu fui pra ci... (bater no companheiro) fui. (...) Fui, fui, fui e fui de uma maneira que eu fiquei com medo, com medo de mim”. (Iris)

No entanto, o relato que melhor expressou o uso da agressão física por parte da entrevistada como uma resposta imediata às agressões que lhe eram dirigidas pelo companheiro foi o citado a seguir:

“(...) ele (companheiro) foi e me deu um soco no meio da rua (...) Na hora que ele me deu, eu com a neném no braço, eu comecei a socar ele também com um braço só. (...) E aí foi na parte da noite que ele me agrediu de novo, no mesmo dia (...) Aí veio cá faca pra cima de mim, aí eu larguei a panela de arroz na cara dele, porque eu tava fazendo arroz (...) aí ele veio pra cima de mim, aí eu tive que bater também, e ele me catou na grama, colocou eu pra fora com a neném (...) Aí ele correu, me agarrou. Na hora que ele me agarrou pelos cabelo, aí eu peguei no saco dele, aí eu tive que largar a neném...” (Jasmim)

Segundo uma pesquisa realizada por Scaranto, Biazevic e Michel-Crosato (2007), não são poucas as mulheres que reagem verbalmente ou fisicamente às agressões recebidas. Já com base nos estudos de Narvaz e Koller (2006), pode-se entender que as agressões desferidas pelas entrevistadas contra os maridos/companheiros foram um dos recursos dos quais elas puderam se valer para, pelo menos naquele momento, transgredirem as regras impostas por eles, em função da revolta vivida acerca da opressão a que eram submetidas dentro do contexto familiar.

3.2 Fragilização da relação parental

Com referência a esta subcategoria, foram relatadas as perspectivas das entrevistadas sobre as repercussões geradas em seus filhos/sobrinho em função das agressões que elas sofreram. Em princípio, essas crianças apareceram como vítimas indiretas de uma relação conjugal/familiar onde havia violência, conforme ficou caracterizado nos depoimentos em continuação:

“O meu marido me bateu, me agrediu na frente da minha filha, ela tava no colo, né? Que eu tava com ela no colo, que ela é pequena, tem um ano (...) depois disso, no mesmo dia ela andou, ela falou, ela não fica sem mim, nem se eu vou no banheiro ela tem que ir junto. Ela chora bastante. Antes, quando eu tava lá com ele, ela ficava aqui ca minha mãe numa boa, assim, e agora eu vou ali no portão, assim, ela chora muito. (...) Ela mudou assim da água pro vinho (...) ela ficou bem diferente (...) ela ficou bem, assim, traumatizada, né?” (Rosa)

“(...) a criança (sobrinho) viu (a agressão), de três anos, e pediu pra não fazer mal pro pai dele (...) a criança ainda deu crise. (...) Ele botava a mão no meu rosto: ó, a titia, a titia (...) O (sobrinho) (...) tá desencantado pela música. (...) Não quer mais saber disso aí (bateria) não. Baqueta, filha, ele nem bate mais com a baqueta, pra ti ver como a criança tá sabendo de tudo que tá acontecendo”. (Camélia)

Nas situações descritas, é importante observar que apenas presenciar a cena de agressão foi o suficiente para gerar repercussões emocionais e comportamentais nessas crianças. Tal dado corrobora os obtidos por Miller (citado por Silva Coelho & Caponi, 2007), que afirma que crianças que presenciam violência conjugal/familiar tendem a sofrer seqüelas sociais e psicológicas parecidas com as da própria vítima.

Em outros casos, os filhos foram vítimas diretas das ameaças e agressões verbais e físicas desferidas pelos agressores, sendo que algumas dessas crianças apresentaram, do mesmo modo, seqüelas psicológicas e comportamentais em decorrência da violência sofrida.

“(...) aí fiz outro boletim que ele (marido) tava tentando agredir a filha, ameaçou a filha de morte. (...) aí eu falei pro moço (escrivão) que eu tava muito com medo. A menina também tava, não queria ir pra escola, nada”. (Margarida)

“(...) dessa última vez ele (companheiro) bateu no meu filho (...) quando ele começou a me bater, meu filho não agüentou e foi em cima dele, daí ele bateu no (filho). E eu fiquei sabendo muita coisa, sabe, do (filho), tadinho. (...) Porque o (filho) me falou quando ele tava, que eu não tava em casa, ele (companheiro) não deixava ele comer. Ai, um monte de coisa assim que eu não gosto nem de lembrar. (...) O meu filho, eu tava tendo que carregar ele e deixar ele aqui ó, porque ele não queria mais ir no colégio, não queria mais nada, sabe? Medo, medo, medo”. (Dália)

“Na hora que ele (companheiro) me agarrou pelos cabelo, aí eu peguei no saco dele, aí eu tive que largar a neném. (...) Aí ela caiu no chão e ela começou a engatinhar no meio do escuro, sem rumo e chorando, né? Porque... e o menino (filho) não chegava perto com medo e chorava, né? E nesse dia ele (filho) até catou uma bolinha de golfe (...) na parte da tarde quando foi a primeira agressão, ele tacou nas costas do pai dele, pro pai dele me largar e correu pra fora. O pai dele ameaçou de bater nele. Ele ficou com medo, ele queria ir pro serviço junto comigo com medo de apanhar do pai. E aí eu conversei com ele (companheiro), falei pra ele se fosse pra bater no menino, que eu iria levar ele na Delegacia. (...) E aí ele não bateu, nem nada, o menino ficou em casa e eu fui trabalhar...” (Jasmim)

Nota-se, com esses relatos, que as crianças não foram poupadas dos problemas provocados pelo casal e sofreram “na própria pele” as consequências de serem filhos de pais violentos. No que diz respeito às seqüelas psicológicas, a principal emoção verificada pelas entrevistadas em seus filhos foi de medo de serem novamente agredidos ou, inclusive, mortos em função das surras e ameaças realizadas contra eles pelo próprio pai/padrasto. Em consequência, não quiseram mais sair de casa, deixaram de ir à escola, ou precisaram estar o tempo todo em companhia da mãe para sentirem-se protegidos.

Pode-se afirmar em função disso, e conforme estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Ministério da Saúde, 2002), o quanto viver com pais violentos prejudicou o perfil social dessas crianças, seu rendimento escolar e sua condição psicológica.

Outra situação que ocorreu com frequência com os filhos das entrevistadas foi o fato de serem utilizados pelo casal como instrumento dentro do “jogo familiar violento” estabelecido entre os mesmos. Em algumas situações, o filho foi levado embora pelo agressor quando este resolveu sair de casa, além de ter sido colocado contra a mulher agredida:

“Ele (companheiro) foi uma vez (embora) com o filho em quatro dia, mas aí trouxe o filho e veio pra casa. Mandou o filho primeiro e depois veio. Aí outro dia, antes disso, ele saiu com o filho de novo, aí ficou um dia só, aí mandou o filho cá chave e não veio

mais (...) Ele carregou meu filho e sumiu. Não sei onde é que ele tá. Aí um carinha disse que meu filho mais velho sabe, mas também não quer dizer, e ele (filho) trabalha com ele (companheiro), o mais velho. Ele tá botando meus dois filhos contra mim". (Hortência)

"O (filho mais novo) (...) ele não queria saber de mim. (...) Tava no colo do pai dele, não queria de jeito nenhum saber de mim. Agora não, agora ele já dorme comigo, pra mim deitar do lado dele, tudo". (Violeta)

Em outras situações o filho foi solicitado a denunciar o agressor, o que lhe gerou muito medo:

"Então ele (companheiro) nem sabe que o menino foi (até a Delegacia). Porque ele acordou de manhã na sexta-feira e disse pro menino: tu não vai na Delegacia cá tua mãe. Ai disse: não, pai, eu não vou. Ele disse: tu não vai. Daí ele (filho) disse que se eu pedisse, ou o pai dele pedisse, ele iria, lógico, né? (...) Só que ele foi com medo. Eu disse: teu pai não vai saber, porque vai ser protegido, totalmente sigiloso o teu depoimento, se eles pedir tu não vai... Então ele foi com muito medo. Então o pai dele nem sonha que ele foi, ele acha que a gente foi pro shopping passear". (Violeta)

Com relação aos filhos dessa última participante, eles também tiveram que suportar os desdobramentos de viverem com pais separados e com uma mãe que havia tentado o suicídio, devido à repercussão das agressões sofridas. Em certas horas, os filhos precisavam ficar com o pai; em outras, tinham que cuidar da mãe:

"(...) ele (companheiro) tem a guarda, mas é assim, eu posso ver a qualquer momento, livre, não tenho hora, não tem dia, nada. (...) Como (o companheiro) tinha que ficar a oitocentos metros longe de mim, aí eu ligo pra ele e digo: quero ver as criança. Então daí ele manda as criança até ali no mercado, ele vem trazer até ali no mercado. Porque tem o pequeno, e eu vou ali e pego eles, ou eles vem dali, também...". (Violeta)

"(...) ele (companheiro) não quer que eu fique sozinha, portanto a menina tá aqui. O menino vem fica comigo, tudo. (...) Tem vezes que o guri falta o colégio, é o mais velho, pra ficar aqui comigo. Nem que seja no computador, alguma coisa, mas ele tem que ficar aqui, pra mim não ficar sozinha, porque ele (companheiro) tem muito medo. Até as medicação, agora que ele largou medicação...porque ele mandava todo dia o menino trazer as medicação que eu tinha que tomar, um por um, ele não deixava comigo". (Violeta)

Os filhos das entrevistadas também tiveram que suportar as consequências do pedido de ajuda da mãe à polícia:

"(na viatura) Tava nós três. (...) Eu, ele e o menino(filho)". (Dália)

“(...) eles (policiais) me vieram me pegar lá em casa, daí nós saímos tudo numa viatura só. Daí eles botaram meu filho no meio, de medo dele (companheiro) me agredir”. (Magnólia)

Embora tenham presenciado cenas da mãe sendo agredida e também tenham sido vítimas das mesmas agressões dirigidas a elas, ver o próprio pai ser preso, sentir a ausência dele dentro de casa e não saber como ele estava vivendo depois da separação, foram acontecimentos que as entrevistadas apontaram como tendo causado muito sofrimento aos seus filhos:

“ Na (Delegacia) daí o meu guri começou a chorar, porque o pai dele tinha ficado preso, né? (...) Daí no outro dia...porque meu guri só chorava, passou só chorando, daí né?” (Magnólia)

“Meu filho, ele queria muito que o pai saísse de casa, porque ele não aguentava mais. Ele falou: mãe, o nosso sofrimento vai acabar o dia que o pai sair de casa (...) até que depois que passou, que ele soube que o pai ia voltar, ele ficou até meio assim: é, mãe, vai voltar, que bom, né? Ficou meio feliz, porque ele sentiu um pouco da falta do pai. Porque ele viu que quando o pai vinha visitar, o pai vinha feliz, não vinha “cá” aquelas agressões. Então ele achou que o pai dele tava... entendeu? Mudando, entende? Mas quando o pai saiu de casa, ele ficou, também... ele no primeiro dia ele chorou, né? Porque ficou com pena do pai: pra onde o pai vai? Aonde é que o pai vai dormir? Será que o pai vai tar bem? Será que o pai não vai tar bem? Entende? Essas coisa. Depois que ele viu com os próprios olhos dele que o pai dele tava morando num bom lugarzinho e tal, que ele alugou um lugarzinho lá numa pensão, um quarto que tinha televisão, que tinha tudo lá, aí ele ficou mais sossegado”. (Jasmim)

Somente uma das filhas das participantes decidiu morar longe da mãe, uma vez que não conseguia se relacionar com o companheiro da mesma e em função do sofrimento que sentia quando via as agressões desferidas contra a entrevistada:

“(...) porque ela (filha) não batia bem com ele (companheiro), entende? É coisa de padrasto e enteada, né? (...) aí eu vi que não tava legal e ela mesmo não tava se sentindo bem “cás” agressões dele pra cima de mim, entende? Ela via, ela sofria. Aí eu perguntei pra ela se ela queria ir “cá” mãe (avó), ela quis. Tem seis anos que ela mora cá mãe”. (Jasmim)

Outra consequência igualmente trágica de todo esse quadro foi o filho tornar-se coadjuvante da violência exercida dentro da família. Duas entrevistadas, além de terem sido agredidas verbalmente e fisicamente pelos companheiros, sofreram agressões perpetradas pelos próprios filhos:

“Aí eu disse pra ele (filho): faz alguma coisa pra mãe, pra ajudar a mãe! Eu não vou fazer nada, eu tô de férias, porque não sei o que. Aí me xingava de tudo: tu não é minha mãe, tu é o diabo, tu é o demônio, porque não sei o que (...) ele gosta muito,

assim, de provocar, de...sei lá, de deboche, deboche, debochando. (...) Corpo de Delito eu fiz do filho, é... dois Corpo de Delito contra o filho, que ele me deu um empurrão dali, lá do coisa, me jogou naquele guarda-roupa, não tem? Eu fiquei toda roxa, caí (...) ele empurrou de lá e quase caí em cima dele. Ele empurrou, me mordeu, tudo". (Hortência)

"(...) ele (filho) só me pegou no pescoço (e) na mão, onde ele segurou..." (Acácia).

Tais relatos confirmam o que se tornou quase um consenso entre diversos estudiosos (Aldrighi, 2006; Ferrari & Vecina, 2002; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Narvaz & Koller, n.d.; Schmickler, n.d.; Silva, Coelho & Caponi, 2007; Tiwari e cols., 2008), que filhos de casais violentos tendem a reproduzir essa mesma violência em suas relações, pois aprendem que essa é uma forma apropriada de resolverem seus conflitos.

A constatação mencionada pode ser feita principalmente em um dos filhos das entrevistadas, que agredia tanto a mãe quanto a irmã, assim como os colegas do colégio e os vizinhos:

"(...) ele (filho) ia pra cima dela (filha), dizia tudo pra ela, né? (...) Jogou um pau nela, se batesse a minha neta tava logo atrás. Se batesse tinha quebrado a cabeça. (...) Daí ele queria cortar os pulso da minha filha, botar a faca pra cima dela, ela foi de garfo pra cima dele (...) Ele briga no colégio, ele briga cos guri até do Morro do (cita o nome). Bate nos pequenos, apanha dos grande, e tá continuando no colégio assim, eles me disseram..." (Hortência)

Portanto, a violência não se restringiu a ser exercida apenas contra a mãe, mas alcançou outros membros da família, bem como a rede social ampliada. Além disso, nesse mesmo caso, ocorreu o que constatou Bandura, Ross e Ross (citado por Cortez, Padovani & Williams, 2005), esse adolescente acabou imitando o modelo do pai, por ser do mesmo gênero que ele e pela agressividade ser bem aceita socialmente quando exercida por um homem, como expresso no depoimento a seguir:

"(...) ele (filho) dá chute nas coisa, nas parede. O pai faz, ele também faz (...) Ele disse que ia matar a irmã e o meu marido disse que ia comprar um trezentos e oitenta, aprender usar pra dar um tiro na minha cabeça". (Hortência)

Apesar disso, as participantes não deixaram de se preocupar com o rumo que esses filhos estavam tomando na vida, como uma delas desabafou:

"(...) ele (filho) tá colocado em algum lugar, mas não sei aonde. Porque ele tá...que eu não sei onde tá, meu filho. E se ele (companheiro) tá botando em alguma coisa que

interesse pro guri, ou tá deixando solto? (...) eu arrumei uma vaga em outro colégio pro guri, não tinha como dizer. Tinha dois exames... hoje o guri tem um exame no Infantil (...) ele (companheiro) não atende o telefone. (...) Aí não tem comunicação, não tem como. (...) O que eu quero saber agora é onde é que o guri anda? Onde ele tá?” (Hortência)

A participante citada também descreveu algumas de suas tentativas de conter o filho agressor, o que não significa que tenham sido eficientes, nem que tenham gerado os melhores resultados:

“(...) o (filho) já passou por várias psicólogas aqui, entendesse? (...) Da universidade, já fez um monte de coisa (...) as psicólogas arrumaram o projeto do Guga pra ele, pra ele ir terça e quinta. Aí eu disse: os outros dias tu (companheiro) põe no remo, entendesse? E no sábado tu ocupa ele na catequese de crisma (...) que gasta energia, que aí ele vai dormir e pára de incomodar (...) Já disse pro (companheiro) trancar ele um pouco, conversar, não tem? Largar dele ir pro shoppi (...) pra ele cuidar mais, olhar mais, prestar mais a atenção nele quando ele tá perto...” (Hortência)

Como visto ao longo desta categoria, todas as entrevistadas, com exceção de uma que foi agredida pelo cunhado, há muito tempo estavam passando por situações em que eram agredidas verbalmente e fisicamente por seus maridos/companheiros, e outras, inclusive, pelos próprios filhos. No entanto, em alguns casos essas situações não foram o suficiente para fazer com que elas se separassem definitivamente do agressor, quando este era seu parceiro na relação conjugal. Das dez mulheres entrevistadas para esta pesquisa, três voltaram para os agressores após a última denúncia feita na Delegacia, e duas demonstraram estarem propensas a aceitá-los de volta.

Também foi possível observar as tentativas das participantes em justificar o fato de terem permanecido ao lado deles, apesar das agressões que sofriam, assim como evidenciaram o preço que precisaram pagar por essa escolha, que implicava em se submeterem ao complô do silêncio e/ou se tornarem igualmente agressoras como forma de conseguir suportar a relação violenta.

Além disso, a violência exercida contra as entrevistadas atingiu, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes que viviam próximos a elas. Mesmo tendo sido meros espectadores das cenas de violência, mas principalmente quando foram vítimas dela, eles sempre sofreram, em maior ou menor grau, as repercussões psicológicas e comportamentais que tal agravo implica e que podem perdurar por anos, até a vida adulta, além de os tornarem mais propensos a serem pessoas igualmente agressivas em suas relações.

4. TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nesta categoria foi descrita a perspectiva das mulheres agredidas sobre a violência perpetrada em suas famílias de origem. Cabe salientar que alguns dos dados apresentados nesta categoria podem ser visualizados no Anexo 4, referente ao Genograma das participantes.

4.1 Padrão relacional das famílias de origem materna

Na subcategoria em questão foram apresentados os padrões relacionais referente às famílias de origem materna das entrevistadas. Um dos aspectos emergentes dos depoimentos prestados foi o uso da violência física pelos tios das entrevistadas em suas respectivas esposas, caracterizando uma relação abusiva e violenta. Por sua vez, constatou-se a reação dessas esposas às agressões sofridas, conforme os depoimentos a seguir:

“Esse aqui (irmão da mãe) tá separado já por “mode” de briga (um batia no outro)”. (Magnólia)

“(...) o tio (irmão da mãe), ele tentou matar a (tia), porque descobriu que a (tia) tava traindo ele. Aí aquela briganhada dos dois, um se bater no outro. (...) Acho que ela até se separou dele (...) E parece que ela puxou arma pra matar ele, ele puxou arma pra matar ela e assim foi, minha filha!” (Jasmim)

O mesmo padrão de relação abusivo e violento foi estabelecido entre o avô materno e a avó materna de uma das entrevistadas:

“(...) o vô era muito estúpido, que eu fiquei sabendo, assim. (...) Acho que uma vez ele chegou a bater na vó, porque a mãe conta que a irmã dela jogou pedra pra pegar na minha mãe, pegou na cristaleira que o vô tinha comprado. Aí a vó “cacetou” a mãe, que achou que a culpa era da mãe que provocou a outra. (...) Deu uma surra na mãe, aí diz que o vô deu uma surra nela (avó) porque ela bateu na mãe, entende?” (Jasmim)

A partir desse relato, é igualmente possível identificar que a relação de violência estabelecida entre os avós, também foi exercida contra a mãe da entrevistada. A seguir, essa mesma participante relata o quanto apanhava dessa mãe, caracterizando, com isso, a transgeracionalidade da violência, que começou com seus avós e chegou até ela:

“(...) eu apanhei, minha filha, feito o cão da minha mãe que Deus me livre, nem por isso...entendeu? Eu tenho minhas mágoas, assim, porque eu não achava motivo às vezes de...tu sabe como é povo antigo, né? Tu apanha até por respirar demais, entende? Então apanhei muito, mas não é isso que eu quero passar pro meu filho, que jamais

eu quero passar o tipo de vida que eu tive com a minha mãe pro meu filho, entende?”
(Jasmim)

Apesar do desejo expresso por essa entrevistada de não repetir a violência física sofrida nos próprios filhos, não foi exatamente isso que aconteceu. Durante a entrevista, ela citou pelo menos uma situação na qual ela mesma agrediu fisicamente o filho e ainda deu razões para continuar batendo nele, além de ter afirmado ser ela quem mais agredia os filhos, e não seu companheiro, conforme o depoimento a seguir:

“(...) ele (companheiro) foi na Delegacia porque eu dei dois tapa no meu filho. Porque sabe como é que é criança, e tem horas que tu tem que dar umas palmada, não adianta dizer que tu não tem que dar (...) ele (companheiro) não bateu (no filho), porque ele não é de bater. Quem mais briga lá em casa por autoridade sou eu”.
(Jasmim)

O uso da violência física na família dessa participante deu-se, portanto, através de quatro gerações, ou seja, seu avô que batia na sua avó, que, por sua vez, batia na sua mãe; sua mãe que batia nela, e ela que batia nos seus filhos. Não se tem conhecimento sobre as gerações mais antigas, pois não foi verificado nas entrevistas realizadas. Contudo, pode-se notar através desse exemplo o fato de a violência ser muitas vezes uma herança transmitida de uma geração a outra, conforme já apontado por outros estudos, como os realizados por Cecconello, De Antoni e Koller (2003), Ferrari e Vecina (2002), Narvaz e Koller (2006), e Schmickler (n.d.).

4.2 Padrão relacional das famílias de origem paterna

Nesta subcategoria foram apresentados os padrões relacionais das famílias de origem paterna das entrevistadas. Do mesmo modo que ocorreu na família de origem materna, novamente a figura do tio surgiu como aquele que estabelecia uma relação abusiva e violenta com a esposa, como mostra a situação abaixo:

“(...) A (irmã do pai) também se separou do marido por “mode” disso (...) sei que os dois brigavam, né? (...) um dia disse pra mãe: eu vou lá na (tia). A mãe disse: nem vai lá que eles tão de briga e tão se separando. (...) Nunca vi, né? Mas ela já apareceu roxa uma vez”. (Magnólia)

No entanto, as relações de maior violência e abuso nas famílias de origem paterna foram as estabelecidas pelo próprio pai com a mãe ou madrasta das entrevistadas, que exerciam agressões verbais e físicas contra elas, conforme evidenciam os relatos a seguir:

“O meu pai era muito ruim pra minha mãe, né? (...) minha mãe perdia (os filhos durante a gravidez), porque ia salvar, mas não adiantava porque ele ia matar, aí ela perdia. (...) E a coisa... ela perdeu (outros filhos), até porque (o pai) ficava judiando”. (Hortência)

“Assim, a minha mãe, ela apanhou muitos anos do meu pai. (...) Dentro de um quarto, ele agredia muito ela, batia muito nela”. (Margarida)

“O meu pai e a minha mãe tinham muito disso (agressão). (...) Eu me metia no meio quando era pequena. (...) Via, eu roia as unha, eu não ia no colégio (...) a minha mãe deixou dele, cada um mora numa casa”. (Magnólia)

“(...) meu pai e minha mãe saíam no pau direto (...) meu pai batia, minha mãe abria a cabeça do “véio” com a panela...porque eu já vi, entende? O pai batia de um lado, a mãe batia nele do outro. Quando a mãe caía no chão, que o pai tava quase apertando ela, matando ela, a gente tentava socorrer, a mãe quase matava o pai também, entende?” (Jasmim)

Alguns aspectos que se evidenciam nesses depoimentos são aqueles que possuem semelhanças com a própria história conjugal das entrevistadas. Um desses aspectos diz respeito ao fato de que era comum o pai agredir fisicamente e verbalmente a mãe dessas participantes, mas nenhuma delas relatou o caso de a mãe ter procurado a polícia ou qualquer outro meio legal para resolver tal situação. Na realidade, a única alternativa legal citada para acabar com as agressões padecidas foi se valerem da separação judicial do marido, mas isso depois de suportarem por anos a violência provocada por ele. Outra semelhança se deu com relação ao modo apresentado para aguentarem as agressões perpetradas pelos maridos/companheiros, ou seja, algumas mulheres reagiam à violência do qual eram vítimas também através do uso da agressão física contra o pai das participantes.

Um outro ponto de conexão entre a história conjugal dos pais das entrevistadas com a história conjugal das mesmas, foi que algumas delas admitiram terem visto certas agressões perpetradas pelo pai contra a mãe, e que sofriam com isso. Uma delas confessou, inclusive, que “roia as unhas” e que “não ia ao colégio” ao ver os pais se agredindo, o que pode ser equiparado ao que aconteceu com os filhos de algumas participantes, que igualmente sofreram repercussões emocionais e comportamentais, quando viram elas sendo alvo de agressão verbal e/ou física dos maridos/companheiros.

Pode-se dizer, assim, que houve um padrão de relação familiar de violência que afetou as participantes, e que, em consequência, ressoou no desenvolvimento de seus próprios descendentes, até por que este padrão foi mantido por elas, conforme apontado anteriormente. Compreendeu-se que a violência física era utilizada como uma forma de resolver conflitos,

especialmente entre o casal, e que cabia às mulheres tolerarem as agressões sofridas, ou, em alguns casos, revidá-las.

Contudo, o pai não batia apenas na mãe das entrevistadas. Em pelo menos um caso ele igualmente exercia violência física nos próprios filhos, conforme depoimento abaixo:

“(...) ele (pai) só agredia os filho, ele judiava. Dava com faca na cabeça e tudo e coisa. Só em mim que não tem marca na cabeça e não fez sangue, o resto ele fez tudo (...) ele não ensinava nada, ele queria que nascesse sabendo”. (Hortência)

Nesse caso, a figura paterna foi retratada como sendo violenta também em outros contextos, além do familiar. Entretanto, esse foi o único caso verificado entre as participantes deste estudo:

“Meu pai, ele matou uma pessoa e tudo por causa de uma fofoca de uma coisa lá. Daí ele foi preso e tudo, a gente ia ali visitar (...) o meu pai diz que ele tinha outra mulher, e diz que pegava a mulher e jogava dentro do formigueiro (...) diz que a filha dava ataque, né? Aí morreram tudo. (...) Morreram a mulher e as três filha. Não sei se morreram ou se ele matou, né? Vai saber? (...) Se ele matou um cara... se teve coragem de matar um cara...” (Hortência)

Outro elemento que cabe salientar foi que a violência perpetrada pelo pai não afetou somente as entrevistadas dentro da família, mas atingiu da mesma forma seus irmãos e suas irmãs, no modo como estabeleceram a relação com suas respectivas esposas e seus respectivos maridos, assim como com seus filhos, conforme apresentado em continuação:

“(irmão) Brigava, discutia, batia... (...) batia (na esposa) quando ela tava grávida e tudo. (...) O meu (outro) irmão agride os meus sobrinho (...) mas bateu tanto que perfurou o pulmão uma vez”. (Hortência)

“(irmã) ela não tem marido fixo. Então de vez em quando tá se envolvendo com cara, com outro. Então já teve agressão, ela já teve na Delegacia, deu queixa...”. (Violeta)

“A minha irmã com o marido dela também era (violenta)”. (Magnólia)

“(...) esse meu irmão que morreu, ele batia na minha cunhada (...) ela apanhava quieta, né?” (Jasmim)

Destaca-se, nesses relatos, o fato de o irmão, na maior parte dos casos, ser o agente da agressão, e de a irmã ser a pessoa que era agredida, mantendo-se, com isso, o padrão familiar do homem agredir a mulher dentro da relação conjugal. Apesar disso, também houve alguns depoimentos de situações em que a mulher agredia fisicamente o homem, ou como resposta a

uma agressão dirigida a ela pelo marido/companheiro, ou como principal agente da violência perpetrada.

Do mesmo modo, na maior parte das situações os irmãos e as irmãs das participantes buscaram resolver as diferenças com seus cônjuges através da separação judicial. Em somente um caso foi relatada a procura pela polícia como forma de resolver o conflito estabelecido entre o casal.

Vale ressaltar que a única entrevistada que não teve um padrão familiar materno nem paterno de violência foi a agredida pelo cunhado. No caso dela, igualmente não houve um longo período de tolerância às agressões sofridas, pois logo após a primeira e única agressão recebida, ela procurou a polícia, embora não tenha dado continuidade no processo contra o cunhado no intuito de preservar a harmonia familiar, conforme ressaltado na categoria 3.

Através das entrevistas realizadas, também se pôde observar o padrão relacional das famílias dos maridos/companheiros das participantes. O retrato apresentado não foi muito diferente do visto com as famílias de origem das entrevistadas, ou seja, o pai geralmente batia na mãe e os irmãos desses agressores também agrediam suas esposas:

“O pai dele batia na mãe dele (...) ele (companheiro) disse que é onde ele chorou lá. Diz que ele chegou e viu o pai batendo na mãe. E os irmão também acho que bate nas “mulhé”. Outro dia o irmão pegou a “mulhé” conversando com o cobrador de ônibus, diz que deu uma surra, no cobrador e na mulher”. (Hortência)

“(...) ele (companheiro) tem um irmão que é muito agressivo. (...) Só que ela (cunhada)... ela revida e daí ficam eles mesmos nessa mesma rotina”. (Margarida)

“(...) o pai dele (companheiro) vivia batendo na mãe dele (...) se separaram agora depois de quase cinquenta, quarenta anos de casados, se separaram. Porque aí os filhos depois cresceram, não admitiram mais que o pai batesse na mãe”. (Jasmim)

Uma outra semelhança verificada na família de origem dos agressores com a família de origem das entrevistadas foi o fato de que algumas mulheres igualmente revidavam as agressões sofridas de seus maridos/companheiros, bem como não houve o relato de nestas situações ter sido solicitada a ajuda policial para intervir no problema, mas procuraram resolver seus conflitos através da separação judicial.

Além disso, foi possível constatar a transgeracionalidade da violência acontecendo, do mesmo modo, nas famílias de origem dos maridos/companheiros das participantes, já que as agressões ocorriam do pai contra a mãe; do pai contra os próprios filhos; estes, por sua vez, tornaram-se agressores de suas esposas/companheiras (as entrevistadas), e também de seus descendentes.

Sendo assim, a partir do conjunto desses dados, é possível confirmar o que estudos (Ministério da Saúde, 2002; Narvaz & Koller, 2006; Silva, Coelho & Caponi, 2007) da área apontam: uma história familiar onde a violência é frequentemente exercida entre seus integrantes, propicia que as gerações seguintes repitam o modelo em suas próprias relações afetivas.

Contudo, não foi apenas o uso da violência que foi transmitido de uma geração a outra. Levando-se em conta que os principais agressores foram os homens, e as vítimas, na maioria, as mulheres, e que estas toleraram por um longo período as agressões dirigidas às mesmas, pode-se dizer que houve também a transgeracionalidade da violência de gênero, com a reprodução da subordinação e passividade feminina, e da agressividade e intolerância masculina de uma geração a outra, conforme evidenciado pelos estudos de Narvaz e Koller (2006).

4.3 Estressores da história de vida das mulheres agredidas

A subcategoria de análise em questão tratou dos acontecimentos que marcaram o ciclo vital familiar das entrevistadas, e que se constituíram em eventos estressores na vida das mesmas. Alguns desses eventos se deram no decorrer da infância e adolescência dessas mulheres, já outros ocorreram ou ainda ocorrem na sua vida adulta.

Durante a infância, uma das entrevistadas relatou o contexto de necessidade/escassez que vivia e que a fazia se humilhar para a madrinha para ter uma vida “*com um pouquinho mais de conforto*”, conforme ela mesma contou:

“(...) porque eu me humilhei muito, entendeu, pra ir lá, porque ela (madrinha) era rica, tal, pra passar final de semana, pra ter uma vidinha um pouquinho mais de conforto do que eu tinha em casa. Porque ela fazia torta, essas coisa de criança, torta, essas coisas gostosa. Ela era “boleira”, confeiteira de mão cheia e aí meu padrinho que era marido dela, ele não deixava eu dormir lá. Às vezes eu tinha que ficar chorando pra poder dormir”. (Jasmim)

Ainda durante a infância, uma das entrevistadas relatou o choque que viveu com a perda do pai que tanto amava, pois era quem mais lhe mimava na família:

“(...) em seis anos que meu pai ficou vivo, eu fui muito mimada por ele, muito sabe, assim, muito, muito mesmo, assim. (...) Então quando eu (...) comecei a sentir falta dele, aí eles (familiares) foram começar a me explicar que ele morreu. Aí eu não aceitei. Então foi bem... é até hoje pra mim complicado a morte do meu pai, assim”. (Margarida)

Já no período da adolescência, duas participantes resolveram fugir de casa. Uma delas não disse o motivo pelo qual tomou essa decisão, enquanto a outra deixou claro que foi em função do segundo casamento de sua mãe, que ocorreu alguns anos depois da morte do pai:

“(...) eu fugi de casa com 16 anos”. (Hortência)

“(...) ela (mãe) casou com esse homem, eu sai de casa aos quatorze anos. Porque aí eu odiei ele, eu odiei mesmo com todas as minhas forças. Assim, odiava ele mesmo porque eu não aceitava nem a morte do pai, nem o casamento da mãe e não aceitava”. (Margarida)

Outra participante, já adulta, sofreu com a morte do irmão que, segundo ela, faleceu cedo porque “caiu na vida errada”:

“(...) eu só tenho um irmão (...) Já é falecido vai fazer treze anos (...) porque meu irmão caiu na vida errada”. (Jasmim)

Uma das entrevistadas que tinha quase todos os filhos adultos e que já haviam saído de casa, precisou conviver com o uso de drogas por parte de um deles e da nora, além da condenação à prisão dos mesmos por este motivo. Como ambos estavam presos e eles possuíam três filhos, a referida participantes teve de se preocupar com dar auxílio extra aos netos, que ainda eram pequenos:

“Tem um (filho) que tá preso por causa de drogas e a minha nora também tá presa (...) Tem três criança e as três tão com a outra vó, mas eu ajudo com fralda, com comida, essas coisa”. (Hortência)

Uma das filhas dessa mesma entrevistada também estava abusando no uso de álcool, bem como esteve internada em um hospital, ou seja, como a participante mesma disse, “é muita coisa junta pra resolver”:

“(uma das filhas) comigo agora não fala mais. Aí diz que caiu na cachaça, né? Diz que tá bebendo, cerveja também. (...) E tá se acabando, né? Tá magra, magra que é uma coisa (...) também tava mal no hospital, tive que ir lá pra (cita o nome da cidade) final de semana. É muita coisa assim junta, né, pra resolver”. (Hortência)

Observou-se, através desses depoimentos, a descrição de um maior número de estressores horizontais atuando no ciclo vital das participantes, e que foram imprevisíveis, conforme definição de Carter e McGoldrick (1995), a começar pela agressão gerada pelo marido/companheiro e pelo próprio filho contra elas; a morte prematura do irmão e do pai; o

uso de drogas e o abuso de álcool pelos seus descendentes; a condenação à prisão do filho e da nora, e os cuidados extras com os netos.

Portanto, as experiências dolorosas vividas por essas mulheres em diferentes períodos de seu ciclo vital deixaram marcas não apenas nelas, mas também no grupo familiar, o que pode ter elevado o nível de ansiedade dessas famílias, ajudando a tornar ainda mais difícil a transição de um momento do ciclo ao outro.

5. PERSPECTIVA DAS USUÁRIAS ACERCA DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Esta categoria descreveu o que ocorreu durante e após o contato das entrevistadas com o atendimento prestado pelos serviços de referência no enfrentamento à violência contra a mulher, ou seja, sobre qual foi a postura adotada pelos profissionais destas instituições quando foram atender as entrevistadas, quais ações foram realizadas pelos mesmos após a constatação da violência sofrida por elas, bem como a respeito da repercussão causada nas participantes em função das atitudes e dos encaminhamentos feitos por eles.

5.1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Esta subcategoria referiu-se aos contatos iniciais das entrevistadas com o atendimento oferecido pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, na última vez em que procuraram este serviço para dar queixa de agressão. À princípio, foram listados os motivos para terem buscado referida Delegacia em detrimento de outros serviços de referência no atendimento à mulher vítima, como hospitais ou centros de atendimento jurídico e psicológico, conforme mostram os depoimentos a seguir:

*“(...) porque **pelo menos a gente sabe que ali a gente tem**, se acontecer qualquer coisa podia ser preso, podia...**a gente tem segurança**”. (Margarida)*

*“(...) o quê que é um olho perto de uma má conduta, né? Então assim, **o tempo que eu perco indo no hospital cuidando do meu olho, uma má conduta pode fazer ele (cunhado) voltar e fazer mais estrago. Então por isso primeiro a formalidade, meu olho depois, meu olho depois. Tanto que depois de uma semana ele (olho) ficou bom**”. (Camélia)*

*“(...) eu tive conselhos de outras mulheres. Uma falou: **não, vai, é melhor, se ele (companheiro) ti fez essa ameaça, é melhor, vai ser mais protegida, vai ser bem melhor pra ti.** (...) **daí a minha patroa disse: não, não deixa barato, vai lá. Aí liguei***

pro doutor (cita o nome) que é meu advogado, ele disse: não, vai primeiro na Delegacia, depois passa aqui. Aí eu fui na Delegacia...” (Violeta)

“(...) pra ver se eu conseguia que isso (agressão) parasse. Eu achava que a lei pudesse me amparar, entendeu?”. (Iris)

A maior parte das entrevistadas procurou primeiramente a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (duas foram encaminhadas diretamente para outras Delegacias de Polícia, mas em seguida procuraram a Delegacia da Mulher). Somente após terem sido atendidas nessa Delegacia é que se deslocaram para o serviço de Medicina, ou para outra Delegacia de Polícia, assim como mais tarde procuram os serviços oferecidos por advogados e psicólogas.

A partir dos depoimentos descritos, pode-se inferir que no momento em que as participantes afirmaram que era preciso primeiro ir até a Delegacia para ter “segurança”, ou porque “o que é um olho perto de uma má conduta”, assim como “pra ver se conseguia que a agressão parasse”, constata-se que elas deram mais importância à própria segurança e à repressão do agressor do que ao cuidado dos ferimentos causados pela violência padecida. Visão esta reforçada pelas pessoas próximas a uma das entrevistadas, como amigas, patroa e o próprio advogado, quando a aconselharam a ir inicialmente à Delegacia, pois assim estaria “mais protegida” e também como forma de revide ao que ele fez – “não deixa barato”.

Desse modo, verifica-se que a Delegacia da Mulher foi o principal serviço público a que elas recorreram para o enfrentamento da agressão que estavam sofrendo, confirmando essa instituição como uma das principais portas de entrada para quem sofre esse tipo de agravo, como já constatado por Pasinato e Santos (2008).

Com relação à forma como o atendimento nessa Delegacia foi realizado, elas relataram o seguinte:

“(...) no começo foi na recepção, né? Aí eles me passaram pra esse (profissional) (...) aí depois que eu conversei com ele, eu fui fazer o boletim de ocorrência (...) em decorrência das perguntas, a gente ia conversando sobre o ocorrido, né? (...) só o relato do que aconteceu (...) daí eles me deram um papel me indicando lá pro IML pra fazer o exame (...) e fazer depois essa medida protetiva, que eu só fazia essa medida protetiva com o exame do IML. (...) Aí fiz o boletim, eles foram lá tentar prender ele (companheiro), que foi cerca de meia hora depois. Ele não tava mais, já tinha fugido”. (Rosa)

“(escrivão) fez todo o histórico ali da...né? O BO como é chamado, né? (...) Aí eu assinei, aí ele me deu... aí me deu um papel pra mim fazer o exame (no IML) (...) Aí eu fiz”. (Iris)

“Fui, dei a queixa (...) Foi um homem que me atendeu, foi um senhor. (...) Ele só (colocou o que aconteceu no Boletim de Ocorrência) mais ou menos em meios termos. Ele não colocou tudo, ele só colocou que foi uma agressão, tal, tal, falou só pra eu fazer exame de corpo de delito (no IML)...”. (Jasmim)

Os relatos acima evidenciam a existência de uma espécie de “roteiro” de atendimento que foi seguido pelos profissionais que trabalhavam na referida Delegacia, quando se tratou de receber mulheres que haviam sido agredidas fisicamente. Primeiramente elas foram atendidas na recepção, depois um escrivão ou escrivã digitou o fato “*em meios termos*” em um Boletim de Ocorrência, e em seguida foi solicitado a elas para que se dirigissem ao Instituto Médico Legal (IML) para fazer o exame de Corpo de Delito. Também foi solicitada a medida protetiva de urgência, nos casos em que essa medida se fez necessária. Mesmo nas situações em que o agressor foi um dos filhos das entrevistadas, elas precisaram fazer a denúncia na própria Delegacia da Mulher, assim como tiveram que fazer o exame de Corpo de Delito no IML.

Embora houvesse uma certa seqüência de atendimento na Delegacia Especializada procurada pelas entrevistadas, de acordo com Pasinato e Santos (2008), não há passos rígidos a serem seguidos pelas Delegacias da Mulher no país com relação ao modo de atender suas usuárias, podendo variar de uma Delegacia a outra.

Outro elemento que se destaca nesses relatos é a inexistência de encaminhamento das entrevistadas pela Delegacia mencionada a outros serviços de referência, como hospitais, centros de serviço jurídico, psicológico e assistencial, embora algumas apresentassem sinais físicos de agressão e outras afirmassem necessitar de um psicólogo, advogado ou assistente social.

Assim, a falta de encaminhamento entre os serviços não estimulou a articulação entre os mesmos. Além disso, conforme Pasinato e Santos (2008) e Rifiotis (2003) constataram, as únicas instituições que trabalharam em relação direta com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher foram o IML e o Fórum, caracterizando, com isso, um atendimento focado mais na “judicialização” da violência, do que levando em conta os aspectos psicológicos, físicos e sociais envolvidos.

Além do mais, a falta de encaminhamento para outras instituições vai de encontro às determinações da Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006) e também das políticas públicas editadas pelo Governo Federal (SPM, 2007), que estabelecem a necessidade dessas Delegacias encaminharem suas usuárias para outros serviços que compõe a rede que recebe à mulher vítima, para desse modo tornarem a intervenção mais eficaz e o atendimento humanizado. Nesse sentido, pode-se inferir que, ou faltou sensibilização por parte dos

profissionais que atenderam essas mulheres em relação à situação vivida por elas, ou faltou a capacitação dos mesmos, o que fez com que eles simplesmente desconhecessem a função dos outros órgãos que constituem a rede de atendimento à mulher agredida do qual eles próprios faziam parte.

Somado a isso, constatou-se no relato das entrevistadas a postura preconceituosa adotada por um profissional da Delegacia Especializada, quando ele teceu um comentário a respeito da tatuagem que uma das participantes havia feito nas costas com o nome de seu companheiro (agressor), assim como sobre o fato dela ter permanecido na relação conjugal com ele, apesar do mesmo já ter lhe agredido anteriormente, conforme destacado em continuação:

“(...) quando eu me abaixei e ele (profissional) viu uma tatuagem minha (...) que é o nome do meu ex-marido, né? E ele falou assim: pensa que eu não notei? (...) Então esse (profissional) mesmo ele ficou falando que, por quê que eu não deixava dele (companheiro), eu tava gostando. Porque eu tava com ele já fazia todo esse tempo, essas coisa assim. Ele falou isso pro meu pai, meu pai que me falou”.(Rosa)

A atitude adotada por esse profissional não condiz com o que prevê a Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006) sobre o atendimento a ser oferecido às mulheres que procuram essas instituições, ou seja, isento de qualquer preconceito e discriminação contra a usuária. Apesar de o referido profissional ter assumido uma postura preconceituosa com relação à entrevistada em questão, esta atitude foi uma exceção à regra dos atendimentos oferecidos pelos demais funcionários da mesma Delegacia.

Outro aspecto que se destacou dos depoimentos prestados pelas participantes foi o receio delas em pedir ajuda policial, embora a maioria já tivesse recorrido a Delegacia Especializada em outras situações, como pode ser visto a seguir:

“A gente fica envergonhada, assim, mas... (...) é porque assim ó, eu já tinha feito antes a ocorrência....”(Rosa)

“(...) a gente, na hora, tu sente tanto medo que às vezes tu vai lá (na Delegacia) com medo de acontecer coisas piores, né? (...) porque ele (companheiro) saber que tu vai lá, ele pode ficar com mais raiva ainda e querer te matar mesmo”. (Margarida)

“Primeiro já pensam, né: quê que tu andou fazendo com esse homem, que esse homem andou fazendo pra ti? Eu já me imagino assim, filha, eu já penso que eles acham que a culpada é a mulher”. (Camélia)

“(...) eu fiquei com um pouco de vergonha (...) de tar ali passando por um...sabe, né? De ter chegado aquele momento”. (Iris)

Evidencia-se com esses relatos, que o receio dessas mulheres em procurar a Delegacia Especializada, se deu devido a não quererem se expor a uma situação que lhes causaria “*vergonha*”, pois, ou já tinham feito a ocorrência anteriormente, ou pelo fato da situação “*ter chegado aquele momento*”.

Somente duas delas relataram o receio de serem julgadas pelos profissionais da instituição, uma em função da tatuagem feita do nome do agressor, e outra por achar que seria culpabilizada pelo que aconteceu (“*ela deve ter feito alguma coisa com esse homem para merecer a agressão*”). Apenas uma delas demonstrou preocupação de ser morta pelo companheiro, caso ele soubesse que ela o havia denunciado na Delegacia.

A vergonha por estar passando pela situação de violência conjugal aparece aqui como um dos motivos que foram igualmente ressaltados pelas pesquisas (Bedone & Faúndes, 2007; Monteiro & Souza, 2007; Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005; Villela & Lago, 2007) para as mulheres não procurarem ajuda policial, nem a ajuda de uma rede de apoio, seja ela de amigos, vizinhos ou familiares.

Vale lembrar, ainda, que não são raros os casos em que os profissionais que trabalham nas Delegacias Especializadas julgam preconceituosamente a mulher pelas várias vezes que procurou a polícia para denunciar o agressor, ou que culpam a vítima pelo ocorrido, como apontado por Azevedo (1985), Fuster (2002), e Cavalcanti, Gomes e Minayo (2006). Além disso, tornaram-se comuns as histórias vinculadas pela mídia em que homens assassinaram suas esposas quando estas decidiram se separar, mesmo que elas tenham procurado a polícia em função das ameaças ou violências sofridas. Portanto, esses são elementos que devem ter contribuído para a ocorrência do receio nas participantes em recorrer ao auxílio da polícia.

Cabe ressaltar que nenhuma das preocupações citadas acima se concretizou quando as entrevistadas foram atendidas pelos funcionários da Delegacia Especializada, com exceção do caso da tatuagem, como já exposto acima. Observou-se, também, o efeito que a intervenção desses profissionais provocou nos conflitos vividos por elas. Com relação à repercussão do comentário sobre a tatuagem de uma das entrevistadas, o efeito gerado foi o seguinte:

“(...) até eles (pais) ficam falando que até os policial tão falando da minha tatuagem, é essas coisa assim. (...) Porque eu até evito de ficar mostrando pra eles (...) Como é nas costas, eu evito, não fico me abaixando, não faço pra ela (mãe) já não tocar no assunto. Porque eu fui ver até pra apagar, mas é muito caro, eu não tenho condições, e eu não olho pra ela, então eu nem me lembro, mas eles fazem questão”. (Rosa)

Com a atitude tomada, o profissional ou acabou reforçando um preconceito que já havia naquela família acerca da tatuagem feita pela participante, ou conseguiu produzir um problema

que ela não tinha antes de procurar a Delegacia Especializada. De um modo ou de outro, a forma como referido profissional lidou com a situação apenas serviu para aprofundar o sofrimento que a entrevistada se encontrava, ao invés de servir de apoio a ela.

Entretanto, a repercussão policial mais citada pelas participantes foi a provocada no próprio agressor, como elas mesmas relataram:

“Ele (ex-marido) foi chamado (na Delegacia). Mas aí assim ó, um dia antes ele teve aqui, o meu ex, pedindo perdão. Quando ele vem pra pedir perdão, eu já sei que ele recebeu a intimação”. (Acácia)

“(...) ele (marido) soube das viatura, tudo. Tanto que como ele já tinha ido a primeira vez na Delegacia, ele sumiu, ele não quis ficar”. (Margarida)

“(...) ele (companheiro) se freiou quando eu peguei (a medida protetiva) (...) Que eu passei a ditar a regra (...) pra tudo”. (Iris)

“(...) foi a última vez que ele (companheiro) veio pra cima de mim... porque foi aonde eu tomei a atitude e ele ficou com medo (...) Ele ficou meio assim, né? Porque o cara (escrivão) falou que podia puxar um “xilindró”, aí ficou meio assim”. (Jasmim)

Dos depoimentos citados, pode-se inferir que a intervenção policial serviu para reprimir efetivamente as agressões perpetradas pelos agressores. Em alguns casos, inclusive, não houve a necessidade de pedir a medida protetiva de urgência, pois o medo da polícia foi tão grande que o próprio agressor se dispôs a ficar longe da vítima. Já em outras situações, apenas com a medida protetiva ele se afastou de casa.

Vale ressaltar que a própria atitude das participantes foi fundamental nesse sentido, pois como elas procuraram a Delegacia com a determinação de realmente fazer com que eles parassem de agredi-las, isto contribuiu para moderar as intenções deles em exercer a violência novamente.

De qualquer maneira, é possível dizer que o serviço prestado pelos profissionais da Delegacia Especializada funcionou como um instrumento de proteção a essas mulheres, ainda que temporário, já que conseguiram dar “um susto” nos agressores, o que fez com que eles parassem de agredi-las, e também deu espaço para algumas delas renegociarem a relação conjugal e familiar, como as pesquisas de Pasinato e Santos (2008), Rifiotis (2003), Debert (2002) e Santos (2001) igualmente verificaram.

Das dez mulheres entrevistadas, cinco mantiveram as queixas prestadas na Delegacia, enquanto outras cinco não deram continuidade ao processo contra o agressor. Portanto, observa-se que a punição judicial do mesmo não foi uma prioridade para elas, nem a reivindicação de

seus direitos como cidadãs, o que igualmente vai ao encontro dos estudos realizados por Pasinato e Santos (2008), Rifiotis (2003), Debert (2002) e Santos (2001).

5.2 Características do processo de atendimento na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

A subcategoria a seguir tratou das características do processo de atendimento prestado pela Delegacia Especializada às entrevistadas. De acordo com as mesmas, a mencionada instituição possui vários pontos positivos, principalmente em relação ao atendimento disponibilizado a elas:

“Eles são bons os profissionais, melhor do que os policiais (cita o nome do bairro), né? Com certeza (...) eu acho que o atendimento lá é tão bom que eles atendem até domingo. (...) Eu dou dez, com certeza (...) porque é excelente o trabalho deles, então não tem com o que reclamar”. (Acácia)

“(...) foi muito bem atendido. Nenhum momento eu tive constrangimento (...) foram os mais ágeis possíveis, nos explicaram a burocracia, do corpo delito, tudo certinho”. (Camélia)

“(...) o cara (escrivão) me atendeu super bem, né?” (Jasmim)

Nota-se que o atendimento prestado pela Delegacia foi considerado bom porque as entrevistadas foram atendidas “até no domingo”, ou porque não sofreram “nenhum constrangimento”, ou, ainda, porque os profissionais foram “ágeis” em explicar os procedimentos a serem tomados por elas. Sendo assim, as participantes consideraram positivo a Delegacia prestar os serviços que, na verdade, esta instituição tem a obrigação de oferecer, conforme previsto na Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006).

Pode-se afirmar sobre essa situação, que as entrevistadas têm pouco ou nenhum conhecimento sobre as funções que cabem à Delegacia da Mulher exercer, bem como acerca dos serviços que deve prestar às suas usuárias. Do mesmo modo ocorreu com aquelas participantes que consideraram o atendimento positivo, pois foi rápido e “tranquilo”:

“(...) eu fui bem recebida (na Delegacia), né?(...) Eu fui bem atendida, né? (...) um dia fui lá, aí uma outra pessoa me atendeu muito...fui muito bem atendida. E ele (profissional), assim, ele se sensibilizou bastante, assim, com a minha conversa com ele, e ele colocou em medida de urgência. Aí foi bem rápido, foi bem rápido”. (Iris)

Para outra entrevistada, o atendimento foi bom porque foi feito independentemente do encaminhamento que deveria ter sido dado por ela ao caso.

“(...) me surpreendeu muito de mesmo eu não fazendo o exame de Corpo de Delito me chamarem. Porque geralmente eles não chamam (...) eu achei que não fosse adiante”. (Jasmim)

Enquanto para outra, mais resignada, o aspecto positivo da Delegacia foi o de esta instituição ser o “único” recurso que as mulheres agredidas possuem para se proteger.

“(...) positivo é que hoje é o único acesso que a gente tem, não tem outro. Não tem outro meio da gente procurar ajuda”. (Margarida)

Estes relatos novamente destacam a pouca informação que as entrevistadas possuíam não apenas sobre os trabalhos que devem ser prestados pela Delegacia, mas também sobre a existência dos demais serviços de referência no atendimento à mulher agredida.

Outra característica positiva ressaltada pelas participantes foi a de que os profissionais deslocaram-se até a casa delas para poderem pegar seus pertences, ou ajudaram a tirar os pertences do marido/companheiro da residência.

“Na Delegacia foi bom. (...) Gostei. Porque até assim ó, eu pedi pra ele (profissional) vir junto comigo pegar minhas coisas porque eu tinha medo dele (companheiro) lá, né? (...) daí eles foram comigo, né? Aí foi dois policiais lá, eu consegui pegar os meus documento”. (Rosa)

“(...) me atenderam muito bem. (...) Tanto que depois, quando no fim tudo assim, ele (o escrivão) foi me levar lá em casa, me ajudou a por as coisa dele (companheiro). Porque ele pediu pro delegado pra pegar a roupa dele, aí eu deixei, né? Daí esse cara aí que foi junto (...) Foi bom, foi ótimo (...) o cuidado que eles tem, né?” (Dália)

Portanto, além de reprimir os agressores, os policiais tiveram que prestar assistência à vítima e mediar os conflitos estabelecidos entre ela e o cônjuge, o que parece representar o que Santos (2001) definiu como a “plasticidade do fazer polícia”, comumente encontrada nos profissionais que atuam nas Delegacias da Mulher, até por que tal conduta está prevista na Lei Maria da Penha (2006, art. 11) como de competências destes profissionais exercerem.

O fato de os profissionais da Delegacia terem “*dado uma dura*” nos agressores, além de terem demonstrado firmeza e solicitude nas atitudes realizadas, também foi muito bem avaliado pelas participantes, pois lhes geraram sentimento de segurança e de proteção, como destacado a seguir:

“Fui bem atendida. Eles falam pra mim: se o (filho) não fosse com a tutora, ele ia “ganhar um coro” lá dentro, que isso não era coisa que se fazia com a mãe. (...) Apanhar, né, ir pro castigo lá dentro (...) na Delegacia (...) A delegada uma vez falou, ali ela falou bem duro, bem coisa assim”. (Hortência)

“(...) quando o (profissional) chamou, chamou pra gente conversar (...) o (profissional) disse: vamos sair ali, se ele (companheiro) fazer qualquer ameaça, tu volta que a gente prende ele na hora (...) eu me senti mais protegida, assim, com o (profissional) principalmente. Eu senti muita proteção com ele, conversar com ele ali, dele me orientar, dele ligar lá pro Fórum pra saber se foi pedido a medida ou não foi pedido (...) Porque daí eu pensei assim, se eu saísse ali fora, mesmo que tivesse dentro da Delegacia, se ele (companheiro) me pulasse, eu sabia que eu tava protegida ali dentro”. (Violeta)

“(...) esse último (escrivão), por incrível que pareça, ele foi bem gente fina (...) ele disse (...) que se ele (companheiro) fosse condenado, ele pegaria de três meses a três anos. (...) Falou isso na frente dele. Aí ele (escrivão) falou assim, que esse negócio de fazer visita em casa é do portão pra fora (...) eu gostei porque ele falou as verdades e as verdade das verdade nas fussa dele, entende? Mostrou que existe Lei, entendeu?” (Jasmim)

Já quando o profissional não deu perspectiva de resolução do problema, ou quando não explicitou que faria qualquer coisa para ajudar, as entrevistadas voltaram para casa com medo:

“(...) ele (companheiro) disse pra mim que (...) ia acabar com a minha vida. Aí o home lá que me atendeu, lá, o... acho que é escrivão que me atendeu, ele assim ó: eu não posso fazer nada, a gente tem que esperar primeiro acontecer pra fazer. Eu disse: então vai esperar ele primeiro me matar pra depois fazer? (...) achei absurdo, né? (...) eu não senti muita firmeza, não tem? (...) Então eu voltei pra casa com medo (...) no sábado quando eu fui, quando eu saí (da Delegacia), eu pensei assim: se eu voltar pra casa, se ele (companheiro) sonhar que eu tive na Delegacia, se ele fazer o que ele prometeu?” (Violeta)

“(...) que nem o cara (escrivão) falou: a gente não pode ficar a sua disposição vinte e quatro horas, né? Então é uma coisa que nem todo mundo procura porque sabe que: vou, faço a queixa, e depois? Quem que vai me garantir que eu vou ficar viva? (...) A pessoa não fica segura, né? (...) muita gente não denuncia porque fica com medo, porque não tem vinte e quatro horas de proteção, entende? Então fica meio assim, né?” (Jasmim)

Esses depoimentos mostram, por um lado, a relevância de os profissionais da Delegacia terem uma atitude mais solícita e firme ao tratar a mulher agredida, assim como realizarem uma ação mais resolutiva com relação ao agressor, dada a boa repercussão psicológica que tal postura gerou nas entrevistadas.

Por outro lado, os depoimentos também confirmaram que a principal função que os profissionais da Delegacia possuíam para algumas dessas participantes era de dar “um susto” nos agressores, ou para “mostrar que existe Lei” e assim fazer com que eles parassem de agredi-las, o que não implicava, necessariamente, na punição jurídica e legal dos mesmos, como assinalado no depoimento a seguir:

“Eu acho que quando uma mulher vai lá dar uma queixa contra um marido, ou um ex-marido, como eu falei que era ex-marido e diz que tá sendo ameaçada, qual era o direito deles? É mandar um oficial de justiça na mesma hora vim conversar com ele e pedir: qualquer coisa que possa acontecer daqui pra frente com ela, você vai ser totalmente responsabilizado, você tem que ficar totalmente longe dela, não pode encostar num fio de cabelo dela. Eu acho que deveria ser assim, pra isso ser uma proteção pra mulher, né?” . (Violeta)

Entretanto, não foram somente as características positivas da Delegacia Especializada que emergiram dos relatos das entrevistadas. Houve, igualmente, uma lista de reclamações quanto aos serviços prestados, especialmente quanto à falta de punição do agressor, apesar das várias queixas registradas contra o mesmo:

“Sempre quando ele (companheiro) me deixava roxa e essas coisas eu fiz um monte de Corpo de Delito e deixo os BOs tudo ali. (...) A polícia não fazia nada. A polícia chamava ele lá, dizia coisa e pronto, ficava por isso”. (Hortência)

“Eu só sei que quando eu conversei com a delegada na Delegacia, ela tinha me falado que se ele (ex-marido) aprontasse mais uma ele iria preso, e daí em diante ele foi aprontando várias. (...) Eu fui denunciando, mas nunca ocorreu no fato dele ir pra cadeia. (...) Ele nunca...nunca foi resolvido no fato dele pegar uma pena, dele pagar (...) pagam uma pena de serviços (...) Muito pelo contrário, ele sempre continuou me atormentando (...) eu penso assim, ó, que eles (da Delegacia) deveriam mais é de ter atitudes pelo fato que esse caso já era pra ter sido resolvido, entendesse? Então pra mim não aconteceu nada, ficou em branco. (...) Só, tipo assim, ó, perca de tempo”. (Acácia)

“Ele (companheiro) levou, simplesmente levou (as coisas da casa) e ficou por isso mesmo (...) fiz um BO e até agora não deu em nada. E o delegado mesmo disse pra mim que não é furto, porque marido não furta casa, falou assim. (...) Aí eu fui lá (Delegacia) pedir, né? Pedir, perguntar alguma coisa. Ela (a escritã) disse, assim, que não podia fazer nada (...) só falou que não podia fazer nada, que ali, que ali já tinha terminado, que agora era só no Fórum”. (Dália)

Nesses casos, é importante destacar que todas as entrevistadas citadas eram as que realmente queriam a punição do agressor, ou seja, nenhuma delas retirou a queixa ou interrompeu o processo contra o mesmo, pelo menos enquanto a pesquisadora esteve em contato com elas. Assim, algumas participantes efetivamente queriam a punição jurídica e legal dos agressores, embora esta não tenha sido a principal reivindicação das mesmas quando procuraram as Delegacias da Mulher, conforme também apontam os estudos (Debert, 2002; Pasinato & Santos, 2008; Rifiotis, 2003; Santos, 2001).

Para essas mulheres, portanto, era incompreensível terem prestado tantas queixas na Delegacia, bem como realizados exames de Corpo de Delito e procurado o Fórum, e mesmo

assim o agressor ter continuado solto, ou não ter sido condenado a pagar nenhuma penalidade, já que cabe a estes órgãos processar e punir este tipo de delito.

Além disso, esses dados servem para corroborar os constatados por outras pesquisas (Alberdi, 2005; Debert, 2002; Ferrari & Vecina, 2002) que verificaram que o número de Boletins de Ocorrência registrado nas Delegacias Especializadas é muito maior do que o número de processos instaurados contra os agressores, e ainda mais numerosos se comparados ao número de homens que são efetivamente condenados pela justiça.

Agora, quando os profissionais da Delegacia agiram de uma forma que acabou tornando a situação do agressor ainda mais complicada judicialmente, uma das entrevistadas indignou-se com tal atitude, a ponto de entender que este foi um ponto negativo apresentado pela Delegacia, como expresso abaixo:

“(...) eu fiquei chateada, quando ele (companheiro) me mostrou pra mim: olha, pô, táis ferrando comigo, o escrivão falou que o meu caso tá feio. Eu disse: não... Daí ele me mostrou: ó, tá aqui, tu falasse que eu bati em ti no abdômen. Eu disse: não, eu vou lá, que ele (escrivão) não podia botar no abdômen, eu não falei abdômen, falei entre a coxa e a “b...”. Então daí, sei lá, eu tô, assim, mais nervosa de ver ele nervoso, porque eu acho que naquela parte do abdômen, acho que é mais... pode prejudicar mais ainda ele, né? Então eu achei que eles fizeram errado ali. Mas aí quando eu for lá no Fórum, daí eu quero falar com meu advogado, porque não foi no abdômen, vou falar pro juiz que não foi”. (Violeta)

Sendo assim, algumas mulheres procuraram a Delegacia inicialmente querendo que algo fosse realizado contra o agressor, para que ele parasse de lhe agredir fisicamente e/ou para que pagasse pelo que tinha feito. Contudo, quando compreenderam que ele poderia ser efetivamente penalizado pela justiça, inclusive com a prisão, voltaram atrás e interromperam o processo contra o agressor, por motivos que já foram listados neste trabalho (categoria 3).

Tal situação evidencia, desse modo, que essas mulheres, tomadas pela emergência da situação, não se atinaram das conseqüências resultantes da queixa prestada na Delegacia, nem para os agressores, nem para elas próprias, o que fez com que se arrependessem no meio do caminho e mudassem suas decisões, aspecto este também verificado por Rifiotis (2003).

A demora da queixa prestada na Delegacia gerar algum resultado imediato também foi outro atributo considerado negativo por elas:

“O negativo porque demora. Eles tão demorando demais, já faz mais de um mês já que eu fiz o primeiro boletim, nada foi feito ainda. Então negativo é a demora...” (Margarida)

“(...) passou trinta dias, filha, trinta dias (...) um mês pra acontecer tudo isso. (...) No meu caso tudo bem, mas tem mulheres que não podem esperar isso aí. (...) Então eu penso assim, no meu caso eu tive suporte, eu tive ajuda, eu tive pessoas do meu lado, tem muitas mulheres que não. A grande maioria a realidade não é de suporte, muitas vezes o pai e a mãe até condenam, né?” (Camélia)

Enquanto para duas entrevistadas o tempo transcorrido entre elas prestarem queixa e os agressores receberem a intimação para ir até a Delegacia havia sido muito rápido, para outras duas este mesmo procedimento foi tido como muito demorado, já que um mês após registrarem a queixa, nada ainda havia sido feito em relação ao agressor.

É necessário apontar que existem passos que precisam ser seguidos pelos profissionais da Delegacia depois que a mulher depõe e realiza o exame de Corpo de Delito, que implicam em reunir provas, ouvir testemunhas, etc., para então produzir o inquérito policial e enviá-lo ao Ministério Público, como descrito na Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006). Desse modo, é um processo realmente lento, mas que como as participantes não conheciam e também não foram informadas a respeito, acabou gerando o descontentamento delas com o atendimento oferecido pela Delegacia da Mulher.

Contudo, há de se considerar que seria importante que todo esse processo fosse além de mais rápido, menos burocrático, até para não promover o desinteresse por parte das mulheres em dar continuidade ao processo, assim como para mostrar ao agressor que o sistema “funciona” e, com isso, impedir que novas agressões sejam realizadas, como declarou uma das entrevistadas:

“(...) eu queria agilidade já desde o início. (...) É rapidez, agilidade é rapidez. (...) porque tem homens que não, não, não põe fé nisso aí, né? Então pra saber mesmo que a coisa acontece. E casos mais graves assim, né, de ameaças. Eu fico pensando, né, já pensou me ameaçando? (...) Então eu queria realmente provar que a coisa ia funcionar (...) Então, assim, nesse caso, né, esperou, esperou, esperou (...) aí eu já: aí meu Deus do céu, ia dar tempo até de esquecer!” (Camélia)

Nesse sentido, observou-se que o encaminhamento que produziu resultados com mais rapidez foi a solicitação da medida protetiva de urgência, que sempre foi pedida pelos profissionais da referida Delegacia nos casos em que assim se fizeram necessário. Entre as situações em que essa medida foi solicitada, em apenas uma delas não surtiu efeito, ou seja, não serviu para coibir a ação do agressor contra sua companheira.

Entretanto, o aspecto mais reclamado pelas participantes com relação ao atendimento prestado pela Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher foi a pouca ou nenhuma informação e orientação oferecida a elas:

“(...) nosso instrumento, nossa arma é a informação, informação. A gente tem que sair de lá informada, entendeu? (...) Por exemplo, o fato de falar assim ó, por exemplo: é, você pode tar buscando orientação, pode tar buscando isso, pode tar buscando... entendeu? Pra mim não faltou porque eu poderia ter ido atrás, mas isso pras mulheres que é negada essa informação, faz um rolo, entendeu? Então é importante que a mulher passe por uma situação dessa, mas saia munida de informações”. (Camélia)

“É na hora que tá conversando com a pessoa, é orientar, dizer os meios que vão te levar a uma saída, tipo assim, tipo uma proteção psicológica. Que como a gente sofre ameaça psicológica, a gente também precisa de algum lado bom psicológico, uma orientação assim: não, vai dar certo, a gente vai começar a procurar umas leis (...) uma orientação diferente, porque senão a cabeça só trabalha do lado negativo. Então a gente precisa do outro lado do balcão de uma pessoa que trabalhe com o lado positivo, que acolhe nessa situação, dizer assim: não, nós vamos sair daqui, ele vai receber essa intimação, e a justiça ela te alega uma determinada situação que tu vai ficar acolhida. Expor esse tipo...que a gente na hora, tu sente tanto medo que às vezes tu vai lá (na Delegacia) com medo de acontecer coisas piores, né?” (Margarida)

“(...) me senti tão (...) atada, sem...sabe? Eu imagino a pessoas que não tem conhecimento, sabe, assim, que não sabe a que buscar que passam. Porque na verdade, mesmo, teria que ter um suporte maior. (...) Porque é que nem um doente, né? Ele vai procurar um médico, vai procurar alguém, ele vai precisar de informação, né? Às vezes tu vai chegar lá, às vezes, muitas vezes, transtornada, magoada (...) então assim, o teu raciocínio, pra lógica ele demora a vir. Então a pessoa que te recebe, ela tem que tar bem preparada pra dividir essas questões, entendeu? Porque são vários casos, são muito diferentes os casos, né? (...) Muitas vezes eu não tinha dinheiro pra “tar” pegando ônibus, pra isso, tais me entendendo? (...) Então isso fez com que... eu parei muito pelo caminho, não tive as informações todas as quais eu necessitava, entendeu? Então na verdade falta é o próprio amparo, mesmo, naquela hora, entendeu?(...) Mais informação, sabe? Mais informação e mais garantias. Eu acho que falta solidez”. (Iris)

“(...) eu não sabia (da medida protetiva de urgência), entende? Informar a gente um pouquinho melhor, de quais são as nossas...entendeu? Quais são as leis? Quais são os nossos direito? E como é que a gente possa tar fazendo pra ter esse direito, entende? Porque que nem muitas mulher vai ali, denuncia, chega em casa, leva uma surra porque não tem como tirar o marido de dentro de casa, e ela não sabe que ela tinha como tirar, entende?” (Jasmim)

Embora a Norma Técnica editada em 2006 pelo Governo Federal preconize que todos os profissionais que trabalham nas Delegacias da Mulher devam dispor de materiais informativos para oferecer às suas usuárias, não foi o que ocorreu com estas participantes quando procuraram a Delegacia Especializada em questão.

Tal deficiência pode ser considerada grave, se forem levados em conta os depoimentos das entrevistadas que trouxeram à tona aspectos importantes, tais como: a) a ligação do acesso à informação a um “instrumento” e/ou uma “arma” que elas poderiam estar utilizando, para não

tomarem atitudes equivocadas diante da situação vivenciada; b) a associação da devida orientação com uma “*proteção psicológica*” que poderia ser oferecida a elas; c) a informação servindo para não trabalharem somente “*com o lado negativo*” da situação; d) e a informação, além disso, servindo para esclarecer que é possível “*tirar o marido de dentro de casa*” e, com isso, não sofrerem novas agressões. Todos esses argumentos dão ainda mais relevância ao acesso à informação e a devida orientação como meios eficientes de intervenção nesses casos.

Da mesma maneira, a Norma Técnica (SPM, 2006) prevê que é preciso que os profissionais das Delegacias verifiquem a condição financeira das suas usuárias para se deslocarem de um serviço de referência a outro, pois caso não possuam recursos, o auxílio deve ser solicitado ao serviço de assistência social, o que também não foi realizado nessas situações. Nesse sentido, cabe destacar o caso da entrevistada que declarou que “*muitas vezes não tinha dinheiro pra ‘tar’ pegando ônibus*” para se deslocar entre as instituições, sendo que este se constituiu em um dos motivos que a fizeram “*parar pelo caminho*”.

A falta de capacitação dos profissionais igualmente foi relatada por uma das entrevistadas como um ponto negativo do atendimento oferecido na Delegacia:

“(...) eu acho que a própria, os próprios atendentes, os próprios funcionários, eu acho que eles não tão qualificado a altura da gravidade do caso que é, né?”. (Iris)

Além da pouca ou nenhuma informação disponibilizada às participantes pelos profissionais da referida instituição, a inexistência do encaminhamento a outros serviços de referência de atendimento à mulher vítima evidenciou o despreparo destes profissionais em atender essa demanda. Apesar de as políticas públicas editadas pelo Governo Federal preverem a constante capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam nessas Delegacias, Pasinato e Santos (2008) destacam que há efetivamente poucos cursos, palestras ou seminários dirigidos a eles, especialmente sobre temas como gênero, violência doméstica, direitos humanos, etc., o que acaba afetando a qualidade dos serviços oferecidos.

Já a falta de humanização e acolhimento durante o atendimento foi associada por duas entrevistadas ao fato de o serviço ter sido prestado apenas por homens, tanto que a sugestão dada por uma delas foi de que apenas mulheres atendessem na Delegacia Especializada:

“(...) falta humanização (...) na primeira vez foi só homem (...) só contato com homens, entendeu? (...) Então assim... me trataram bem (...) mas faltou alguma coisinha assim, uma coisa mais humanizada...” (Camélia)

“(...) eu acho que a mulher na necessidade que ela tá, a hora que ela procura, ela espera ser mais acolhida, assim, mais... tanto que eu acho assim que quem deveria

atender era mulher, não um homem. (...) Não sou feminista, mas é que mulher ela se sente melhor com outra mulher, ainda mais porque a mulher vai se colocar no lugar da mulher. (...) Uma mulher assim, e uma mulher que tivesse mesmo sabendo do que se trata pra poder passar pra gente segurança, porque tu não sente nenhuma segurança, assim, no conversar com a pessoa tu....ele só digita aquilo ali que tu tá falando (...) não tem assim uma parte assim que te aconselham ou te acolhem, não tem. Só simplesmente ouvem o que tu fala, passam pro papel e dizem que depois vai ser tomada alguma atitude (...) falta acolhimento". (Margarida)

Embora a Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006) declare que o atendimento prestado somente por mulheres seria o ideal neste tipo de instituição, referida Norma não estabelece este critério como obrigatório a ser cumprido pelas Delegacias da Mulher, até porque o número de delegadas, de investigadoras e de polícias mulheres é muito menor do que o número de homens que se formam nestas profissões.

A postura assumida pelo profissional que atendeu a última participante citada, igualmente não contribuiu para que ela se sentisse acolhida, já que ele se preocupou em somente “ouvir” o que ela falava, “passar pro papel” e dizer que depois ia ser “tomada alguma atitude”.

Pode-se inferir ainda sobre esses casos, que a falta de humanização e acolhimento também tenham ocorrido pelas entrevistadas não terem sido informadas de seus direitos e dos trâmites legais de seu processo, nem encaminhada a outros serviços de referência, como os que oferecem os trabalhos de advogados e psicólogos. Especialidades essas que algumas participantes necessitaram, mas que tiveram que ir atrás de outras pessoas para se informarem sobre onde poderiam encontrá-los.

Outra forma apontada por uma das participantes que poderia gerar maior acolhimento às mulheres que procuram as Delegacias, seria se existisse um local em que elas pudessem ficar caso não quisessem voltar para casa, ou onde pudessem encontrar, por exemplo, um advogado com facilidade:

“(...) tinha que ter um suporte a mais (...) que houvesse essa estruturação de um suporte maior, entendeu? De que tu pudesse, se tu precisasse na hora assim, ó, eu não quero voltar (para casa), eu... ou até de... às vezes as pessoas precisam que te arrumem um advogado, que chame alguém, ou que... sabe, assim?” (Iris)

O depoimento acima aponta novamente para a falta de informação oferecida às entrevistadas sobre a existência de outros serviços de referência no atendimento à mulher vítima, e evidencia, inclusive, a falta de Casas-Abrigo na cidade em que elas viviam. Cabe assinalar, no entanto, que já está sendo construído um Centro de Referência de Atendimento à

Mulher em Situação de Violência ao lado da referida Delegacia Especializada, onde serão oferecidos os serviços de advogados, psicólogos e assistentes sociais, que suprirão uma parte das necessidades postas tanto pela participante em questão, quanto pelas outras entrevistadas que declararam possuir igual carência.

Outro elemento negativo levantado sobre as Delegacias Especializadas foi que, na perspectiva das participantes, poucos dados foram inseridos sobre a situação de agressão no Boletim de Ocorrência:

“(...) acho que eles botaram muita pouca coisa no papel (Boletim de Ocorrência). (queria) que eles colocassem tudo desde o começo, né?”. (Hortência)

É interessante ressaltar que a Norma Técnica (SPM, 2006) identificou que normalmente são escassas as informações que são registradas nos Boletins de Ocorrência das Delegacias da Mulher, o que dificulta a investigação sobre a denúncia realizada. Em função disso, tal cartilha recomenda que o Boletim de Ocorrência seja o mais completo possível, ou seja, que ele contenha todos os dados necessários ao esclarecimento do caso, o que não parece ter ocorrido com a entrevistada em questão.

A distância da Delegacia Especializada, em termos de acesso geográfico, com relação aos diversos bairros da cidade onde as participantes moravam, foi considerada muito longínqua para a entrevistada citada abaixo:

“(...) pra maioria das pessoas eu acho que ficou mais longe, que é lá na (cita o nome do bairro). E é um sonho, né? É uma viagem. Se já daqui pro Centro é uma viagem, imagina pegar outro ônibus! (...) eu acho que ficou muito distante, tá?”. (Acácia)

Apesar de a Delegacia Especializada procurada pelas participantes deste estudo se localizar realmente muito longe de várias localidades da cidade em que moravam, é possível se chegar até referida instituição através do transporte urbano, conforme estabelece a Norma Técnica de Padronização das Delegacias (SPM, 2006). No entanto, para a construção de um sistema de acolhimento às mulheres que sofreram violência, caberia a presença de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em outros pontos da região, para atender de forma mais rápida e barata as pessoas que necessitam se deslocar por meio de ônibus, como chegou a ser sugerido por uma das entrevistadas:

“Ah, se eu pudesse mudar, em cada bairro eu botava uma Delegacia da Mulher pra não “tar” vindo até o (cita o nome do bairro). (...) Porque às vezes tem mulher que não vai porque já sabe que tem que vim até o (cita o nome do bairro) que dá esse transtorno todo (...) pode ser lá na Delegacia mesmo que tem lá nos (cita o nome do bairro). (...)”

Deixa uma salinha reservada lá só pra Delegacia da Mulher, né? (...) Um espaço, né? Porque senão cada vez vim pro (cita o nome do bairro) aqui é um... não é todo mundo que tem dinheiro pra volta". (Magnólia)

5.3 Outras Delegacias de Polícia

A referida subcategoria tratou do contato estabelecido pelas entrevistadas com o atendimento prestado por outras Delegacias de Polícia não especializadas em receber mulheres agredidas. Um dos elementos de destaque acerca dessas outras Delegacias foi a postura preconceituosa adotada pelos profissionais diante das mulheres atendidas. Conforme uma das entrevistadas relatou, segue a seguir o modo como um policial se referiu a ela na presença do companheiro dela, por ocasião do atendimento realizado, e por último a forma como o delegado passou a desqualificar a mesma, enquanto mulher, para o homem que a havia agredido:

"(...) é, a gente só perde tempo. A gente vem aqui, daqui a pouco essas mulher aí volta pro homem, elas gostam de apanhar (...) mulher é tudo assim mesmo, a gente tá cansado de pegar esses casos aí. Amanhã, depois ela tá pedindo pra tu voltar pra ela, a gente só perde tempo". (Dália)

"O delegado falava assim pra ele (companheiro): é, não te preocupa, cara, foi lesão leve. Esse tipo de mulher é assim, quando perde o homem quer fazer de tudo pra prejudicar o homem. (...) Daí tá, aí o delegado falou isso pra ele, falou pra ele ficar tranqüilo". (Dália)

Embora não se trate de uma Delegacia especializada no atendimento a mulheres agredidas e nem de profissionais que deveriam estar capacitados para receber tal demanda, não se justifica a atitude tomada pelos mesmos diante da entrevistada citada, já que se tratava da vítima de um crime. Também não se está querendo dizer, com isso, que o companheiro da participante deveria ter sido humilhado ou desqualificado por tê-la agredido, mas que esses profissionais deveriam ter atuado como tal e no mínimo ter cumprido a função para o qual se formaram e foram treinados, sem emitir julgamento de valor ou pré-conceitos contra os envolvidos na situação.

A atitude assumida por esses profissionais, além disso, serviu apenas para revitimizar a entrevistada em questão, confirmando o receio que ela possuía de procurar ajuda policial, como ela própria relatou:

"Por isso que eu nunca fui (na Delegacia), porque eu tinha vergonha. Só ficava apanhando, apanhando e eu tinha vergonha de ir atrás disso daí (...) dessa humilhação que eu sabia que ia passar ali e foi dito e feito. (...) Foi bem do jeito que eu imaginava mesmo". (Dália)

Para outra participante, a repercussão da intervenção policial gerou tanto consequências negativas, quanto positivas. A princípio, os policiais além de terem-na levado de sua casa para dar queixa na Delegacia, também a conduziram até o IML para ela poder realizar o exame de Corpo de Delito, já que a mesma dependia de ônibus para se locomover. Contudo, depois de ela ter registrado a queixa e de ter feito os exames necessários, eles não se dispuseram a levá-la de volta para casa, e a deixaram com o filho pequeno de madrugada na Delegacia, o que foi considerado pela entrevistada um ponto negativo em relação ao atendimento prestado por essa instituição:

“Ó, ponto positivo deles é que eles pegaram, levaram nós no IML, esperaram, né? Tudo assim certinho, né? Mas só depois na hora do retorno pra casa que eles (...) eu acho que se eles (policiais) levam o pessoal, eles tem que levar de volta. Porque eu tava com uma criança, e me deixaram lá meia noite e pouco, chovendo, o guri não tinha comido ainda, né, e daí largar assim? E eles pra ir embora ali eles pegaram viatura. As mulher que tavam trabalhando, as duas, ela pegou e ligou: passa aqui, me pega e me leva embora. A viatura parou na minha frente, pegou a mulher, levou embora. Por quê que uma viatura não podia pegar e levar eu e o guri embora? Isso eu não achei certo”. (Magnólia)

Em função da atitude tomada pelos policiais, essa participante se arrependeu de ter pedido a ajuda dos mesmos e considerou que teria sido melhor se ela própria tivesse resolvido o conflito com seu companheiro, também através do uso da agressão física contra ele:

“Porque eu até falei: se eu sabia que nós ia vim aqui pro (cita o nome do bairro), eu tinha resolvido em casa, tinha dado uma boa “camocha” de pau nele (companheiro). Eu tinha resolvido em casa, eu não tinha vindo pro (cita o nome do bairro). Eu achei que nós ia lá na Delegacia dos (cita o nome do bairro)”. (Magnólia)

Assim, ao invés de produzir maior confiança na entrevistada com relação aos serviços prestados por eles, a atitude dos policiais serviu apenas para fazer com que ela reconsiderasse o pedido de auxílio à polícia para resolver as agressões que sofria do companheiro, e concluísse que seria melhor “fazer justiça” por si própria. Apesar disso, a ação policial também contribuiu para surtir efeito positivo na relação entre essa mesma entrevistada e seu companheiro. Depois que ele foi solto da cadeia, a relação entre o agressor e a participante melhorou bastante, conforme ela mesma depôs:

“Mas só que melhorou, no caso, não tá mais bebendo tanto. (...) Ele (companheiro) começa... hoje ele tomou uma cerveja meio-dia lá no restaurante perto de casa. Eu digo pra ele: ó (faz o sinal de xadrez com as mãos), tu sabe, né? (...) agora nós somos mais... eu e ele tamo mais junto. (...) Mesmo depois da agressão, porque aqui de tarde eu

chego em casa, ele tá em casa tomando chimarrão. (...) Outro dia ele tava tomando chimarrão quando eu cheguei". (Magnólia)

O efeito da intervenção policial, nesse caso, embora inicialmente tenha sido negativo, posteriormente possibilitou a renegociação da relação estabelecida entre esse casal, fazendo com que o companheiro da entrevistada em questão tanto parasse de agredi-la, quanto moderasse no uso da bebida alcoólica. Entretanto, não se pode descartar a possibilidade de que esse homem tenha passado a evitar o uso excessivo de bebida alcoólica, por entender que este foi um dos motivos pelo qual ele perdeu o controle e, assim, agrediu a companheira, como relatado na categoria 1.

5.4 Características do processo de atendimento nas outras Delegacias de Polícia

Nesta subcategoria foram descritas as características atribuídas pelas entrevistadas ao processo de atendimento prestado por outras Delegacias de Polícia. Ao contrário do que ocorreu com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, as outras Delegacias de Polícia foram qualificadas quase exclusivamente de forma negativa pelas participantes. A postura assumida pelo delegado e por um policial, de não fazer nada para impedir as agressões verbais dirigidas pelo agressor contra a entrevistada no momento da queixa, foi um dos pontos negativos considerados pela mesma, pois demonstrou total descaso com ela, como exposto abaixo:

"O (companheiro) na cara do delegado assim falando, assim: é, esse bucho, e não sei o quê que eu fui me envolver com essa coisa feia aí, ó, e ainda por cima é uma mulher feia, ganha mal. Bem assim, ele falava e o delegado ouvindo tudo, não fez nada, nada, nada (...) na frente do delegado e do policial. O policial rindo com ele ali, sabe, tudo parecendo que eu mesma era a sem-vergonha, a safada da história e ele era a vítima, sabe? Fui, nossa, se tivesse alguma coisa que eu pudesse fazer contra aquilo ali, eu faria (...) ali eu senti assim, que aquele delegado era homem... não sei se ele bate na mulher dele ou se ele não bate, mas que realmente ele ficou do lado do (companheiro) e deu, sabe? Foi o que eu senti ali mesmo"". (Dália)

Também foi ressaltada a ineficiência dos serviços prestados pelos profissionais dessa mesma Delegacia de Polícia que, pelo o que a participante relatou, não souberam conduzir a investigação sobre a agressão que ela e o filho sofreram de seu companheiro:

"(...) o (companheiro) derrubou a porta da sala da minha casa, ele quebrou a porta todinha e a polícia foi lá fazer perícia. Ninguém sabe onde foi parar isso aí (o laudo da perícia). Ninguém sabe, até hoje ninguém viu (...) que eu queria que fizesse perícia. Eu que pedi, falei: eu quero que faça, porque eu quero que conste que ele derrubou a porta. Porque ele (escrivão) colocou lá que ele não derrubou a porta, se tu ler o boletim tu vai ver. Ele (companheiro) falou assim, que a porta era velha e que ele só

deu um murro e a porta caiu. E não foi isso, ele derrubou a porta pra bater no (filho dela), foi por isso que ele derrubou a porta. Porque eu fechei a porta pra ele não vim em cima do (filho), entendeu?” (Dália)

Além disso, houve a demora no atendimento do chamado das entrevistadas, que telefonaram para a polícia no momento em que estavam sendo agredidas:

“(...) é que a polícia também tá muito demorada. Que aquele dia eu chamei, ele (companheiro) tava dentro de casa me agredindo e coisa e demorou pra atender. Não, não atendeu, não veio. Se veio, não achou, não sei”. (Hortência)

“Chamei, a polícia foi até em casa. Tive que chamar umas dez vezes. Esse atendimento da polícia é péssimo, né? (...) Chamei, demorou “pra caramba”. Se ele (companheiro) tivesse que ter me matado, ter me esfaqueado...”. (Jasmim)

Algumas atitudes demonstraram o abuso de poder por parte de uma policial responsável por liberar o companheiro de uma das entrevistadas da cadeia, como a própria participante relatou:

“(...) a policial, ainda era do Figueira (time de futebol). Mas fiquei com uma raiva dela, eu não respondi porque... eu sou gremista, né? Daí o (companheiro) saiu lá de dentro (da cadeia) com a camiseta do Figueira, né? Daí ela disse: ah, vou soltar o senhor porque o senhor tá cá camiseta do Figueira. Mas aquela coisa me subiu, me deu vontade de dizer pra ela, mas eu disse: é, mas o Grêmio deu uns quantos gol no... daí ela mandou eu calar a boca, senão ela ia me prender (...) ela disse pra mim assim: a senhora fica bem quietinha, senão a senhora quer ir presa? Mas eu fiquei com uma raiva. Eu disse pra minha cunhada: ela soltou ele porque eu paguei os quatrocentos e quinze, não por causa de uma camiseta”. (Magnólia)

A partir de todos esses depoimentos, é possível se ter uma idéia do porquê as estatísticas mostram que muitas mulheres não procuram a polícia para denunciar as agressões que sofreram de seus maridos/companheiros e/ou familiares. Além de terem motivos pessoais para não quererem a punição do agressor, quando elas assim o desejaram, não conseguiram dos profissionais que atuavam nessas Delegacias a cooperação e eficiência necessária para alcançarem tal objetivo.

Desse modo, essas mulheres, além de sofrerem com as agressões perpetradas por pessoas tão próximas a elas, quando procuraram auxílio nas instituições públicas, acabaram passando por outro tipo de violência definido como institucional (Ministério da Saúde, 2002), que se caracteriza justamente pela negligência e pela falta de atenção no atendimento prestado, pelos maus-tratos devido à discriminação, enfim, pela ação ou omissão de seus profissionais e funcionários.

Por outro lado, uma das entrevistadas que igualmente foi atendida por outra Delegacia de Polícia não especializada em receber mulheres vítimas de violência, apontou esta instituição como a ideal para receber tal demanda, conforme o depoimento a seguir:

“(...) na (Delegacia) foi outro mundo, filha (...) primeiro que foi uma mulher, né? Ah, ela é muito humana, a delegada muito humana, muito assim, me deixou livre pra tar tomando a minha atitude, sabe? Me deixou até livre pra tar trazendo a minha mãe, tar decidindo uma coisa ali que ela me explicou, deixou tudo explicadinho pra mim, tudo (...) explicou tudo o que ia acontecer caso eu seguisse, caso eu não seguisse (com o processo) (...) a gente falou mais, assim, nas conseqüências dele (cunhado), né? Ela deixou bem específico o quê que poderia acontecer de verdade com ele, né? Que é o inquérito policial, tudo certinho (...) no mesmo dia a delegada chamou ele (cunhado) (...) a delegada tem meu celular lá de cabeceira dela lá, ligou pro meu celular (...) a (Delegacia) ali, meu Deus, olha, sentimos... saímos assim ó, é despreocupados, que a gente tinha feito a coisa certa (...) agora se todas as mulheres que passaram porque eu passei tiveram atendimento que eu tive (...) na (Delegacia)? Meu Deus, é... são mulheres que vão se tornar fortes, na luta e é isso mesmo. Porque quê que me adianta também ir pra uma Delegacia me expor, sair ainda como, né, como mal assim, né?” (Camélia)

Com relação a essa entrevistada, cabe destacar que ela havia primeiramente procurado a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e só depois foi atendida pela mencionada Delegacia de Polícia, por isso que ela se referiu a esta instituição como tendo sido “*outro mundo*”.

Já sobre a opinião dessa participante acerca do atendimento oferecido pela Delegacia de Polícia que ficou responsável pelo seu caso, verificou-se que para ela foi fundamental o atendimento prestado por uma profissional mulher, especialmente pela postura adotada pela mesma, de ter se preocupado em explicar todos os passos do processo que seria iniciado a partir da queixa prestada, além de ter procurado esclarecer as conseqüências que a manutenção ou não da denúncia iria surtir na família da entrevistada e no próprio agressor.

Outro aspecto que se evidenciou no relato dessa participante foi a rapidez com que o acusado foi chamado a prestar esclarecimentos na Delegacia (“*no mesmo dia a delegada chamou ele*”), e o fato de a delegada ter se disposto a ficar com o número de telefone da vítima para lhe informar sobre os desdobramentos do processo, atitudes estas que não foram constatadas nem mesmo na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Nessa situação, foi igualmente possível vislumbrar a repercussão psicológica que as iniciativas tomadas pela delegada geraram na participante, que saiu satisfeita com o atendimento recebido na Delegacia.

Desse modo, pode-se dizer que a delegada em questão mostrou sensibilidade e plasticidade no exercício de suas funções, qualidades estas que vão ao encontro das propostas

de humanização e de acolhimento estabelecidas pelas políticas públicas (SPM, 2006, 2007) e entendidas como atitudes necessárias de serem exercidas pelos profissionais das Delegacias da Mulher, para prestar o devido atendimento à mulher vítima de violência.

5.5 Serviço de medicina

Esta subcategoria descreveu como foi o atendimento prestado pelo serviço de Medicina (IML) que faz parte da rede de atendimento à mulher vítima de violência. De início, as entrevistadas contaram como foi o contato com os médicos(as) que as examinaram:

“Ele (médico) apenas me olhou (...) passou a mão assim na cabeça, que era aqui né? (...) Não me deu nada. Ele ficou com o papel que eu tinha levado da Delegacia”. (Rosa)

“(...) eu fiz o exame (...) daí também foi normal, assim, só cheguei lá, a médica pediu pra eu tirar a roupa, pra ver onde tavam as marcas. Ela olhou e encaminhou pra psicóloga. Só, também. Não comentou nada, só olhou”. (Margarida)

“Um (médico) escrevia e o outro falava toda a parte técnica. Aí falavam os nome lá da face, tudo certinho. Tudo nome técnico mesmo, tudo nome técnico, não era nada de nome que a gente conhece”. (Camélia)

Um aspecto que se destaca dos depoimentos descritos acima é o fato de o médico(a) ter encaminhado, sempre que necessário, as entrevistadas para consultar com a psicóloga que trabalhava na mesma instituição que ele(a). Pode-se inferir, a partir disso, que havia uma boa articulação entre os dois profissionais que atendiam nesse serviço, pelo menos em termos de encaminhamento de pacientes, já que não foi possível verificar se os médicos(as) e a psicóloga também discutiam os casos que foram atendidos por ambos.

Embora os médicos(as) tenham se preocupado em indicar para as entrevistadas a consulta com uma psicóloga, o atendimento prestado por eles foi considerado frio e distante pelas participantes, como exposto abaixo:

“Foi coisa de 2, 3 minutos eu lá dentro (...) o médico quieto a todo momento, não me fez pergunta (...) eu gostaria que ele tivesse passado a mão na minha cabeça, realmente visto. Eu falei do meu dedo que tava todo roxo, inchado, ele não se importou, não marcou no papel, não deu importância (...) eu não posso dizer pra ti que teve ponto positivo, só negativo pela falta de conscientização do médico, né? De não querer me examinar, só olhar pra mim”. (Rosa)

“(...) é, assim, mais ou menos, né? Tem uma salinha lá, a gente vai lá, eles pegam o papel, só aí... a pergunta e escreve ali e deu, tá dispensada”. (Hortência)

Tal forma de interagir com as pacientes foi associada, por uma das entrevistadas, à falta de humanização desses profissionais na hora de realizarem os exames necessários:

“(...) na verdade é faltou esse contato mais humano, sabe? Nesse corpo delito aí foi a coisa técnica, foi bem técnico. Olharam meu rosto, falaram lá uns nomes que se tu não sabe, não sabe, vai ficar sem saber, entendeu? (...) saiu bem vazio ali, bem vago, sabe? Aquilo ali e deu. Ninguém toca em ti, ninguém nada. Aí tu sai sem informação nenhuma também, né? (...) a gente sai sem saber de nada (...) Não tinha um atendimento humanizado ali de ter que... mas a gente procura isso, a gente busca isso, né? Pelo menos um... a gente é vítima, né? Tá ali já como vítima, a gente quer ser tratada como vítima. É (...) de cuidados, é bem nesse sentido, sabe?” (Camélia)

Observa-se com esses relatos que as entrevistadas sentiram falta de uma postura mais interessada do médico(a) a respeito do problema enfrentado por elas, ou seja, que pelo menos eles efetivamente examinassem onde haviam sido agredidas. É possível inferir que essa postura de “distanciamento” expresse um conjunto de receios dos próprios profissionais em se aproximar da vítima, em termos de acabarem trazendo à tona um problema que vai além do físico, e de terem que lidar com a própria situação de agressão em si.

Diversos estudos (Burge, Schneider, Ivy & Catala, 2005; Lapidus e cols., 2002; Zink, Elder, Jacobson & Klostermann, 2004) que investigaram porque profissionais da Medicina não perguntam sobre as agressões sofridas por suas pacientes constataram que os médicos, via de regra, têm receio de entrar em um assunto que não possuem instrumentos para resolver. Já as pacientes pesquisadas demonstram que gostariam de ser questionadas por eles, sobre as agressões que sofreram de seus maridos/companheiros, ou algum outro familiar. Mesmo assim, os médicos preferem ficar calados e somente se concentrar nas seqüelas físicas geradas por tais agressões, assim como ocorreu quando as entrevistadas para esta pesquisa foram examinadas por tais profissionais.

Apesar disso, seria importante que esses médicos primassem pela qualidade do atendimento oferecido à vítima, através de sua sensibilização com o problema da paciente e de uma maior atenção dada a ela, o que não implica necessariamente ter que ir ao cerne da situação que a mesma precisa enfrentar. Indo ao encontro disso, o tratamento oferecido por outros médicos(as) e enfermeiras do serviço de Medicina foi muito bem avaliado pelas entrevistadas, mostrando que não é preciso dispor de muitos recursos, nem é preciso se envolver profundamente nos problemas vividos por elas, para se conseguir prestar um atendimento humanizado, conforme expressam os relatos a seguir:

“(...) me atenderam bem, também. Aí a moça perguntou onde é que tava, né? Que o machucado o quê que era? A enfermeira. (...) Ela (médica) pediu pra ver a marca. Ela escreveu lá e tudo bem, bem tratada”. (Hortência)

“Bem, bem. Não tinha médico, o rapaz ligou pro médico. O médico foi lá, me atendeu (...) o médico disse: não, é lesão sim, é lesão, tá lesionada, sim. (...) Fui bem atendida (...) Tanto que (...) o médico nem tava lá, né? Foi lá só pra isso, só pra fazer aquele exame, né?” (Dália)

Portanto, oferecer um atendimento humanizado não se resume em ter à disposição somente recursos materiais e financeiros para poder realizar os serviços. Tais elementos são necessários e devem ser sempre reivindicados, mas a disposição do profissional em ser solícito com a paciente e interessado em sua situação é igualmente fundamental, como os depoimentos acima evidenciaram.

As entrevistadas também reclamaram da demora no atendimento no serviço de Medicina, já que mulheres com criança, os idosos e os deficientes têm prioridade no atendimento:

“Aí, é demorado. (...) Meu Deus, eu cheguei lá era...eu não sei se teve horário na folha. Nossa, foi mais de sete horas esperando. (...) Porque tem uma placa lá que se tiver criança é atendida em primeiro lugar, se tiver deficiente, também. Então, meu Deus, tava assim, ó! Aí tinha que passar todos esses pra depois ser atendido a gente”. (Acácia)

“(...) demorou um pouco, tinha bastante gente lá”. (Margarida)

Nesses casos, não foi possível verificar se a demora no atendimento ocorreu somente devido à prioridade da recepção de um público específico, ou em função da falta de médicos para receber tantas pessoas que se encontravam na fila de espera.

Entretanto, os médicos do IML não foram os únicos profissionais que as entrevistadas procuraram. Pelo menos duas delas consultaram também psiquiatras que exerciam suas atividades em outras instituições, como colocado abaixo:

“Agora a psiquiatra diz que os dois tem que tar fazendo psiquiatra, tanto o pequeno como o pai e o filho.(...) Eu contei a situação, né? E ela falou que eles tem que parar com isso aí, eles tem que ir ali pra consultar”. (Hortência)

“(...) depois que eu fui no psiquiatra (...) daí eu tô tomando esses dois (medicamentos) aqui (...) esse pediu assim, né, achou melhor me internar. Daí eu disse: não, internar eu não quero (...) se fosse uma clínica, assim, pra repouso, alguma coisa, até podia concordar. Ficar uma semana, duas, assim, pra repousar, pra ver se eu consigo voltar a mãe que eu era antes (...) Hoje eu vi que o pai dele (filho) tá precisando muito de um psiquiatra, de um psicólogo. Ele tá transtornado (...) ele não sabe o que quer, ele não

sabe o que fala, ele tem muito ciúme, ele vê coisa que não tem. (...) Ele...cada vez pior. Hoje mesmo eu conversei com ele, eu vi, meu Deus, ele tá (...) precisando mesmo de um tratamento. Eu acho que na medida de eu ser internada e ele, acho que ele precisava ser internado, porque ele não tem animação pra trabalhar, nada". (Violeta)

Um fato que se evidencia com esses relatos é a psiquiatrização da violência tanto por parte da primeira psiquiatra quanto por parte da última entrevistada citadas, que tentaram achar uma solução para a situação de violência, através da realização de tratamento médico psiquiátrico com os agressores e com as vítimas, ou seja, através do auxílio de medicamento e da internação hospitalar.

Não se está querendo inferir que a medicação e o tratamento médico não possam ter uma função benéfica por um período de tempo nesses casos. O que se está querendo dizer é que compreender, por exemplo, que os agressores precisam simplesmente de tratamento psiquiátrico para parar de bater ou de ter ciúmes, é reduzir o fenômeno da violência contra a mulher a um problema psicológico, neurológico ou simplesmente bioquímico. Significa que o trabalho a ser realizado nessas situações precisa ser interdisciplinar, ou seja, o tratamento médico precisa ocorrer em articulação com o que está sendo feito em termos psicológico, social e jurídico, de forma a abarcar o fenômeno em toda sua complexidade.

5.6 Instituição jurídica

A presente subcategoria mostrou como foi o atendimento oferecido pela instituição jurídica que compõe a rede de atendimento à mulher vítima de violência. Entre os aspectos negativos que foram citados sobre essa instituição, encontra-se a demora no encaminhamento dos processos que deram entrada no mesmo:

"Dar um atendimento mais rápido (...) pra agir (...) demora, tem que ficar muito tempo ali esperando (...) tu vê, ele passou isso aqui, vai lá pro dia 30 (...) podia ter sido agora. (...) Porque eles diz que é muita coisa no Fórum, né? E agora já vai pro final do ano, vai demorar mais ainda. Pra quê que resolve isso, né?" (Hortência)

"(...) demorou tanto pra vir essa ordem (medida protetiva de urgência), demorou tanto, que quando veio eu não queria mais (...) há três semanas atrás, mais ou menos, que chegou essa ordem pra ele sair de dentro de casa". (Violeta)

Destaca-se, desses relatos, a indignação e o desânimo das entrevistadas em continuar com o processo contra o agressor, em virtude da demora em que estava sendo analisado o caso na instituição jurídica procurada por elas e, principalmente, na demora em produzir o resultado esperado. Como já havia sido ressaltado anteriormente, tal demora, além de promover o desânimo das participantes e a desistência de algumas em manter o processo, também pode

gerar descrédito no agressor de que algo efetivamente possa acontecer contra ele em termos jurídicos, estimulando-o a continuar agredindo sua esposa/companheira/ familiar.

A inexistência de uma resolução do processo encaminhado à instituição jurídica, igualmente pode produzir os mesmos resultados, como apontado pela entrevistada citada a seguir:

“(...) já foi pra justiça (processo contra o ex-marido), tudo. Só que é assim ó, não foi pra frente, na justiça (...) Eu só não me conformo pelo fato do (processo) não ter ido à frente (...) de não ter resolvido esse fato, que até o policial ficou pasmo (...) eu larguei as folhas (Boletins de Ocorrência) em cima da mesa, né? Aí ele marcou todos os números, tá? E vai à frente, vamo resolver, esse negócio não pode ficar assim. Porque senão daqui a pouco (...) eu tô num caixão, não posso andar tranqüila”. (Acácia)

Embora em alguns casos o processo movido contra o agressor tenha demorado a ser concluído, e em outros nem tenha produzido qualquer resultado, um dos atributos positivos citados pelas entrevistadas referentes à instituição jurídica foi a rapidez com que lhes foi deferida a medida protetiva de urgência solicitada pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher:

“Bom, pelo menos uma coisa que foi feita que acho que teve distância, né? Ele (ex-marido) teve que ter uns metros de distância da minha vida, com certeza”. (Acácia)

“Foi bem (atendida), porque eu só fui lá buscar o da medida protetiva, né? Fui bem. Daí ela (atendente) disse que tinha audiência agora dia xx do xxx pra nós”. (Violeta)

“E aí nem precisei buscar (a medida protetiva), o próprio oficial de justiça trouxe aqui na minha casa”. (Iris)

Outro acontecimento que se deu no interior da instituição jurídica e que foi avaliado como um ponto negativo pelas entrevistadas, foi a falta de contato prévio com os promotores de justiça, quando precisaram comparecer à audiência contra o agressor:

“Então, daí agora chegou uma intimação pra mim, pra gente conversar sobre essa medida protetiva e eles me nomearam uma advogada (...) a advogada tinha marcado comigo antes pra me explicar, e ela não chegou. Quando eu tava na audiência, quando eu vi, ela já tava lá dentro. (...) Eu até marquei (um horário antes), mas ela não foi, né?” (Rosa)

“Ele (companheiro) tava com um advogado e o meu advogado era da ativa que nomearam ali na hora. E ele (advogado) antes da audiência, ele disse pra mim que ele não tinha conhecimento de nada, que ele não sabia o que ele tava fazendo ali”. (Dália)

Sem o contato prévio com o advogado(a) para discutir acerca dos encaminhamentos jurídicos do processo e sobre os desdobramentos das ações requeridas, era impossível às participantes irem bem preparadas para fazer uma escolha acerca da continuidade ou não da denúncia, o que também serviu para desmotivá-las a manter a acusação contra o agressor.

Conforme Rifiotis (2003) destaca, muitas mulheres não sabem o que pode acontecer ao agressor, nem a elas e a sua família como consequência da queixa registrada, ou do processo instaurado na justiça em função da violência padecida. Desse modo, a falta de informação sobre seus direitos, assim como sobre o caminho jurídico do processo contra o agressor, não proporcionou às entrevistadas a condição necessária para decidirem com clareza e propriedade acerca do que deveriam fazer.

5.7 Instituição prestadora de serviço jurídico, psicológico e social

Nesta subcategoria, apresentou-se a forma como se deu a relação entre as participantes e a instituição que presta serviço jurídico, psicológico e social às mulheres que sofreram violência.

Sobre a referida instituição, poucas entrevistadas tinham conhecimento a seu respeito, e muito menos sobre os serviços que a mesma oferecia. Quando questionadas se haviam sido encaminhadas a esse órgão, ou se chegaram a procurá-lo por decisão própria, a maioria das respostas dadas pelas participantes foi realizarem outra pergunta a pesquisadora acerca do que se tratava tal serviço e para que ele servia. Em nenhum momento as entrevistadas foram informadas que poderiam procurar a instituição que presta serviço jurídico, psicológico e social para buscar auxílio, seja nas Delegacias, no serviço de Medicina ou na instituição jurídica.

Apenas uma das entrevistadas afirmou ter procurado o serviço jurídico da instituição em questão, para se informar acerca da separação de bens que queria realizar com o companheiro. Essa participante também contou que havia sido informada sobre a existência deste órgão público por pessoas que compunham seu círculo de amigos. Além disso, a avaliação dela sobre os serviços prestados não foi muito positiva, como consta em continuação:

“(...) foi onde ele (advogado) disse que eu tinha que conversar com ele (companheiro) que é pra coisa... mas ele (companheiro) não conversa comigo (...) Eu voltei (na instituição) por que eu queria saber o que eu tinha direito, o que eu não tenho. (...) Achei, assim, que ele (advogado) devia também de ter dado mais atenção, assim. (...) Ah, não, tem que conversar com o pai pra acertar as coisas. Mas acertar o quê? Acertar ou ele sair fora ou..., pronto, não tem como acertar”. (Hortência)

Essa entrevistada não conseguia fazer o acordo que havia sido proposto pelo advogado da mencionada instituição com o seu companheiro, pois este não retornava os telefonemas que ela fazia para ele. Diante do fracasso de suas tentativas para resolver seu problema, a participante retornou a referida instituição para obter maiores esclarecimentos de seus direitos. No entanto, ouviu novamente do advogado que ela precisaria ir atrás de seu companheiro, para decidir com ele como resolveriam a separação entre os dois. Vale lembrar que foi esse companheiro que a agrediu verbal e fisicamente durante vários anos. Portanto, a participante em questão devia ter poucas condições (ou nenhuma) de sustentar uma discussão sobre partilha de bens com o mesmo, o que parece não ter sido levado em consideração pelo advogado procurado por ela.

Trata-se de um caso isolado entre as entrevistadas, mas a partir dele é possível inferir que talvez as mulheres não saibam da existência dessa instituição e sobre os serviços que oferece, pois a mesma não consegue produzir os resultados esperados por elas, como ocorreu com a participante citada acima.

5.8 Atuação do psicólogo

A referida subcategoria descreveu como foi o atendimento prestado às entrevistadas por psicólogas que atuavam na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, no serviço de Medicina e também por psicólogas particulares, assim como descreveu os atributos dados pelas participantes ao atendimento oferecido por estas profissionais.

Para uma das entrevistadas, a psicóloga do IML auxiliou a encontrar novas estratégias de enfrentamento contra o agressor, conforme o relato a seguir:

“(...) eu passei pra ela (psicóloga), eu disse assim: ai meu anjo, tô dormindo até com uma marreta do meu lado. (...) Ela assim: não, mas aí tu poderia, poderia ser pior pra ti, tu poderia ir presa, imagina! Ô! Se eu der uma marretada na cabeça dele (ex-marido) quem vai presa sou eu, né? Com certeza, aí eu perco a guarda das minhas filhas. (...) Aí ela me passou a...como é que é? Spray de pimenta (...) ela passou uma receita. Aí eu já fiz, né? Se eu encontrasse ele na estrada, se ele me incomodar, assim, eu tchi, tchi, tchi na vista e pronto. (...) Ela me passou isso”. (Acácia)

No caso de outra participante, a consulta com a psicóloga do serviço de Medicina serviu para organizar seus sentimentos e dificuldades, bem como para dar um “eixo” em sua vida:

“(...) fui muito bem atendida (...) essa última, assim, foi muito especial (...) a psicóloga foi muito, assim, ela me deu uma visão, assim... ela conseguiu sabe fazer o quê? Me colocar no eixo, sabe? (...) tava tudo muito avulso as coisas que eu sabia que eu tinha direito, isso, isso e aquilo. Tava tudo muito (...) solto, entendeu? E meus próprios

senti... aquilo que eu tava sentindo, também, eu ainda não tinha me tocado (...) que eu dizia assim: pô, mas se tá muito ruim, por quê que eu tô sofrendo tanto? Por quê que eu tô ainda chorando pela perda? Por quê que... sabe? E ela (deu) um eixo de tudo aquilo que eu queria fazer, mas eu não tinha... e da reorganização dos meus sentimentos (...) eu consegui é... isso, assim, é colocar minhas metas em ordem de verdade, entendeu? E partir pra ação. (...) Aí ela mostrou que o que me freitava, na verdade, o que me combatia, na verdade, era o meu medo e não saber lidar com os senti...e nem saber o nome de cada sentimento que eu estava tendo. Que eu não estava... na verdade eu não estava entendendo, eu não me entendia, sabe? É muito interessante isso. Depois que ela, daquela conversa, abriu, abriu, abriu, foi muito interessante, mas muito interessante mesmo...” (Iris)

Já uma das entrevistadas que tentou consultar com a psicóloga do serviço de Medicina, considerou que teve que esperar muito tempo para ser recebida, e então acabou desistindo do atendimento:

“(...) o único problema é a psicóloga que é muito demorado lá, né? (...) Eu acho que eu fiquei o quê? Mais ou menos quarenta, cinqüenta minutos esperando lá pra ser atendida e acabei não sendo, e eu pedi pra vir embora que não tinha mais tempo”. (Violeta)

Com respeito às demais entrevistadas, duas consultaram com psicólogas que atuavam em consultório particular, sendo que uma delas também foi atendida pelas psicólogas que trabalhavam na Delegacia da Mulher. Nesses casos, a avaliação dos serviços prestados por referidas profissionais não foi positiva, como se observa no depoimento abaixo:

“As psicóloga da (Delegacia), ela devia ter mais fundo na história, né? (...) Toda quinta-feira a gente (ela, companheiro e o filho) tinha (atendimento com a psicóloga) (...) ia lá pro (cita o nome do bairro), que elas atendem (...) Aí fui lá, perdi meu tempo, ainda, fui lá bastante tempo (...) porque não tinha melhorado nada, porque eles (companheiro e filho) mentiam demais, não falavam nada pra ela (psicóloga), só eu que tinha que falar a verdade, né? Aí contemo desde quando era criança, o que acontecia com os pais, que faziam o diabo da gente, essas coisas todas, né? Aí até deram um filme pra ver, um filme da história de um cavalo, de um homem, né, que judiava do bicho e tudo, o pai dele fazia isso, né? Aí eu sei que o (companheiro) continuou a mesma coisa (...) Aí também veio uma turma de psicólogas e ficaram atrás do espelho, não tem? Foi legal os atendimentos, foi bom. É eles (companheiro e filho) é que não falaram a verdade, entende? (...) Eles é que não falavam, daí não dava certo. Porque lá eles dizem uma coisa e em casa fazia tudo errado”. (Hortência)

Com esse relato, é possível verificar que essa participante atribuiu o fracasso do tratamento com as psicólogas a vários motivos. Por um lado, ela considerou que essas profissionais “tinham que ir mais fundo na história” e que as intervenções realizadas pelas mesmas, como resgatar o passado da vítima e dos agressores, assim como dar um filme para

eles assistirem, não surtiu qualquer efeito. Por outro lado, compreendeu que as intervenções feitas pelas psicólogas não funcionaram, porque tanto seu companheiro quanto seu filho “*não diziam a verdade*” na hora da consulta e faziam “*tudo errado*” quando voltavam para casa. O fato é que, efetivamente, nem seu companheiro, nem seu filho que a agrediam mudaram depois do tratamento realizado com referidas profissionais.

Houve, ainda, o protesto dessa participante com relação ao fato de as psicólogas não terem lhe dado qualquer devolução acerca dos atendimentos realizados, ou seja, não lhe forneceram um diagnóstico ou prognóstico da situação, o que a deixou sem saber o que estava acontecendo, principalmente com seu filho:

“(as psicólogas) (...) elas não falaram nada (...) porque eu queria ver, né, como é que... o que ele (filho) tinha, o que ele não tinha, se basta aquilo, o quê que acontece, né? (...) porque a psicóloga fez lá, mas ela não deu nada. Não me deu o resultado do meu filho, de quando as psicóloga... de todos eles, dar o resultado pra eles”. (Hortência)

Com relação à outra entrevistada que consultou com uma psicóloga particular, sua reclamação foi de que a profissional não lhe ofereceu qualquer explicação ou possibilidade de superação para a falta de apoio do companheiro quando ela estava grávida:

“(...) eu também não fui muito com a cara da psicóloga (...) quando eu começava a falar do meu marido... porque ele, a gravidez inteira da menina ele não me deu aquele apoio, entende? E aí ela: ai, mas é assim mesmo. Não é assim mesmo! Não é isso que eu quero ouvir da boca dela, que é assim mesmo, que marido é assim, que a vida é assim! Gente, se fosse pra ouvir isso, eu ficava em casa! E por isso que eu não fui mais”. (Jasmim)

Como síntese desta categoria, é importante apontar que o atendimento prestado pelas instituições encarregadas de receber as mulheres vítimas de violência é um dos pontos considerados primordiais pelas políticas públicas editadas pelo Governo Federal (SPM, 2006, 2007), principalmente na última década. Tal preocupação se deve ao fato de que, dependendo de como for realizado esse atendimento, o mesmo pode gerar ainda mais violência contra as mulheres que o procuram, caso não seja prestado com acolhimento e humanização.

Como visto a partir das várias instituições em que as entrevistadas foram atendidas, nem sempre o serviço oferecido nesses órgãos foi o mais propício e de acordo com o que prevêem as referidas políticas públicas. Em alguns casos, houve a discriminação das entrevistadas, em outros, a sua desqualificação, assim como a negligência na forma de atendê-las. Também se verificou a desconsideração a respeito de seus medos e ansiedades, a falta de informação sobre

seus direitos e acerca dos outros serviços que compõe a rede de atendimento, bem como a falta de encaminhamento aos mesmos. Enfim, pode-se dizer que a violência institucional foi praticada pelas próprias instituições que deveriam acolher a mulher agredida.

Por outro lado, alguns atendimentos foram tanto na direção de proporcionar o melhor serviço às suas usuárias, como foram além do que as políticas públicas estabelecem como um atendimento com acolhimento e humanização.

A importância de o atendimento ser realizado de uma determinada forma ou de outra pode ser constatada na própria repercussão psicológica que o mesmo gerou nas entrevistadas, que quando foram desconsideradas ou negligenciadas pelos profissionais que as atenderam, saíram da instituição com muito mais medo e apreensão do que quando haviam chegado. Já quando suas preocupações foram levadas em consideração, quando decisões foram tomadas no sentido de sanar suas necessidades, e quando lhes foram oferecidas às devidas informações, elas saíram de tais instituições sentindo-se seguras e protegidas.

Além disso, quando os serviços foram prestados de forma rápida e eficiente, principalmente pelas Delegacias e pela instituição jurídica, isto serviu para coibir que novas agressões fossem perpetradas contra as participantes. Dessas situações se evidencia a necessidade de se cuidar cada vez mais da qualidade dos serviços que são oferecidos às mulheres vítimas de violência, pois quanto melhor for o atendimento prestado a elas, mais serão estimuladas a procurar essas instituições para buscar ajuda e orientação, assim como se estará atuando para enfrentar a violência praticada contra as mesmas.

6. NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS E DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

A presente categoria descreveu o acesso às informações pelas entrevistadas acerca de seus direitos, do funcionamento e dos procedimentos dos serviços de referência no qual foram atendidas, e também sobre como a informação devidamente oferecida ajudou no enfrentamento da situação de agressão sofrida.

6.1 Acesso à informação sobre as redes de serviços

Na subcategoria em questão, apresentou-se a principal fonte de informação a qual as entrevistadas tiveram acesso para obter conhecimento de seus direitos e acerca da rede de

atendimento à mulher vítima de violência. Das dez mulheres entrevistadas, pelo menos quatro tinham acesso à internet na própria casa, sendo que uma delas afirmou que foi através da mesma que acabou descobrindo alguns dos direitos que possuía e que não haviam sido passados a ela quando procurou a Delegacia Especializada.

“(...) eu não sabia (da medida protetiva) (...) Eu não sabia disso. Aí ontem eu vi aqui na internet que essa medida protetiva me dava o direito dele (companheiro) ter que devolver minhas coisas que ele subtraiu lá da minha casa”. (Dália)

Entretanto, a televisão foi o meio de comunicação mais citado pelas participantes, como principal fonte de informações acerca dos temas relacionados à violência contra a mulher, assim como as pessoas próximas a elas, como os vizinhos, conforme as próprias relataram:

“(...) passa na televisão, passa as coisa e explica um monte de coisa que a gente conhece, né? Eu moro aqui, né? (...) as pessoas comentam”. (Hortência)

“(...) eu ouvi falar por televisão, só assim né?”. (Magnólia)

“(...) de informação em tevê, de jornal, de tudo, né? (...) Meios de comunicação, com certeza”. (Iris)

A mídia está sendo considerada pelas políticas públicas editadas pelo Governo Federal (SPM, 2008) como um instrumento importante no enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente para vincular programas em que sejam transmitidos valores de igualdade entre os gêneros, assim como para divulgar as leis e ações implantadas em prol das mulheres. Além disso, o acesso à informação e aos meios de comunicação é considerado por Sáñez e Bertolozzi (2007) uma das formas que promovem a diminuição da vulnerabilidade de qualquer indivíduo. A partir dos relatos destacados acima, pode-se dizer que a televisão teve um papel importante nesse sentido, além de ter auxiliado as participantes a buscarem auxílio e orientação.

6.2 Conhecimento dos direitos e dos procedimentos institucionais

A referida subcategoria mostrou como as entrevistadas tiveram acesso ao conhecimento mais detalhado dos seus direitos e dos procedimentos institucionais. Algumas relataram ter conseguido esclarecimentos dos seus direitos, como sobre a medida protetiva de urgência e sobre as consequências da separação judicial de bens, através dos profissionais que elas tiveram contato (escrivão, advogado, psicóloga), sendo que os advogados foram os profissionais mais citados por elas:

“(...) o próprio... aquele que registra (escrivão) (...) ele falou pra mim que eu poderia fazer isso (medida protetiva), tá? Aí quando eu fui chamada (na Delegacia), eu peguei e aproveitei o embalo. Não sabia disso, né? Aí eu pedi pra ele ter distância”. (Acácia)

“(...) o meu advogado falou, eu posso sair a hora que eu quiser, pra onde eu quiser, porque a gente (ela e o companheiro) não tem mais nada. Há três anos a gente se separou. Eu saí cá minhas amigas”. (Violeta)

“(...) pra mim foi complicado a conversa com a advogada, sabe? Assim, ela me colocou tantas coisas, assim, que se... ela me deixou meia que assustada (...) que se por um acaso ele (companheiro) quisesse recorrer, ou fosse buscar provas, ou arrumasse testemunha, mesmo que seja forjadas ou não, entendeu? (...) Eu teria que dividir tudo aquilo que eu segurei, que eu conquistei, que eu não deixei ser destruído, entendeu? Sabe? Com ele, tá? E assim...e isso que eu fiz, não é que eu ache que ele não tenha direitos ou...sabe? Mas, assim, ele jogou tudo fora, entende? Então, assim, o meu medo era deixar o meus filhos sem nada”. (Iris)

“(...) ele (companheiro) quando saiu de casa, ele foi, fez uma queixa também que tava saindo de casa, que não era abandono, pra ele não perder os direitos dele. Que isso não existe mais, entende? É do tempo dos nossos bisavós isso. (...) Lá mesmo, a mulher falou (...) na Delegacia também eles falaram (...) Lá na mediação, lá no Fórum (...) que não existe mais, falaram pra ele bem na minha frente...” (Jasmim)

Cabe ressaltar que das entrevistadas que receberam algum tipo de esclarecimento sobre a sua situação, somente uma relatou ter sido “*complicada a conversa*” com o profissional consultado, no caso uma advogada, já que esta lhe apresentou os riscos que ela corria, caso decidisse entrar com o pedido de separação de bens de seu companheiro, trazendo à tona o temor da perda de tudo o que havia conquistado até o momento.

Para a maior parte das participantes, a informação oferecida a elas deu melhores condições para que pudessem tomar iniciativas no sentido de tentar resolver sua situação com o marido/companheiro, para então poderem dar um rumo à própria vida. Algumas, por exemplo, se dispuseram a ir “*atrás de advogado*”, enquanto outra decidiu “*sair com as amigas*”, pois foi esclarecido a ela que tinha o direito de sair e se divertir, mesmo que o companheiro não o permitisse. Entretanto, o relato que talvez tenha conseguido mostrar com maior clareza o quanto à informação e a orientação bem fornecida interferem na condição da mulher enfrentar a situação de violência, foi exposto pela entrevistada a seguir:

“(...) há três meses atrás eu conheci um assistente social (...) eu coloquei o que tava se passando e daí eu comecei a ter orientações. (...) Aí ele começou a me orientar (...) a me explicar (...) eu aprendi tudo com o assistente social (...) eu não sabia de nada, assim, não... quando ele me mostrou as lei “Maria da Penha”, então, eu fiquei horrorizada, porque eu não sabia que essas ameaças também é uma agressão. Eu não fazia idéia disso, e hoje eu sei disso. Então como eu tô sabendo dessas coisas, daí é

onde ele (marido) tá bem ‘descorsoado’, porque tem alguém te orientando, tem alguém... então ele se preocupou”. (Margarida)

Como estava sendo bem orientada pelo assistente social a respeito de seus direitos, assim como acerca do que determina a lei nos casos de violência contra a mulher e das instituições que deveria procurar para pedir auxílio, a referida participante ganhou outra condição para enfrentar o marido que lhe agredia. Desse modo, ela começou a experimentar novas estratégias de enfrentamento diante da manipulação emocional que ele fazia, conforme ilustra a situação relatada por ela em continuação:

“(...) na terça-feira à noite que ele (marido) me ligou, porque aí o (filho) tava arrumando as coisas dele, que quarta-feira de manhã o meu irmão foi buscar. Daí ele: é, tu vais tirar o meu filho daqui mesmo, é, tu vai me deixar sozinho. Daí eu falei: vou, o filho é meu, eu tô sabendo que ele tá aí sem comer. Aí ele disse assim: eu quero ver a hora que me der uma loucura, eu boto fogo em tudo. Eu falei: ó, tu faz o que tu quiser, e desliguei o telefone”. (Margarida)

Vale lembrar que essa mesma entrevistada foi a que relatou que não conseguia sair da relação conjugal, em função do medo das várias ameaças e agressões verbais e físicas que sofria do marido, e que também admitiu ter pensado em suicídio, pois não encontrava mais motivos para continuar viva. Assim, depois das orientações que teve do assistente social e das iniciativas tomadas por ela, a perspectiva dessa participante sobre a vida mudou significativamente, como apresentado abaixo:

“Então hoje, assim, eu tenho outra visão, que realmente não... que se a gente quiser, a gente tem que viver e vale a pena viver, mas só que a gente tem que tomar algumas atitudes na vida da gente. Então o que mudou foi isso, assim (...) Hoje faz três meses que a gente (assistente social) se conheceu (...) e a minha vida mudou muito nesses últimos três meses”. (Margarida)

Acredita-se que a situação descrita acima expressa o quanto o acesso ao conhecimento, somado ao acolhimento oferecido pelo profissional constituem-se em elementos necessários para o desenvolvimento de melhores estratégias de enfrentamento da violência por parte das usuárias dos serviços de referência.

Outra situação que também merece destaque foi quando as entrevistadas passaram a ter conhecimento da Lei Maria da Penha. Em alguns casos, tal conhecimento serviu para elas se posicionarem de forma mais ativa no processo de resolver os problemas que enfrentavam, além de contribuir para ajudarem outras pessoas na mesma situação que elas, como o seguinte relato aponta:

“(...) quando pintou a lei da “Maria da Penha”, eu peguei e fui a primeira a ir (na Delegacia) (...) e oriento as outras mães também quando sofre”. (Acácia)

Por outro lado, outras ficaram surpreendidas com os direitos que a referida Lei lhes proporcionava:

“(...) quando ele (assistente social) me mostrou as lei “Maria da Penha” então eu fiquei horrorizada, porque eu não sabia que essas ameaças também é uma agressão. Eu não fazia idéia disso, e hoje eu sei disso”. (Margarida)

No entanto, nem sempre a Lei Maria da Penha foi bem apropriada pelas entrevistadas. Pelo menos uma das participantes demonstrou não ter a compreensão exata dos direitos que a Lei em questão lhe oferecia, como o depoimento dela mostra:

“Eu sei que eu nem imaginava que o “Maria da Penha” ia preso na hora, né? Na hora eu sei que eu dei queixa dele (companheiro), imaginei que ele fosse preso (...) eu acho que deveria ser mudado um pouco nessa “Maria da Penha”, porque nem todas as mulher tem coragem de ir na mesma hora chamar a polícia. Então deveria dar uma chance pra nós mulheres, tipo assim, dois, três dias após a agressão, a gente dar queixa e ter ainda a oportunidade de ele ser preso”. (Violeta)

De acordo com Lei Maria da Penha (2006, art. 20), a prisão preventiva do agressor pode ser solicitada a qualquer momento do inquérito policial ou da instrução criminal, ou seja, ele pode tanto ser preso em flagrante, como também depois de passado algum tempo da denúncia realizada, o que evidencia a falta de conhecimento da participante citada acima a este respeito.

Em outras situações, o conhecimento da Lei Maria da Penha passou a ser utilizada pelo agressor contra a própria companheira, como demonstra a situação descrita abaixo:

“(...) ultimamente que ele (companheiro) tava ouvindo esse negócio dessa “Maria da Penha”, não sei o que, ele tava me batendo de formas que não deixava marca, entendeu? Então ele sempre puxava meu cabelo, ele me sufocava, que era coisa que não deixava marca, sabe?” (Dália)

Do mesmo modo, essa Lei também foi utilizada por um profissional para intimidar o agressor e fazer com que ele parasse de agredir sua parceira:

“Ela (psicóloga da Delegacia) (...) falou com ele (companheiro) (...) pra ele se lembrar que ele tem “Maria da Penha” nas costas, pra nunca mais erguer a mão pra mim. (...) Que ele disse assim, que eu também sou braba, né? Daí eu disse: eu sou. Daí ele... ela disse pra ele: então o senhor se lembra que o senhor tem a “Maria da Penha” nas costas, quando ela tiver braba, o senhor vai ficar brabo, o senhor sai de casa, caminha e depois volta pra casa”. (Magnólia)

Constatou-se que a referida Lei era de conhecimento da maior parte das entrevistadas. Contudo, o conhecimento adquirido sobre a mesma repercutiu de formas diferentes entre elas. Quando o que estabelece essa Lei foi devidamente informado para as participantes, serviu para se mobilizarem ainda mais em torno de encontrar uma saída para sua situação. Por sua vez, quando a mencionada Lei foi inadvertidamente interpretada por elas, gerou confusão, o que as levaram a tomarem atitudes, ou deixarem de realizá-las, em função de uma visão equivocada do que é previsto dentro desta legislação.

Nas situações em que as entrevistadas foram também agredidas por seus filhos, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sobre a possibilidade de punição ou não do jovem agressor igualmente repercutiu nas participantes, como uma delas relatou:

“Eu acho que o Conselho Tutelar mesmo é molinho, né? Só defende o menor, né? Por isso que eu preferi ficar com a minha filha dentro de casa que já é de maior, que com meu filho que a lei protege ele. Quer dizer que o menor pode roubar, matar, traficar, matar pai e mãe e fazer tudo, só não pode trabalhar. Eu sei porque no meu trabalho tem uma turminha de 14 anos, botam e tiram, botam e tiram, só usam as crianças e tiram porque não pode, a lei protege. Eu acho que essa lei tinha que mudar”. (Hortência)

A respeito do que disse essa entrevistada, pode-se notar que ela misturou vários aspectos do que estabelece o ECA sobre os direitos criança e do adolescente, talvez por ter se revoltado com o fato de o filho tê-la agredido de diversas formas, mas ainda não ter sido punido por isso. Contudo, ao mesmo tempo em que mostrava indignação contra a Lei que para ela “só defende o menor”, essa participante também usava o que estabelece o ECA contra o próprio filho, como forma de intimidá-lo:

“(...) meu filho quando tava em casa, (...) sempre dizia que ia fugir. E eu: se tu for fugir, eu vou mandar a polícia atrás de ti. Nunca teve coragem de fugir, porque a polícia vai “memo”, né? Ele é de menor, né?” (Hortência)

O conhecimento sobre o ECA também foi utilizado pelo agressor para revidar a denúncia feita contra ele na Delegacia pela sua companheira:

“(...) ele (companheiro) foi na Delegacia, porque eu dei dois tapa no meu filho (...) Me denunciou dizendo que era pra pagar na mesma moeda, porque eu tinha denunciado ele por me bater. (...) Eu não sei porque não deu em nada. Diz que se a gente se separasse, que ele ia querer ficar com a guarda, por isso que ele fez isso”. (Jasmim)

Em outro caso, a violência perpetrada pelo companheiro e pelo filho foi reduzida a um problema jurídico, quando uma delegada disse para a entrevistada que era necessária paciência e que a Lei resolveria a situação de conflito familiar que estava passando:

“(...) eu falei com ela (delegada) também sobre isso, ela disse: deixa, deixa, isso ali deixa, deixa, não procura saber onde é que eles (companheiro e filho) tão, deixa, depois a gente resolve. Porque aí já a audiência já tá marcada, né? (...) tá marcada lá no Fórum, na xx vara criminal”. (Hortência)

Novamente constata-se aqui o que Rifiotis (2003) denominou de “judicialização da violência”, ou seja, a referida profissional deu maior relevância à perspectiva jurídica da violência familiar enfrentada pela entrevistada, do que se dispôs a lançar mão de outros caminhos possíveis para solucionar a situação vivida por ela.

De um modo geral, pode-se perceber que o mesmo que ocorreu com relação à Lei Maria da Penha, se deu com relação ao ECA, isto é, tal Lei foi usada com objetivos diferentes pela última entrevistada citada, além de também ter sido utilizada por um dos agressores contra sua companheira. Acredita-se que o importante é que leis de proteção ao menor de idade e à mulher vítima de violência existem, e quando manejadas por profissionais competentes, dispostos a fazer valer os seus preceitos, assim como quando são corretamente divulgadas, podem gerar bons resultados a quem devem proteger.

6.3 Desconhecimento dos direitos e dos procedimentos institucionais

Na presente subcategoria, evidenciaram-se os aspectos acerca dos direitos da mulher e dos procedimentos institucionais dos serviços de atendimento à vítima de violência, que eram desconhecidos pelas entrevistadas. Com relação aos direitos das participantes, uma das dúvidas citadas foi acerca da separação judicial, pois algumas decidiram afastar-se definitivamente do companheiro que lhe agrediu:

“Agora também não sei dos meus direitos que eu tenho, que ninguém me diz, ou não tenho (...) ninguém me informa”. (Hortência)

Uma parte das entrevistadas também não sabia da existência do recurso jurídico que poderia ser solicitado para manter o agressor afastado delas, ou seja, sobre a medida protetiva de urgência:

“(...) ele (escrivão) tinha que ter me dado uma medida protetiva, a cópia, ele não me deu nada. Eu nem sabia que tinha essa medida (...) até hoje eu não sei de nada. Eu não tô te falando que eu tô completamente perdida!”. (Dália)

“(...) eu não sei se tem lei previstos assim, ou se uma coisa poderia ter. Tipo, agrediu, foi registrado a queixa, que imediatamente fosse analisado e que o juiz ou o delegado pedisse o afastamento da pessoa de casa. Eu gostaria que fosse assim, eu não sei se tem, entende? (...) não me falaram sobre isso (medida protetiva), entende?” (Jasmim)

Além das políticas públicas (SPM, 2006) determinarem que os profissionais da Delegacia da Mulher devem disponibilizar as devidas informações e orientações às suas usuárias, a própria Lei Maria da Penha (2006, art. 11) estabelece que a autoridade policial deve informar a mulher vítima de violência a respeito dos direitos previstos na referida Lei. Tendo isso em conta e pelos relatos citados acima, é possível verificar que tal determinação não foi levada em consideração pelos profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, quando as entrevistadas foram à procura de seus serviços.

Outras questões que surgiram entre as participantes foram relacionadas ao desconhecimento dos procedimentos a serem executados pelas instituições de referência no atendimento à mulher agredida. Uma das entrevistadas, por exemplo, não sabia dizer o que aconteceu ao filho que havia lhe agredido, depois que ela havia realizado a queixa contra ele na Delegacia:

“(...) eu não sei se o meu filho foi chamado (na Delegacia), não sei. (...) Não faço nem idéia. (...) eu fiz o boletim de ocorrência. Só fui chamada sobre o fato do meu ex”. (Acácia)

Outra entrevistada não tinha conhecimento de que o serviço de Medicina para o qual foi encaminhada, também tinha a função de examinar mulheres que haviam sofrido agressão:

“(...) aonde é que fica o (serviço de Medicina)? Sei explicar, (...) mas não sabia que era pra fazer isso tudo!” (Camélia)

Já uma das participantes não compreendia como se dava o próprio funcionamento da rede de serviços de atendimento à mulher vítima de violência, pois não sabia por que havia sido encaminhada pelos policiais que a atenderam para uma Delegacia de Polícia não especializada neste tipo de agravo quando foi agredida pelo companheiro, ao invés de a terem levado diretamente à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Não obstante, a dúvida esboçada em maior número de vezes pelas entrevistadas foi acerca dos procedimentos a serem realizados dentro da instituição jurídica, isto é, sobre como transcorreria a audiência e acerca das etapas a serem percorridas pelo processo dentro desta instituição:

“(...) não sei como é que eu faço? (...) porque se levar essa advogada não precisa mais de mim, né? Senão eu vou ter que ir lá botar um advogado pra ir lá no Fórum, que é pra ver o negócio como é que vai ficar (...) eu não vi o papel (do processo contra o filho) até agora, né? Isso vai mandar pro juiz, né? (...) Agora vamos ver esse processo aqui, onde é que vai...” (Hortência)

“(...) já foi pra justiça (processo contra o ex-marido), tudo, só que é assim ó, não foi pra frente, na justiça (...) não sei te dizer (o porquê)”. (Acácia)

“(O que vai acontecer no Fórum) Não sei. (...) E tá assim, desse jeito. Eu não sei o que acontecer, o que vai acontecer, não sei mesmo. “Tô” completamente perdida”. (Dália)

Somado à falta de conhecimento sobre os procedimentos a serem executados por cada instituição, as entrevistadas também sofreram com os encaminhamentos equivocados entre os serviços. Elas foram informadas de forma pouco clara e precisa acerca de onde poderiam encontrar um advogado, em que local deveriam providenciar certos documentos, quem precisariam procurar para obter mais informações, etc. Situação essa que o depoimento a seguir, sobre o caminho que uma das participantes teve que fazer para tirar o companheiro da cadeia, ilustra com clareza:

“Daí eu tive que pagar uma multa, a fiança dele (companheiro), né? Daí até perguntei pra mulher (na Delegacia) aquela noite, daí ela assim: (...) como tu é da... pertence aos (cita o nome do bairro), tu tem que ir lá no Fórum da (cita o nome do bairro). (...) Pra vim pegar um advogado. (...) Daí no outro dia (...) eu peguei e vim aqui no Fórum da (cita o nome do bairro), cheguei aqui de manhã: não, só abre meio dia. Tá, esperei por aqui. Daí fui, cheguei ali: não, como é na (Delegacia de Polícia) tem que ser lá no Fórum redondo (...) eu nunca tinha ido. Lá fui eu. Daí eu fui naquela parte de baixo lá que eles encaminham advogado, né? Daí ele me deu um papel lá. Liguei pro cara, o cara disse: então vem até aqui. Daí peguei, caminhei até a (cita o nome da rua) lá, fui lá. Daí o advogado: não, pra mim tu tem que trazer isso, e isso, isso, isso, amanhã. Fui, arrumei tudo os papel, levei. Daí eu disse: mas acontece que lá ele tá preso, tá sem roupa. Não, ele tem que tar lá na Delegacia, tu vai lá amanhã e leva roupa pra ele. Daí na (Delegacia): não, esse indivíduo já não tá mais aqui. (...) Tá lá pro (cita o nome do bairro). Daí vou eu correr atrás. Daí chego lá no Fórum redondo, daí o advogado pra mim: não, tu tem que ir lá dizer que tu quer retirar a queixa, né? (...) pra tentar tirar ele (...) da prisão, né? Daí cheguei lá no Fórum redondo, daí ela (funcionária) assim: não, é só devido fiança, um salário mínimo. Tá, arrumei o dinheiro, fui lá, paguei. Daí cheguei lá no (fala o nome do bairro), daí a mulher do Fórum disse assim pra mim: agora só lá no (cita o nome do bairro) pegar ele. Tá, peguei fui lá. Peguei, cheguei lá o policial disse pra mim: não, que jeito que eu vou te liberar ele, se tu não tem nenhum papel? Daí eu disse: mas não, a mulher lá do Fórum mandou eu vim. Daí eles ligam pra cá, ligam pra lá, tinha que lá em tal lugar pegar um papel. Eu disse pra ele: eu não vou. Era lá perto do campo do Figueira, lá. Daí eu disse: eu não sei onde é que é. Daí ele ligou, daí a policial disse que já tava levando então”. (Magnólia)

Acerca desse relato, cabe destacar ainda que a peregrinação por diversos serviços para conseguir atendimento é outra característica do que uma das políticas públicas editadas pelo Governo Federal (Ministério da Saúde, 2002) denomina de violência institucional. É possível também inferir que o desabafo feito por umas das entrevistadas citadas – “*‘tô’ completamente perdida*” – ilustre bem a situação vivida pela maioria das participantes, a respeito da falta de conhecimento sobre seus direitos, bem como sobre os desdobramentos institucionais implicados na denúncia prestada na Delegacia.

Vale notar a importância da capacitação permanente dos profissionais, sensibilizando-os sobre a relevância de oferecerem todas as informações possíveis às mulheres que procuram pelos seus serviços. Além do mais, como o principal meio de acesso à informação das entrevistadas foi através da televisão, reforça-se a necessidade da utilização deste meio de comunicação, como forma de divulgar os direitos da mulher e a respeito da rede de serviço de referência no atendimento à mulher agredida. No entanto, é preciso que as campanhas e programas vinculados pela televisão não se restrinjam a tornar público apenas que a Lei Maria da Penha existe, por exemplo, mas igualmente esclarecer o que prevê seus artigos, assim como divulgar as diversas políticas públicas implementadas pelo Governo Federal de enfrentamento à violência contra a mulher.

6.4 Conselhos a outras mulheres agredidas

Esta subcategoria nucleou as recomendações feitas pelas entrevistadas a outras mulheres que também passaram pelas mesmas situações que elas tiveram que enfrentar. Embora o caminho feito pelas participantes na busca de auxílio nas instituições tenha sido muitas vezes tortuoso, difícil e nem sempre gratificante, o principal conselho dado por elas para outras mulheres foi para não terem medo de encarar as dificuldades e procurarem ajuda, como descrito a seguir:

“(...) na verdade, pra outras mulheres, tá, eu só diria o seguinte, que (...) elas deveriam de ir a frente, não ter medo e encarar, tá? Porque se deixar eles matam a gente”. (Acácia)

“(...) que nem eu tô ti falando, que a sorte seja lançada, porque se você não procurar ajuda, como é que você vai saber se vai dar certo ou não? Se você não der o primeiro passo, como é que você vai saber se você vai tropeçar ou não? Entendeu? Pras mulheres, assim, tipo que tem medo de procurar, de quê que adianta? Um dia desse, elas podem amanhecer morta. Então não é melhor amanhecer morta lutando, pelo menos, e não morrer aos pouquinhos? Entendeu? Essa é minha resposta que eu deixo,

pra que elas lutem, entendeu? Porque de qualquer jeito, se você tiver que morrer, você vai morrer, mas você vai morrer apanhando aos pouco ou você vai procurar ajuda? Se tiver que morrer, morre e às vezes você possa nem morrer e dar jeito, entendeu? Tipo, você ter ajuda e conseguir se livrar, entende? É um risco que você corre, é a sorte que tá lançada...” (Jasmim)

Assim, apesar de muitas entrevistadas ainda estarem feridas e cansadas com tudo o que tinham vivido até ali, conseguiram também demonstrar força e determinação, mas principalmente esperança de que um dia conseguiriam transcender os obstáculos que se colocaram em suas vidas naquele momento. Se aliados à disposição mostrada pelas participantes, os profissionais das instituições que atendem mulheres vítimas de violência lhes proporcionassem o suporte psicossocial necessário para enfrentarem seus problemas, se construía, com isto, a relação ideal entre os serviços e suas usuárias, o que contribuiria para o enfrentamento à violência contra a mulher.

7. AS REDES DE SUPORTE SOCIAL

A referida categoria definiu o conjunto de relações consideradas significativas pelas entrevistadas e que lhe serviram de apoio após a agressão sofrida, tais como familiares, colegas de trabalho, amigos, vizinhos, assim como profissionais das várias instituições procuradas por elas. Evidenciou, também, aquelas relações que, em função da violência que as participantes sofreram, acabaram se afastando das mesmas. Vale ressaltar que os dados descritos nesta categoria podem ser visualizados tanto através do Mapa de Redes das entrevistadas (Anexo 5), quanto a partir dos respectivos Genogramas das mesmas (Anexo 4).

7.1 Rede de suporte familiar

Esta subcategoria conjugou informações da rede de suporte familiar das participantes, apontando tanto as pessoas que foram significativas e que, assim, serviram de auxílio a elas, quanto àquelas que se afastaram em função das agressões que sofreram. No momento da queixa na Delegacia, destacou-se a presença do pai, dos irmãos e dos filhos que estiveram ao lado das entrevistadas, assim como quando tiveram que procurar outros serviços de referência no atendimento às mulheres que sofreram violência:

“(...) o meu pai (acompanhou na Delegacia) e a minha filha. (...) Por que no momento que aconteceu, eu não tinha ninguém. A minha mãe tava trabalhando e ele trabalha aqui em casa mesmo. Então eu chamei ele pra me buscar e tudo”.(Rosa)

“Foi num domingo e nós três (ela, mãe e pai) indo pra Delegacia (...) e lá no IML foi aquela questão, na hora de estar lá dentro consultando, é sozinha, mas eu tive o apoio do meu pai (...) Ela (mãe) tava trabalhando, mas os dois tavam em comunicação.” (Camélia)

“A segunda (vez que procurou a Delegacia) eu fui sozinha e a terceira eu fui com meu irmão e com minha filha”. (Margarida)

“(...) desde a primeira vez, duas vezes o meu irmão me levou (até a Delegacia)”. (Iris)

Pôde-se observar que pais, irmãos e filho serviram de companhia para as participantes, pois se dispuseram a estarem juntos com elas para enfrentar uma situação tão difícil. Já com relação às pessoas da família que mais apoiaram logo após a denúncia da agressão, constatou-se novamente que os irmãos tiveram função importante para elas, assim como o pai, a mãe e seus filhos:

“Ah, eles (os pais) me acolheram (principalmente...) a minha mãe”. (Rosa)

“(...) hoje o meu grande apoio é aqui (com os pais), né? Hoje quando eu converso sobre isso eu busco conversar aqui (...) ele (irmão) ficou satisfeito pela atitude que eu tomei”. (Camélia)

“(...) quem tá mais próxima a mim é meus filhos. (...) Minhas filhas em primeiro lugar”. (Acácia)

“(...) meu irmãos todos apoiaram, porque eles já queriam o divórcio há muito tempo. (...) Então eu tive apoio de todo mundo”. (Margarida)

“Eu conto com meu irmão. (...) Só conto com meu irmão quando eu tô...tenho alguma coisa, eu vou lá e falo com eles, né? (...) volte e meia eu tô lá”. (Magnólia)

Por conseguinte, além de exercerem função de companhia para as participantes, seus familiares também serviram de apoio emocional a elas, uma vez que lhes proporcionaram um ambiente de estímulo e compreensão (Sluzki, 1997).

Quanto às pessoas que elas mais puderam contar para continuar enfrentando todo o processo contra o agressor, as participantes ressaltaram o apoio dado pela mãe e pelos integrantes da rede familiar ampliada, tais como tias, cunhadas(os), avós, sobrinhas e novamente citaram a ajuda oferecida pelos irmãos:

“(...) minha cunhada, eu tenho uma cunhada que nós conversamo (...) a minha irmã também (...) Meus filho (...) Os meus sobrinhos, né? (...) a filha da minha sobrinha (...) O meu filho ele tem um filho que ele registrou que não é dele, né? Esse que tá preso que tem um piquinho, né? Eu converso com a avó deles lá também, né? (...) eu gosto dos meus irmão. Gosto de sempre vê eles (...) eu gosto quando eu vou lá.” (Hortência)

“(...) principalmente essa daí (...) mãe do meu pai, meu Deus...(...) Elas (avós), assim, com a gente, assim, sabe, aquele tipo que ela não sabe o que faz (para agradar), assim (...e) ela (tia) é assim, ó, o que eu precisar dela, ela tá pronta pra ajudar. Mas em questões, assim, financeiras, entendeu? (...) Igual agora, eu fiz aniversário (...) aí ela tem, tipo, aquele cuidado. Ela foi lá em casa, sabe? Ela jantou lá em casa, tudo. E o (filho) fez dia XX de xxxxx também, ela foi com a gente no shopping, tudo. Ela que fez minha cabeça pra vim embora pra cá. Quando eu vim ela me ajudou muito”. (Dália)

“(...) a minha mãe, (...) tipo apoio na parte que eu preciso, assim, de um teto (...) de saber pra onde eu posso ir, que eu sei que eu deixei a minha filha lá, minha filha vai ter o que comer. Então primeira pessoa assim é ela (...) o (irmão) ele é... porque ele é o bem mais velho (...) Ele é como se fosse assim, tipo ficou um pouco no lugar do pai, ele é mais assim... é mais meigo comigo...” (Margarida)

“(...) quem cuida do guri pra mim trabalhar é ele (o irmão), né? (...) é ele que cuida o guri pra mim, né? Daí ainda até final de semana eu fui trabalhar, mas deixei ele lá no meu irmão”. (Magnólia)

“Eles (irmãos) só tão me apoiando nas decisões, que aí eu vou me mudar, vou fazer a casa, entendeu? (...) se eu continuar, se a minha decisão é essa mesmo eles vão (...) vão me ajudar...” (Iris)

Com relação ao tipo de apoio oferecido por seus familiares, encontra-se desde a ajuda financeira e material, com a possibilidade de ter novamente “um teto” para morar e saber que a filha ia ter “o que comer”, até o de servir de companhia para “levar ao shopping”, ou para simplesmente conversar. Assim, integrantes das famílias das entrevistadas se constituíram em importante fonte de companhia social, bem como de apoio emocional, de conselhos e de recurso materiais a elas, elementos estes que, segundo Sluzki (1997) compõe as principais funções de uma rede social de apoio. Além disso, tais atitudes ofereceram bem-estar às entrevistadas, assim como amenizaram as conseqüências de terem sofrido violência física, o que deu forças para elas continuarem lutando, como ressaltou uma das participantes:

“E olha como é importante numa situação dessa tu ter esse apoio (...) porque a gente pode tar cheio de coragem, pode tar cheio de até atitude, mas é muito bom mesmo, porque é o apoio que faz a coisa concretizar, né? (...) já pensou ninguém me amparando, ninguém....ah, isso é coisa da tua cabeça. Quê que ia ser de mim?” (Camélia)

No entanto, como em toda situação de conflito e crise, algumas pessoas da rede familiar das participantes se afastaram das mesmas em função das agressões que elas sofriam. Entre essas pessoas, encontram-se os próprios filhos das entrevistadas:

“O (filho mais velho) é que ficou distanciado, foi pro lado do (ex-companheiro)”. (Hortência)

“A (filha) que mora em (cita o nome do estado) como eu tô um pouquinho distante, né? Assim, não vejo, sinto bastante saudade. (...) ela mesmo não tava se sentindo bem cás agressões dele pra cima de mim, entende? Ela via, ela sofria, aí eu perguntei pra ela se ela queria ir cá mãe (avó), ela quis. Tem seis anos que ela mora cá mãe”. (Jasmim)

Já para a entrevistada que foi agredida pelo cunhado, o afastamento inevitável se deu por parte de sua irmã, esposa do agressor:

“(...) a minha irmã, infelizmente, abalou as estruturas. (... ela está) Bem distante. Pra eu tê-la novamente vai ser um caminho percorrido aí”. (Camélia)

Apesar de a violência ser um fator que, por si só, é capaz de provocar o distanciamento das pessoas que estão próximas, para uma das entrevistadas, a agressão sofrida pelo companheiro apenas manteve o afastamento que ela já tinham dos demais integrantes da família, mesmo quando eles souberam a respeito do que ocorreu com ela:

“Todos (irmãos estão afastados). Ela (irmã) mora do meu lado, é como se fosse nada, entendeu? (...) ficou igual, amplo. (...) Porque na verdade a minha família nunca valorizou nem eu, nem a minha irmã (...) Ela já vai mais pra lá. Eu já não, eu fico mais no meu canto (...) é tipo assim, ó, eu conto a história pra ele (irmão), é como se fosse nada. Ele não entendeu nada (...) porque ele não se mete nos assuntos, entendesse? Mas ele é curioso. (...) Só pergunta. Até achei que ele ia me ajudar, né? Hum, espera sentada. (...) Nada.” (Acácia)

No caso da participante citada a seguir, seus pais, que já eram afastados dela, colocaram-se ao lado do agressor quando ela decidiu denunciá-lo na Delegacia, apesar de terem conhecimento da violência física que ele havia cometido contra a filha. Desse modo, a agressão sofrida por ela apenas aprofundou o distanciamento que já existia entre eles:

“Eu liguei pra ela (mãe), né, falando da machadinha, isso e aquilo, né? Então ela disse: ah, pára com isso, não sei o que. Aí falei pra ela: a senhora prefere uma filha num caixão, ou prefere uma filha voltar pro ex-marido à força? Ah, eu vou comer que a minha comida tá esfriando! Então pra mim, eu dei a entender que ela preferia eu no caixão do que eu me afastar dele, pra mim (...) E também a minha mãe disse (...) ela disse na minha cara: ele (companheiro) não vai preso. (...) Se ele for, chegar ao ponto de ir preso, eu vou testemunhar em favor a ele. Disse pra ela: a senhora prefere que eu vá presa do que ele? Ela disse: eu não quero que ele vá preso. Então deu a entender que ela prefere eu do que ele, né, ir preso (...) Ó, pra falar a verdade, meus pais já era afastado, se afastaram mais ainda”. (Violeta)

Situação semelhante também era vivida por essa mesma entrevistada com respeito aos seus irmãos, o que parece demonstrar que já existia entre eles uma relação familiar de afastamento, e que a agressão sofrida pelo seu companheiro não ajudou a modificar:

“(...) pelo que eu sei, quem tá sabendo da história (da agressão) é só a (cunhada) mesmo e o (irmão). Porque os outros (irmãos) eu não sei se tá sabendo, se não tá, porque eu não tenho contato com eles. (...) A (irmã) eu também não sei se tá sabendo ou não, porque eu também, eu fiquei muito... seis anos sem falar com ela. (...) O (irmão) eu não tenho contato. A (outra irmã) eu não sei se tá sabendo. O (outro irmão) eu também não sei...”. (Violeta)

Referida configuração familiar igualmente foi apresentada por outra participante que sofreu com o afastamento da mãe, depois que esta conversou com seu companheiro:

(...) minha família é um caso sério, porque a minha mãe... ele (companheiro) andou ligando pra minha mãe e ela agora, ela nem tá mais falando comigo. (...) Ficou indiferente, assim (...) Daí ela disse, assim, que o problema era meu, quando eu fui entrar nessa relação eu não pedi pra... só falou isso”. (Dália)

Além disso, a mãe dessa entrevistada era advogada e mesmo sabendo das dificuldades da filha em processar o agressor, não se colocou à disposição para orientá-la a respeito do caso:

“Ela é advogada (...) E eu pedi muito ajuda pra ela.... pedi, pedi, pedi e ela me enrolando, dizendo que ela não podia fazer aqui (o processo). E não era isso, que ela pode, entendeu? Eu falei isso pra ela, eu falei: me batendo aqui, me humilhando pra arrumar um advogado aqui e você podendo me ajudar. E ficou falando pra mim que não podia. Daí ela disse que é porque ela não queria que eu mexesse com isso”. (Dália)

A única irmã que a entrevistada em questão tinha, também se mostrou indiferente à agressão sofrida por ela, ou seja, não esboçou qualquer atitude para ajudá-la, nem sequer teceu algum comentário sobre o que lhe aconteceu. Enquanto que uma de suas primas disse que iria orar para que tudo desse certo com ela, o que para a participante não serviu de apoio para sair do problema.

Portanto, apesar de terem sido agredidas fisicamente pelo (ex)marido/companheiro, a gravidade deste fato não foi suficiente para modificar a forma como se dava a relação entre essas participantes, seus pais e irmãos(ãs), evidenciando que o problema entre eles era muito mais antigo e profundo do que aparentemente se podia constatar.

Do mesmo modo que ocorreu com relação aos próprios familiares, alguns membros das famílias dos agressores também se afastaram das participantes, como a irmã e a mãe de dois deles, de acordo com os depoimentos em continuação:

“A irmã dele (companheiro - se afastou). (...) É que no dia que eu fui pegar minhas roupas eu discuti muito com a mãe dele (...) que ela não queria que eu tirasse (as minhas coisas) de lá, e eu tinha que pagar conta. Então ela preferiu... a mãe dela (irmã do agressor) falava muito... é, daí ela falava muito de mim, muito mal. Até falou umas coisas que eu tinha falado dela (irmã do companheiro), que eu não falei (...) aí ela se afastou”. (Rosa)

“(...) a mãe dele (companheiro) era muito minha amiga (...) a mãe dele, assim, me surpreendeu, assim, que eu achei que não ia me tratar do jeito que me tratou. Pelo tempo que eu já sou casada, há dezessete anos, sempre foi muito minha amiga (...) ela sempre me apoiava (...) aí de repente, quando eu saí de casa, assim, ela ficou totalmente contra mim, assim, sabe? Eu não entendi mesmo se ela ligou lá em casa, assim, me encheu de desaforo, assim. E eu fiquei pensando: meu Deus, ela sofre esses anos todos, há trinta e poucos anos na mão do marido dela e não entendeu que eu saí pra não continuar sofrendo isso!” (Margarida)

Observa-se, com esse último depoimento, como a entrevistada esperava certa cumplicidade da sogra em relação à sua situação, já que ela também passava com o marido o mesmo tipo de sofrimento que a participante vivia. Além disso, contava com a amizade e o apoio que teve durante muitos anos da mãe de seu marido. No entanto, essa participante foi surpreendida pelo fato de a sogra ter dado mais relevância ao perfil de mãe naquele momento, do que ao de mulher também agredida, assim como não se preocupou em preservar a amizade que existia entre elas.

A cunhada, mulher do irmão do agressor, também foi outra pessoa que era próxima de uma das entrevistadas e que acabou se distanciando da mesma, quando a participante prestou queixa na Delegacia contra o companheiro:

“A minha cunhada. (...) Mulher do irmão dele (companheiro) (...) eles ficaram com raiva de mim, né? Porque eu fui na Delegacia. (...) (a relação) Era bem próxima, principalmente a cunhada dele”. (Dália)

Cabe notar que, dos últimos três relatos expostos, quando a violência foi tolerada pelas participantes, elas podiam contar com o apoio e a amizade dos integrantes da família dos agressores. Contudo, quando decidiram dar um fim às agressões sofridas, isto motivou o afastamento dessas pessoas de sua rede social significativa.

Ao contrário dessa situação, um dos cunhados de outra entrevistada, marido da irmã do agressor, distanciou-se da mesma justamente por ela ter aceitado que o companheiro que lhe agredida retornasse para casa:

“(...) depois que soube que ele (companheiro) voltou, aí ficaram meio (...) mudou um pouco (...) o meu cunhado mesmo se afastou um pouco, nem direito com meu marido ele fala, né?” (Jasmim)

Nesse caso, pode-se afirmar que a tolerância à violência foi o fator que desagregou a rede familiar que a participante havia conseguido reaproximar, quando realizou a denúncia contra o companheiro na Delegacia.

Ao constatarem o afastamento dos próprios familiares, algumas entrevistadas tentaram justificar o distanciamento dos mesmos. A participante que foi agredida pelo cunhado, por exemplo, culpou a si mesma pelo afastamento da irmã que era casada com ele:

“A questão da minha irmã, afastou porque assim, ela também buscava uma atitude diferente de mim, entendeu? Trabalhou também nisso, ela acreditava em mim, acreditava que eu fosse fazer a coisa diferente, né? Que eu deixasse... confiou em mim e decerto eu não supri as... não correspondei. Por isso eu até entendo, né? Mas afastou”. (Camélia)

Outra participante não conseguiu dar qualquer justificativa para o distanciamento da mãe, nem para o fato de a mesma ter apoiado seu companheiro e não ela:

“Ó, eu pra falar a verdade, a minha mãe eu não sei. Eu já imaginei que eu não fosse filha dela. Eu posso ser filha dela com outro, posso ser filha de meu pai, qualquer coisa, porque eu nunca senti um amor de carinho, assim, de mãe mesmo por mim (...) eu faço de tudo, tudo, tudo, tudo, eu sofro pra ter o carinho dela e não consigo. Então eu abri mão. (...) Eu não sei por que tanto desprezo!” (Violeta)

Uma das entrevistadas que também sofria com o distanciamento da mãe tentou dar razão a atitude adotada por ela, inclusive sobre o fato de ela não ter lhe oferecido orientações jurídicas acerca de sua situação:

“(...) a minha mãe ela é... ela tem um sentimento de posse, sabe? Então é assim, se eu for morar lá (...), dentro da casa dela, pra ela tá ótimo, tá ótimo, tá perfeito, ela me apóia em tudo que eu precisar, mas a partir daquele dia que eu saí da casa dela, daí acabou. Aí ela nem vem aqui. Fazem cinco anos que eu tô aqui, ela só veio aqui uma vez. Então é isso. E ela fala pra todo mundo: ela tá aí porque ela quer, ela que se vire. Entendeu? Então ela tem meio que um sentimento de posse, assim. Então é isso que acontece”. (Dália)

Em contrapartida, a justificativa dada por essa mesma participante para a indiferença demonstrada pela irmã com relação a sua situação, foi pelo fato dela ser introvertida e estar preste a se casar:

(...) porque a minha irmã ela é muito assim... muito na dela, assim, sabe? Ela também tá toda enrolada que ela vai casar agora. Então ela tá bem envolvida, assim, ela nem tá muito, muito preocupada nada, assim". (Dália)

A migração também foi um motivo apontado por uma das entrevistadas pelo qual ela acabou se afastando dos familiares, podendo contar apenas com o irmão que se mudou junto com ela:

"Quando eu tava lá (outro estado), eu tava direto com eles (pais), quando eu morava lá. Eu ia quase todo dia tomar chimarrão na casa da mãe, trabalhava de noite, de manhã eu ia. (...) Hoje tá distante, né? Eu fico aqui, daí eu só ligo, volta e meia. (...) A minha irmã eu via quase todo dia, porque morava perto da minha casa. Meu outro irmão (...) também quase todo dia, porque ele era construtor. Daí sempre tava na rua, andando, daí a gente via. (...) Nós (ela e os enteados) era junto todo dia (...) depois que nós viemos pra cá, eles só ligam quando eles querem alguma coisa, senão..." (Magnólia)

No que diz respeito a esse último relato verifica-se que a distância geográfica dos outros membros da família fez com que o acesso e o contato dessa entrevistada com eles fossem afetados, assim como foi afetada a condição deles em responder com rapidez às situações de conflito vividas pela participante, o que gerou o afastamento entre eles, conforme também apontado por Sluzki (1997).

Somente uma entrevistada admitiu que ela e seus familiares se afastaram por ter se permitido viver tantos anos sendo agredida pelo companheiro:

"Por que eu deixei várias vezes ele vim, né? E ocorreu de novo (as agressões)". (Iris)

Isso exprime o que já havia sido levantado por Sluzki (1997), ou seja, que famílias nas quais a violência ocorre no interior de seu sistema, procuram se manter à distância (geográfica e emocional) das famílias de origem, além do fato de a violência possuir um efeito aversivo por si própria, como ressaltado anteriormente. Essa também foi a única participante que declarou ter expectativa de reconstruir sua rede familiar, após ter decidido separar-se definitivamente do agressor:

"Agora que eu vou resgatar, não sei, primo, prima, tios, não sei de ninguém. Ninguém vem na minha cas... não sei. Não sei, não tenho contato. (...) Agora que eu vou ver qual é que é esse resgate". (Iris)

Sendo assim, a relação com os familiares nem sempre foi fonte de apoio para algumas das participantes que, com isso, não puderam recorrer aos mesmos nos momentos de angústia, medo e dúvida. Isso contribuiu para que elas se sentissem ainda mais vulneráveis e condenadas

a ficassem ao lado do agressor, já que não tinham outras pessoas da família com quem contar. Apesar disso, todas as entrevistadas insistiram em incluir integrantes da família no primeiro nível de proximidade do Mapa de Redes (Anexo 5), especialmente aqueles que se constituíram em recursos de ajuda e de apoio a elas.

7.2 Rede de suporte de amigos

Descreveu-se neste momento a rede de suporte de amigos das entrevistadas que se constituiu após elas terem sido agredidas por seus maridos/companheiros e terem prestado queixa na Delegacia. Os amigos das participantes, em sua grande maioria, foram recursos principalmente de escuta e fonte de conselhos às mesmas, além de terem oferecido apoio emocional e companhia social a elas, como mostram os depoimentos abaixo:

“(...) teve um amigo meu que (...) eu acabei abrindo pra ele, né, o que aconteceu. Meu Deus do céu, se revoltou, né? (...) ele me levou pra sair aqui: nem aparece, põe uma maquiagenzinha e vamos sair assim que tu tá agoniada, não tá saindo. Me levou pra sair, pro público, filha. Até prum lugar que a gente sempre vai e eles conhecem (...) ele tá sendo meu companheiro (...) (os amigos) são pessoas que eu posso tranqüilamente desabafar: pô, tu sabe o quê que me aconteceu? Ó, aconteceu isso, isso, isso. Pessoas que vão sentir pela minha situação e me apoiar também”. (Camélia)

“(...) minha melhor amiga, mora aqui. (...) Ela e a (cita o nome de outra amiga) (...) e a minha cunhada (...) são as três pessoa que eu posso contar em qualquer momento (...) tenho mais apoio das amiga do que da família. (...) São pessoas, assim, que eu posso também, assim, desabafar, não tem?” (Violeta)

“(...) quem me incentivou também a procurar uma Delegacia da Mulher foi essa minha amiga que ele (companheiro) não suporta (...) A (outra colega) que ela também estuda testemunha de Jeová. (...) É, assim, posso dizer uma colega, entende? Que onde eu me desabafo algumas coisas, que ela até dá um pouquinho de conselho”. (Jasmim)

No entanto, alguns amigos das entrevistadas também se afastaram das mesmas depois da violência que sofreram:

“(...) elas (amigas) se afastaram, que ela tinha, elas tinham mais acesso aqui em casa, entendesse? E eu não sei por quê que elas se afastaram daqui (...) de repente elas tão procurando o caminho delas, né?” (Acácia)

No caso da participante citada logo acima, ela não tinha conhecimento do por que as amigas haviam decidido não freqüentar mais a sua casa, depois que foi agredida pelo ex-companheiro e pelo filho. Já para a próxima entrevistada era evidente para si mesma, que havia

ficado sozinha em função de seu próprio isolamento, devido à vergonha de ter deixado a relação conjugal chegar ao ponto que alcançou:

“(...) eu fiquei sem ninguém. (...) Por causa a mi... isso, por tudo isso. (...) Vizinhos (...) nas escolas. E eu me afastei, eu fui me afastando muito”. (Iris)

Nessa situação, constata-se o isolamento social que os estudos (Bedone & Faúndes, 2007; Monteiro & Souza, 2007; Villela & Lago, 2007; Oshikata, Bedone & Faúndes, 2005) apontam como uma das seqüelas geralmente encontradas em mulheres que sofreram ou ainda sofrem violência dentro de casa.

A volta da relação conjugal entre uma das participantes e o seu agressor logo depois que a mesma o havia denunciado na Delegacia, foi outra razão apontada como tendo provocado o afastamento de uma das amigas da entrevistada citada abaixo:

“Que até a gente (ela e a amiga) se afastou um pouco por causa dele (companheiro), entende? Porque ela não vai “cás fussa” dele, porque ela não admitia o que ele fazia comigo, entende? Ela não admitia...” (Jasmim)

Apesar disso, foi reduzido o número de amizades que as participantes perderam devido à violência sofrida, em comparação com o número de familiares que se afastaram delas, dando indícios de que as entrevistadas conseguiram constituir uma rede social de amigos mais bem estruturada e coesa do que a que possuíam com a própria família.

7.3 Rede de suporte do trabalho

A subcategoria em questão apresentou a rede de suporte do trabalho que se formou em função da violência sofrida pelas participantes deste estudo. Os colegas de trabalho das entrevistadas, assim como seus amigos, também se constituíram em fonte importante de escuta e de conselhos às mesmas, como exposto em continuação:

“(...) converso com meus colegas lá do trabalho, minhas colega, né? (...) do trabalho tem bastante gente”. (Hortência)

“(...) ela (colega de trabalho) era bem minha amiga, ela é muito minha amiga. (...) Tanto que todas as vezes que ele (companheiro) me bateu, só ela que sabia, eu só falava pra ela”. (Dália)

“(...) desde que eu comecei a trabalhar lá, a gente tá sempre muito próximo, entende? Então um conta as coisas dos outros, assim, e eles me apóiam bastante. Sempre me deram força, sempre as coisas que eu conversei com eles, eles me davam...a gente conversava (...) eles tão louco que eu volte”. (Iris)

“E quem me ajudou muito, assim, mudar meu jeito, assim, um pouquinho, assim, ser mais rude comigo mesmo foi essa menina que trabalhava comigo, que ela falou que enquanto eu não tomasse atitude, ele (companheiro) sempre iria ser assim (...) essa menina que trabalhava comigo, né? Que eu posso dizer que é uma amiga. (...) Que me deu bastante apoio. Ela e a (outra amiga) que é a outra senhora que trabalhava com a gente (...) quem me falou também sobre a Delegacia da Mulher, tudo, tal, que eu iria tar processando meu marido, mas que aí ele ia ter que sair de casa por causa do processo e me explicou isso direitinho (...) é o contador lá da fábrica, da firma, né? (...) ele me explicou que se era isso mesmo que eu queria (...) se eu estava consciente disso que eu iria fazer pra depois não querer voltar atrás, dizer: não, eu não queria... entende? Ele me explicou”. (Jasmim)

Entretanto, não foram apenas os colegas do serviço que constituíram a rede de apoio das entrevistadas. De igual modo, seus patrões e suas patroas se destacaram como pessoas que elas puderam contar nos momentos mais críticos das situações que viveram:

“(...) quando deu esse rolo todo, eu podia contar cá minha patroa (...) que ela me deu muito conselho, né?” (Violeta)

“(...) ela (amiga) é uma senhora, assim, ela foi a minha chefe ano passado, sabe? E ela me ajuda em tudo, assim, ela é mãe mesmo, né? (...) ela que tem me ajudado, ela que tá sempre comigo, ela me liga todo dia, ela vai ali em casa. Domingo mesmo nós vamo lá pra casa dela”. (Dália)

“(...) o meu patrão (...) ele veio e perguntou pra mim como é que eu tava. Eu disse: tudo bem, né? Daí depois que passou o movimento, que eu tava pra ir embora, daí eu falei com ele. Daí contei ainda que eu ia fazer um empréstimo, né? Pra poder tirar ele (companheiro) de lá (prisão). Ele não deixou (...) ele pegou e me emprestou o dinheiro (...) Daí ele: não, tu não vai fazer empréstimo, vai pagar muito juro, eu vou te emprestar, e o que tu precisar eu te ajudo”. (Magnólia)

Pode-se dizer que o trabalho, além de ter sido fonte de recursos financeiros para as entrevistadas dar seguimento as suas vidas sem depender tanto do marido/companheiro, também foi uma relevante fonte de pessoas que lhes ofereceram conselhos e apoio emocional. Além disso, verifica-se que o vínculo profissional extrapolou o ambiente do serviço, criando uma proximidade entre as entrevistadas e seus colegas/patrão(oa) característico das relações de amizade. Dessa forma, é possível inferir que, nesses casos, o trabalho foi um importante fator de proteção a essas mulheres, pois elas puderam contar com as pessoas que pertenciam a esse contexto, para lhes fornecer o suporte necessário para enfrentarem uma relação conjugal permeada pela violência.

7.3 Rede de suporte comunitário

Com respeito a esta subcategoria, descreveu-se como se estabeleceu a rede de suporte comunitário das entrevistadas. De acordo com os depoimentos das participantes, os vizinhos formaram uma rede importante para poderem conversar e contar para qualquer necessidade, mesmo com relação à situação de conflito e violência que estavam vivendo:

“Eu converso com vizinhos, essas coisa, né? (...) Ainda há pouco conversei com a vizinha aqui de baixo, aqui...” (Hortência)

Vale enfatizar, com relação a essa entrevistada, que ela foi uma das poucas que tinha um número elevado de vizinhos com quem podia conversar e pedir conselhos, o que lhe gerava certo alívio e conforto, mesmo tendo incluído os mesmos somente no segundo nível de proximidade de seu Mapa de Redes (Anexo 5).

No que tange próxima entrevistada, a forma de interação estabelecida entre ela e os vizinhos foi de apoio quase incondicional, pois eles se conheciam e moravam próximos um do outro desde quando essa participante era criança:

“(...) eu tenho um vizinho aqui que pelo amor de Deus, né? É o que... qualquer coisa, o (vizinho) ali, nunca me viraram as costas. (...) Eles viajam, eu fico sozinha, eles ficam... já falam: qualquer coisa é só gritar. E de fato, qualquer coisa que eu precise é só falar (...) me dão apoio (...) o meu vizinho que eu adoro, adoro ele (...) e as filhas (do vizinho), né? (...) minha vizinha que também jamais, jamais me viraria às costas. Se eu chegar lá: eu tô precisando disso, disso, disso, me aconteceu isso, isso e isso, tem gente lá na minha casa (...) são pessoas que a gente pode tar contando e eles também podem tar contando com a gente”. (Camélia)

No próximo caso, os vizinhos da entrevistada foram as pessoas que tomaram a iniciativa de chamar a polícia por causa das agressões que eles possivelmente deveriam ver e/ou ouvir que ela sofria, assim como procuraram alertar a participante acerca dos momentos em que o agressor estava “rondando” a sua casa:

“(...) o vizinho chamou a polícia (...) a vizinha me ligava, dizia que o (companheiro) tava rondando lá de madrugada”. (Dália)

A atitude adotada por esses vizinhos favoreceu o acesso dessa participante a pessoas que, até então, não faziam parte da sua rede de apoio, como foi o caso da solicitação da ajuda policial. Desse modo, foi dada a possibilidade a ela de dar outro rumo para a relação conjugal que estava vivendo, o que também faz parte das funções que a rede social pode desempenhar em relação a um indivíduo, conforme apontado por Sluzki (1997).

A religião foi do mesmo modo apontada por algumas entrevistadas como tendo servido de fonte de apoio às mesmas, conforme os relatos a seguir:

“Eu vou às vezes é no espírita, né? (...) É bom, me faz calma”. (Hortência)

“(...) ele (amigo) tem o terreiro, né? Do pai dele, de santo. Lá uma vez ou outra num sábado eu vou junto com ele pra ver qual é, né? É divertido”. (Acácia)

“(...) estudo testemunha de Jeová. As moças vão me dar aula em casa, entendeu? (...) eu gosto. Já tem uns dois sábado que elas não me pegam em casa, né? E eu já tô com saudades de estudar, né? (...) eu, tipo, conversava muito com essas mulheres da religião, (...) que elas me passavam uma coisa boa. (...) São duas irmãs (...) eu adoro elas”. (Jasmim)

Embora a religião se configurasse como uma “diversão” para as entrevistadas ou, ainda, como algo que as faziam ficar mais “calmas”, pelo menos para uma delas a religião não lhe ofereceu tantos recursos para continuar lutando, nem para acreditar que a sua situação poderia se tornar melhor:

“(...) nem ir pra igreja tá me deixando mais, assim... que tem dias que eu escuto, penso... “Cê” vê, eu ouço essa rádio aí, tá o dia inteiro só de Deus e assim, sabe, eu tô de um estado tão assim, que eu chego a pensar assim: poxa, mais esse Deus que faz, que acontece, por quê que comigo não acontece? Sabe?” (Dália)

Infere-se que mesmo para as outras entrevistadas, o apoio religioso não foi tão significativo quanto o obtido com as demais redes de relações (de familiares, amigos e colegas de trabalho), pois elas não demonstraram fazer questão de estar em contato constante com a religião ou crença cultivada, quando afirmaram que iam ao centro espírita, ou de umbanda, apenas “às vezes”, ou “uma vez ou outra”. Além disso, somente em um momento da entrevista a maior parte das participantes lembrou-se de citar a religião como fonte de apoio a elas, que foi durante a confecção do Mapa de Redes (Anexo 5).

Cabe destacar, ainda, a respeito desta subcategoria, que somente uma das entrevistadas afirmou freqüentar regularmente um clube com as amigas para poder se divertir e conhecer outras pessoas. No que diz respeito às demais participantes, além de não irem a nenhum clube, também não faziam parte de qualquer associação de pais ou de moradores, não freqüentavam academias, nem faziam cursos, enfim, praticamente não possuíam um espaço para encontros sociais em suas rotinas de vida.

Assim, o isolamento social ao qual essas entrevistadas se submeteram, pelo menos em termos das poucas relações que possuíam referentes à comunidade, apenas contribuiu para

aumentar sua vulnerabilidade, pois ao não poderem contar com uma rede de apoio ampliada, tornou-se mais difícil para elas conseguirem ver uma saída para a relação em que sofriam violência. Além do mais, vale lembrar que referido isolamento somente favorece que novas agressões sejam exercidas contra elas, já que não possuem um número de pessoas próximas o suficiente, para de algum modo exercerem o controle social necessário para evitar que atitudes como essas ocorram.

7.5 Rede de suporte institucional

A presente subcategoria discorreu sobre a rede de suporte institucional que se formou a partir da denúncia das entrevistadas contra os agressores e também por terem procurado tratamento para as seqüelas físicas e psicológicas que a violência gerou nas mesmas.

Embora as participantes desta pesquisa tenham feito reclamações acerca do atendimento prestado pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, elas acabaram incluindo os profissionais que atuavam nesta instituição entre as relações que se tornaram significativas para elas durante o processo de denúncia do agressor, conforme demonstram os seguintes depoimentos:

“(...) eu falei bastante da vida, assim, pra ele (profissional). Aqui eu colocaria ele (no mapa de redes) (...) e também a escrivã”. (Rosa)

“(...) colocaria o policial (...) primeira vez que eu vi ele lá. Muito gente boa (...) vamo dar um ponto x pro escrivão, né?”. (Acácia)

“Eu gostei muito o atendimento do (profissional) (...) e a escrivã “co” escrivão (...) Me atenderam super bem”. (Violeta)

Mesmo a entrevistada que foi tratada com preconceito por um dos profissionais da referida Delegacia em função da tatuagem que possuía, acabou inserindo este mesmo profissional na sua rede de apoio significativa, pelo fato de, após o episódio da tatuagem, ele ter adotado uma atitude de consideração com o que era dito por ela.

Com relação às outras Delegacias de Polícia, a delegada foi a profissional que mais se destacou em função do atendimento humanizado que prestou a uma das entrevistadas, além de ter produzido resultados com rapidez:

“(...) a delegada, filha. A delegada, meu Deus (...) se ela tratar as mulheres do jeito que ela me tratou? Meu Deus, vai ser um trabalho lindo”. (Camélia)

Uma funcionária do serviço de Medicina foi igualmente incluída entre as pessoas que passaram a compor a rede de apoio da última participante citada acima, como exposto abaixo:

“Aquela moça do IML, né? (...) Se eu tivesse numa situação que eu tivesse que procurar, eu ia procurar ela, sim, mesmo ela sendo brava, coisa, ativa, né? Ui, bem... eu procuraria, por quê? Porque eu sei que é sensível (...) se sensibilizou. (...) Esse atendimento humanizado, sabe? De ver as coisas como aconteceu. Nada de peninha, de coisa, porque eu não preciso disso, mas vê as coisas, né, como aconteceram”. (Camélia)

Entre as psicólogas procuradas pelas entrevistadas, três foram mencionadas como tendo sido importantes guias cognitivos e de conselhos a elas (Sluzki, 1997), bem como foram fundamentais para o processo de superação das mesmas. Duas das psicólogas citadas eram da Delegacia da Mulher e outra trabalhava no serviço de Medicina.

As participantes também fizeram questão de mencionar outros profissionais para incluí-los em seus Mapas de Redes, pois embora não fizessem parte da rede de serviços de atendimento à mulher agredida, tiveram função determinante em auxiliá-las a transcender o problema que enfrentavam:

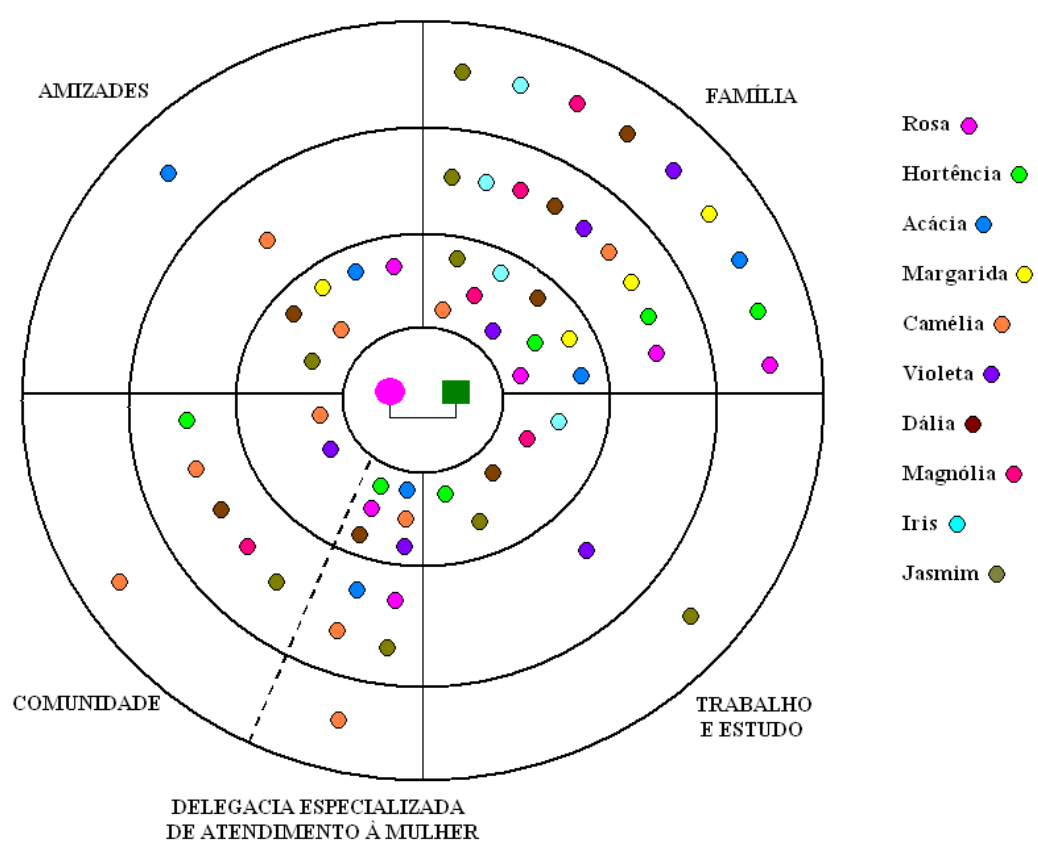
“(...) meu médico (...) do posto de saúde”. (Acácia)

“(...) ele (assistente social) assim, né? Ele trabalha o dia inteiro, mas, assim, se eu preciso conversar, basta eu ligar que ele atende”. (Margarida)

É relevante destacar, a partir dos relatos descritos nesta subcategoria, que todos os profissionais citados pelas participantes foram aqueles que prestaram atendimento humanizado a elas, ou seja, levaram em consideração o que diziam, assim como ofereceram informações e orientações às mesmas.

Pode-se dizer que esses profissionais tornaram-se importantes fontes de ajuda material e de serviços às entrevistadas. Além disso, com as atitudes adotadas por eles, acabaram formando um vínculo com as participantes característico do que Campos (2005) definiu como suporte social, elemento fundamental quando se pretende diminuir o grau de estresse vivido pelas usuárias desses serviços, assim como para proporcionar sentimento de proteção as mesmas.

Como forma de totalizar os dados obtidos com a presente categoria de análise será apresentado, em continuação, o Mapa de Redes correspondente às diversas relações que foram mencionadas por todas as entrevistadas para esta pesquisa:



Ao visualizar esse conjunto de dados, verificou-se que as redes referentes à comunidade foram as mais afetadas com a violência que sofreram. Nas demais redes, o nível de proximidade das pessoas com as participantes foi grande, mesmo em se tratando dos profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Este dado é relevante, pois aponta para estas relações como tendo sido consideradas significativas por elas e, portanto, como importantes redes de apoio e de ajuda, conforme apontaram Sluzki (1997) e Speck (1989). Além disso, de acordo com Sluzki (1997), essas pessoas possibilitaram bem-estar às entrevistadas, assim como deram condições para que elas enfrentassem a situação de conflito que estavam passando.

Vale destacar o fato de os profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher terem sido incluídos no primeiro nível de proximidade por seis das dez entrevistadas, o que evidencia que esta instituição se constituiu em um dos mais relevantes serviços de atendimento para elas, fato este também apontado por outros estudos no assunto (SPM, 2006; Pasinato & Santos, 2008). Reforça-se, com isso, a necessidade de que os serviços oferecidos nesse órgão sejam cada vez mais qualificados para receber tal demanda, além de eficientes em intervir em referido agravo.

É necessário levar em conta, ainda, o papel das variáveis macro-sociais que compunham o contexto em que viviam essas mulheres e que afetaram o modo como elas estruturaram suas redes pessoais significativas, como foi o caso da condição de necessidade/escassez em que algumas se encontravam, além do tipo de tradição e costumes que cultivavam, seus mitos e valores, etc. (Moré, 2005; Sluzki, 1997).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática proposta na presente pesquisa ancorou-se em um conjunto de pressupostos e motivações. Os principais pressupostos foram de que havia uma relação entre o acolhimento da situação de agressão sofrida pelas mulheres nas instituições de referência e a tomada de decisão das mesmas com a relação à situação da denúncia, e que a rede de serviços de referência em estudo não atingia seus objetivos institucionais, que eram pouco conhecidos tanto pelos profissionais que ali trabalhavam, quanto pelas suas usuárias.

Nesse contexto, esta pesquisa foi motivada, principalmente, pela busca de dados trazidos pelas mulheres que sofreram violência física e que a denunciaram, para que contribuíssem para a reflexão científica/profissional, assim como para sustentar intervenções mais eficazes, e para melhorar a qualidade dos recursos oferecidos pelos serviços responsáveis em receber tal demanda. Esses aspectos foram fortemente referendados pela literatura pesquisada, que aponta que a estrutura em termos de recursos humanos, materiais e físicos dessas instituições ainda está longe da prevista pelas políticas públicas dirigidas ao enfrentamento e prevenção de mencionado agravo. No conjunto dessas considerações iniciais, destacam-se, em continuação, as conclusões que foram possíveis de serem alcançadas com os dados obtidos através dos discursos das entrevistadas, de forma a responder, com isso, os objetivos propostos para este trabalho.

Pôde-se constatar que o uso da ameaça, a agressão verbal e a agressão física foram as principais configurações que a violência assumiu quando foram perpetradas contra as participantes desta pesquisa. Tais atitudes foram tomadas principalmente por seus maridos/companheiros e também por dois filhos adolescentes das mesmas. Embora as agressões e ameaças desferidas contra elas tenham sido algumas vezes severas, além de terem ocorrido várias vezes, houve por parte das entrevistadas a preocupação de tentar justificar a atitude tomada por seus agressores, como se existisse alguma situação ou motivo que pudesse “desculpar” a violência que havia sido perpetrada contra as mesmas. É provável que a vergonha e a culpa tenham pesado sobre essas mulheres, já que permitiram o desenvolvimento de tal situação até aquele ponto. Ao mesmo tempo, devia ser muito difícil para elas ter que aceitar que não conseguiram alcançar o projeto de vida conjugal e familiar almejado.

Contudo, não foi verificado, ao longo das entrevistas realizadas, se essas mulheres, de algum modo, encaravam a si mesmas como protagonistas da violência que sofriam, não no sentido de que elas provocassem e dessem razões para que tal ato fosse exercido contra elas,

mas no sentido de que, com as atitudes que elas deixaram de adotar (não denunciar o agressor) e com aquelas que realizaram (retirar a queixa contra o agressor), acabaram alimentando o ciclo da violência do qual elas eram vítimas.

Apesar de as participantes tentarem sempre relevar as violências que sofriam, constatou-se que certas atitudes agressivas tomadas contra elas ultrapassaram os limites que podiam suportar, o que acabou provocando a denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e a saída do agressor de casa. Além disso, pôde-se identificar as repercussões físicas (hematomas, dores pelo corpo), psicológicas (“depressão”, tentativas de suicídio) e sociais (isolamento social, afastamento do emprego) que tais agressões geraram, mesmo tendo passado semanas e, em alguns casos, meses em que a última atitude de violência havia ocorrido.

Como forma de suportar as consequências físicas, psicológicas e sociais que as agressões padecidas causaram, evidenciou-se que as entrevistadas utilizaram diversas estratégias de enfrentamento. Algumas usaram as que já conheciam, enquanto outras descobriram novas, que incorporaram ao próprio repertório, sendo que a maior parte das estratégias utilizadas proporcionou alívio do estresse e do sofrimento que estavam vivendo. Também foi possível verificar que, as características da personalidade das entrevistadas foram importantes para que elas colocassem em prática tais estratégias de enfrentamento – como o fato de serem otimistas e/ou “batalhadoras” – assim como variáveis encontradas no seu contexto foram igualmente fundamentais para que elas conseguissem superar suas dificuldades – como no caso de algumas delas exercerem um trabalho que lhes davam condições de sustento.

Devido à severidade e a frequência das agressões perpetradas contra as participantes, presumia-se que elas não suportariam voltar a ter uma relação conjugal com seus agressores, principalmente após a denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e a posterior saída deles de casa. Apesar disso, pelo menos três delas voltaram a morar com os agressores, e duas outras deram indícios de que poderiam aceitá-los novamente em casa.

Nessas situações, verificou-se que para algumas entrevistadas, o contexto de necessidade/escassez não lhes permitia dispensar a companhia do agressor, não apenas para dividir as despesas do dia-a-dia, mas também por que não tinham com quem deixar os filhos, ainda pequenos, quando saíam para trabalhar. Enquanto para outras, o fato de eles serem o pai de seus filhos foi mais relevante do que o fato de elas terem sido agredidas e, por isso, aceitaram o regresso deles a casa. Entretanto, nesses casos, evidenciou-se ao mesmo tempo o preço que elas precisavam pagar por tal decisão, que foi o de terem que se submeter ao complô

do silêncio, que produzia e conservava o isolamento social vivido por elas, assim como tiveram que também se tornar violentas, como forma de conseguir suportar as agressões sofridas.

Outro efeito nocivo da violência exercida contra as participantes foi constatado em crianças e adolescentes, que em várias situações foram expectadores das cenas de violência protagonizadas por elas e seus companheiros/maridos/cunhado. Mesmo não tendo sido objetos de tais agressões, mas principalmente quando foram alvos de violência semelhante à perpetrada contra suas mães/tia, eles sofreram as sequelas psicológicas e comportamentais decorrentes de tais condutas, como sentir medo de serem agredidos, assim como passaram a evitar ir para a escola.

Cabe chamar atenção para o fato de que dois filhos adolescentes das participantes também se tornaram agressores das mesmas, e igualmente foram denunciados por elas à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Este fato corrobora um dado apontado pela literatura pesquisada, de que crianças e adolescentes que presenciaram ou sofreram a violência perpetrada dentro da família, em suas várias configurações, são mais propensos a se tornarem também agressores em suas relações, pois aprendem que esta é uma forma válida de resolver conflitos. Nesse sentido, evidenciou-se a condição de vulnerabilidade familiar dessas crianças e adolescentes, afetando decididamente seu desenvolvimento psicossocial.

Outro elemento relevante que se destacou nos discursos das entrevistadas foi a ocorrência de um grande número de estressores horizontais no ciclo vital familiar das mesmas. Além disso, tais estressores foram, em boa parte, imprevisíveis, como a agressão gerada pelo marido/companheiro e pelo próprio filho contra elas; o abuso de álcool pelos maridos/companheiros e o uso de drogas pelos seus descendentes; a morte prematura do pai e de um dos irmãos das participantes; a condenação à prisão do filho e da nora, e os cuidados extras que uma delas teve que dispor aos netos. Desse modo, pode-se inferir que a presença desses estressores deve ter aumentado o nível de ansiedade na família dessas entrevistadas, e, conseqüentemente, tornando ainda mais difícil e custosa a elas e aos integrantes de sua família a transição de um momento do ciclo vital a outro.

Através da realização do Genograma dessas entrevistadas, também pôde-se identificar a transgeracionalidade da violência, tendo como exemplo disto a família de uma das participantes, onde verificou-se a violência física sofrida pela avó alcançando os próprios netos. Ao mesmo tempo foi possível constatar: a) um padrão de violência geralmente exercido pelos homens (maridos/companheiros) contra as mulheres (esposas/companheiras); b) a tolerância da violência por vários anos, sendo que a separação judicial foi utilizada como a principal forma

de acabar com as agressões sofridas, ao invés da denúncia prestada à polícia; c) que várias mulheres acabaram se tornando igualmente agressoras como forma de suportar a violência sofrida; d) que algumas participantes sofreram seqüelas psicológicas e comportamentais quando crianças, semelhantes às apresentadas por seus filhos, já que elas do mesmo modo presenciavam as cenas de violência que ocorriam entre seus pais, bem como foram alvos das mesmas agressões que se davam entre ambos.

No que diz respeito à presença da transgeracionalidade da violência nas famílias das entrevistadas é possível afirmar que a mesma atuou como um desagregador das relações de suporte familiar, interferindo diretamente nas condições das mulheres em criar novas estratégias de enfrentamento às agressões sofridas, já que o que se verificou foi a repetição das experiências já vividas e conhecidas por elas. Assim, a transgeracionalidade da violência teve como um de seus desdobramentos a presença de relações conjugais e familiares “truncadas” e cortadas, o que levou à fragilização das redes familiares das participantes.

No que tange ao atendimento oferecido pelas instituições encarregadas de receber vítimas de violência, constatou-se que nem sempre os serviços prestados nesses órgãos foram os previstos pelas políticas públicas criadas para enfrentar e prevenir este tipo de agravo. Pôde-se verificar por parte dos profissionais que atuam nesses serviços, atitudes de discriminação e desqualificação das entrevistadas, assim como de negligência na forma de atendê-las e de desconsideração a respeito de seus medos e ansiedades. Além disso, faltou encaminhá-las a outras instituições que igualmente compõem a rede de atendimento à vítima de violência, como as da área de serviço social, jurídico e psicológico. Sendo assim, evidenciou-se o despreparo que esses profissionais apresentavam ao receber essa demanda, o que fez com que algumas participantes vivessem o que se denomina de “violência institucional” dentro dos próprios serviços que deveriam atuar para acolhê-las.

Por outro lado, identificou-se também atendimentos que proporcionaram segurança e sentimento de proteção às participantes, pela forma solícita, prestativa e decidida com que os profissionais agiram a respeito do problema enfrentado por elas. Portanto, dispor de um atendimento humanizado, com acolhimento às mulheres que foram vítimas de violência não requer, necessariamente, que os serviços possuam recursos tecnológicos e uma infra-estrutura material e física avançada. Tal infra-estrutura e recursos são relevantes e devem sempre ser perseguidos pelas instituições que atendem essa demanda, até mesmo por que ajudam a tornar os serviços mais eficientes e rápidos de serem realizados. No entanto, pelo conjunto de dados obtidos com as entrevistadas, foi possível identificar que o simples fato de o profissional ter

levado em consideração um pedido feito por elas, ou de terem colocado limites nos agressores como forma de mostrar que a Lei estava efetivamente ao lado delas, foi o suficiente para repercutir positivamente nas mesmas. Destaca-se, com isso, a importância da capacitação e aperfeiçoamento constante dos recursos humanos disponíveis nesses órgãos, para proporcionar o melhor acolhimento possível de suas usuárias.

Outro elemento relevante observado na relação estabelecida entre os profissionais que atuam nos serviços de referência e as entrevistadas para esta pesquisa, foi a pouca informação e orientação prestada a elas acerca de seus direitos e do funcionamento da rede de atendimento. Das escassas informações oferecidas, algumas foram deturpadas pelas participantes, que se mostraram confusas com as leis referentes à situação pela qual estavam passando e também em relação aos procedimentos que deveriam ser adotados pelas instituições responsáveis por resolver o problema, o que tornou ainda mais difícil a elas tomarem alguma atitude com clareza, segurança e propriedade no assunto. Nesse tipo de situação, é preciso que os profissionais atentem para o fato de que a violência traz à tona um universo emocional que influencia no modo como as mulheres vítimas fazem a leitura das leis e das políticas públicas expostas a elas, o que leva a um processo de incompreensão e, em consequência, a perda da lógica das propostas oferecidas.

Além disso, a falta de apropriação do conhecimento transmitido a essas mulheres também se deveu à falta de acolhimento prestado por esses profissionais que, com isso, não proporcionaram o contexto adequado para que as informações comunicadas fizessem sentido a elas. Igualmente se faz necessário ter cuidado com o uso de linguagem científica ou “carregada” de termos técnicos, que da mesma maneira não contribui para a compreensão das usuárias dos subsídios que lhes são oferecidos. Enfim, é importante que os profissionais que trabalham em instituições que recebem vítimas de violência sejam conscientizados, sobre como a comunicação estabelecida por eles afeta decididamente a sua demanda tanto em termos comportamentais, como emocionais.

Considera-se pertinente ressaltar, ainda, que todas as propostas estabelecidas pelas políticas públicas para o enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher deveriam ser colocadas em prática em larga escala pelo país, como a criação de grupos de sensibilização às mulheres que sofrem violência e a formação de grupos de ajuda aos agressores, além da implementação da temática da violência no currículo das universidades, entre outros, pois se entende que, com isso, se estarão somando esforços com os serviços de referência para o enfrentamento e o cuidado com este tipo de agravo.

Vale destacar, também, a relevância do profissional da psicologia em estar atuando diretamente nesses casos, já que possui a instrumentalização necessária para intervir numa dinâmica familiar onde a violência se coloca mediando a relação entre seus integrantes. Caberia ao psicólogo, entre outras coisas, disponibilizar outras estratégias de enfrentamento a essas mulheres, bem como “desfazer” a crença de que a violência é uma forma adequada de tentar acertar as diferenças entre as pessoas, principalmente entre homens e mulheres. Ao intervir nessas situações, o profissional da psicologia estará oportunizando que essas famílias interrompam o ciclo de violência que se estabeleceu entre seus membros e que vem assombrando seus descendentes há várias gerações.

Com respeito à rede pessoal significativa, embora as instituições que recebem vítimas de violência não tenham oferecido, muitas vezes, o atendimento adequado à situação apresentada pelas entrevistadas, mesmo assim elas decidiram incluir alguns profissionais que atuavam nesses órgãos entre as pessoas que consideraram estarem próximas a elas. Dessa forma, pode-se dizer que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher se constituiu em importante fonte de ajuda material e de serviços às participantes. De igual modo, foram relevantes as redes familiares, de trabalho e de amizade das mesmas, que ofereceram, principalmente, apoio emocional e serviram de guias cognitivos e de conselhos a elas, o que de certa maneira ajudou a amenizar o impacto gerado pelas agressões sofridas.

Apesar do conhecimento obtido por este estudo, entende-se que por si só ele não fornece dados suficientes para se entender o fenômeno da violência contra a mulher em suas várias perspectivas, nem mesmo abarca todos os motivos que fazem com que os serviços que atendem mulheres vítimas de violência ainda não se encontrem aptos a proporcionar o atendimento humanizado, com acolhimento, pregado pelas políticas públicas referentes a essa temática.

Para tanto, outras pesquisas mereceriam ser realizadas, para que se possa compreender com maior profundidade, entre outras coisas, quais as dificuldades e facilidades existentes na relação que é estabelecida entre esses órgãos e as mulheres que são vítimas de violência. A implementação de estudos focados nos profissionais e funcionários desses serviços seria de igual importância para se verificar, por exemplo, suas expectativas, seus anseios e receios, além do impacto de terem que trabalhar diretamente com este tipo de agravo e com tal demanda. Ao mesmo tempo, não se tem conhecimento se as capacitações e os recursos oferecidos para o aperfeiçoamento desses profissionais surtem o efeito pretendido pelas políticas públicas, o que também mereceria ser foco de investigação.

Além disso, se poderia aprofundar cada vez mais sobre as variáveis constitutivas da dinâmica psicológica de mulheres que se submetem a uma relação conjugal e/ou familiar violenta, mesmo quando possuem condições sociais e econômicas de abdicar de referida relação. As desigualdades entre homens e mulheres ainda existem, mas estão progressivamente se enfraquecendo em nossa sociedade, então seria significativo pesquisar até que ponto os fatores que contribuem para as desigualdades entre os gêneros atuam hoje em dia, fazendo com que os homens compreendam que devem e podem exercer violência contra as mulheres, e que estas, por sua vez, intuem-se como condenadas a se submete a uma relação conjugal e/ou familiar mediada por violência.

Finalmente, é necessário apontar que o tema violência, por si próprio, é capaz de gerar forte impacto em quem o estuda, e por esse motivo, também gera aversão em vários pesquisadores em se envolver com tal assunto. Em termos de depoimento da pesquisadora da presente dissertação, é importante compartilhar que, após o contato com as mulheres que foram entrevistadas para este estudo, de ter sido bem recebida e, algumas vezes, acolhida pelas mesmas, além de ter ouvido um pedaço de suas histórias de vida, pôde-se constatar que, no fim das contas, tratava-se de pessoas que estavam tentando encontrar um espaço no mundo para concretizar seus projetos de vida e, assim, serem felizes. Mulheres que, apesar de terem sofrido tantas adversidades ao longo de sua existência, ainda conseguiam demonstrar um “fio” de esperança de que tudo podia se tornar melhor. Desse modo, deixaram sob a forma de relato a lição de que, mesmo que tudo pareça perdido e sem solução, vale a pena lutar e seguir em frente.

Assim, para finalizar este estudo, foi resgatada a frase da entrevistada de nome fictício Jasmim, que de algum modo sintetiza o que foi dito por outras participantes, ou seja, de que há formas de superar a situação, pois ao longo do caminho outras possibilidades podem ser descobertas de melhor enfrentamento da violência padecida:

“(...) se você não procurar ajuda, como é que você vai saber se vai dar certo ou não? Se você não der o primeiro passo, como é que você vai saber se você vai tropeçar ou não? (...) Essa é a minha resposta que eu deixo, pra que elas lutem, entendeu? Porque de qualquer jeito, se você tiver que morrer, você vai morrer, mas você vai morrer apanhando aos poucos, ou você vai procurar ajuda? (...) e às vezes você possa nem morrer e dar um jeito, entendeu? Tipo, você ter ajuda e conseguir se livrar, entende? É um risco que você corre, é a sorte que tá lançada...” (Jasmim)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, M. L. (2005). Anatomia del maltratador. La violencia como mecanismo de control. Em L.M. Cantera (coord.) *La violència a casa*. (pp. 33-68). Sabadell: Fundació Caixa de Sabadell.
- Acquaviva, M. C. (2006) *Dicionário jurídico brasileiro*. 13 ed. atual., rev. e amp. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira.
- Alberdi, I. (2005). Cómo reconocer y cómo erradicar la violencia contra las mujeres. Em: Programa de Prevención de la obra social “la Caixa”. *Violencia: tolerancia cero*. (pp. 9-87). Barcelona: Fundación “la Caixa”.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 105-120.
- Aldrighi, T. (2006). Família e violência. Em C. M. O. Cervený (org.) *Família e...* (pp. 197-220). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Andrade, G. R. B. & Vaitsman J. (2002) Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934.
- Antoniazzi, A. S.; Dell’Aglío, D. D. & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de *coping*: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294.
- Arón, A. M. & Llanos, M. T. (2004) Cuidar a los que cuidan: desgaste profesional y cuidado de los equipos que trabajan con violencia. *Sistemas Familiares y Otros sistemas Humanos*, 20(1-2), 5-15.
- Asen, K. E. & Tomson, P. (1997). La familia dentro de nosotros. Genogramas. Em K. E. Asen & P. Tomson. *Intervención Familiar: Guía práctica para los profesionales de la salud*. (pp. 39-51). Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Avdibegovic, E. & Sinanovic, O. (2006). Consequences of domestic violence on women’s mental health in Bosnia and Herzegovina. *Croat Med J*, n. 47, 730-741.
- Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres Espancadas – a violência denunciada*. São Paulo: Cortez.
- Barcellos, W. B. E. (2006). Violência intrafamiliar: ressonâncias na prática profissional do psicólogo. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.
- Bedone, A. J. & Faundes, A. (2007, fevereiro). Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: centro de assistência integral à saúde da mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 465-469. Recuperado em 28 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/24.pdf>
- Biasoli-Alves, Z. M^a. M. (1998). A pesquisa em psicologia – análise de método e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. Em G. Romanelli & Z. M^a. M. Biasoli-Alves (orgs.) *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa*. (pp. 135-157). Ribeirão Preto: Legis Summa.

Burge, S. K.; Schneider, F. D.; Ivy, L. & Catala, S. (2005, may/june) Patients' advice to physicians about intervening in family conflict. *Annals of Family Medicine*, 3 (3), 248-254.

Campos, E. P. (2005). *Quem cuida do cuidador. Uma proposta para os profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: Vozes.

Cardoso, V. S. (2006). "Tudo que eu fiz não tenho nada que me arrepender": percepções e vivências do estágio tardio na perspectiva de casais idosos. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Carneiro, A. & Oliveira, S. (2008, outubro). Violência intrafamiliar baseada em gênero com implicação de risco de vida: mulheres abrigadas na Casa Abrigo Maria Haydeé/Rio Mulher/Rio de Janeiro. *Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Caxambú – MG.

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *A mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar*. (pp. 7-29) Editora Artmed. 2ª edição. Porto Alegre – RS.

Cavalcanti, L. F.; Gomes, R. & Minayo, M. C. de S. (2006, janeiro). Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(1), 31-39. Recuperado em 25 de agosto, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n1/04.pdf>

Cecconello, A. M.; De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003) Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, vol. 8, num. esp., 45-54.

Cervený, C. M. O. (2002). Pensando a família sistemicamente. Em C. M. O. Cervený & C. M. E. Berthoud (orgs.) *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. (pp. 17-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cortez, M. B.; Padovani, R. da C. & Williams, L. C. de A. (2005, janeiro/março) Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, 22 (1), 13-21. Recuperado em 19 de setembro, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n1a02.pdf>

Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, 5(2), 9-35. Recuperado em 07 de agosto, 2007, de <http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/Costa>

Dabas, E. N. (1993) *Red de redes – las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Editora Paidós.

Dabas, E. & Najmanovich, D. (1995) *Redes – El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires: Editora Paidós.

Debert, G. G. (2002, outubro) Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher. *Texto apresentado no Seminário Gênero, Cidadania, Tolerância e Distribuição da Justiça, Unicamp* – Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu.

Dessen, M^a A. & Borges, L. M. (1998). Estratégias de Observação do Comportamento em Psicologia do Desenvolvimento. Em G. Romanelli & Z. M^a. M. Biasoli-Alves *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. (pp. 31-50). Ribeirão Preto: Legis Summa.

Devoto, R. M. T. (2002). Formas matriarcales y estrategias domésticas en situaciones de abuso sexual intrafamiliar. *Sistemas Familiares y Otros Sistemas Humanos*, 18(3), 101-111.

Diniz, N. M. F.; Lopes, R. L. M.; Gesteira, S. M. dos A.; Alves, S. L. B. & Gomes, N. P. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista de Enfermagem USP*, 37(2), 81-88.

Drezett, J.; Baldacini, I.; Nisida, I.V. V. ; Nassif, V. C. & Nápoli, P. (1999). Estudo da adesão à quimioprofilaxia anti-retroviral para a infecção por HIV em mulheres sexualmente vitimadas. *RBGO*, 21(9), 539-544. Recuperado em 27 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v21n9/a06.pdf>

Feito, L. (2007). Vulnerabilidad. *Anales des Sistema Sanitario de Navarra*, 30(3), 7-22. Recuperado em 17 de julho, 2008, de <http://scielo.isciii.es/pdf/asisna/v30s3/original1.pdf>

Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar - teoria e prática*. São Paulo: Editora Ágora.

Ferri, C. P.; Mitsuhiro, S. S., Barros, M. C. M.; Chalem, E.; Guinsburg, R.; Patel, V.; Prince, M. & Laranjeira, R. (2007, august) The impact of maternal experience of violence and common mental disorders on neonatal outcomes: a survey of adolescent mothers in São Paulo, Brazil. *BMC Public Health*, 7:209, 1-9. Recuperado em 25 de abril, 2008, de <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/7/209>

Folkman, S.; Lazarus, R. S.; Gruen, R. J. & DeLongis, A. (1986). Appraisal, coping, health status, and psychological symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(3), 571-579.

Fuster, E. G. (2002). *Las victimas invisibles de la violencia familiar: extraño iceberg de la violencia doméstica*. Barcelona: Paidós Ibérica. S.A.

Gil, A. C. (1991) *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gomes, M. C. P. A. (2005). Acolhimento, vínculo e integralidade: o poder do discurso ou o discurso sem poder? Um estudo sobre as práticas cotidianas em saúde da família em grandes centros urbanos. *Dissertação Mestrado*. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Hermann, J. & Barsted, L. L. (2004). Violência contra a mulher. *Um guia de defesa, orientação e apoio*. Cepia/Cedim. 5^a edição, atualizada e ampliada. Recuperado em 07 de agosto, 2007, de http://www.cepia.org.br/Textos_online/cartilha2000.pdf

Klefbeck, J. (1995) Los conceptos de perspectiva de red y los métodos de abordaje en red. In: Dabas, E. & Najmanovich, D. *Redes – El lenguaje de los vínculos*. (pp. 345-356) Buenos Aires: Editora Paidós.

Krause, J.M. (1993) *La construcción conjunta de la investigación – metodologías cualitativas*. Texto apresentado no Seminário da INTERFAS. Santiago de Chile, Chile.

Lapidus, G; Cooke, M. B.; Gelven, E.; Sherman, K.; Duncan, M. & Banc, L. (2002, april). A statewide survey of domestic violence screening behaviors among pediatricians and family physicians. *Arch Pediatrics Adolesc. Med.*, vol. 156, 332-336.

Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Recuperada em 16 de outubro, 2008, de www.planalto.gov.br

Marchi, V. (2005). A busca da integralidade nas ações dos profissionais de saúde mental: um desafio cotidiano. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Marcos, L. R. (2005). Semillas y antídoto de la violencia en la intimidad. Em: Programa de Prevención de la obra social “la Caixa”. *Violencia: tolerancia cero*. (pp. 89-128). Barcelona: Fundación “la Caixa”.

Marinheiro, A. L. V.; Vieira, E. M. & Souza, L. de (2006, agosto). Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 40 (4), 1-7. Recuperado em 12 de dezembro, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/nahead/ao-5008.pdf>

Mattar, R.; Abrahão, A. R.; Neto, J. A.; Colas, O. R.; Schroeder, I.; Machado, S. J. R.; Mancini, S.; Vieira, B. de A. & Martins, G. B. (2007, fevereiro). Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 459-464. Recuperado em 28 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/23.pdf>

McGoldrick, M. & Gerson, R. (2001). Genetogramas e o Ciclo de Vida Familiar. Em B. Carter; M. McGoldrick & col. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed. 2ª reimpressão. Cap.8 (pp.144-166). Porto Alegre: Artmed Editora.

Miller, D. & Jaye, C. (2007/february). GPs’ perception of their role in the identification and management of family violence. *Oxford Journals*, vol. 24, 95-101.

Minayo, M. C. de S. (2006). *O desafio do conhecimento científico: Pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec.

Ministério da Saúde (2002). Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, nº 8, Série A – Normas e Manuais Técnicos, nº 131. Brasília, DF.

Ministério da Saúde (2004). *Humaniza SUS - Política nacional de humanização*. Série B – Textos Básicos de Saúde. Recuperado em 16 de agosto, 2007, de http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/04_0148_M.pdf

Ministério da Saúde (2004a). *Acolhimento com avaliação e classificação de risco*. Série B – Textos Básicos de Saúde. Recuperado em 16 de agosto, 2007, de http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impressos/folheto/05_0050_FL.pdf

Ministério da Saúde (2004b). *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher – princípios e diretrizes*. Série C – Projetos, Programas e Relatórios. Recuperado em 03 de setembro, 2007, de http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf

Ministério da Saúde (2005). *Norma Técnica prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. Série A – Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 4. Recuperado em 24 de julho, 2007, de <http://portal.saude.gov.br/saude/>

Monteiro, C. F. de & Souza, I. E. de O. (2007, janeiro/março). Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto Contexto Enfermagem*, 16(1), 26-31. Recuperado em 22 de março, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a03v16n1.pdf>

Moré, C. L. O. O. (2000) Atendendo a demanda: proposta de um modelo de sistematização de intervenção psicológica junto a postos de saúde comunitários. *Tese de Doutorado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Moré, C. L. O. O. & Crepaldi, M. A. (2004). O campo de pesquisa: interfaces entre a observação, interação e o surgimento dos dados (p.588-593). *Conferência Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa*. 1.º Taubaté, São Paulo.

Moré C. L. O. O. ; Crepaldi, M. A. ; Queiroz, A. H. de ; Wendt, N. C. & Cardoso, V. S. (2004) As representações sociais do psicólogo entre os residentes do programa de saúde da família e a importância da interdisciplinaridade. *Psicologia Hospitalar*, São Paulo, 1 (1), 59-75.

Moré, C. L. O. O. (2005). As redes sociais significativas como instrumentos de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Revista Paidéia*, 15 (31), 267-297.

Morin, E. (1991). *Epistemologia de la complexidad: para una reformulación del pensar*. Apresentação Plenária IN Encuentro Interdisciplinario Internacional, “Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad”, Buenos Aires: Interfas.

Morin, E. (1996). Epistemologia de la complexidad. Em D.F. Schnitman (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. (pp. 274-286). Porto Alegre: Artes Médicas.

Muhr, T. (2004). *ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners*. Berlin: Scientific Software Development.

Najmanovich, D. (2001, septiembre). Pensar la subjetividad. Complejidad, vínculos y emergencia. *Notas e Debates de Actualidad*, 6(14), 106-111.

Najmanovich, D. (2002). El lenguaje de los vínculos. De la independencia absoluta a la autonomía relativa. Em E. Dabas, E. & D. Najmanovich (Org.), *Redes El lenguaje de los vínculos – Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. (pp. 33-76) Buenos Aires: Paidós.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (n.d.). Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. *Coleção “Gênero e Contemporaneidade”*, organizada pelo grupo de pesquisa "Estudos de Gênero" do Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da PUCRS, Rio Grande do Sul. Recuperado em 05 de maio, 2008 de http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/cap_narvaz.doc

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 395-406.

Oliveira, E. M.; Barbosa, R. M.; Moura A. A. V. M; Kossel K. V.; Morelli K.; Botelho, L. F. F. & Stolanov, M. (2005, junho). Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Revista Saúde Pública*, 39(3), 376-382. Recuperado em 24 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24790.pdf>

Organização Mundial da Saúde - OMS (2000). Violence against women. *World Health Organization*. Geneva. Recuperado em 17 de outubro, 2008 de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

Organização Mundial da Saúde - OMS (2002). World report on violence and health. *World Health Organization*. Geneva. Recuperado em 05 de agosto, 2007, de <http://libdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf>

Organização Mundial da Saúde - OMS (2005). WHO Multi-country study on women's health and domestic violence. *World Health Organization*. Recuperado em 17 de outubro, 2008 de http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/en/

Organização dos Estados Americanos – OEA (1994). *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará*. Recuperado em 10 de agosto, 2007, de http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo

Orth, A. P. da S. (2005). A dependência química e o funcionamento familiar à luz do pensamento sistêmico. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Oshikata, C. T.; Bedone, J. A. & Faúndes, A. (2005, janeiro/fevereiro) Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 192-199. Recuperado em 27 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n1/21.pdf>

Pasinato, W. & Santos, C. M. (2008). *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, São Paulo.

Pedro, F. D. da L. (2007). Dinâmica relacional familiar e desnutrição na infância em contexto de vulnerabilidade social. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Peralta, R. L. & Fleming, M. F. (2003, november/december). Screening for intimate partner violence in a primary care setting: the validity of “feeling safe at home” and prevalence results. *JABFP*, 16 (6), 526-532. Recuperado em 20 de outubro, 2008, de <http://www.jabfm.org/cgi/content/abstract/16/6/525>

Porto, M. (2006, setembro). Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(3), 426-439. Recuperado em 17 de agosto, 2007, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3a07.pdf>

Prefeitura de Florianópolis. (2002) *Protocolo de atenção às vítimas de violência sexual do município de Florianópolis*. Recuperado em 24 de julho, 2007, de <http://www.pmf.sc.gov.br/saude/adobe/protocolo.pdf>

Reichenheim, M. E.; Dias, A. S. & Moraes, C. L. (2006, agosto). Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 40 (4), 1-9. Recuperado em 12 de dezembro, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n4/ao-5342.pdf>

Richardson, J.; Coid, J.; Petruckevitch, A.; Chung, W. S.; Moorey, S. & Feder, G. (2002, february). Identifying domestic violence: cross sectional study in primary care. *BMG*, vol. 324, 1-6. Recuperado em 25 de abril, 2008, de www.bmj.com

Rifiotis, T. (2003). *As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a "judicialização" dos conflitos conjugais*. (pp. 1-24). Antropologia em Primeira Mão: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Rifiotis, T. & Santos, V. R. (2006). A judicialização da violência de gênero e o atendimento psicológico. *Trabalho apresentado em Fazendo Gênero 7*, Florianópolis. Disponível em http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_39.html

Saffioti, H. I. B. (2002, julho/dezembro). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Revista Estudos Feministas*, n. 1-2. Recuperado em 03 de maio, 2008, de http://www.unb.br/brihhisgefemlabrys1_2heleieth1.html

Sánchez, A. I. M. & Bertolozzi, M. R. (2007, janeiro/março) Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 319-324. Recuperado em 17 de julho, 2008, de <http://www.scielo.org/pdf/csc/v12n2/a07v12n2.pdf>

Santos, V. R. (2001). Práticas policiais nas delegacias de proteção à mulher de Joinville e Florianópolis. *Dissertação de Mestrado*. Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Savoia, M. G. (1999). Escalas de eventos vitais e de estratégias de enfrentamento (*coping*). *Revista de Psiquiatria Clínica*, 26(2), 57-67.

Scaranto, C. A. A.; Biazevic, M. G. H. & Michel-Crosato, E. (2007). Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4), 694-705.

Schmickler, C. M. (n.d.). *A revelação do indizível – um estudo sobre o protagonista do abuso sexual incestuoso*. Recuperado em 25 de julho, 2007, de <http://www.pmf.sc.gov.br/saude/adobe/indizivel.pdf>.

Schraiber, L. B.; D'Oliveira, A. F. P. L.; Couto, M. T.; Hanada, H.; Kiss, L. B.; Durand, J. G.; Pucia, M. I. & Andrade, M. C. (2007). Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, 41(3), 359-67. Recuperado em 28 de janeiro, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n3/5820.pdf>

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2006). *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)*. Brasília – DF.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2006a). *Governo Federal no Enfrentamento à violência contra a Mulher – Balanço das Ações 2003/2005*. Brasília – DF.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2007). *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. Brasília – DF. Recuperado em 20 de dezembro, 2008, de http://200.130.7.5/spmu/docs/pacto_violencia.pdf

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2007a). *Enfrentamento à Violência contra a Mulher – Balanço das ações 2006-2007*. Brasília – DF. Recuperado em 20 de dezembro, 2008, de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/enfrentamento_violencia_mulher.pdf

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2008). *II Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília – DF. Recuperado em 20 de dezembro, 2008, de www.parlamento.gub.uy/parlamentaria/descargas/NOTICIAS/Livreto_Mulher_Resumen.pdf

Seidl, E. M. F. (2005, setembro/dezembro). Enfrentamento, aspectos clínicos e sociodemográficos de pessoas vivendo com HIV/Aids. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 421-429. Recuperado em 27 de julho, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a09.pdf>

Silva, D. P. (2004). *Vocabulário jurídico*. 25 ed. Rio de Janeiro.

Silva, L. L. da; Coelho, E. B. S. & Caponi, S. N. C. de (2007, janeiro/abril). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. 11 (21), 93-103. Recuperado em 19 de setembro, 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>

Sluzki, C. E. (1990) Disrupción de la red y reconstrucción de la red en el proceso de migración. *Sistemas Familiares y Otros Sistemas Humanos*, Buenos Aires, ano 6 (2).

Sluzki, C. E. (1995) De cómo la red social afecta a la salud del individuo y la salud del individuo afecta a la red social. Em E. Dabas & D. Najmanovich. *Redes – El lenguaje de los vínculos*. (pp. 114-123). Buenos Aires: Editora Paidós.

Sluzki, C. E. (1997) *A rede social na prática sistêmica*. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sluzki, C. E. & Greaser, D. (2004). Acerca de la violencia: un credo para terapeutas. *Sistemas Familiares y Otros Sistemas Humanos*, 20(1-2), 17-23.

Souza, C. de M. & Adesse, L. (2005) *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Ipas Brasil.

Speck, R. V. (1989) La intervención de red social: las terapias de red, teoría y desarrollo. (pp. 20-39) Em M. Elkaim, *La práctica de la terapia de red*. Barcelona: Gedisa, 1ª ed.

Strauss, A. L. & Corbin, J. (1990). Grounded theory research: procedures, canons and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13, 3-21.

Sumariva, G. F. da S. (2007, 12 de abril). Lei Maria da Penha e as medidas protetivas da mulher. *Revista Jus Vigilantibus*. ISSN 1983-4640.

Tiwari, A.; Chan, K. L.; Fong, D.; Leung, W. C.; Brownridge, D. A.; Lam, H.; Wong, B; Lam, C. M., Chau, F.; Chan, A.; Cheung, K. B. & Ho, P. C. (2008). The impact of psychological abuse by an intimate partner on the mental health of pregnant women. *BJOG International Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 115, 377-384. Recuperado em 20 de abril, 2008, de www.blackwell-synergy.com

Vasconcellos, M. J. E. (1995). Um quadro geral da ciência. In M. J. E. Vasconcellos, *Terapia familiar sistêmica – bases cibernéticas*. (pp. 35-72). Psy II.

Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico – o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.

Villela, W. V. & Lago, T. (2007, fevereiro). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 471-475. Recuperado em 24 de julho, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/25.pdf>

Wendt, N. C. (2006). Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade. *Dissertação de Mestrado*. Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Wenzel, J. D.; Monson, C. L. & Johnson, S. M. (2004, june). Domestic violence: prevalence and detection in a family medicine residency clinic. *JAOA*, 104 (6), 233-239. Recuperado em 19 de setembro, 2008, de <http://www.jaoa.org/cgi/content/full/104/6/233>

Xu, X.; Zhu, F.; O'Campo, P; Koenig, M. A.; Mock, V & Campbell, J. C. (2005, January). Prevalence of and risk factors for intimate partner violence in China. *American Journal of Public Health*. 95 (1), 78-85.

Zink, T.; Elder, N.; Jacobson, J. & Klostermann, B. (2004, may/june). Medical Management of intimate partner violence considering the stages of change: precontemplation and contemplation. *Annals of Family Medicine*, 2 (3), 231- 239.

ANEXOS

Anexo 1

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada**1. Dados de Identificação:**

Nome (Iniciais): _____

Idade: _____ Nível de escolaridade: _____

Ocupação: _____

Estado civil: _____

Renda familiar: _____

2. Dados da ocorrência:

- Seria possível você fazer uma breve descrição do que aconteceu? (época; local; quem foi o agressor; forma da agressão; traumas físicos).*
- Você já havia sofrido algum tipo de situação desse tipo? Quando? O que ocorreu?

3. Atendimento após a situação de violência:

- Depois do ocorrido, que serviço de referência você procurou primeiro (hospital, polícia, instituição jurídica)? Por quê?
- Você tinha já conhecimentos dos serviços? Como ficou sabendo sobre os mesmos?
- O que aconteceu na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher? Quem foi que lhe atendeu? Como foi esse atendimento?
- Você lembra quais foram os procedimentos realizados? (Boletim de Ocorrência; Termo Circunstanciado; Medida Protetiva de Urgência; etc.)*
- Alguém conversou com você sobre seus direitos legais, tais como procurar um hospital e/ou o serviço jurídico? Quem? O que ficou para você disso em termos de informação?
- Foi oferecido a você algum tipo de proteção/abrigo?
- Você foi atendida por algum outro serviço de referência, tais como hospital, serviço jurídico, serviço psicológico? Como foi o atendimento?

* a pesquisadora esteve atenta a estes dados a partir da narrativa da informante.

4. Percepção da usuária sobre os atendimentos oferecidos:

- Na sua perspectiva, como foi o atendimento oferecido na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher? Lembra de alguma cena que gerou maior impacto quando foi atendida?
- Olhando hoje, o que você pensa que deveria ter sido oferecido a você naquele momento? Você foi acolhida pelos profissionais que tiveram contato com você?
- Sentiu algum tipo de discriminação ou preconceito por parte dos profissionais? Como foi isso? Você tinha algum receio de que isso acontecesse?
- Quanto aos serviços de referência pelos quais você passou, na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos. Por quê?
- A partir do que aconteceu, o que você gostaria que fosse modificado no processo de atendimento da Delegacia? Por quê? (horário de funcionamento, qualidade do atendimento, condições de acesso, instalações, localização).*

5. Situação emocional da paciente:

- Após a situação ocorrida, que sentimentos, emoções ou comportamentos você passou a experimentar? Como está hoje? (choro freqüente, dores de cabeça, alterações no sono e/ou no apetite, etc.).*
- Qual foi a principal dificuldade que você passou a enfrentar após o ocorrido?
- O que fez para enfrentar suas dificuldades?
- O faz atualmente para sentir-se melhor e lidar com o que aconteceu?

6. A rede social da paciente:

- Houve alguma alteração na sua rotina de vida por causa da agressão sofrida? Quais? (lazer; atividade religiosa; encontros sociais; no trabalho; no círculo de amigos).*
- Depois do ocorrido, você voltou a algum serviço de referência que teve contato? Teve vontade de voltar? Por quê?

7. Rede de apoio após a situação de violência vivida (Mapa de Redes):

- Alguém acompanhou você nos atendimentos nos serviços de referência? Quem? Por quê?
- Com que pessoa você pôde contar para conversar, buscar apoio e conselhos após o ocorrido? Isso ocorre até hoje? Em que lugar do Mapa de Redes você colocaria essas pessoas?

* a pesquisadora esteve atenta a estes dados a partir da narrativa da informante.

- Você pode contar com mais alguém atualmente? Quem? Em que lugar do Mapa de Redes você colocaria essas pessoas?
- Algum conhecido acabou se afastando de você após a situação de violência sofrida? Você sabe, ou supõe o por quê?

8. A rede de suporte familiar:

- Qual foi a reação de sua família após a situação sofrida?
- Como eles ficaram sabendo?
- Quem foi a pessoa de sua família que você constatou que lhe apoiou nessa hora? Em que lugar do Mapa de Redes você colocaria essas pessoas? Como está essa relação atualmente?
- Houve alguma mudança nas suas relações familiares após a ocorrência? Qual?
- Alguém da sua família se afastou de você em função do que aconteceu? Como está essa relação atualmente?
- Qual é a pessoa ou grupo de pessoas com quem você pode contar hoje para enfrentar a situação vivida?

9. Genograma:

- Como são as suas relações com a sua família de origem (pais, irmãos, tios, etc.)?
- Como é a relação com seus filhos?
- Você teve outras relações conjugais? Sofreu violência de outros maridos/companheiros?
- Já aconteceu a mesma situação que ocorreu contigo com outra pessoa da sua família? Com quem?
- Como foi para você ter participado desta entrevista?
- Você gostaria de dizer mais alguma coisa?
- Você gostaria de receber de volta o Mapa de Redes e o Genograma?

Anexo 2

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado em Psicologia**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Vimos através deste convidá-la a participar da pesquisa intitulada “Mulheres, Violência, Rede de Serviços de Referência e Suporte Psicossocial”, realizada pela mestrande Ana Cláudia Wendt dos Santos e pela orientadora Prof^a. Dr^a. Carmen L. O. Ocampo Moré, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta pesquisa tem como objetivo, caracterizar a violência sofrida e o suporte psicossocial oferecido pela rede de serviços de referência no atendimento a vítimas de violência, na perspectiva das usuárias destes serviços. Os dados obtidos com este estudo serão relevantes, pois contribuirão para o melhor acolhimento à mulher vítima.

A entrevista será gravada em áudio, sendo que seu nome, ou qualquer dado que possa identificá-la, não será usado. A sua participação é absolutamente voluntária. Caso se recuse a participar, isto não trará qualquer penalidade ou prejuízo para você. Mantém-se o direito de desistir da participação a qualquer momento.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

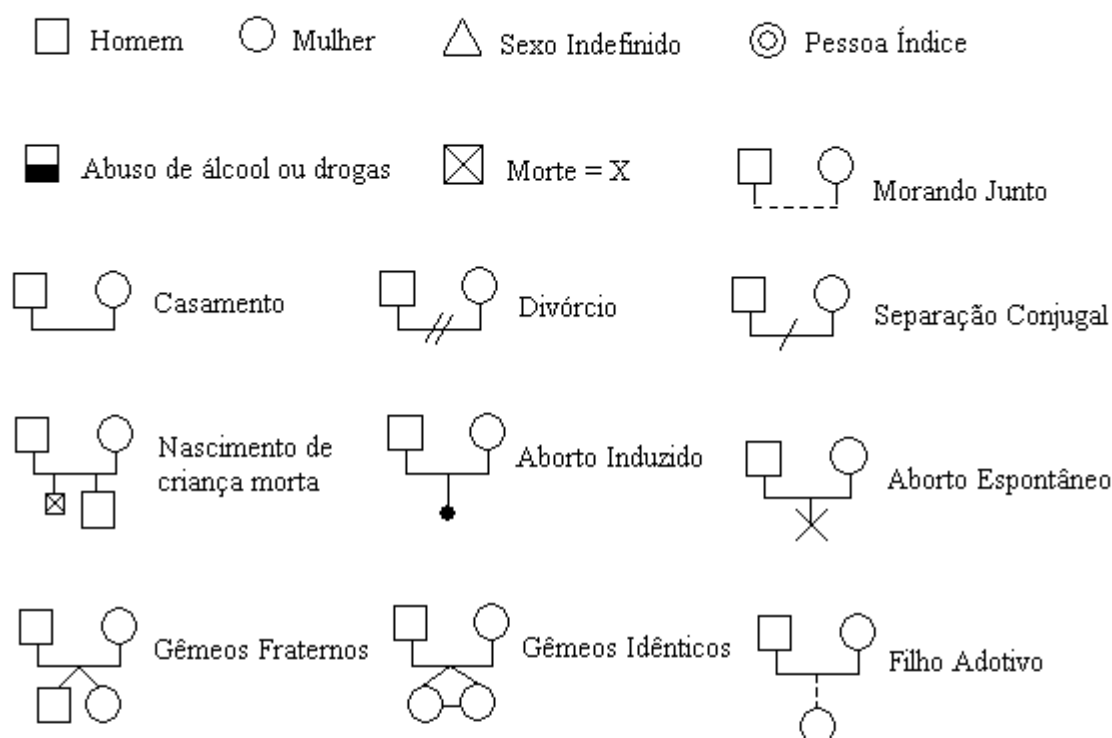
Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca desta pesquisa poderá ser obtido junto às pesquisadoras pelo telefone (48)3721-8579, do Laboratório de Psicologia da Saúde da Família e Comunidade da UFSC, ou pelo telefone (48)3234-2473.

Eu, _____, abaixo assinado, declaro por meio deste documento, meu consentimento e em participar da pesquisa “Mulheres, Violência, Rede de Serviços de Referência e Suporte Psicossocial”. Declaro ainda que estou ciente dos objetivos da mesma, consentindo que a entrevista gravada em áudio seja realizada e utilizada para a coleta de dados, bem como de meus direitos de anonimato e de desistir a qualquer momento.

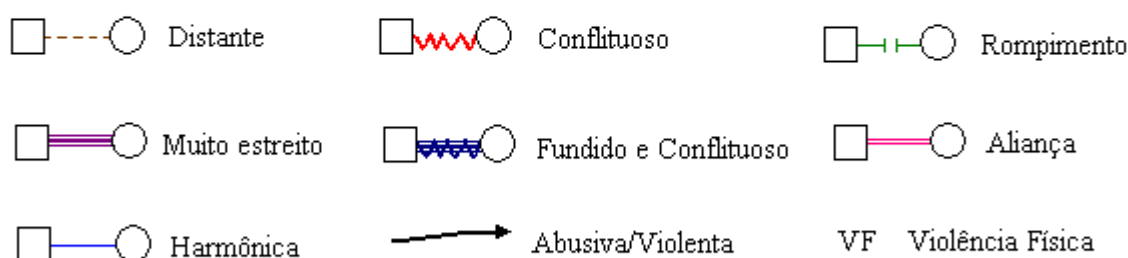
Florianópolis, _____ de _____ de 2008.

Assinatura

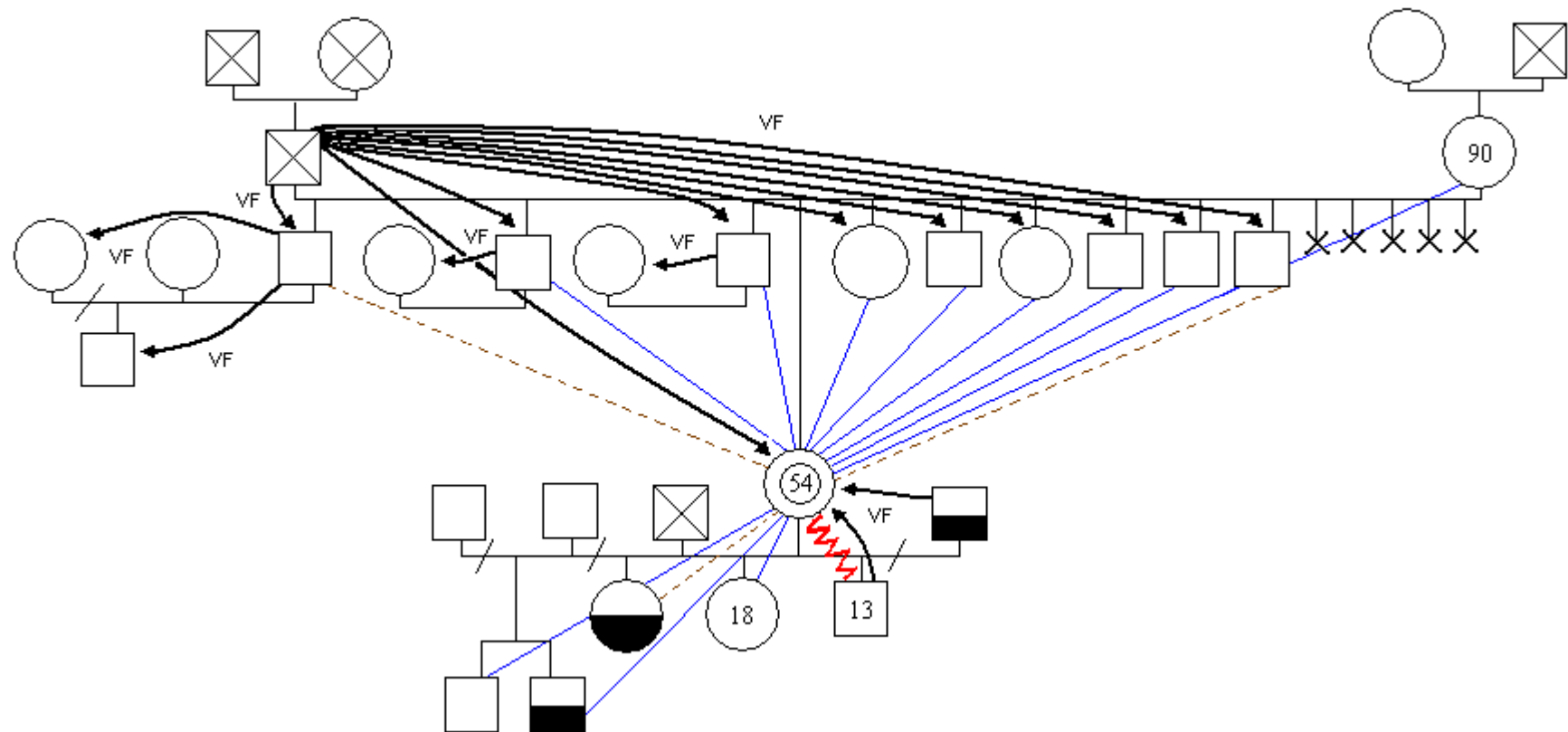
SÍMBOLOS DO GENOGRAMA

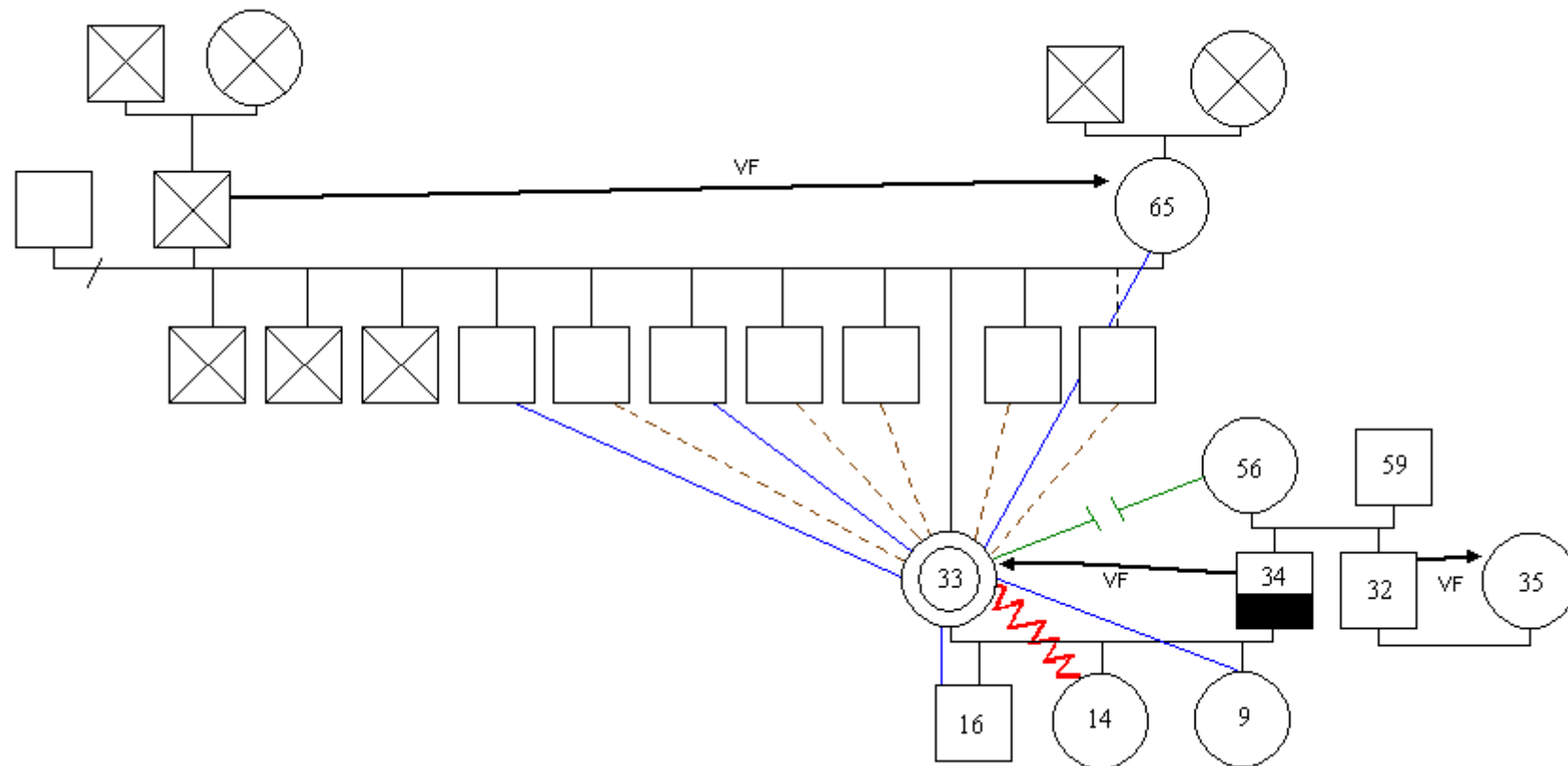


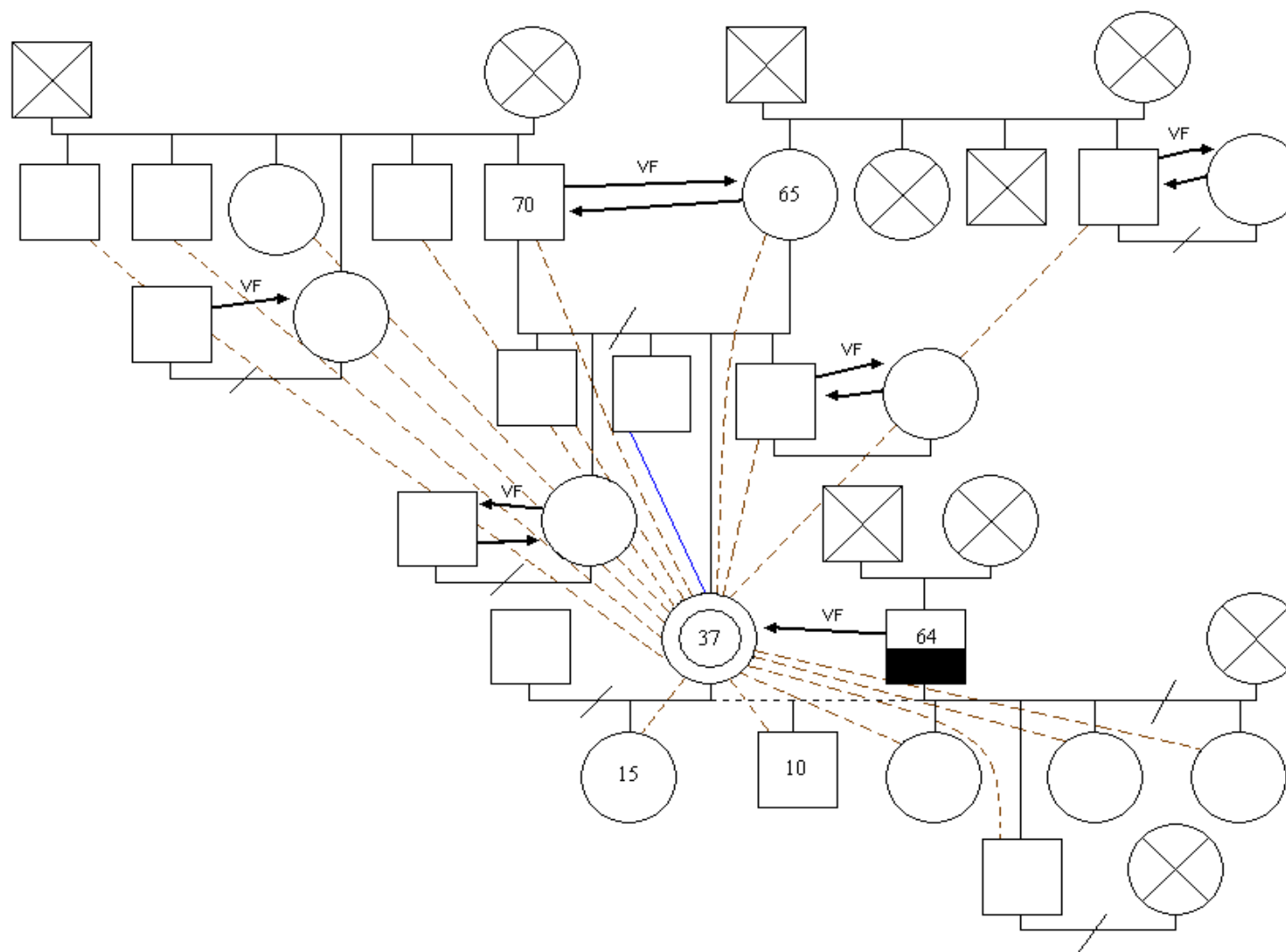
Relacionamentos:



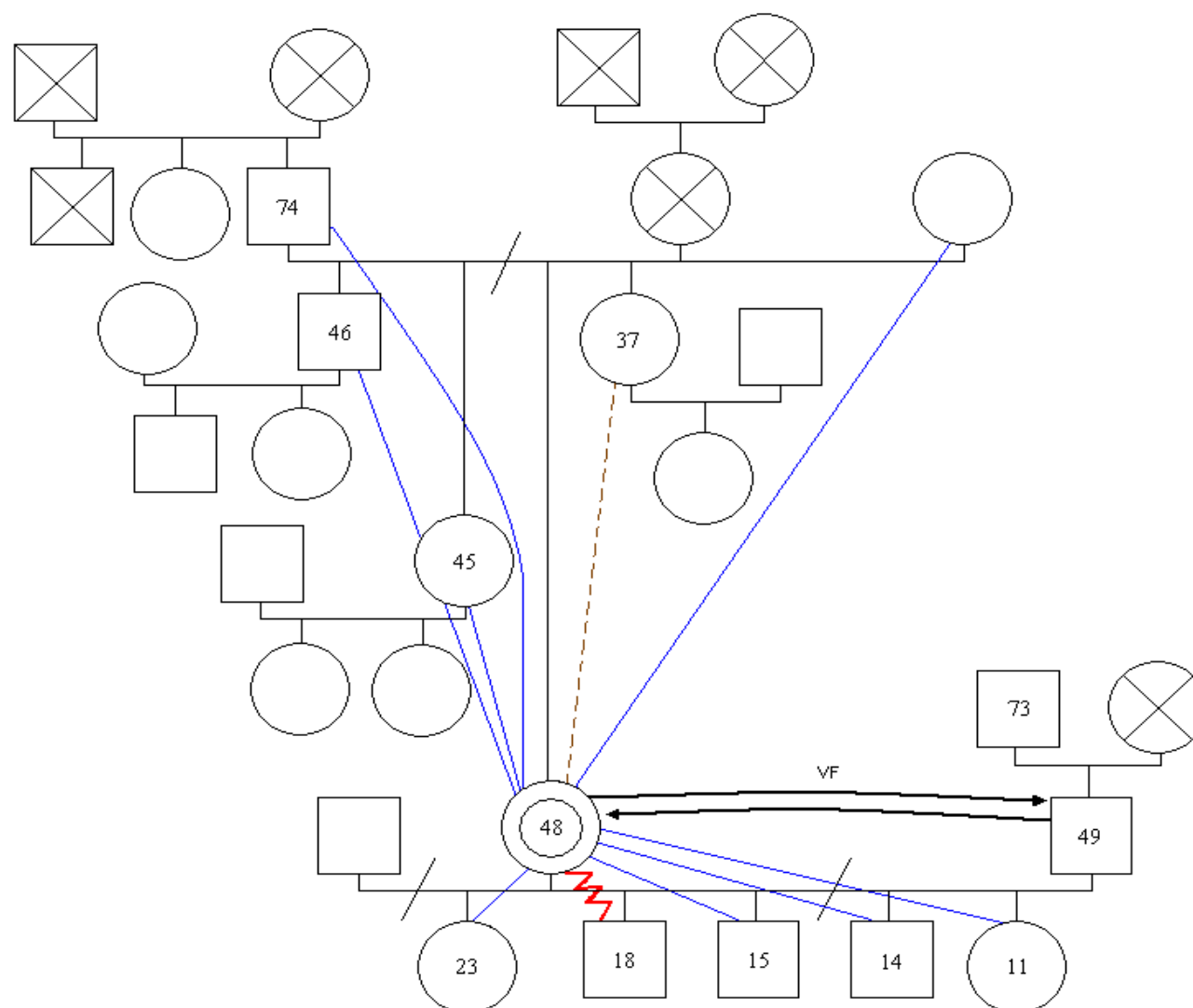
•As Legendas apresentadas acima foram baseadas McGoldrick e Gerson (1995) e representam os símbolos utilizados para a construção do Genograma e os padrões de relacionamento da configuração familiar das participantes deste estudo.

GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA HORTÊNCIA

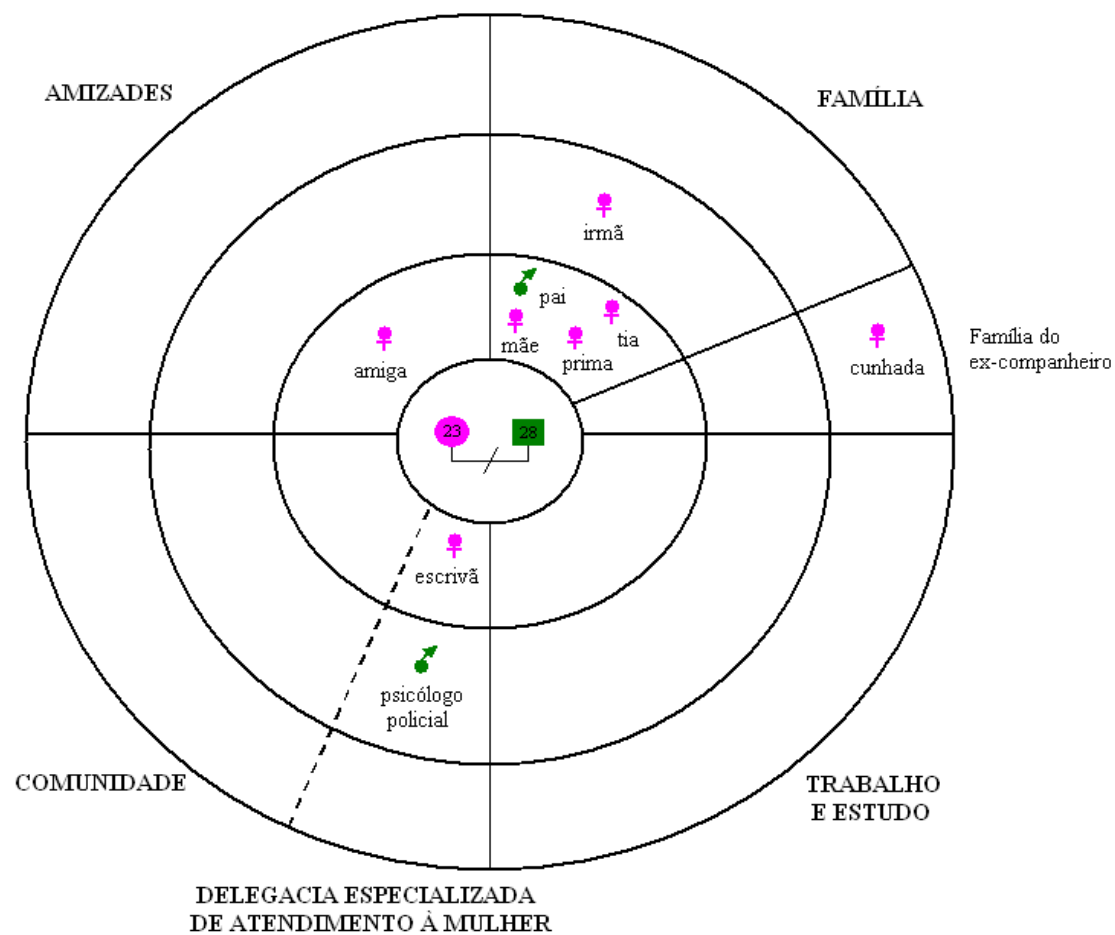
GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA MARGARIDA

GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA MAGNÓLIA

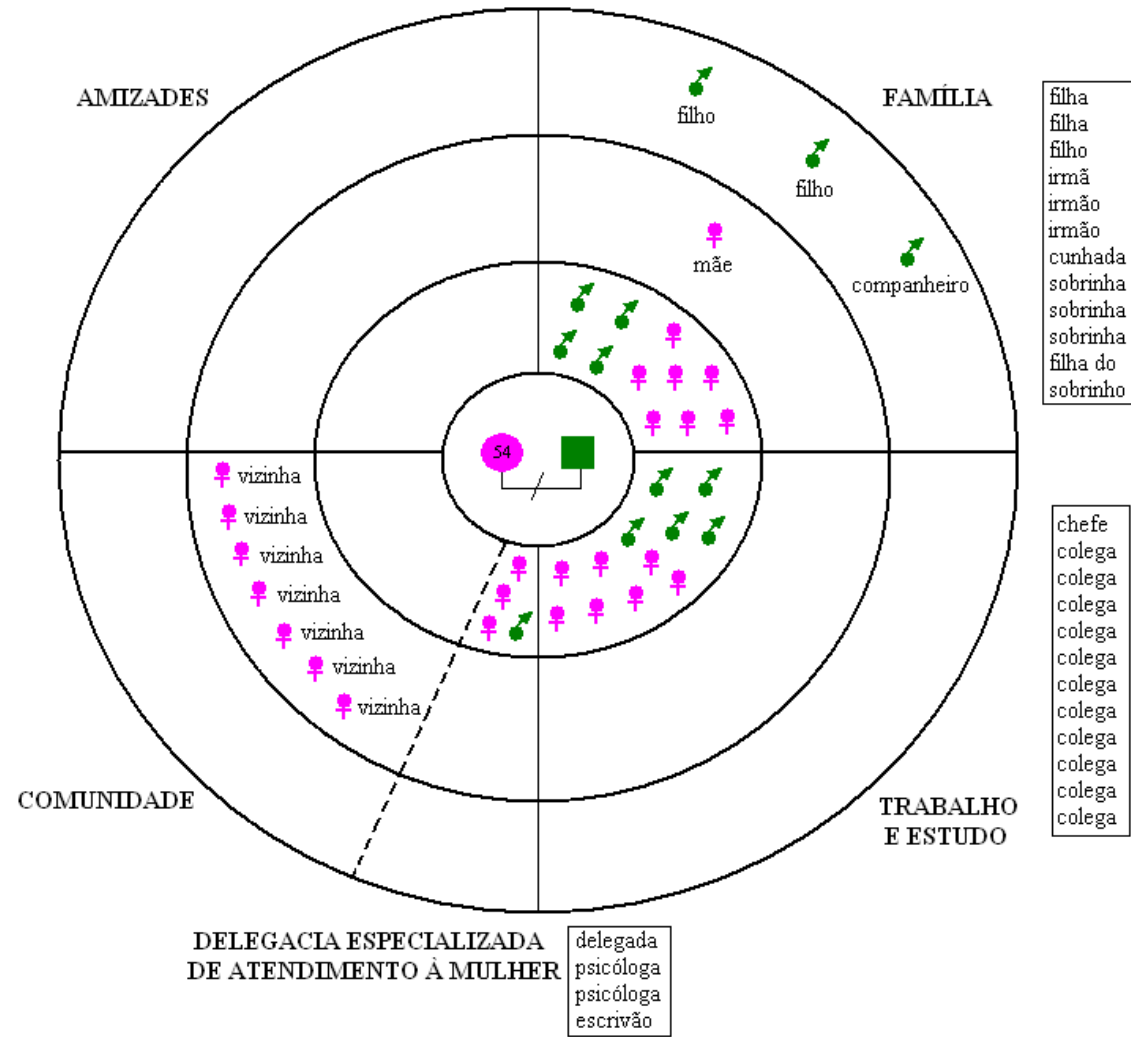
GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA ÍRIS



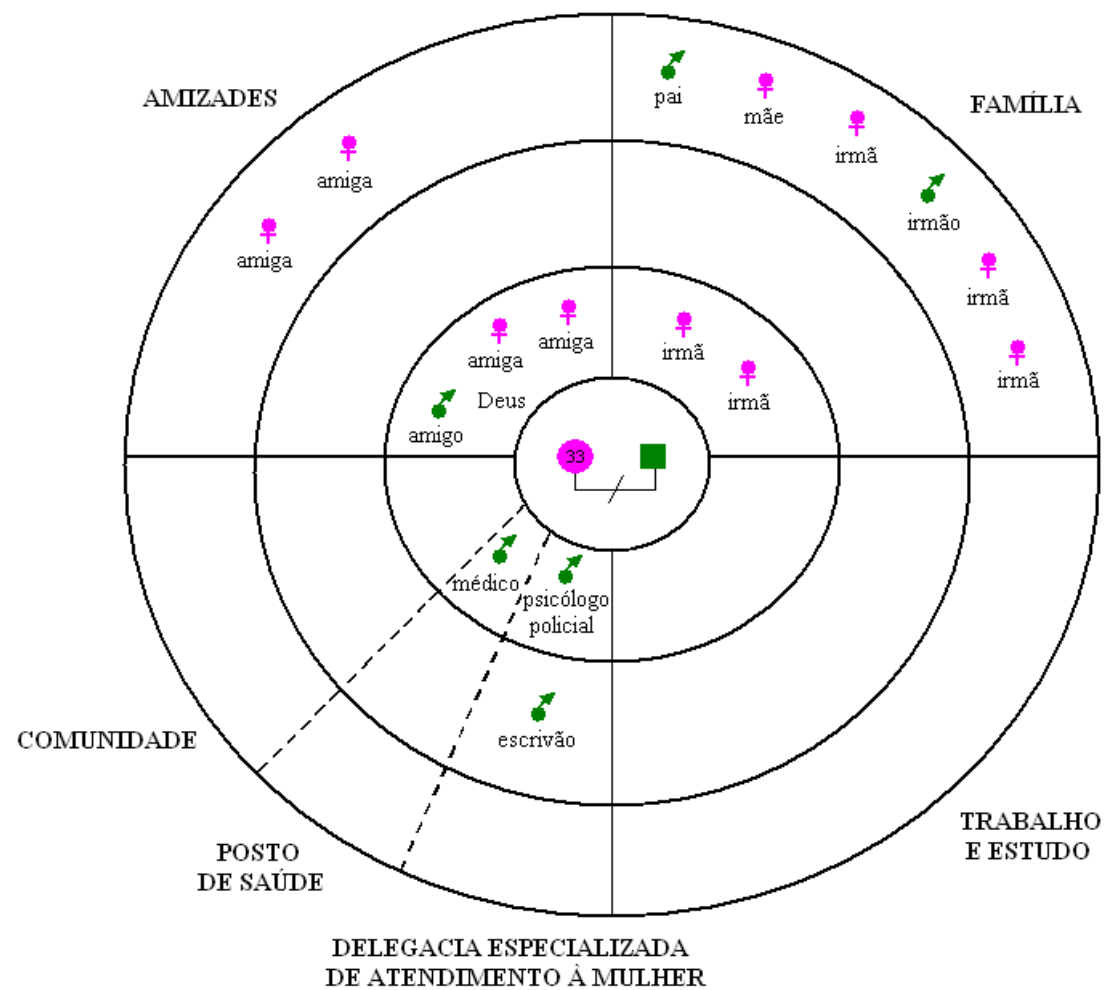
Anexo 5

MAPAS DE REDES DAS ENTREVISTADAS**MAPA DE REDES DA ROSA**

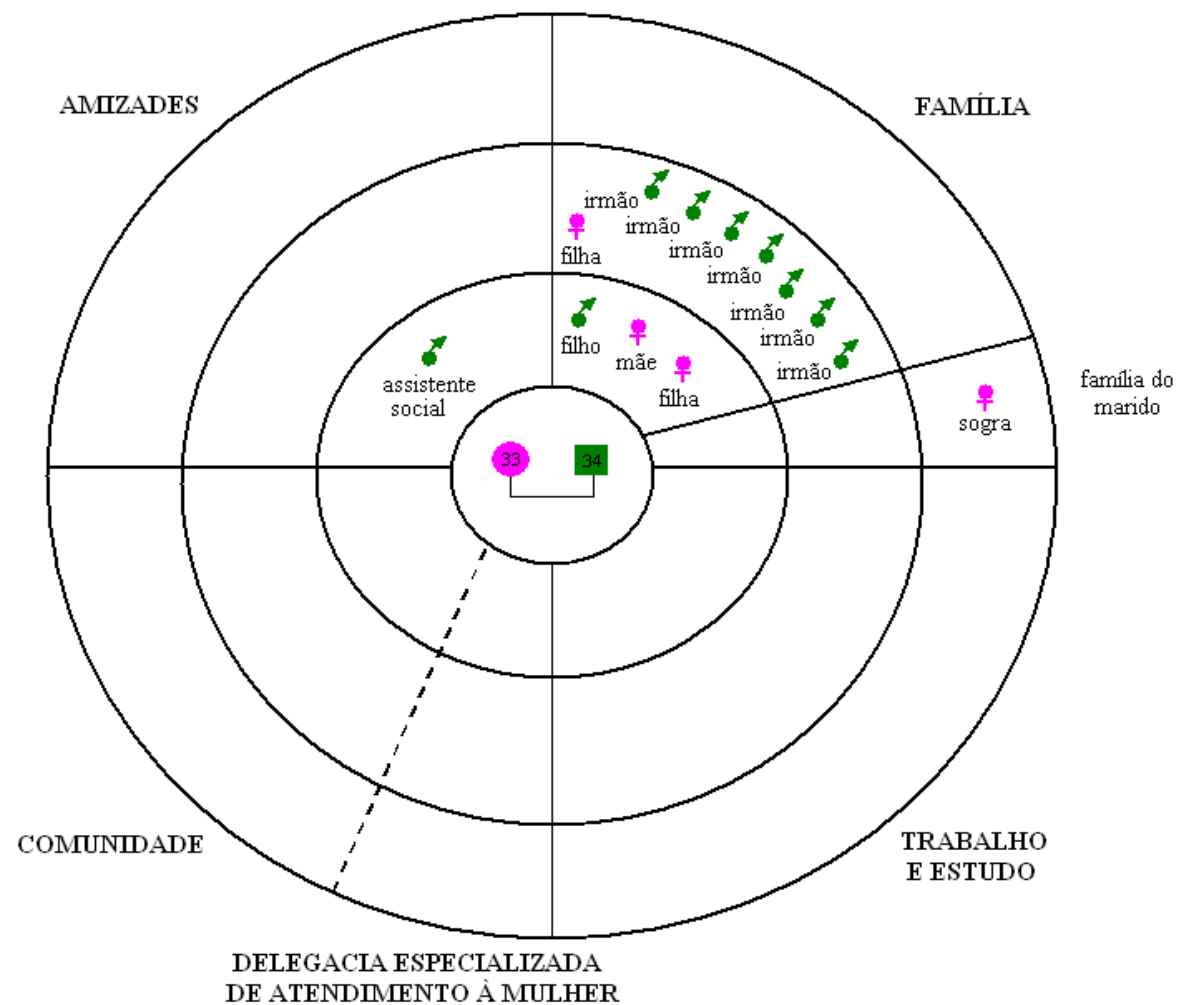
MAPA DE REDES DA HORTÊNCIA



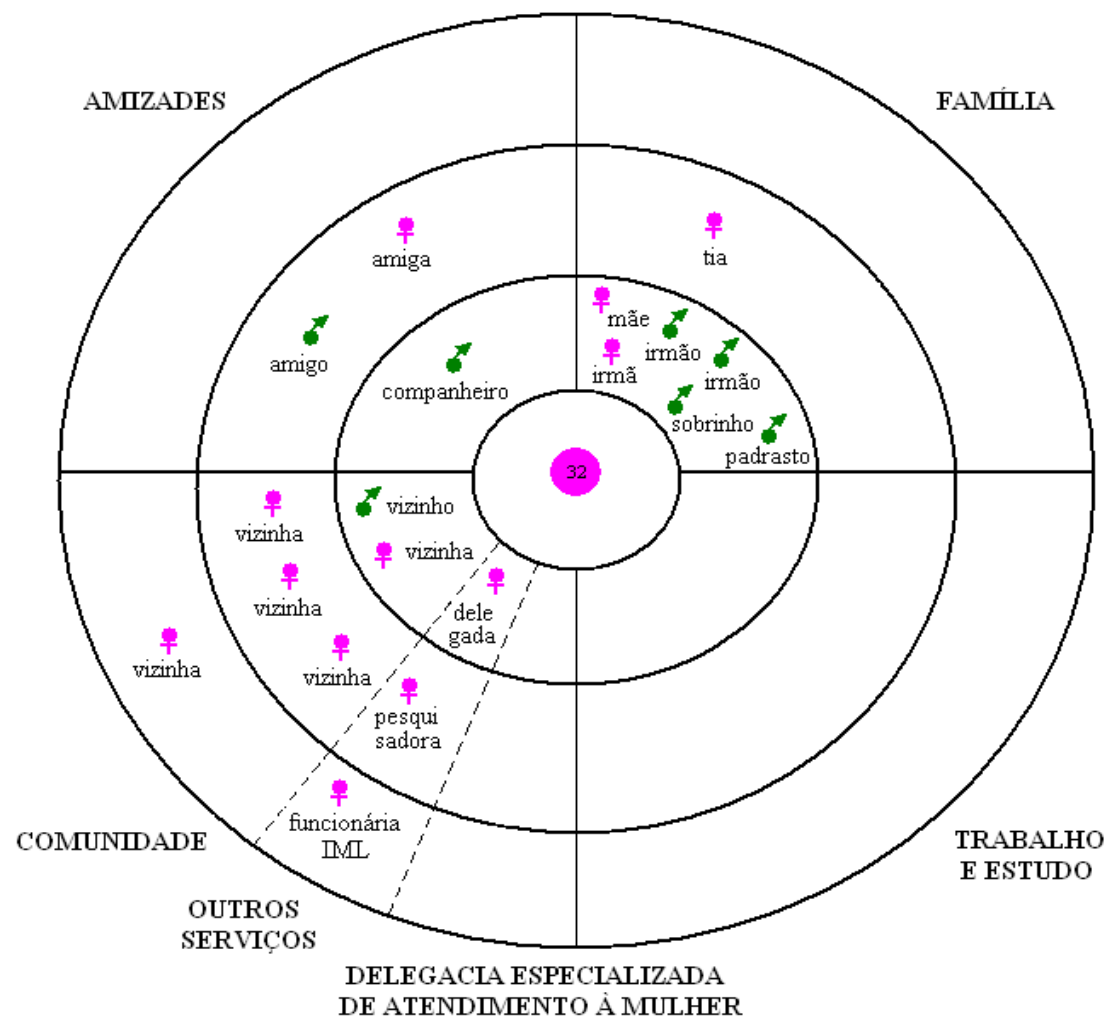
MAPA DE REDES DA ACÁCIA



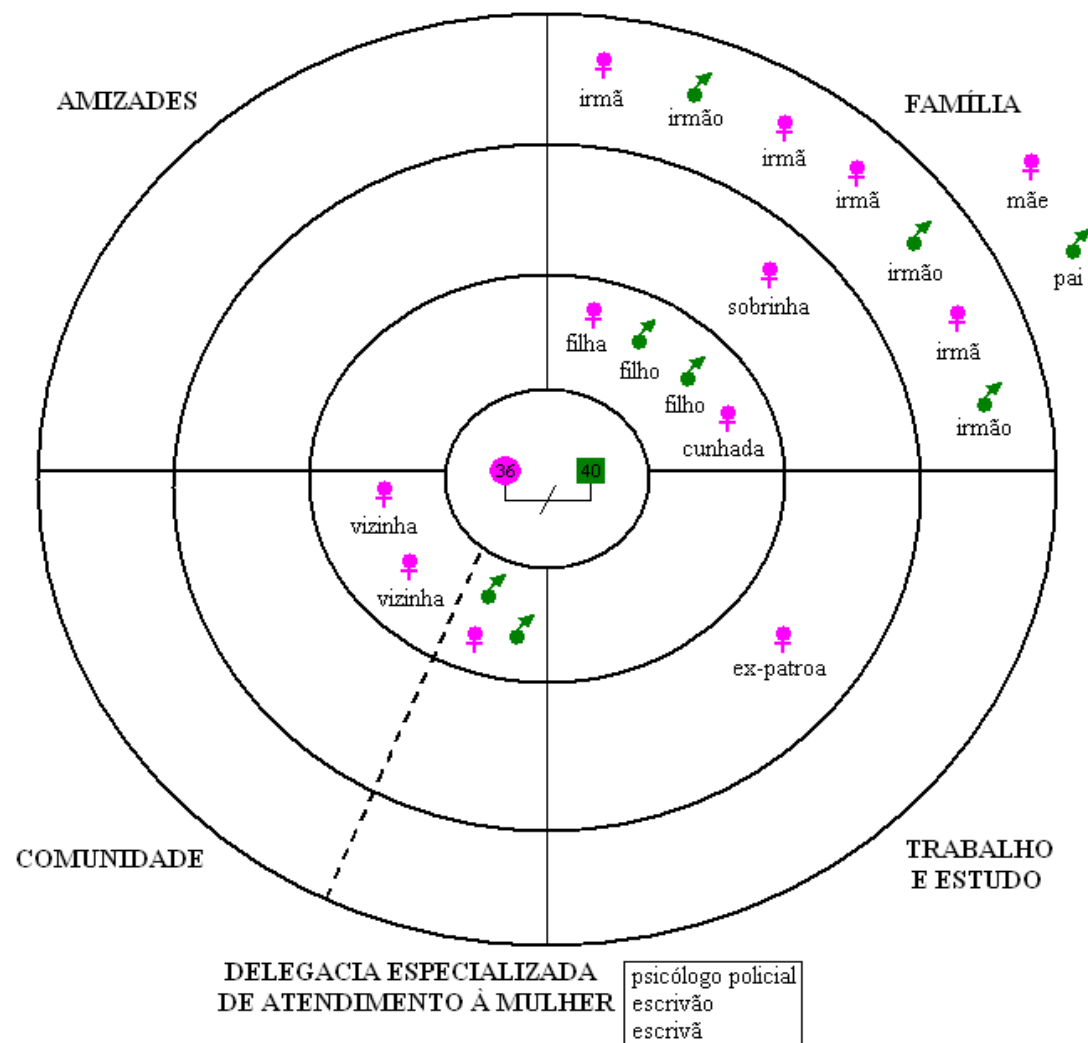
MAPA DE REDES DA MARGARIDA



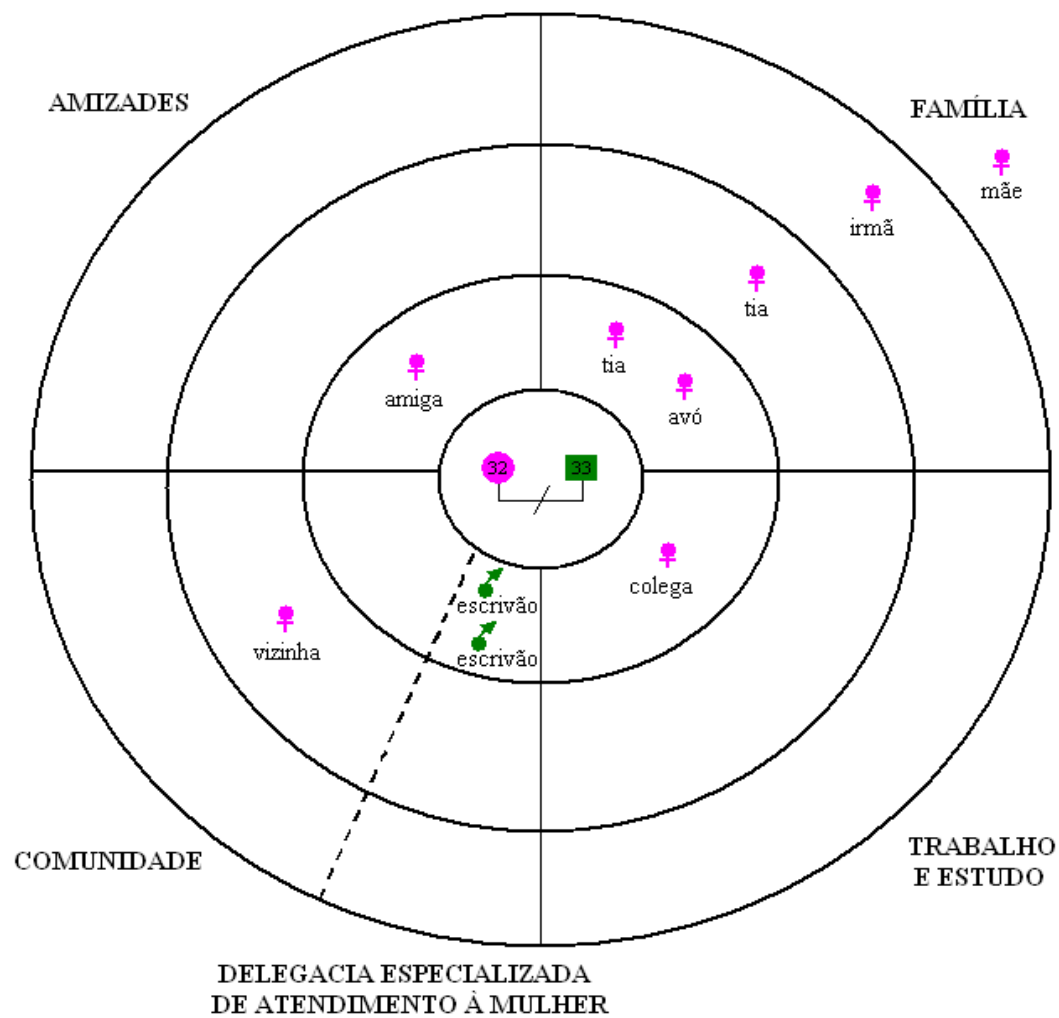
MAPA DE REDES DA CAMÉLIA



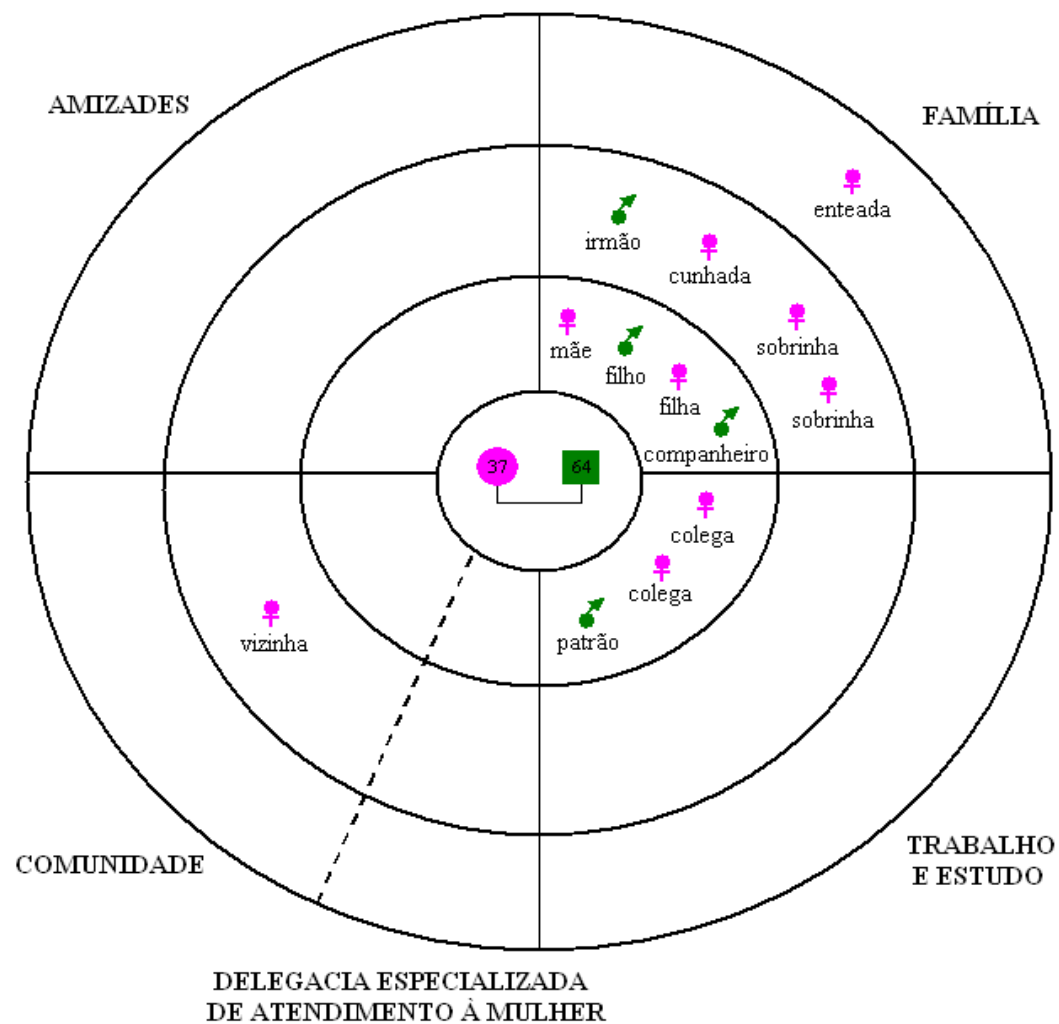
MAPA DE REDES DA VIOLETA



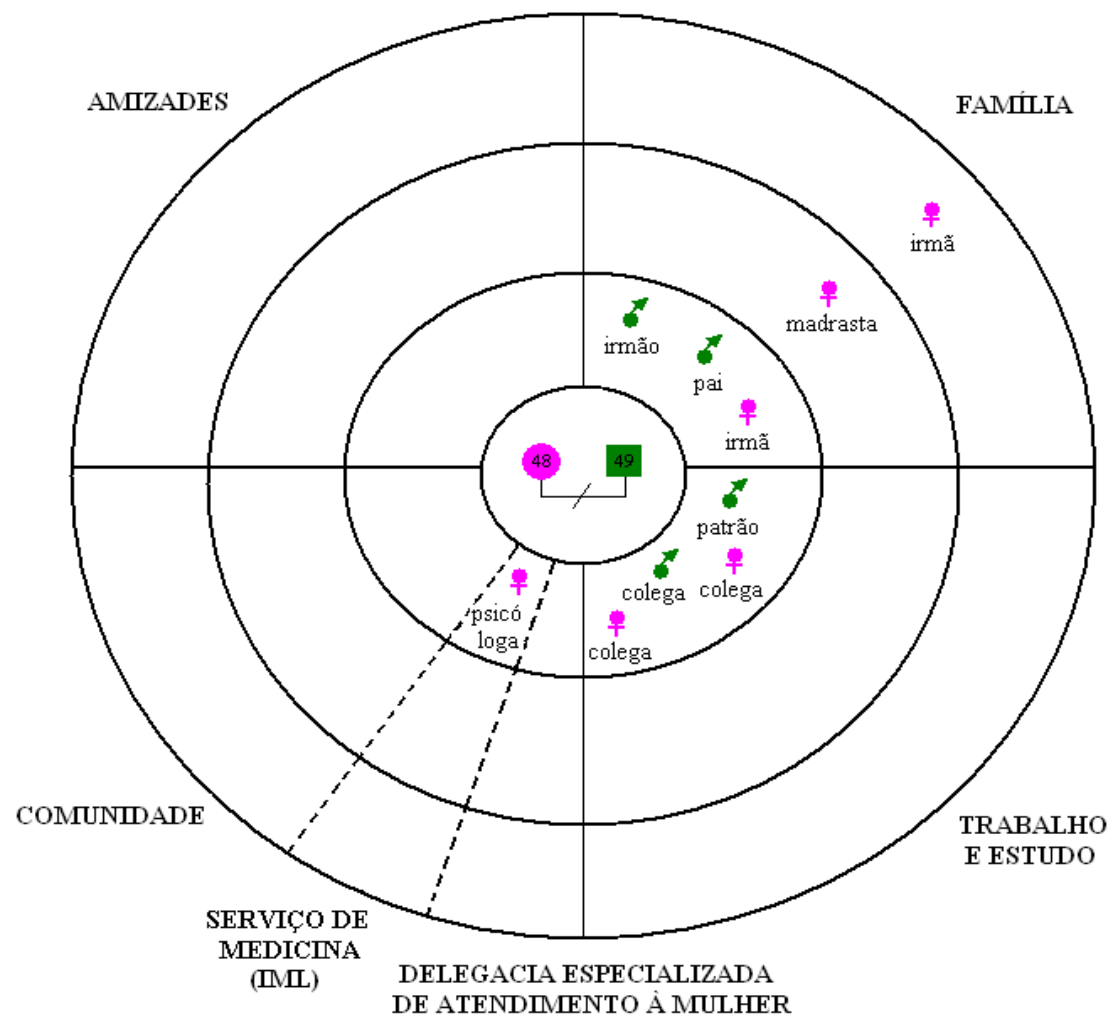
MAPA DE REDES DA DÁLIA



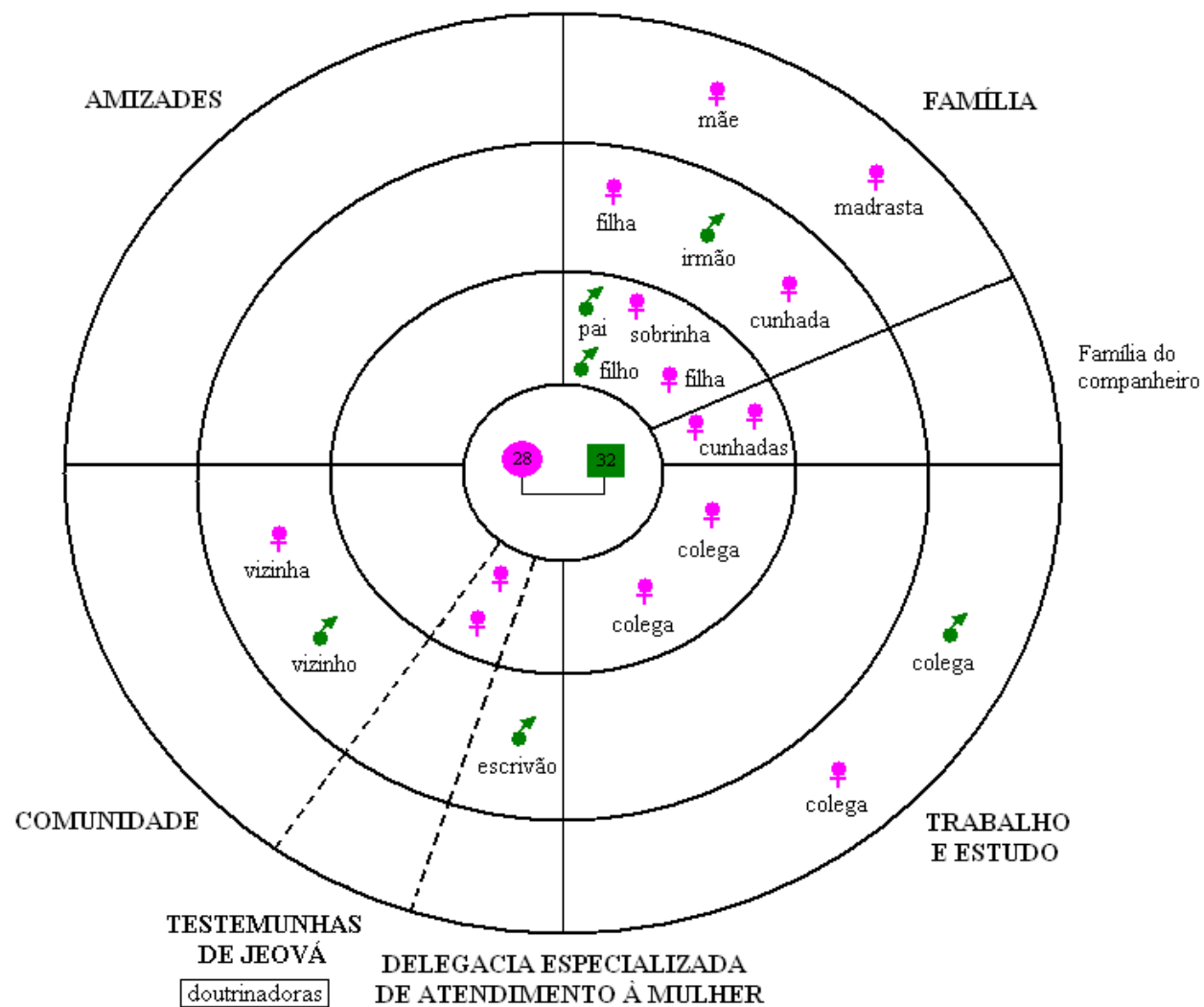
MAPA DE REDES DA MAGNÓLIA



MAPA DE REDES DA ÍRIS



MAPA DE REDES DA JASMIM



Anexo 6**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA**

Pesq: pesquisadora.

M: entrevistada.

Data da entrevista: 1º de outubro de 2008.

Local da entrevista: Sapsi (Serviço de Atendimento Psicológico).

Pesq: Então M. eu queria começar pelo seguinte, eu queria contextualizar por quê que você procurou a Delegacia? O quê que foi que ocorreu? Se tu pudesse fazer uma breve descrição, contar brevemente o quê que aconteceu?

M: Foi dia XX de xxxx cheguei em casa no máximo três horas da tarde, ele tava em casa bebendo com um amigo dele.

Pesq: Teu marido?

M: É. Deu eu disse pra ele: chega de beber. Ele: não, eu vou ali, vou ali no bar junto. O amigo dele convidou. Daí eu fui atrás, daí eu disse pra ele: chega, vamo pra casa. Chegou em casa conversando tudo comigo, fez massagem nas minhas costas, daí de repente começou a chover, ele...eu fui recolher a roupa lá fora. Ele já tinha bebido bastante. Daí ele trancou a porta. Eu disse pra ele: abre a porta. Ele disse: não, hoje tu não entra dentro de casa.

Pesq: Ele trancou a porta de casa por fora?

M: As duas, por dentro. Por fora ele arrancou, daí ele disse pra mim: tu não entra hoje dentro de casa. Eu disse pra ele: abre a porta. Trancou as duas. Não. Naquilo que ele disse não, eu dei um pontapé na porta dos fundos, que é só com tranca por dentro, a porta pegou nele, ele pegou o cabo de vassoura e me deu. Acertou aqui na testa, esse sinal que eu tenho.

Pesq: Essa marca?

M: É. Daí quando esquentou assim, que eu passei a mão, tinha sangue, eu disse: ah, não, agora chega. Aí peguei e chamei a polícia. Daí a polícia veio, daí ele já tava mais calmo. Daí o policial convidou ele pra ir. Ele disse que ele não ia, e ele recebeu o policial com um facão, ainda. Daí sujou mais pra ele. Daí peguemo e fomo lá pra Delegacia. Daí lá ele já ficou detido, daí.

Pesq: Você ligou pra Delegacia lá dos (falo o nome do bairro)?

M: É, disquei pro cento e noventa, né?

Pesq: Tá. Daí eles tem mandaram lá pra (cito o nome do bairro)?

M: É, eles me vieram me pegar lá em casa, daí nós saímos tudo numa viatura só. Daí eles botaram meu filho no meio de medo dele me agredir. Mas ele já tava calmo, daí. Ele ficou brabo quando eu dei a...o pontapé na porta e levei a porta e bateu no braço dele.

Pesq: Só que tu não sabia que ele tava ali?

M: Não sabia que ele tava atrás. Porque ele já tinha trancado, eu empurrava co pé, abria e entrava.

Pesq: E chegando lá na Delegacia, que foi ali na (cito o nome do bairro) né, na Delegacia da mulher, é isso?

M: É.

Pesq: Quem é que te atendeu lá?

M: Só um senhor de idade, que era no plantão, era de noite, né?

Pesq: Era um escrivão, provavelmente?

M: Eu acho que era.

Pesq: E como é que foi o atendimento?

M: Foi bom.

Pesq: E o quê que ele fez?

M: Ele pegou e encaminhou. Daí ele mandou ir pra (Delegacia de Polícia), que daí era lesão corporal, né. Daí vieram aqui pra (fala o nome do bairro) os policial, ainda não sabiam onde é que era. Daí vieram aqui, bem antes da universidade, ali, daí não era ali, aí voltaram, aí foram lá pra Delegacia de Polícia.

Pesq: E depois te...

M: Daí lá depois da (Delegacia de Polícia), daí me mandaram lá pra fazer a...

Pesq: Pro IML?

M: É, pro IML, lá fazer.

Pesq: Mas você foi atendida ali na Delegacia da Mulher, na frente do (falo o nome do lugar)?

M: Ali na Delegacia das mulher só fizeram só a ocorrência.

Pesq: Tá, mas você foi prali aquela noite?

M: Foi.

Pesq: E depois foi lá pro centro, também?

M: Depois fui lá pra (Delegacia de Polícia).

Pesq: Tá, e o atendimento na Delegacia da mulher, como é que foi?

M: Só aquele escrivão fez aquele papel, tudo.

Pesq: Pediu pra você contar a história?

M: É.

Pesq: Do que aconteceu?

M: Amham.

Pesq: E deu?

M: E deu, daí.

Pesq: E depois você foi pro IML?

M: É, depois lá da (Delegacia de Polícia) daí eu fui lá pro IML.

Pesq: E como é que foi o atendimento no IML?

M: Fui bem, porque a médica veio logo, daí já...

Pesq: Te atendeu?

M: Umhum.

Pesq: Não teve problema nenhum?

M: Não.

Pesq: Tá, você procurou algum hospital depois, também?

M: Não.

Pesq: Nada, só foi pra Delegacia e pro IML...

M: Só fui pra Delegacia porque era muito tarde, eu tava co guri. Os policial me deixaram na (Delegacia de Polícia) ali, depois eu não tinha como voltar embora. Daí eu tive que ligar pro meu irmão, o meu irmão não tinha como vim me pegar, que já era meia noite e meia. Daí o meu irmão, tipo, o meu irmão, bah, eu tenho dinheiro, mas tá tudo só cartão, né. Daí o meu irmão: não, eu tenho dinheiro que de pagar umas conta amanhã, pega um táxi e vem embora. Porque os policial foram tudo embora e uma viatura lá os policial disseram que não podiam me levar pra casa co guri.

Pesq: E no IML, quem é que te levou?

M: Os policial me levaram, me esperaram, daí me levaram lá pra (Delegacia de Polícia) e...

Pesq: E como é que tu foi atendida lá na (Delegacia de Polícia)?

M: Demoraram pra atender.

Pesq: E foi bem atendida?

M: Fui, só que demoraram bastante e depois aí como eu pedi ajuda pra ir embora, né, disseram que não podiam fazer nada.

Pesq: Tu conhecia já esse serviço da Delegacia da mulher?

M: Não.

Pesq: Tu já conhecia ali?

M: Não.

Pesq: Tu sabia que existia essa Delegacia pra mulheres específico?

M: Eu já tinha visto falar, mas nunca tinha...

Pesq: Aonde é que tu tinha visto falar?

M: É, eu ouvi falar por televisão, só assim né? Mas nunca tinha...

Pesq: Nunca tinha ido lá?

M: Não, em Delegacia nenhuma.

Pesq: Alguém conversou contigo na Delegacia da Mulher, na Delegacia de Polícia, no IML, tanto faz, tá, pra você procurar o Cevic? O Cevic é no (cito o nome do bairro), é um serviço que presta atendimento psicológico, de advogado, essas coisa assim. Ou algum hospital, ou serviço jurídico, alguém te deu informação sobre os teus direitos?

M: Na (Delegacia de Polícia) daí o meu guri começou a chorar, porque o pai dele tinha ficado preso, né.

Pesq: Ficou naquela mesma noite, né?

M: Ficou, ficou cinco dia. Daí tiraram ele dali, me levaram ele lá pro (cita o nome do bairro), que eu tive que correr atrás que eu não sabia onde é que era.

Pesq: Preso?

M: Preso, né? Daí eu tive que pagar uma multa, a fiança dele, né, daí até perguntei pra mulher aquela noite, daí ela assim: não, pra mim, como tu é da...pertence aos (cita o nome do bairro), tu tem que ir lá no Fórum da (cita o nome do bairro).

Pesq: Pra pagar a fiança?

M: Pra vim pegar um advogado.

Pesq: Ah, tá.

M: Daí no outro dia...porque meu guri só chorava, passou só chorando daí né, aí noutro dia eu peguei e vim aqui no Fórum da (cita o nome do bairro), cheguei aqui de manhã: não, só abre meio dia. Tá, esperei por aqui. Daí fui, cheguei ali: não, como é na (Delegacia de Polícia) tem que ser lá no Fórum redondo.

Pesq: Aonde que é?

M: Lá no (cita o nome do bairro), eu nunca tinha ido. Lá fui eu. Daí eu fui naquela parte de baixo lá que eles encaminham advogado, né? Daí ele me deu um papel lá. Liguei pro cara, o cara disse: então vem até aqui. Daí peguei, caminhei até a (cita o nome da rua) lá, fui lá, daí o advogado: não, pra mim tu tem que trazer isso, e isso, isso, isso, amanhã. Fui, arrumei tudo os papel, levei, daí eu disse: mas acontece que lá ele tá preso, tá sem roupa. Não, ele tem que tar lá na Delegacia, tu vai lá amanhã e leva roupa pra ele. Daí na (Delegacia de Polícia): não, esse indivíduo já não tá mais aqui.

Pesq: Tá lá no (cito o nome do bairro).

M: Tá lá pro (cita o nome do bairro). Daí vou eu correr atrás. Daí chego lá no Fórum redondo, daí o advogado pra mim: não, tu tem que ir lá dizer que tu quer retirar a queixa, né?

Pesq: Você procurou o advogado pra retirar a queixa?

M: É, pra tentar tirar ele, né?

Pesq: Da prisão?

M: Da prisão, né? Daí cheguei lá no Fórum redondo, daí ela assim: não, é só devido fiança, um salário mínimo. Tá, arrumei o dinheiro, fui lá, paguei, daí cheguei lá no (fala o nome do bairro), daí a mulher do Fórum disse assim pra mim: agora só lá no (cita o nome do bairro) pegar ele. Tá, peguei fui lá. Peguei, cheguei lá o policial disse pra mim: não, que jeito que eu vou te liberar ele se tu não tem nenhum papel? Daí eu disse: mas não, a mulher lá do Fórum mandou eu vim. Daí eles ligam pra cá, ligam pra lá, tinha que lá em tal lugar pegar um papel. Eu disse pra ele: eu não vou.

Pesq: Aonde que era?

M: Era lá perto do campo do Figueira, lá. Daí eu disse: eu não sei onde é que é. Daí ele ligou, daí a policial disse que já tava levando, então. Daí ela, a policial, ainda era do Figueira. Mas fiquei com uma raiva dela, eu não respondi porque...eu sou gremista, né? Daí o (cita o nome do companheiro) saiu lá de dentro com a camiseta do Figueira, né? Daí ela disse: ah, vou soltar o senhor porque o senhor tá cá camiseta do Figueira. Mas aquela coisa me subiu, me deu vontade de dizer pra ela, mas eu disse: é, mas o Grêmio deu uns quantos gol no...daí ela mandou eu calar a boca, senão ela ia me prender.

Pesq: Ela falou isso?

M: Falou.

Pesq: Era uma delegada?

M: Era uma mulher, né? Ah, ela disse pra mim assim: a senhora fica bem quietinha, senão a senhora quer ir presa? Mas eu fiquei com uma raiva. Eu disse pra minha cunhada: ela soltou ele porque eu paguei os quatrocentos e quinze, não por causa de uma camiseta.

Pesq: E ele saiu no mesmo dia?

M: Daí saiu na mesma hora.

Pesq: E você resolveu tirar a queixa por causa que teu filho...

M: É por mode de meu filho, meu filho só pede, né?

Pesq: Pede pelo pai?

M: É. E porque também é assim, ó, quem cuida do guri pra mim trabalhar é ele, né? Que daí lá na (Delegacia de Polícia), eu perdi dois dias de serviço que eu não podia deixar o guri sozinho, e é ele que cuida o guri pra mim, né? Daí ainda até final de semana eu fui trabalhar, mas deixei ele lá no meu irmão.

Pesq: Foi oferecido algum tipo de proteção ou abrigo pra você?

M: Não.

Pesq: No IML você disse que foi bem atendida, então?

M: Umhum.

Pesq: Na tua opinião, como é que foi o atendimento oferecido na Delegacia pra você? Nas duas, tanto na da mulher, quando na do (cito o nome do bairro)?

M: Ah, na da mulher ali o cara foi mais legal. Lá na outra que eu acho que se eles levam o pessoal, eles tem que levar de volta, porque eu tava com uma criança, e me deixaram lá meia noite e pouco, chovendo, o guri não tinha comido ainda, né, e daí largar assim? E eles pra ir embora ali eles pegaram viatura. As mulher que tavam trabalhando, as duas, ela pegou e ligou: passa aqui, me pega e me leva embora. A viatura parou na minha frente, pegou a mulher, levou embora. Por quê que uma viatura não podia pegar e levar eu e o guri embora? Isso eu não achei certo.

Pesq: E tem alguma cena que você...te gerou maior impacto nessa situação toda lá na Delegacia?

M: O que ficou foi eu ver ele algemado, né?

Pesq: Que te causou mais impacto?

M: Umhum.

Pesq: Tu nunca tinha visto ele assim?

M: Não.

Pesq: Olhando hoje, tá, M., quê que você pensa que deveria ter sido oferecido pra você naquele momento na Delegacia?

M: Só o retorno do meu e do meu filho pra nossa casa. Porque eu até falei: se eu sabia que nós ia vim aqui pro (cita o nome do bairro), eu tinha resolvido em casa, tinha dado uma boa “camocha” de pau nele, eu tinha resolvido em casa, eu não tinha vindo pro (cita o nome do bairro). Eu achei que nós ia lá na Delegacia dos (cita o nome do bairro).

Pesq: Resolvía tudo lá e...

M: Tudo lá. Eu queria mais pra dar um susto nele.

Pesq: Você se sentiu acolhida pelos profissionais, bem recebida?

M: Sim, no começo sim, né? Depois que me largaram sozinha lá no (cita o nome do bairro) daí eu já não...

Pesq: Não gostou?

M: Não.

Pesq: Mas ali na Delegacia da mulher tu foi bem recebida?

M: Fui.

Pesq: E no IML?

M: Também.

Pesq: Sentiu alguma discriminação ou preconceito pelo fato de você ser mulher?

M: Não.

Pesq: Tinha algum receio que acontecesse isso?

M: Humhum.

Pesq: Se fosse pra citar os pontos positivos e negativos dos serviços que você passou, quais que você citaria? Assim, esses foram pontos positivos e esses foram pontos negativos.

M: Ó, ponto positivo deles é que eles pegaram, levaram nós no IML, esperaram, né, tudo assim certinho, né? Mas só depois na hora do retorno pra casa que eles...

Pesq: Deram negativo?

M: Deram. Ali eu não...

Pesq: Quê que tu gostaria que fosse modificado no processo de atendimento da Delegacia? Assim, se tu pudesse mudar, o quê que tu mudaria no atendimento que foi prestado pra você?

M: Ah, se eu pudesse mudar, em cada bairro eu botava uma Delegacia da mulher pra não tar vindo até o (cita o nome do bairro).

Pesq: Nem até a (cito o nome do bairro)?

M: Não. Porque às vezes tem mulher que não vai porque já sabe que tem que vim até o (cita o nome do bairro) que da esse transtorno todo.

Pesq: Tu sabe de outros casos desse tipo?

M: Ah, tem mulher que não gosta de comentar, né? Eu cheguei e contei tudo lá no meu serviço. Eu não...

Pesq: Não escondeu?

M: Não. Me perguntam eu não to nem aí, eu falo, to nem aí.

Pesq: Então se tu pudesse modificar alguma coisa, você ia colocar mais Delegacias pela cidade?

M: É, da mulher, né? Porque...pode ser lá na Delegacia mesmo que tem lá nos (cita o nome do bairro). Tem uma em frente lá do (cita o nome do lugar). Deixa uma salinha reservada lá só pra Delegacia da mulher, né? Como tem aquela outra Delegacia lá embaixo perto do (cita o nome do lugar), uma coisa deixam pra Delegacia da mulher.

Pesq: Reservar um espaço?

M: Um espaço, né? Porque senão cada vez vim pro (cita o nome do bairro) aqui é um...não é todo mundo que tem dinheiro pra volta.

Pesq: E após o que aconteceu, que sentimentos, emoções ou comportamentos tu passou a apresentar? Assim, perdeu o sono, perdeu o apetite, começou a chorar?

M: De eu chorar, ih, duas noite eu não dormi, só chorava.

Pesq: Perdeu o apetite? Alguma coisa assim?

M: Não.

Pesq: Ficou sem dormir?

M: Fiquei sem dormir.

Pesq: Dor de cabeça?

M: Isso direto.

Pesq: Dor de cabeça direto? Até resolver esse assunto, depois passou?

M: Porque depois aí, imagina, passei dois dia, saí de manhã cedo de casa, levei o guri às seis horas da manhã lá pro meu irmão. Eu chegava em casa sete horas da noite pra pegar ele pra ir pra casa. E a minha cunhada: janta que eu...Não que eu não quero comer, eu vou pra casa. Daí botava o guri dormir, de manhã cedo, puxava, levava lá de novo, vinha pro (cita o nome do bairro) de novo. Dai no outro dia levava de manhã cedo pra mim poder ir trabalhar.

Pesq: Foi bem complicado?

M: É. Daí na segunda-feira fui trabalhar. Aí trabalhei até as duas da tarde, enquanto que minhas colegas almoçavam, eu limpava a cozinha pra elas. Sai correndo, vim pro (cita o nome do bairro) por fora pra poder pagar, pra ir lá no (cita o nome do bairro) pegar ele, pra eu chegar em casa com ele, até que o guri vinha do colégio.

Pesq: E em cima disso, qual foi a principal dificuldade que tu passou a enfrentar depois do que ocorreu?

M: Teve dificuldade nenhuma. Só pra correr pra arrumar tudo os papel pra poder...

Pesq: Soltar ele?

M: Soltar ele. E outro ó, agora se ele quer ir embora, ele tem que esperar primeiro ter as audiência dele aqui.

Pesq: Ah, o processo ainda tá correndo?

M: O processo vai correr, esse não sai. Esse eu não posso retirar, porque teve, né. Só pude pagar a fiança dele...

Pesq: Pra ele responder em liberdade?

M: É.

Pesq: E o quê que tu faz pra enfrentar essa situação?

M: Não faço nada, deixo correr. Mas só que melhorou, no caso, não tá mais bebendo tanto.

Pesq: Ah, é?

M: Ele começa...hoje ele tomou uma cerveja meio-dia lá no restaurante perto de casa. Eu digo pra ele: ó (faz o sinal de xadrez com as mãos), tu sabe, né?

Pesq: E o quê que você faz atualmente pra você se sentir melhor e lidar com o que aconteceu?

M: Trabalho muito, faço esquecer.

Pesq: Isso te faz bem?

M: Umhum.

Pesq: Tu gosta do que tu faz?

M: Gosto, adoro, é só o que eu gosto. Não gosto de limpar a casa, quem limpa é ele pra mim, eu não limpo. Não faço nada dentro de casa.

Pesq: Ele faz tudo?

M: Pego as minhas roupa, tiro, digo pra ele: ali tem roupa minha pra lavar.

Pesq: E ele lava?

M: Lava.

Pesq: Houve alguma alteração na tua rotina depois de sofrer agressão?

M: Não.

Pesq: Depois do ocorrido você voltou a algum serviço de referência? A alguma Delegacia? Ao IML?

M: Fui chamada dia XX na Delegacia das Mulher.

Pesq: De xxxx?

M: É. Daí eu e ele comparecer lá cinco e meia. Daí fomo lá, daí é tipo uma psicóloga que tem lá. Ela falou que nem sabe por quê que chamaram nós, se tá correndo processo.

Pesq: Daí quê que ela fez com vocês?

M: Ela só fez um papel lá que nós comparecemo e conversou um pouco com nós, e daí ela falou com ele se eu tiver braba, é pra ele pegar e sair de dentro de casa e nunca mais...pra ele se lembrar que ele tem “Maria da Penha” nas costas, pra nunca mais erguer a mão pra mim.

Pesq: Ela disse isso pra ele?

M: Disse.

Pesq: Na tua frente?

M: Na minha frente, nós dois junto. Que ele disse assim, que eu também sou braba, né? Daí eu disse: eu sou. Daí ele...ela disse pra ele: então o senhor se lembra que o senhor tem a “Maria da Penha” nas costas, quando ela tiver braba, o senhor vai ficar brabo, o senhor sai de casa, caminha, e depois volta pra casa.

Pesq: E foi rápido, então?

M: É, deu meia hora nós tava voltando pra casa, que ela disse que não sabia o por quê que tinham...

Pesq: Ela só conversou com vocês isso e deu?

M: Umhum.

Pesq: A psicóloga?

M: É, ela disse que fazia o trabalho de uma psicóloga.

Pesq: E foi marcado mais alguma audiência pra vocês no Fórum? Alguma coisa assim?

M: Por enquanto não veio nada.

Pesq: M. eu queria preencher dois desenhos agora contigo, junto com você, pode ser?

M: Umhum.

Pesq: O primeiro é assim, eu quero...é um mapa aonde eu vou montar tua rede de relações que você tem atualmente, tá? Que são dois instrumentos bem importantes pra psicologia, pra gente ver como é que se estruturou a tua rede de apoio depois do que aconteceu. E um é sobre a tua árvore familiar. Um deles é esse aqui, que é o Mapa de Redes. Então deixa eu te explicar como é que funciona. A gente coloca aqui você, a M., que a gente representa a mulher com um círculo, tá? Aí aqui tem esse quadrante é das amizades, esse aqui é da família, esse aqui é o do trabalho, esse da Delegacia e esse da comunidade. A gente coloca aqui no meio, daí, por exemplo, aqui esse da família, esse círculo aqui que tá mais perto de você, a gente coloca as pessoas que você sente que tão mais próximas de ti, esse aqui as que não tão tão próximas, mas que de algum modo você tem algum contato, mais contato, e essas aqui que tu tem algum contato, mas tão mais distantes de ti, tá?

M: Umhum.

Pesq: Isso em todos eles, tá? Aí pra preencher eu queria ver o seguinte contigo, quem é que te acompanhou na ida ao IML, a Delegacia? Você disse que só foi ele e teu filho, né?

M: Só meu filho.

Pesq: Alguma dessas outras situações alguém de acompanhou? Uma amiga, um familiar?

M: Não, eu fiz tudo sozinha.

Pesq: De qualquer modo, teu marido e teu filho tu colocaria aonde aqui na parte da família?

M: Na primeira.

Pesq: Teu marido e teu filho?

M: É.

Pesq: Como é que é o nome do teu marido?

M: (cita o nome do marido).

Pesq: E teu filho?

M: (cita o nome do filho).

Pesq: E com que pessoa tu pôde contar pra conversar, buscar apoio e conselhos após o que aconteceu? Que você procurou conversar, buscou pra: o quê que eu faço? Como é que eu faço?

M: Mais assim, só lá na Delegacia a mulher disse pra mim, né, que era pra mim procurar o Fórum, né? Daí depois eu cheguei em casa, daí eu conversei com meu irmão e com a minha cunhada.

Pesq: Pra perguntar a respeito...

M: Não, não perguntei. Só falei que tinham me falado que eu tinha que ir em tal lugar, né?

Pesq: E o quê que eles te disseram?

M: Daí o meu irmão disse assim: tu que sabe, né, tu tira ele de lá, mas depois manda ele embora, né?

Pesq: Teu irmão quer que ele vá embora?

M: É. Daí só que agora já passou, né? Eu tava afim de mandar ele, mas daí depois como a policial disse pra ele: tu não pode sair, que tu tem que responder os processo, né?

Pesq: Ele não pode voltar pro (cito o nome do estado)?

M: Não. E o dia que ele for, depois ele tem que retornar pra cá que tem que dar o endereço de lá, daí não tem muito...porque é só eu aqui que ele tem, não tem ninguém aqui.

Pesq: E teu irmão e tua cunhada, aonde é que tu colocaria aqui na parte da família?

M: Colocaria no segundo.

Pesq: Como é que é o nome do teu irmão?

M: (cita o nome do irmão).

Pesq: E da tua cunhada?

M: (cita o nome da cunhada).

Pesq: Algum conhecido teu acabou se afastando de você após o que aconteceu?

M: Não.

Pesq: Ninguém?

M: Ninguém.

Pesq: A tua família ficou sabendo? Fora o teu irmão e tua cunhada, alguém da tua família ficou sabendo o que aconteceu?

M: Olha, o irmão da minha cunhada tava aí.

Pesq: O irmão da (cito o nome da cunhada)?

M: É. Tava aí e pelo jeito ele chegou lá na cidade e contou, porque a filha do meu marido que é minha enteada ligou pra casa do meu irmão e queria saber o quê que tinha acontecido. Daí a minha sobrinha contou. Daí a filha dele perguntou como é que tavam, né? Daí disse que não, que tava bem. Esses dias ela ligou e ninguém perguntou nada, ninguém tocou no assunto.

Pesq: Contigo ninguém falou nada?

M: Não. E a minha mãe acho que sabe, mas a minha mãe não toca no assunto.

Pesq: Tu não sabe qual foi a reação deles, então?

M: Não.

Pesq: Se foi boa, se foi ruim? Contra, a favor?

M: Eles não tocam no assunto e eu também não toco.

Pesq: Ninguém fala nada?

M: Não.

Pesq: Aonde é que você colocaria teus familiares? Tua mãe? A irmã da cunhada? Tua enteada? Onde é que tu colocaria aqui? Ou não colocaria?

M: Pra minha mãe eu nem sei direito se contaram pra ela, né? Porque a minha mãe tem problema de saúde, né? E minha mãe já não gosta muito dele.

Pesq: Mas você colocaria ela no teu Mapa de Redes? De uma pessoa que tu tem relação, que tá próxima de ti? Que não tá tão próxima? Tu colocaria ela aqui?

M: Eu colocaria ela aqui no primeiro, porque eu tenho, né? Mas só que tem assunto que eu não conto pra ela, né, já pra não incomodar ela.

Pesq: Como é que é o nome dela?

M: (cita o nome da mãe).

Pesq: E a irmã da tua cunhada, você colocaria?

M: Não colocaria, porque eu não gosto dela, são muito fofoqueira.

Pesq: E a tua enteada, também não?

M: Colocaria no último, porque se interessa muito pouco.

Pesq: Como é que é o nome dela?

M: (cita o nome da enteada).

Pesq: É filha dele?

M: É, dele. Nem se interessam muito por ele.

Pesq: Nem por ele?

M: Nem por ele. Não ligam no aniversário dele, não ligam no dia dos pais, nada.

Pesq: Então tu gostaria de ela tar presente aqui?

M: É, meio assim afastado dá pra...

Pesq: E a tua filha, aonde é que tu colocaria?

M: No primeiro.

Pesq: Como é que é o nome dela?

M: (cita o nome da filha).

Pesq: Você só tem os dois filhos?

M: Só.

Pesq: Com que pessoa da família que tu pode contar a partir do que aconteceu?

M: Eu conto com meu irmão.

Pesq: Com o que tá aí, o (cito o nome do irmão)?

M: Umhum.

Pesq: Ele te apoiou?

M: Eles, a minha cunhada, minhas duas sobrinha.

Pesq: As duas sobrinhas, filhas dele?

M: Umhum, filha dele.

Pesq: Aonde é que tu colocaria as duas?

M: Colocaria junto com eles ali.

Pesq: Como é que é o nome delas?

M: É (cita o nome das sobrinhas), que agora eu vou ser madrinha de casamento dela.

Pesq: Ah, que jóia. Da (cito o nome da sobrinha)?

M: Umhum.

Pesq: Então eles são pessoas da família que tu sentiu que te apoiaram nessa hora?

M: Umhum.

Pesq: Houve alguma mudança nas tuas relações familiares após o que aconteceu?

M: Não.

Pesq: Não mudou nada?

M: Humhum.

Pesq: Qual é a pessoa ou grupo de pessoas que tu pode contar hoje pra enfrentar essa situação?

M: Eu não tenho nenhuma, assim. Só conto co meus irmão quando eu to...tenho alguma coisa, eu vou lá e falo com eles, né?

Pesq: Principalmente com o (cito o nome do irmão)?

M: É.

Pesq: Ou tem mais algum irmão que tu conta?

M: Não, é só aqui, aqui é só ele, né?

Pesq: E alguém no (falo o nome do estado) com quem tu pode contar?

M: Não, eu não...lá quando eu ligo, eu só ligo pra falar cá minha mãe e cá minha filha mesmo.

Pesq: Tá. O que eu queria ver, assim, em termos de amizades, quem mais que tu tem? Tu tem alguma amiga? Alguém que tu sai final de semana? Sai no final do dia? Bate um papo? Passa pra conversar?

M: Só no serviço.

Pesq: Só no serviço? Quem seriam essas pessoas? Você colocaria elas aqui?

M: Colocaria a (cita o nome da colega).

Pesq: Em qual desses aqui?

M: Na primeira.

Pesq: (cito o nome da colega)?

M: Umhum.

Pesq: É uma cozinheira também?

M: É a cozinheira. Aquela lá, pra ela e pra (cita o nome da colega) eu conto tudo.

Pesq: Posso colocar a (cito o nome da colega) aqui também?

M: Pode.

Pesq: E qual foi a reação delas depois que você contou?

M: Ah, ficaram meio assim, né, meio espantado.

Pesq: Mas te apoiaram?

M: É, até: tu tem que ver o que é melhor pra tu, né?

Pesq: Alguém mais do trabalho?

M: Do meu trabalho o meu patrão tá viajando, daí no sábado quando eu retornei no serviço ele veio e perguntou pra mim como é que eu tava. Eu disse: tudo bem, né? Daí depois que passou o movimento que eu tava pra ir embora, daí eu falei com ele. Daí contei ainda que eu ia fazer um empréstimo, né, pra poder tirar ele de lá. Ele não deixou.

Pesq: Não?

M: Não, ele pegou e me emprestou o dinheiro pra não...né? Porque ia demorar pro outro...ele ia aposentar, daí ia demorar pra receber. Daí ele: não, tu não vai fazer empréstimo, vai pagar muito juro, eu vou te emprestar, e o que tu precisar eu te ajudo.

Pesq: Então é alguém que te apóia, também?

M: É, é o meu patrão.

Pesq: Aonde é que tu colocaria ele aqui?

M: No primeiro ali.

Pesq: Como é que é o nome dele?

M: (cita o nome do patrão).

Pesq: Com S?

M: Dois S?

Pesq: Tá, alguém mais do trabalho?

M: Não, acho que é só.

Pesq: São pessoas que te apoiaram?

M: Umhum.

Pesq: Eu poderia colocar essas pessoas do trabalho também nas amizades?

M: Pode, porque é as únicas amizades, assim, que eu tenho.

Pesq: Vizinha, tu não tem amizade?

M: Tenho uma ali do lado de casa, é a única, mas até não falo muito com ela, porque o outro quando bebe um pouco ele tem ciúmes do marido da outra.

Pesq: Tem ciúme de ti com o marido da outra?

M: Eu nem falo com eles já por isso, eu passo e quase nem falo, porque ele tem um ciúmes de todo mundo, porque nós temo a diferença muito grande de idade.

Pesq: Quantos anos ele tem?

M: Ele tá com sessenta e quatro. Daí ele tem uns ciúmes que...

Pesq: E essa vizinha tu colocaria aqui nas tuas amizades? Ou na comunidade?

M: Na comunidade, acho, porque a gente não é muito de...

Pesq: Qual é o nome dela?

M: (cita o nome da vizinha).

Pesq: E aonde é que tu colocaria ela? No segundo? No terceiro? No primeiro?

M: No segundo.

Pesq: E de amizades então eu poderia colocar a (cito o nome das colegas e do patrão) pode ser? E na comunidade...você frequenta alguma igreja, algum clube, frequenta algum parque? Conhece alguém da comunidade? Posto de saúde?

M: Ah, só o Posto de Saúde, né?

Pesq: Conta com alguém no Posto de Saúde?

M: (balança a cabeça, negativamente).

Pesq: Nada? Só...

M: Só de ir lá mesmo.

Pesq: Tu colocaria alguém da Delegacia de Polícia?

M: Não.

Pesq: Ninguém que tu pode contar, né?

M: Humhum.

Pesq: E alguém da família que eu não falei?

M: Não, é só esses mesmo.

Pesq: Só esse pessoal? O outro que eu queria ver contigo M., só pra gente finalizar, que é a árvore familiar, tá? Aí eu queria colocar assim, eu vou colocar aqui a M., tá? E o (cito o nome do companheiro). Aqui tão teus pais e os pais dele. Vocês tiveram...o teu filho é teu com ele?

M: É.

Pesq: Como é que é o nome dele?

M: O (cita o nome do filho).

Pesq: O (cito o nome do filho) né?

M: É.

Pesq: Ele tá com dez anos?

M: É.

Pesq: E a outra filha é de um outro marido?

M: É.

Pesq: Quinze anos, né?

M: É.

Pesq: Que é de uma outra relação que você teve, né?

M: Umhum.

Pesq: Como é que é o nome dos teus pais? A tua mãe é a (cito o nome da mãe), né?

M: É, e do meu pai (cita o nome do pai).

Pesq: Como?

M: (cita o nome do pai)

Pesq: Nossa, que nomes diferentes.

M: É alemão.

Pesq: E qual é a idade deles e o quê que eles fazem?

M: Minha mãe tem sessenta e cinco, aposentada por invalidez.

Pesq: E o teu pai?

M: Meu pai fez setenta, aposentado.

Pesq: E teu pai ficou sabendo da tua situação?

M: Não sei.

Pesq: Tu conversa com ele? Tu sente...

M: É, eu conversei com ele foi dia XX, no aniversário dele que eu liguei pra ele, mas só falei rápido com ele. Ele não se mete.

Pesq: Mas tu não sabe se ele sabe? Qual foi a reação dele?

M: Não sei, não pergunto também, porque...

Pesq: E os pais do (cito o nome do companheiro dela), tu conhece?

M: São tudo falecido.

Pesq: Tu tem irmãos além do (cito o nome do irmão)?

M: Tenho.

Pesq: Quem mais tu tens de irmão?

M: Tenho (cita o nome dos irmãos).

Pesq: São três, quatro irmãos, então?

M: É.

Pesq: Esses moram todos no (falo o nome do estado)?

M: Não, o (cita o nome do irmão) mora no (fala o nome do estado). A (cita o nome da irmã) mora lá no (fala o nome do estado), mora no pátio da minha mãe. E o (cita o nome do irmão) lá também.

Pesq: Todos são casados?

M: Todos.

Pesq: E com filhos?

M: Todos.

Pesq: Todos casados e com filhos. Tu tens avós?

M: Não.

Pesq: São falecidos por parte de mãe e por parte de pai?

M: Umhum.

Pesq: Certo. O (cito o nome do irmão) é casado, tem as filhas. Teus irmãos são casados, tem filhos. O (cito o nome do companheiro dela) tem irmãos?

M: Tem.

Pesq: Quantos?

M: Tem o tio (cita o nome), tio (cita o nome), (cita o nome), a (cita o nome), a (cita o nome), a (cita o nome). Acho que são seis, que eu sei. Sete, um que faleceu já.

Pesq: Tios, tu tens? A tua mãe tem irmãos? Teu pai tem irmãos?

M: A minha mãe tem um irmão ainda.

Pesq: Que tá vivo?

M: Tá.

Pesq: Como é que é o nome dele?

M: (cita o nome do tio).

Pesq: Quê que ele faz?

M: É aposentado.

Pesq: Tem quantos anos?

M: Ai, aí eu não sei. Regula pela idade da minha mãe, eu acho.

Pesq: E os outros faleceram?

M: É, uma se matou e o outro morreu no rio.

Pesq: E teu pai, tem irmãos?

M: Meu pai tem o (cita os nomes dos irmãos do pai).

Pesq: Como o nome?

M: (cita o nome do tio). É isso aí, que eu me lembre.

Pesq: Todos vivos?

M: Todos.

Pesq: Todos casados? Todos tem filhos?

M: Todos tem.

Pesq: O irmão da tua mãe também, o (cito o nome do tio), é casado?

M: É.

Pesq: Tá, que mais que eu quero ver aqui, M....mais alguém que tu colocaria na tua árvore familiar?

M: Tem a filha do meu marido, né?

Pesq: Como é que é o nome da filha do teu marido? A (cito o nome da enteada), né?

M: É. Tem a (cita o nome dos filhos do companheiro). Acho que é esses.

Pesq: (cito o nome dos enteados dela)?

M: É. Daí tem os neto dele.

Pesq: Como é a tua relação com o (cito o nome dos filhos dela)? Eu quero saber assim, ela é conflituosa? Ela é distante? Ela é próxima? Ela é harmônica? Como é que tu diria que é a tua relação com teus filhos?

M: Com a (cita o nome da filha) é distante, né?

Pesq: Distante? Tu sente que é distante?

M: Sinto, né? Porque ela tá lá e eu to aqui, né, e daí é sempre...e co (cita o nome do filho) também é meio distante, que eu chego em casa meio estressada do serviço, sabe? Não tenho muita paciência.

Pesq: Com ele? Umhum. E com a tua mãe e com teu pai?

M: Quando eu tava lá, eu tava direto com eles, quando eu morava lá. Eu ia quase todo dia tomar chimarrão na casa da mãe, trabalhava de noite, de manhã eu ia...

Pesq: E hoje, como é que tá?

M: Hoje tá distante, né, eu fico aqui, daí eu só ligo, volta e meia.

Pesq: Tu sente que tá distante?

M: Tá.

Pesq: E com o (cito o nome do companheiro)?

M: Olha, agora nós somos mais...eu e ele tá mais junto do que lá.

Pesq: Tão mais próximos?

M: É.

Pesq: Mesmo depois da agressão?

M: Mesmo depois da agressão, porque aqui de tarde eu chego em casa ele tá em casa tomando chimarrão.

Pesq: Qual é o trabalho dele?

M: Ele é aposentado.

Pesq: Ah, aposentado?

M: Umhum. Eu chego em casa, ele tá em casa tomando chimarrão. Outro dia ele tava tomando chimarrão quando eu cheguei. Tem dias que ele não tá, né, mas tem...mas lá eu nunca pegava ele, porque eu trabalhava de noite. Daí de manhã eu dormia, daí ele levantava, ele saía, ia lá pro centro, dava uma volta, quando ele chegava, ele comia, ele deitava um pouco até uma e meia, ele levantava, ele saía, eu ia ver ele duas, três hora da manhã, só, e quando ele tava em casa, se ele não tava jogando bolão, bocha. Nós quase não se via.

Pesq: E hoje tão se vendo mais?

M: Mais do que...

Pesq: Do que antigamente. Então tá mais próxima a relação?

M: Tá.

Pesq: E com os irmãos da tua mãe, o irmão da tua mãe...aliás, desculpa, com o teu irmão e os outros irmãos, como é que é a relação? Com o (cito o nome dos irmãos dela)?

M: O (cito o nome do irmão) a gente já não vê muito porque é no (fala o nome do estado), né?

Pesq: É mais distante?

M: É mais distante, né, porque só quando ele vai lá na mãe daí eu via ele, né? A minha irmã eu via quase todo dia, porque morava perto da minha casa. Meu outro irmão, o (cito o nome do irmão), também quase todo dia, porque ele era construtor, daí sempre tava na rua, andando, daí a gente via.

Pesq: Agora tá distante?

M: Agora tá distante. O (cito o nome do irmão) que eu não via, agora eu vejo.

Pesq: E o (cito o nome do irmão) tá mais próximo?

M: O (cita o nome do irmão) que tá mais próximo, agora.

Pesq: É harmônica, digamos assim?

M: É, volte e meia eu to lá. Ontem eu queria ir, né, no fim não fui. Eu vou hoje de noite lá um pouco.

Pesq: Ele mora perto da tua casa?

M: É, não é muito longe, dá dez minutinho a pé.

Pesq: E com o irmão da tua mãe e os irmãos do teu pai, como é que é a relação?

M: É só de oi e tchau tio.

Pesq: Distante também?

M: Distante.

Pesq: Com todos eles?

M: Todos, porque passou o tempo de criança que a gente ia nas casa dos tio e ficava. Depois que a gente casa, tem filho e tem coisa não dá mais.

Pesq: Muda bastante, né?

M: Ih!

Pesq: E com os filhos do teu marido?

M: Nós era junto todo dia.

Pesq: Lá no (cito o nome do estado)? E hoje tá distante com todos eles?

M: Todos, porque depois que nós viemo pra cá, eles só ligam quando eles querem alguma coisa, senão...

Pesq: E lá não era assim?

M: Não.

Pesq: M., você teve outro companheiro além do (cito o nome do companheiro), né?

M: Tive.

Pesq: Tu se divorciou? Se separou?

M: Não, era só ajuntado.

Pesq: Mas tu desistiu de ter relação?

M: (balança a cabeça, afirmativamente).

Pesq: Você também sofria violência física desse outro companheiro ou foi a primeira vez que aconteceu?

M: Foi a primeira vez.

Pesq: Primeira vez que aconteceu contigo? Nunca tinha acontecido antes?

M: Não.

Pesq: E ele nunca tinha feito isso antes, o (cito o nome do companheiro)?

M: Não.

Pesq: Nunca tinha sido agressivo contigo, nem nada?

M: Tinha bebido, falado umas coisa, né, mas não...

Pesq: Nunca chegou a te bater?

M: Não.

Pesq: E na tua família, alguma vez isso já aconteceu?

M: O meu pai e a minha mãe tinham muito disso.

Pesq: De violência física? Tua mãe bateu no teu pai e teu pai na tua mãe? Era um com o outro?

M: Umhum. Eu me metia no meio quando era pequena.

Pesq: Tu via?

M: Via, eu roia as unha, eu não ia no colégio.

Pesq: Ficava nervosa?

M: (balança a cabeça, afirmativamente).

Pesq: E hoje eles tão assim, ainda?

M: Não, a minha mãe deixou dele, cada um mora numa casa. No mesmo terreno, mas cada um tá numa casa.

Pesq: Mas eles se falam, se conversam?

M: Sim.

Pesq: E separou faz muito tempo?

M: Tinham se separado, daí meu pai ficou doente, daí a minha mãe deixou ele voltar pra dentro de casa mais separou. Pegou um quarto, fechou a porta, e na janela ela abriu uma porta para ele sair por fora e só dava comida pra ele, era pra não...

Pesq: E isso faz muito tempo?

M: Tem quatro ano.

Pesq: Quatro anos, umhum. Então tinha violência física dela com ele e dele com ela?

M: Umhum.

Pesq: Mais alguém na tua família? Teus irmãos? Teus tios? Tu sabe de mais de alguma história de alguém que é violento?

M: A minha irmã com o marido dela também era.

Pesq: Um contra o outro? Ou só ela com ele?

M: Os dois. Daí até que se separaram, agora ela tá com outro, né?

Pesq: Ah, tá, ela se divorciou desse.

M: Sim. Mas e co outro às vezes ela fica braba também, mas o outro pega e sai e deixa ela...o meu irmão o (cita o nome do irmão) também.

Pesq: Bate na mulher?

M: Não, ele não bate, ela que vem avançar nele, daí às vezes ele dá um cascudo nela.

Pesq: Então um com o outro, também?

M: É.

Pesq: E o (cito o nome do irmão) tu não sabe?

M: Não, esse eu não sei.

Pesq: E tios você não sabe, também?

M: Esse aqui tá separado já por mode de briga.

Pesq: Um batia no outro também?

M: Umhum.

Pesq: Com a ex-companheira dele?

M: Umhum.

Pesq: Também tinha violência física?

M: Umhum.

Pesq: E a (cito o nome das tias dela)?

M: A (cita o nome da tia) também se separou do marido por mode disso.

Pesq: O marido batia nela e ela nele? Ou era só ele nela?

M: Aí eu não sei, sei que os dois brigavam, né?

Pesq: Mas tinha violência física também?

M: Tinha, sei que tinha, mas aí não sei se era de...só sei que tinha porque um dia disse pra mãe: eu vou lá na (cita o nome da tia). A mãe disse, nem vai lá que eles tão de briga e tão se separando.

Pesq: Mas você nunca viu eles...

M: Nunca vi, né, mas ela já apareceu roxa uma vez.

Pesq: E o (cito o nome do tio)?

M: O meu irmão ali, sei que eles brigavam porque ele ia lá pra casa da mãe.

Pesq: O (cito o nome do irmão)?

M: É. Sei que eles brigavam, né?

Pesq: Tu diz que tem o (cito o nome do tio) irmão do teu pai também, né?

M: Ah, esse eu não sei dizer.

Pesq: E o (cito no nome dos tios dela)?

M: Esse também não sei dizer, sei que são irmão do meu pai, mas...são tio, mas só que não tinha, não tinha muito contato com eles, porque eles moravam mais pro interior ainda.

Pesq: Daí ficava difícil?

M: Daí ficava mais difícil.

Pesq: Mais alguém que tu lembra ou que tu gostaria de colocar na tua família? Alguém que da família que tu gostaria de colocar? Ou alguém que ainda exercia a violência, mas você não lembra?

M: Não. Esse, filho do (cita o nome do companheiro).

Pesq: Bate também?

M: Batia, ele matou a mulher.

Pesq: Ele matou a mulher? E ele tá preso?

M: Ele foi solto faz três ano.

Pesq: Matou de revólver, alguma coisa assim?

M: Facada, vinte e três.

Pesq: Nossa! E a (cito o nome das enteadas)? Ele só tem o (cito no nome do enteado) de filho homem, além do (cito o nome do filho dos dois)?

M: Umhum.

Pesq: O (cito o nome do companheiro dela) tem história de violência familiar na família dele? Os pais, irmãos?

M: Não sei.

Pesq: Isso tu não sabe?

M: Sei que ele era muito violento cá ex-mulher dele.

Pesq: O (cito o nome do companheiro dela)? Ele batia nela?

M: É, ele batia na finada.

Pesq: Ela faleceu, também?

M: Umhum.

Pesq: E ele batia...violência física nela?

M: Que as guria me contaram, né?

Pesq: Que gurias?

M: As filha dele.

Pesq: Contaram pra ti? Mesmo assim você quis continuar com ele?

M: Ah, foi passando, foi passando, nunca me fez nada, né? O dia que me fez, eu disse: o dia que botar a mão em mim, eu também bato. Só que as guria disseram pra mim: meu pai é bem diferente contigo que cá mãe, a mãe não lava um tênis do pai e agora eu vejo o pai lavando o tênis, o pai lavando roupa. Eu disse: se quiser, vai lavar, eu não lavo.

Pesq: E ela fazia tudo pra ele?

M: Ela fazia. Ela trabalhava pra fora. Ela arrumava roupa pra ele sair final de semana. Quer sair? Sai, mas vai sair com a tua roupa suja. Eu pegava, eu até lavava antes, no começo, mas saí? Não. Quer sair, fica solteiro, então. Comigo não tinha. E ela não, ela arrumava e ele chegava em casa depois e ainda...

Pesq: Limpava?

M: Não, queria bancar o macho nela, ainda. Aí não.

Pesq: Quanto tempo vocês tão juntos?

M: Fez quatorze anos.

Pesq: Quatorze anos juntos?

M: Umhum.

Pesq: E com esse anterior tu ficou quanto tempo? O pai da (cito o nome da filha dela)?

M: Deu um ano, acho.

Pesq: E logo depois você ficou com o (cito o nome do companheiro)?

M: A (cita o nome da filha) tinha seis mês, o pai dela nem conhece ela, porque eu tava pra ganhar ela, eu vim embora de (fala o nome do estado). Ele nem conhece a guria.

Pesq: Ah, ele é de (cito o nome do estado)? Você teve alguma outra relação antes? Ou foram as duas únicas relações sérias que você...

M: Séria foi as únicas duas. Tive um namorado, né, que namorei seis ano, mas mais sérias foi essas.

Pesq: E ele era violento contigo?

M: Humhum.

Pesq: Não? Esse foi o primeiro mesmo que...

M: Foi.

Pesq: M., queria ver se você tem mais alguma coisa pra dizer, assim, de tua livre e espontânea vontade pra pesquisa?

M: Assim, não.

Pesq: Como é que foi ter respondido essas questões?

M: Um, foi bom.

Pesq: Que é difícil, né, falar sobre isso?

M: É, às vezes é difícil.

Pesq: M., eu vou tar passando esse mapa e esse Genograma pro computador, que ele tá bem bagunçado, tu viu, né? Mas eu vou botar bem certo, com os desenhos, tudo, no computador e gostaria de saber se tu quer receber ele de volta preparado no computador, certo e...

M: Não.

Pesq: Não tem necessidade?

M: Não.

Pesq: Tá, gostaria já de te agradecer por ter cedido esse espaço, essas informações são bem importantes pra pesquisa, porque eu vou juntar com de outras pessoas que eu já entrevistei, a respeito do serviço da Delegacia, e vão ser fundamentais pra gente dar um retorno a respeito desses serviços...